

Mariana de Jesus Martins de Torres Vaz Freire Cascais

**A URBANIZAÇÃO DOS HOMENS
E
A URBANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS**

- O Caso Particular do Alentejo -

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

1993

Mariana de Jesus Martins de Torres Vaz Freire Cascais

A URBANIZAÇÃO DOS HOMENS
E
A URBANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

- O Caso Particular do Alentejo -



164 793

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

1993

Dissertação apresentada à Universidade de
Évora para a obtenção do grau de Doutor em
Sociologia Rural e Urbana

AGRADECIMENTOS

Com o cuidado de não ser excessiva, não posso deixar, contudo, de expressar os meus agradecimentos a quantos contribuíram de forma mais ou menos importante e objectiva para a construção deste trabalho.

Ao Professor Doutor Joaquim Manuel Nazareth agradeço o modo como me permitiu o equilíbrio que julgo ter encontrado entre a liberdade intelectual e o compromisso com uma orientação teórica fundamental.

Ao Professor Augusto Silva, a segurança permanentemente transmitida, como a amizade e a confiança manifestadas ao longo dos anos.

Ao arquitecto António Bouça, a colaboração e apoio que ultrapassaram largamente o âmbito de um Protocolo entre a Universidade e a Câmara Municipal de Évora.

À arquitecta Cristina Robalo, minha ex-aluna, a amizade e disponibilidade expressas nos desenhos que ilustram o trabalho.

Ao Senhor Horácio Calisto, o profissionalismo e a amizade postos na execução dos mapas anexos.

Ainda à senhora D. Fernandina Fernandes, a forma profissional e amiga como assumiu o trabalho de processamento do texto.

Finalmente, aos meus colegas que mais de perto me transmitiram sempre o ânimo necessário, bem como a alguns funcionários da Universidade, cuja amizade e eficaz colaboração acabaram por ser também factores importantes desta realização.

INTRODUÇÃO

A opção pelo tema levou-nos a considerar que uma tese no âmbito do fenómeno da urbanização deveria passar obviamente pela Sociologia Urbana como, naturalmente, fazer recurso aos pontos de vista da Sociologia Rural e da Demografia.

A Sociologia Urbana engloba em primeiro lugar os estudos sobre o processo global de organização, perspectivados dentro de uma óptica quase exclusivamente demográfica; em segundo lugar, as investigações sobre desorganização social e aculturação; finalmente, a velha tradição dos "community studies" conseguiu um estatuto próprio, quer se trate do estudo exaustivo de uma cidade pequena, quer do estudo de uma qualquer unidade urbana.

A Sociologia Rural, por seu turno, estuda as relações humanas no ambiente rural; numa leitura mais desagregada, a Sociologia Rural integra nas suas preocupações, dentro de um quadro de referências espacial que é o mundo rural, as formas de associação da população, a mudança de valores como a acumulação cultural, as necessidades, impulsos, motivações do "homem do campo", as formas de resposta dos indivíduos e dos grupos às situações mais diversificadas.

Tanto em um como no outro caso e porque se trata de sociologias especiais que, por conseguinte, limitam o seu campo de análise a uma classe especial de fenómenos sociais, devido à interacção que é condição da dinâmica da Sociologia é

difícil a delimitação precisa de um objecto teórico específico. No entanto, a própria dificuldade no estabelecimento de fronteiras entre os dois campos de análise em causa tem evoluído, à medida que evolui a própria sociedade. Se autores há que referiram a inexistência de um objecto teórico específico da Sociologia Urbana, outros apontam hoje, por outro lado e numa abordagem evolucionista, a urbanização crescente da humanidade e a possibilidade da extinção do objecto da Sociologia Rural...

Naturalmente que defendemos a ideia de especificidade, pelas diferenças inevitáveis de cada um dos dois mundos em presença. Contudo, não limitaremos o estudo ao âmbito de um compromisso de natureza histórica, que tem como pressuposto a ideia de um continuum em que o rural e o urbano são os dois extremos, dependendo o último do estágio da evolução do que fora o primeiro. Isso implicaria o recurso a elementos que ultrapassam os limites do que nos propusemos, visto que não é nosso objectivo entrar pelo campo da discussão filosófica da validade, ou da autonomia, das sociologias especiais.

Sem pretendermos portanto enveredar pela questão de um continuum rural-urbano, a escolha do tema não nos permitiu, no entanto, a rejeição absoluta de um continuum de natureza teórica.

A urbanização dos espaços como dos homens parece efectivamente apontar para a perda total de identidade das zonas rurais, quiçá para o fim da existência de um objecto da Sociologia Rural... Todavia, a cidade chamou a si uma carga simbó-

lica de que a "sofisticação" urbana não apagou a ruralidade original.

Ainda que com perspectivas obviamente distintas e sem que o referissem sempre claramente, tem havido aproximações às realidades urbana e rural, e uma situação é complementar da outra; abordaram a cidade do ponto de vista da Geografia como da Sociologia em outras situações, procurando sempre explicações e/ou referências no mundo rural.

É evidente que o isolar um objecto de estudo, ou uma abordagem, significa aparentemente a sua delimitação; por outro lado, restringe as interacções como as zonas de contacto ou até de interpenetração, garantindo-se uma maior objectividade.

No entanto a dimensão do objecto, mais que a sua natureza, traduz-se numa maior dificuldade ao nível da dita delimitação, porquanto a dimensão arrasta a complexidade e, conseqüentemente, alarga o âmbito e a diversidade das interacções referidas.

Pelas contradições que encerra, de entre as quais a aparente "transparência" que tem facultado uma multiplicidade de leituras lineares da sua realidade socio-cultural, o Alentejo constitui o objecto que privilegiámos no nosso estudo.

Ocupa uma área que representa quase uma terça parte da superfície total do continente e a sua população escassa não é factor suficiente da ausência de complexidade.

Por outro lado, tem como pressuposto das leituras citadas uma ruralidade que a evolução do seu povoamento parece desmentir. O desenvolvimento que, de um ponto de vista empírico, parece real, não tem sido suficientemente eficaz no sentido de impedir o abandono que é hoje de uma parte substancialmente importante da sua população mais válida; e contudo, pontualmente a região surge como polo de atracção para elementos de grupos específicos da população nacional.

Pensamos pois, que, pese embora a exiguidade que se nota a alguns níveis dos dados necessários à investigação e que para o resto do país seria provavelmente a mesma, o Alentejo justifica um trabalho que é não só de análise do processo de urbanização, mas que utilizaremos para testar um critério de análise que pretendemos eficaz.

Trata-se de uma vasta região cuja dimensão no contexto nacional não corresponde, no entanto e de nenhum ponto de vista, à sua capacidade efectiva de intervenção ao nível das decisões quer no país como, na maioria das vezes, no âmbito da sua própria realidade. A baixa densidade populacional, que se deve às dificuldades de ordem natural postas à fixação das populações, fez que a região fosse ao longo de gerações definida "quase oficialmente" como o "Celeiro de Portugal", a reflectir uma política de incentivo a uma agricultura defeituosa e praticada quase sempre em moldes tradicionais.

É evidente que as condições naturais pouco favoráveis condicionavam a introdução de outras práticas agrícolas; não eram, contudo, obstáculo lógico a um desenvolvimento que pode-

ria ter obviado à situação de fornecedor de matérias primas baratas para a indústria, que o Alentejo viveu durante muito tempo.

Assente essa situação numa estrutura fundiária em que a dimensão das explorações era o primeiro factor da sua sobrevivência no contexto caracterizado, a região, cristalizada embora do ponto de vista da sua estrutura social, criou-se ao longo do tempo o seu próprio processo de desenvolvimento; entendendo nós este conceito no sentido do progresso da divisão do trabalho social, da especialização crescente das tarefas, do aparecimento da mobilidade social, da individualização das relações sociais, da urbanização no âmbito do modelo vivido pelas sociedades industrializadas da Europa.

E deste ponto de vista a região encetou de facto um processo de desenvolvimento que terá nascido no período de mecanização da agricultura, a incrementar a referida especialização, a maior mobilidade geográfica (eventualmente forçada), a concentração populacional que é a essência do modelo supracitado de urbanização e que resultava do êxodo rural na procura de soluções em matéria de trabalho.

Sem ser exclusivo, o processo de evolução do Alentejo tem especificidades que se radicam na contradição entre as potenciais condições para a mudança e o enraizamento excessivo de valores, a promoverem uma identidade cultural que a mudança destruiria...

É a urbanização na região, com todas essas especifici-

dades, que constitui o cerne do presente trabalho.

Do mesmo constitui parte essencial a teorização sobre o fenómeno urbano como sobre a sua expansão, que assenta na articulação de uma multiplicidade de outras posições teóricas, tendo em conta sempre que a investigação deve fazer-se na linha definida pela mesma teorização. No entanto, o objectivo do estudo é a análise da realidade, o que tem implícita a aplicação dos diferentes conceitos a uma situação concreta. E essa aplicação assenta na construção de um critério de análise em que os pressupostos teóricos estão presentes e através do qual a teoria se explicita.

Sentida a sua necesssidade desde a primeira abordagem, foi o mesmo critério por nós construído a partir da articulação dos diversos critérios parciais passíveis de aplicação à realidade em causa.

Procurámos abarcar o mais vasto conjunto de ópticas de análise, ao mesmo tempo que sintetizávamos em "troncos comuns" as vertentes que convergiam para as que eram fundamentais de entre essas ópticas. Das sínteses elaboradas surgiu-nos a necessidade de separar o ângulo de análise quantitativa do da análise qualitativa, na medida em que um e o outro, na sua aplicação, utilizam técnicas distintas. Daí o critério que definimos como socio-demográfico, a materializar-se num conjunto de conceitos e indicadores que constituem a base da análise. Foi a aplicação do referido critério à região que nos permitiu, por fases sucessivas, definir pela avaliação do fenómeno urbano as localidades, em que este é uma presença

efectiva; comparar as mesmas localidades no sentido da confirmação de uma unidade regional relativa; concluir da possibilidade ou não de "isolar" pelas suas diferenças algumas localidades a par da oportunidade de testar o critério de análise e, sobretudo, confirmar a existência de um processo real de urbanização. Processo que, pela aplicação do mesmo critério, nos permite de certo modo confirmar a hipótese que considerámos ponto de partida, de uma situação dissociada da urbanização dos homens e da urbanização dos espaços.

A elaboração do critério, como especialmente a sua aplicação, teve como suporte o recurso a métodos e técnicas que, como referimos, se devem adequar ao mesmo critério e inevitavelmente aos objectivos do trabalho.

Assim, foram estes últimos que nortearam a opção pelas técnicas que utilizámos, independentemente de em circunstâncias idênticas termos podido eventualmente usar técnicas diferentes.

A complexidade do objecto, como a heterogeneidade dos problemas que daí resultam, são a razão da diversidade das técnicas e da eventual menor ligação entre elas.

A observação participante como componente importante do conjunto de técnicas citado foi factor do recurso frequente aos elementos do nosso conhecimento sensível. Parte também do contacto permanente com a realidade, que se tornaria intencional, a observação directa viria a ser fundamental na generalidade das caracterizações feitas.

A possibilidade de restringir o campo da análise ao objecto inicialmente proposto, justificada pelos resultados da aplicação a toda a região do critério socio-demográfico elaborado, foi conseqüentemente a possibilidade também de utilização de técnicas de aplicação mais morosa. De entre estas, a construção de categorias que integram os diferentes bairros de Évora, que obtivemos através dos resultados de um inquérito aplicado a toda a população que os habita. Com um nível de respostas bastante significativo, o termos tentado cobrir a totalidade do universo=bairros da cidade determinou que não tivéssemos construído qualquer amostra. Os indicadores articulavam-se essencialmente com as características socio-económicas da população, a sua inserção no bairro e na cidade, porque a realidade física subjacente a essa população conheciamo-la sobejamente.

A análise dos resultados do mesmo inquérito permitir-nos-ia, por outro lado, aperceber a relação efectiva que os bairros mantêm com a cidade e/ou com o campo envolvente; e o modo como escoam ou fazem a triagem dos potenciais elementos de contacto entre os dois meios ou de como, por vezes, interrompem esse contacto.

A consulta à documentação disponível, bem como aos serviços, oficiais ou não, responsáveis por aspectos diversos da estrutura regional, que integrou a metodologia que utilizámos, não inviabilizou a reflexão que foi simultaneamente determinante das leituras da informação existente. Foi a mesma reflexão, aliás, que nos facultou a percepção de uma multipli-

cidade de fenómenos, de atitudes, que pela sua persistência ganham um carácter simbólico. Porque se materializam no âmbito das relações sociais, constituíram obviamente o "espectáculo" fácil da dinâmica da região a qualquer nível e ao longo do tempo que durou a investigação.

O estudo de casos em algumas "comunidades" de alentejanos, bem como o inquérito a uma amostra estratificada que elaborámos a partir da listagem dos eborenses residentes fora e assinantes dos jornais de Évora, completaram o conjunto das técnicas privilegiadas, se bem que reforçando uma heterogeneidade que nos parece que a complexidade do tema escolhido justificava.

Julgamos pertinente referir o apoio de desenhos. Fundamentais do ponto de vista geográfico, como da análise cuidada e diacrónica da expansão da cidade, os mapas em anexo são um elemento que cremos essencial para a compreensão do processo de urbanização. Definem orientações, dimensões, prioridades, até distâncias que podem reflectir em alguns casos situações menos claras de segregação social...

Os "traços" que identificam cada um dos bairros-tipo, que revelam a sua volumetria, que contam uma casa ou uma rua, complementam a análise, do ângulo das relações sociais estabelecidas, como eventualmente do próprio sistema de valores. Não é por acaso que se habita esta ou outra casa, que se usa o espaço de uma ou de outra forma.

Em síntese, estruturámos o nosso trabalho em duas partes

distintas, embora complementares.

A primeira parte inclui três capítulos, dos quais o primeiro enuncia sinteticamente os critérios parciais de cuja agregação resultaria o critério de análise por que optámos; o segundo capítulo explicita a componente demográfica que integramos na análise; enquanto o terceiro, numa crítica que é a enumeração dos aspectos não susceptíveis de aplicação das medidas, permite concluir pela oportunidade do critério que designámos socio-demográfico.

A segunda parte consta de um trabalho de aplicação ao Alentejo de uma fase da abordagem proposta pelo critério citado. Com os dois primeiros capítulos, sejam os quarto e quinto do trabalho considerado na sua totalidade, de caracterização física e essencialmente socio-demográfica do Alentejo, inclui um sexto capítulo em que analisamos o conjunto das cidades que os dois capítulos precedentes nos permitiram identificar; é, aliás, neste sexto capítulo que utilizamos Évora como exemplo para o estudo mais aprofundado de alguns aspectos. Ainda hesitámos entre dar a este trabalho um outro título - "A Urbanização dos Homens e dos Espaços no Alentejo - o caso particular da cidade de Évora", mas, como a análise feita para a cidade de Évora é meramente exemplificativa, optámos por manter o título que ora se apresenta. O sétimo capítulo consiste numa abordagem das relações entre a cidade e o campo, que na região consideramos factor fundamental, como resultado, do processo de urbanização.

O Posfácio que se segue à conclusão tem como objectivo,

para além da curiosidade científica que constituíam os dados que o integram, confirmar ou não o que havíamos concluído, uma vez que, apesar das "indicações" aparentes porque empíricas, os mesmos poderiam eventualmente surpreender-nos.

Consideramos importante uma explicação para a apresentação do trabalho em dois volumes: o facto de se justificar um volume de anexos, bem como a dimensão pouco operacional de um volume único, estiveram na origem de uma divisão que tem apenas um objectivo pragmático.

PRIMEIRA PARTE

**UNIDADE E DIVERSIDADE DOS
DIFERENTES CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO
FENÓMENO URBANO**

Introdução

A "urbanização dos homens e a urbanização dos espaços", não são necessariamente processos coincidentes e simultâneos; são antes uma vertente da materialização da indissociabilidade homens/espacos, ou da interacção dos dois elementos que é, por sua vez, o suporte da realidade social.

Homens e espaços, entendidos estes últimos na acepção mais vasta que integra, portanto, as perspectivas geográfica, económica, psicológica e de regulação, estabelecem inadequações e interrelações de oposição, eventualmente de abandono por parte dos primeiros; ou de adequação e adaptação, de que resulta um processo de ocupação e consequente utilização dos segundos, susceptível, naturalmente, de sucessivas readaptações.

A urbanização é, antes de mais, a expansão do fenómeno urbano; e este assenta, do ponto de vista das interrelações acima referidas, na adaptação dos homens aos espaços e na adequação destes às necessidades humanas. Deve, posto isto, ser encarada de uma perspectiva globalizante, que abranja não apenas homens e espaços numa multiplicidade de relações, mas também a infinidade de processos que permitem a adequação recíproca, porquanto esta, subjacente ainda que potencialmente à ocupação dos espaços constitui, na diversidade de circunstâncias possíveis, o pressuposto básico do próprio fenómeno da expansão urbana.

A alusão que fizemos à diversidade de situações tem implícita a não uniformidade na intensidade da adequação homens/espacos; e significa, na medida em que afirmamos que essa adequação é condição necessária do fenómeno urbano, que este evolui também de modo não uniforme, ou seja, que a sua expansão encontra mais ou menos obstáculos.

Porque essa expansão é, embora genêricamente, o processo de urbanização, é linear concluir que a urbanização não acontece simultaneamente e com a mesma intensidade para todas as possíveis situações do binómio homens/espacos.

Creemos que há, portanto, gradações do fenómeno urbano, que são estádios diferentes do processo de urbanização. Passíveis de uma avaliação mais ou menos eficaz, ou mais ou menos conclusiva, essas gradações advêm de outras gradações na infinidade de processos que conduzem à adequação homens/espacos.

Uma maior ou menor capacidade de adaptação ao, ou de utilização do meio físico, uma maior ou menor viabilidade de integração no sistema económico, um processo de socialização mais ou menos "pacífico", são apenas algumas das possíveis perspectivas para avaliar dessas gradações. Contudo, as diferentes perspectivas radicam no que constitui a sua unidade ou, mais concretamente, no fim último das relações referidas o qual, dependendo embora da forma como estas se desenvolvem, é inevitavelmente a garantia da adaptação recíproca.

Mas se podemos generalizar o reconhecimento das diferenças citadas, bem como a sua inclusão no âmbito alargado das interrelações homens/espacos, achamos que é todavia complexa a

sua explicação, uma vez que a maior ou menor adequação referida pode dever-se a uma multiplicidade de factores que, de um e outro lado e parte embora de um sistema, são susceptíveis de análise desagregada.

Com o objectivo de contribuir para a referida explicação, vêm as diferentes ciências sociais acrescentando sucessivamente propostas de análise, modelos de investigação, eventuais conclusões que, no entanto, caem inevitavelmente no campo teórico em que cada uma dessas ciências se enquadra. É da diferença de perspectivas, da lógica dessa diferença que assenta na especificidade de cada tratamento de um objecto que é comum às ciências sociais e reforça, portanto, a unidade antes mencionada, que advém a diversidade que referimos das mesmas perspectivas ou critérios de avaliação do fenómeno urbano. E da qual resulta uma fragmentação excessiva de análises, que todavia e pela sua intercomplementaridade, pode permitir-nos a elaboração de sínteses ou, eventualmente até, de contributos para uma teoria geral da urbanização.

É fundamental neste contexto resolver o problema que é a detecção do fenómeno urbano. O seu estudo pressupõe a aplicação dos critérios a que aludimos; contudo, pensamos que cabe distinguir os que assentam em bases quantitativas dos que são qualitativos. Isto porque é a referida distinção que permite separar a medição do mesmo fenómeno da sua avaliação, mais vasta esta última na sua capacidade de abranger as múltiplas vertentes que integram a urbanização. Só estabelecida esta

separação poderemos encetar a aplicação de cada um dos critérios sintetizados, para tentarmos depois a sua agregação com vista a uma análise integrada do fenómeno em causa.

CAPÍTULO I

AVALIAÇÃO DO FENÓMENO URBANO

1.1. - Critérios de Base Histórica

Na agregação que propusemos e cujo suporte teórico é o predomínio da unidade de perspectivas sobre a sua diversidade, considerámos de base histórica os critérios que assentam na análise diacrónica das relações entre os homens e os espaços. Critérios que privilegiam, portanto, a evolução do processo genérico que tem sido a articulação entre as sociedades e os espaços, atendendo às especificidades da utilização desses espaços pelos diversos grupos e, fundamentalmente, às circunstâncias que no tempo têm determinado o modo como ela acontece.

É condicionante de cada momento diferenciado desta articulação toda uma evolução histórica que o antecedeu; e as mudanças ocorridas na utilização do espaço, conseqüentemente na sua acepção restrita de território, são, na mesma linha, o fruto de uma aprendizagem feita em utilizações anteriores; daí, pois, que consideremos a perspectiva histórica um eixo fundamental de análise.

A referida utilização envolve uma ocupação, com ou sem apropriação, uma dominação que não é apenas dos homens sobre o território mas é também o reflexo da dominação de uns grupos relativamente aos outros. Implica, como dominação ou como apropriação, um modo de pensar, uma concepção do espaço que tem como consequência um tipo de ocupação. E inclui, porque ocupação, uma atitude de fixação a uma parcela determinada do

espaço-território; e a fixação pressupõe a criação de condições materiais que a permitam e que são a base de uma utilização, no mínimo, satisfatória.

Do facto de o uso do espaço ter subjacente uma forma de o pensar e porque esse uso integra a construção de condições materiais de fixação dos homens a um território, ainda porque, ao longo do tempo, "pensar" ou "construir" evoluem no sentido da adequação homens/espacos, pelo que o seu estudo tem implícita a análise diacrónica dessa adequação, as alusões que tornámos frequentes, na referência aos critérios de base histórica, às perspectivas filosófica e arquitectónica do fenómeno urbano.

Deste ponto de vista, fixar-se implica residir e, necessariamente, habitar. Primeiro para trabalhar a terra, logo que esta facultou excedentes materiais a fixação das populações assumiu o aspecto de concentração, que se devia não só à não necessidade do trabalho agrícola dessas populações, como à sua disponibilidade consequente para a criação de novas actividades.

A concentração foi a base do fenómeno urbano, se bem que não seja condição suficiente para a sua ocorrência. Foi, no entanto, a origem das cidades; que não surgiram simultaneamente, cuja evolução obedeceu a ritmos diferentes, mas que, na sua fase inicial, se caracterizaram pela acumulação da riqueza proveniente dos excedentes da agricultura. A referida fase foi definida por Lampard⁽¹⁾ como primordial e dela constituem os primeiros exemplos as aglomerações sedentárias do fim do

Neolítico.

Porém, essas primeiras aglomerações dependiam ainda totalmente do campo em termos de sobrevivência, pelo que Henri Lefébvre⁽²⁾ designou a mesma fase de agrária, atendendo, precisamente, ao domínio do campo no processo de relações existente. Aliás, para este autor o referido período prolonga-se até à Revolução Industrial, se bem que com aspectos distintos no tempo e no espaço.

Corresponde ainda esta perspectiva à ideia quase generalizada de uma sociedade caracterizada até ao séc. XIX pelo imobilismo. Contudo, o imobilismo estrutural é passível de contestação, na medida em que as relações entre o campo e a cidade sofreram, durante esse período, alterações profundas. As cidades passaram de dependentes a apoiantes das comunidades campesinas e, como centros da vida social e política, retiraram do campo vantagens em troca do apoio concedido.

Trata-se da fase definitiva, seja de uma época estruturalmente nova em que a cidade se torna dominante, porque detentora de uma superestrutura político-administrativa que lhe conferia uma identidade interna "que permitiu a sua transplantação, ou a de grupos seus componentes, sem perda da organização ou identidade"⁽³⁾.

No entanto e ainda segundo o mesmo autor, apenas as cidades medievais terão conseguido uma efectiva independência, assente no aparecimento de uma nova classe enriquecida por actividades não agrícolas cuja integração na nobreza viria



a permitir a organização de um sistema de valores aristocrático. Cerdá⁽⁴⁾ ou R.N. Morris⁽⁵⁾, por exemplo, perfilham também a ideia de que a Idade Média, ou período clássico de Lampard, significa realmente um marco na evolução das cidades: são as cidades medievais que centralizam a riqueza, num processo crescente em que a centralização desemboca no capitalismo comercial e bancário, criador de circuitos de câmbio, redes que permitem a transmissão do dinheiro e o fim de uma era em que a mesma riqueza era essencialmente imobiliária.

Divergente è a abordagem que adopta a designação de aristocráticas para as mesmas cidades, para o sistema de valores que preside à sua organização e se expressa arquitectònicamente pela monumentalidade, considerando mesmo que as cidades medievais não lograram sair da fase agrária. Se se entender esta perspectiva numa linha da relação-controle dos homens para com o território, há que atender, no sentido de uma clarificação, à diferença que o autor estabelece entre apropriação e dominação: a primeira como objectivo da vida social, capacidade para transformar a natureza em bens humanos, para a modelar, fazer dela uma obra; a segunda, apenas como um controle da natureza através de operações técnicas.

As cidades da Idade Média, pela monumentalidade que encerram, pela carga simbólica dessa monumentalidade, pelo que comportam de espontâneo, mantêm-se como uma sequência, sem rupturas, do que foram as "cidades clássicas" - a concretização das exigências, da ética e da ideologia dos grupos dominantes, "uma criação humana, uma obra por excelência"⁽⁶⁾. A

construção era o resultado de modelações das tipologias tradicionais e locais, devidas às necessidades, imaginação e gosto individuais dos habitantes. Foi a Revolução Industrial que veio destruir a capacidade criadora para a fazer substituir por um período de dominação dos homens sobre o espaço, numa nova era em que a espontaneidade deu lugar ao utilitarismo, em que a imaginação e a arte perderam para a tecnologia.

Creemos que é notória a convergência com os autores que aceitam a clivagem provocada pela industrialização na evolução do que era a cidade tradicional; a industrialização terá sido a dispersão das antigas características da cidade, o seu desmembramento físico, a generalização das trocas a todos os níveis, a substituição gradual dos costumes pela incessante exigência do consumo. Factores como o nascimento de uma burguesia não agrária, o incremento do comércio, a divisão crescente do trabalho nas e entre as cidades, actuaram ao nível da estrutura da sociedade e conferiram à cidade tradicional uma nova expressão arquitectónica.

A cidade assume e transmite as significações existentes; reflecte-as nos seus edifícios, nas suas ruas, nos seus vazios, conta-as em cada encontro, em cada comemoração social. E se a cidade tradicional, essencialmente humanista, apenas se revelava expressando os seus valores e sentimentos, a cidade industrial expõe-se, como conjunto significativo de hierarquias quer de tempos, como de lugares ou actividades; e torna-se a expressão arquitectónica dessas hierarquias "construí-

das", dos desequilíbrios e da segregação inevitáveis.

Desagregação da unidade inicial, a cidade industrial é, segundo pensamos e enquanto reflexo da mudança de valores, perda da coesão física anterior, expansão dos novos valores, até à homogeneização de todo o espaço; é, em última análise, a emergência do fenómeno urbano. Se esta não ocorre historicamente ao mesmo tempo em todas as sociedades, na perspectiva histórica nasce o fenómeno urbano sempre que uma sociedade se industrializa.

É, então, a partir da emergência do urbano enquanto forma de ocupação e utilização do espaço, que a densificação dos homens num território, a concentração, como as contradições que provoca, se tornam objectivo fundamental do conhecimento. Porque o fenómeno urbano é, enquanto global, simultâneamente diversificado, porquanto está estreitamente ligado às estruturas sociais que o antecederam e são, naturalmente, diversas no tempo e no espaço; assenta, portanto, na anterioridade que o determinou e que é o núcleo da abordagem filosófica. Heidegger⁽⁷⁾ ou Bachelard⁽⁸⁾ apoiam-se nos antecedentes de cada situação urbana. Duby⁽⁹⁾ refere o facto de cada cidade, mesmo numa sociedade nova, ter sempre uma história.

A referência persistente nestes autores a "cada cidade" permite-nos, na perspectiva filosófica, concluir que a cidade ou o fenómeno urbano, como um todo, não são mais do que abstracções; cada cidade é uma unidade analítica, sensível, susceptível de investigação empírica e o fenómeno urbano é, para cada cidade, um fenómeno de certo modo específico, porque

fruto de uma anterioridade única. Trata-se, pois, de um contributo essencial para uma visão histórica do urbano, porque delimita, individualiza cada situação; identifica cada espaço, como revelador de ritmos distintos: os ritmos de cada população, as formas como, no seu espaço, estas inscrevem o tempo que lhes é dado através de realizações diferentes.

Intencionalmente, não fazemos referência à evolução das cidades ou das suas funções, ou sequer à diversidade de formas físicas assumidas pelas aglomerações humanas, tendo embora cada uma destas constituído a expressão histórica de um tipo de organização social, de relações de produção, de maior ou menor isolamento. Privilegiamos antes uma abordagem da análise do desenvolvimento das cidades à luz da História. E nesta linha, pensamos que é genéricamente aceite que a industrialização originou um novo tipo de crescimento, o crescimento urbano, com a extensão espacial de antigas aglomerações por redistribuição ou fixação das populações das zonas periféricas dessas aglomerações. Criou portanto, naturalmente, não só novas formas de ocupação do espaço como, necessariamente, novas concepções do território. Cabe-nos fazer uma referência ao urbanismo enquanto nova filosofia das aglomerações; operacional⁽¹⁰⁾, o urbanismo visa o controle da ocupação desmesurada do espaço; pretende encontrar respostas para as questões postas pela redistribuição e fixação crescentes de população; aponta, através da administração, para a construção aos menores custos, o que se traduz na inexistência de efeitos

estéticos, em contraste com a espontaneidade tradicional. É uma nova lógica construtiva que o arquitecto não domina, pela intromissão, na construção, de novos actores: o engenheiro, a empresa de construção, o promotor; e pela produção de novos modelos que a rapidez das imagens torna ciclos curtos e de consumo fugaz. O "tecto" de preços que conduziria ao "miserialismo estético"⁽¹¹⁾, ou a normalização da habitação social destruidora da invenção ou da diferenciação, o "gigantismo"⁽¹²⁾, os espaços geometrizados de le Corbusier⁽¹³⁾ são a ruptura da cidade tradicional; são, mais concretamente, políticas de resposta ao fenómeno urbano que se lhe sucede; mas reflectem de modo notável a articulação entre a história enquanto processo, a filosofia enquanto maneira de apreender a evolução histórica, os modelos arquitectónicos enquanto resposta ou materialização da maneira de pensar.

Uma articulação naturalmente coerente, uma interacção teoricamente provável, mas que a própria história das cidades parece desmontar. A dessincronia dos movimentos, o facto de cada nova concepção da cidade não ser eliminatória, mas antes coexistir com quantas a precederam; a coabitação das diversas realizações arquitectónicas, que materializam as diferentes ideias de cidade, caracterizam, segundo pensamos, o fenómeno urbano como a contradição entre as formas adoptadas e/ou projectadas e a memória das cidades, cujos ritmos de mudança são inevitavelmente descompassados.

1.2. Critérios de Base Sociológica

A coexistência das diferentes concepções da cidade ou a coabitação das sucessivas formas arquitectónicas, são testemunhos de uma evolução que se fez de outras coabitações e de outras simultaneidades. E que materializam relações sociais específicas, que evoluem em sintonia com essas formas de articulação entre os homens e os espaços e são condicionadas pelos sistemas de valores, a organização social, o tipo de actividades, seja uma multiplicidade de factores de cuja interacção resulta uma situação social determinada.

O fenómeno urbano, enquanto resultante da convergência e de um processo de interacção específico dos factores referidos, é naturalmente susceptível de ser analisado à luz dos mesmos, sendo, portanto, passível de análise num momento determinado.

Contudo e se bem que, de uma perspectiva sociológica, seja fundamental quer a diversidade de vertentes como de objectos de estudo, quer a multiplicidade de posicionamentos face às mesmas questões, cremos que a complexidade do fenómeno em causa conduz a que, metodològicamente, o mesmo deva ser desagregado nos seus componentes; e isto por forma a que cheguemos a uma visão analítica da realidade, que nos possa permitir a interpretação da chamada "questão urbana".

Se a perspectiva sociológica como possível eixo desta análise advem da diversidade e da simultaneidade de questões,

a inclusão no mesmo eixo das perspectivas antropológica e económica, nasce do facto de cada uma destas facultar à primeira uma visão parcial essencial da realidade social enquanto objecto de análise sociológica. Por outro lado, a agregação, a este ponto, de uma abordagem psicológica, vem na via da indissociabilidade dos comportamentos e atitudes sociais relativamente aos sistemas de valores.

Urbano é pois, nesta linha da sociologia enquanto agregação de várias abordagens, basicamente multiplicidade, heterogeneidade e simultaneidade, quer de culturas, modelos de comportamento, formas de organização social, actividades e processos. É a cidade enquanto resultante das razões que a determinaram, que a justificam, se entendermos a cidade como um centro de relações, de comunicações, como o quadro privilegiado de trocas materiais e intelectuais que a concentração física permite, incentiva e institucionaliza. E cuja institucionalização acaba por "dispensar" a própria concentração, para se expandir para além da cidade-causa e sobreviver apenas como cidade-efeito, seja precisamente um modelo de interacções que é a materialização do conceito de "urbano".

Susceptível de gradações, porque o fenómeno multiplicidade/heterogeneidade/simultaneamente é sempre gradual, mais ou menos espontâneo, eventualmente planificado, divergente no tempo e no espaço, a "questão urbana" não tem o sentido universalista que frequentemente se tem pretendido atribuir-lhe. Cremos que é antes uma construção teórica, baseada num modelo de desenvolvimento não vinculativo, com "nuances" espaço-tem-

porais por vezes próximas da ruptura aparente do referido modelo. Assim, preterimos a noção de "questão urbana" para admitir que podem coexistir diversas questões urbanas, tantas quantas as realidades sociais em que a problemática urbana surge com características específicas.

As reservas terminológicas não invalidam, porém, a presença mais ou menos intensa, mais ou menos evidente, da multiplicidade/heterogeneidade/simultaneidade de aspectos que justificam a designação de urbano, por oposição a um modelo de sociedade cujo término a revolução industrial veio despoletar.

Coincidem, pois, os critérios de base sociológica com a generalidade dos outros critérios, na aceitação da revolução industrial como condição determinante do fenómeno urbano. Afastam-se, na medida em que o seu âmbito é mais vasto, enquanto consideram que a industrialização não é condição suficiente, esporadicamente nem mesmo necessária, da emergência desse fenómeno. A multiplicidade, a heterogeneidade, a simultaneidade, ocorrem hoje ao nível do uso do espaço, das formas de vida, dos valores, das relações sociais, dos movimentos populacionais, etc., sem que tenha necessariamente havido um processo de industrialização para as desencadear.

Identificado por comparação, por diferenciação ou por oposição ao tradicional ou ao rural, o urbano assenta numa forma específica de ocupação do espaço; e a concentração populacional numa parcela relativamente restrita do território,

implica uma densidade de contactos e uma partilha desse território que nada têm de comum com a "dispersão" do mundo rural. Contudo, essa concentração e essa densidade são factores da cidade tradicional, da cidade fruto dos excedentes agrícolas, da cidade resposta à necessidade de contactos ou oportunidades, da aglomeração populacional que precedeu a aglomeração urbana.

Esta última advém, pensamos, de uma tendência crescente dos níveis de concentração, de uma sobre-ocupação do mesmo território pelo aumento incessante das interacções, que desemboca na inevitabilidade também crescente de espaço e na consequente absorção de espaços envolventes. Como receptáculo de uma população cada vez maior, ou como suporte das actividades cada vez mais diversificadas, o espaço urbano cresce fisicamente para ser objecto de uma multiplicidade de usos; o que significa que esse crescimento obedece a uma diversidade de lógicas, em consonância com as funções que o determinam.

Lógica económica, ou lógica funcional, que condiciona a localização das actividades, dos equipamentos, que determinou a heterogeneidade que define os espaços polifuncionais; e que, gradualmente, vem implicando a sua passagem a espaços especializados, em contraste com a diversidade funcional que é o extravasar do fenómeno urbano para os espaços exteriores. Lógica dos espaços organizados e dos mecanismos de controle; ou seja, da necessidade de uma organização dos excedentes, segundo Pearson⁽¹⁴⁾, ou da transformação das relações de reciprocidade em relações de redistribuição, que para Marx⁽¹⁵⁾

ocorre precisamente através dos mecanismos de controle. Lógica económica, em que a industrialização apenas actua como suporte uma vez que, apontando para a especialização funcional, é garantia do domínio económico imediato da cidade sobre o seu *hinterland*, domínio que, por fim, varia na razão directa do grau de urbanização.

Ou lógica residencial, em que a especialização acaba por parecer também inevitável; isto porque as escolhas são feitas em função de características que cada um privilegia no sentido da integração, o que é espontâneo sempre que, na heterogeneidade do urbano, se procura certa homogeneidade. Pensamos que esta nasce da resposta necessária dos indivíduos ao risco de massificação das reacções, de destruição da capacidade de participação e auto-expressão, de diluição da personalidade individual; respostas também às inúmeras acções eventualmente opostas em que está envolvido e que determinam o parcelamento da personalidade, a criação de um sem número de espaços superficiais distintos e geram, frequentemente, conflitos dificilmente superáveis; a homogeneidade é a via possível da integração no sistema, por aproximação aos mais semelhantes...

Como uma consequência, a dimensão, a calma, o sol, a ostentação, por exemplo, são valorizados da mesma forma pela mesma categoria, mas variam de uma para as outras categorias sociais. Da valorização diferenciada destes aspectos, ou do próprio espaço, resultam zonas residenciais distintas, verdadeiros bairros "especializados"; se essa especialização pode

ser mais ou menos programada, julgamos que a procura da homogeneidade acaba por torná-la de alguma forma espontânea. Resulta ainda um sentido do espaço que se concretiza na sua utilização, seja esta de mera dominação ou uma capacidade efectiva de apropriação. Se a primeira é consequência directa do fenómeno urbano pela pressão populacional relativamente à habitação, a segunda, parte integrante da vida nas cidades tradicionais, é nos centros urbanos um objectivo de cuja consecussão é factor a mobilidade social; faz parte de quanto está disponível no meio urbano e, naturalmente constitui, mais que um interesse, uma necessidade geradora de frustrações ou eventualmente conflitos. É, também, o reflexo da maior ou menor capacidade, ou necessidade, de adaptação e participação na vida urbana; capacidade e necessidade que se materializam, respectivamente, no acesso ao consumo e na sua demonstração, o que as torna elementos fundamentais para a análise da estratificação social urbana de que são, simultâneamente, causa e efeito.

Nesta perspectiva, as zonas de residência são também o reflexo da maior ou menor capacidade de participação - eventualmente da necessidade - e a sua homogeneidade relativa torna-as parte integrante da simbólica da organização social dos centros urbanos.

Se a homogeneidade é indício de especialização, esta é factor de dispersão e é, também, factor de segregação.

De dispersão, porque relega para zonas periféricas funções antes próprias do centro. O fenómeno urbano aparece,

então, como uma situação de transição entre uma ordem próxima, a dicotomia cidade-campo (de dispersão), e uma ordem longínqua, que é a sociedade globalmente considerada (de nova dispersão), porque actua no sentido da destruição de um processo de centralização que acentuou, da sua desagregação, para o restituir no seu conteúdo e com uma nova forma à escala da sociedade inteira⁽¹⁶⁾.

De segregação porque a especialização residencial periférica, pela carga simbólica que a situação de periferia não deixa diluir, agudiza diferenças, contrastes e oposições sociais.

Se o espaço urbano transcreve esses contrastes, transcreve de modo ainda mais evidente o que Wirth⁽¹⁷⁾ chamou de cultura urbana. A disciplina inscrita e vinculativa, a informação *standardizada*, o agravamento das distâncias ou o tráfego crescente são sinais aceites de uma nova forma de viver. São, na sua essência, a expressão de uma sociedade em que as relações primárias, espontâneas e informais, cedem perante relações esporádicas, utilitárias, formais; em que a imaginação ou a criatividade tendem a ser substituídas por conhecimentos "injectados"; em que a rua perde a sua função primordial de socialização; e onde aumenta o tempo "coacção", de cada vez que o tempo "obrigado" diminui⁽¹⁸⁾.

Na perspectiva, porém, da simultaneidade e da coabitação que caracterizam o fenómeno urbano, o espaço urbano revela essencialmente, e enquanto inscrição de tempos diferentes na

coexistência de formas diversas, o choque ou o conflito entre um passado cristalizado, ou eventualmente ressurgido, e um processo actual de mudança permanente.

1.3.- Critérios de Base Geográfica

A mudança ou o ritmo a que a mesma acontece, a simultaneidade/heterogeneidade de processos, que variam inevitavelmente no tempo como na intensidade com que ocorrem; a evolução, ao longo do tempo, dos referidos processos, radicam naturalmente num vasto número de factores.

Destes, é fundamental destacarmos os que se prendem com as condições naturais que permitem a maior ou menor adequação entre os homens e os espaços e, conseqüentemente, a emergência ou não do fenómeno urbano, a sua expansão mais ou menos efectiva. E se a abordagem geográfica se tem vindo a modificar progressivamente, no caminho da convergência com as abordagens histórica, sociológica ou económica, é factual que esta extensão/intrusão da perspectiva geográfica no campo das ciências sociais e no âmbito do estudo do fenómeno urbano, não a destitui da especificidade que lhe tem sido conferida pelos aspectos concretos que a sua análise privilegia enquanto factores básicos do referido fenómeno.

Creemos que é por demais óbvio que os homens, enquanto utilizadores do território, não ocupam um sítio qualquer. Essa ocupação é condicionada por características de natureza física, nomeadamente orográficas, climáticas ou outras que são determinantes da opção de ocupar, bem como do tipo de utilização do território ocupado. Desta utilização, é indissociável a localização quer das habitações, como das actividades. É,

pois, objecto essencial da abordagem geográfica a explicação das formas de ocupação, da localização, seja a organização do espaço, como posteriormente a estrutura socio-económica que este determina e é, finalmente, a consequência de um meio-ambiente determinado.

Se a uma primeira fase da perspectiva geográfica corresponde o homem condicionado pelas potencialidades do meio físico, hoje é privilegiada a função actuante do homem enquanto primeiro interveniente nesse mesmo meio, num processo de aproveitamento crescente.

Contudo, o binómio homem/espaço, no sentido restrito de espaço físico e apesar da evolução constante da geografia no caminho de uma aceção mais lata do conceito de espaço, como da aproximação que referimos às ciências sociais, não deixa de constituir-se como o fundamento da perspectiva em questão, como não deixa de ser determinante da própria evolução das relações homem/espaço, no sentido alargado deste último conceito.

A cidade, que a Geografia distingue de urbano, é variável em função da sua dimensão física ou demográfica, da sua estrutura física ou social, da sua riqueza, da sua influência⁽¹⁹⁾; tem, no entanto, subjacente um conjunto de condições ambientais que permitiram ou incentivaram o seu nascimento; tem, por outro lado, invariavelmente a função de aglutinadora dos seus habitantes, de elo de ligação entre estes e o meio exterior, seja ele mais ou menos próximo. E o tipo de ligações que estabelece com o exterior, de âmbito social, económico, polí-

tico, depende de algum modo da sua situação, da distância física, da existência ou não de obstáculos naturais, esta factor importante da rede de comunicações e, em consequência, da função de transmissão de valores que é, também ela, apanágio da cidade.

Por outro lado, a expansão das cidades, a ocupação frequente de zonas envolventes mais ou menos vastas, sofre necessariamente a influência de condições naturais que são factores de um ou outro tipo de uso do solo, ou de diferenças na sua valorização; finalmente, do tipo de crescimento da própria cidade que a geografia distingue, no âmbito da ocupação do território, como formas de povoamento diferentes, que vão da concentração à aglomeração, a um povoamento de tipo misto ou, ainda, à dispersão.

O conjunto de fenómenos que mencionámos tem implícito o papel do homem enquanto elemento actuante que, como dissemos, a geografia vem recentemente privilegiando. A ocupação e a utilização do território, o aproveitamento dos recursos naturais, têm subjacente uma acção do homem sobre o meio que não é muitas vezes a mais correcta. Se é objecto de análise das diferentes ciências sociais essa utilização incorrecta, nomeadamente pelos custos económicos e sociais que a longo prazo deverá significar, é à área da Geografia que cabe, mais que a explicação para tais situações, a proposta de soluções; o ordenamento do território é hoje extensivo ao controle do crescimento das cidades, ao equilíbrio nas relações entre a

cidade e o seu *hinterland*, concretamente o campo envolvente.

As referências constantes à noção de cidade, às diferenças de crescimento e de organização, conduzem-nos a um outro aspecto: o da sua hierarquização, que a Geografia Urbana articula com as funções existentes, disponibilidade de equipamentos, questões como a habitação e a segregação social, que em circunstâncias específicas de coexistência conferem aos habitantes uma maneira particular de viver, que as diversas abordagens do fenómeno urbano designam de urbanismo.

Desta forma de viver é elemento integrante uma percepção própria do espaço físico, bem como, na óptica ainda da Geografia, a dependência de um centro aglutinador e comum, mais que a zona de residência. E surge o conceito de região urbana, mais restrito e passível de delimitação no território que a área de influência, eventualmente difusa, cuja dependência em termos da deslocação ao centro referido é, naturalmente, mais frouxa⁽²⁰⁾.

São as regiões urbanizadas, como as áreas de influência, condicionadas no que respeita ao seu próprio crescimento pela rede da comunicações, mais objectivamente os transportes de ligação ao centro de que dependem; a acessibilidade surge como factor de concentração, eventualmente de congestionamento temporário, porquanto pode também, num processo regressivo, ser factor de desconcentração urbana. Cabe ao homem escolher o lugar para viver, como lhe cabe decidir onde edificar a cidade, ou como dirigir o seu desenvolvimento; é a materiali-

zação da necessidade de equilíbrio entre os homens e os espaços, limitada todavia por factores de natureza política ou económica que, pela interferência clara e directa na prosecução desse equilíbrio, é consequentemente objecto da preocupação dos geógrafos.

Traduz, de outro ângulo, o dinamismo das forças económicas, a sua maior ou menor dependência face ao poder político; por outro lado, revela a dimensão dos centros, a capacidade de formação de economias de aglomeração ou, em circunstâncias extremas de congestionamento, situações ditas de deseconomia.

Coloca-se o problema da dimensão óptima das cidades, relativizada esta pela rede urbana em que as mesmas cidades se inserem e com a qual mantêm relações de maior ou menor solidariedade, consoante a menor ou maior distância física que as separa das outras cidades. É, numa óptica alargada, o espaço de relação, que para cada cidade se pode restringir ao nível do campo que a envolve.

Neste âmbito, a perspectiva geográfica aponta no sentido de que o processo de urbanização implica a desagregação da cidade tradicional, pela sua expansão para o campo e a consequente emergência de uma área periférica, na qual as relações de conflito, pelo uso de um solo constantemente valorizado, se substituem às anteriores relações de solidariedade.

Altera-se a localização das actividades, dispersam-se os fluxos da vida urbana, constrói-se um novo espaço assente em novas formas de organização do território, a que o homem

responde, de forma planificada umas vezes, caótica outras, na busca de um também novo equilíbrio, ou da utilização mais vantajosa das condições existentes.

1.4. Critérios de Base Demográfica

Retomando o problema do equilíbrio homens/espacos, e a utilização que os homens vêm fazendo das parcelas do território ocupadas que alargam gradualmente, pensamos que a questão urbana pressupõe uma multiplicidade de outras questões que se prendem, na generalidade, com o próprio conceito de urbano.

Se bem que antes referidas as circunstâncias em que, pela simultaneidade de condições específicas, se gera uma forma particular de vida, de percepção do espaço, de relações sociais a todos os níveis, a realidade é extremamente diversa e esse conjunto de condições não se desenvolve, ou nem ocorre, em tempos e modelos iguais para todas as situações classificadas como urbanas.

Coincidências há nas abordagens que sintetizamos, que lhes conferem uma certa unidade: a concentração populacional, a expansão dos centros, as actividades profissionais predominantes, a disponibilidade de equipamentos e recursos; ou, por via indirecta, os fluxos populacionais, na medida em que as opções por umas que não outras zonas ou localidades, a própria concentração que pode ter implícito o "esvaziamento" de alguns outros locais, mais não são que o fruto de deslocações populacionais, incentivadas pela maior ou menor atração exercida pelas áreas de preferência dessas populações.

Posto isto, achamos fundamental a objectivação de cada situação, dado que cada uma é particular e diferente; mas essa

análise detalhada pressupõe, na via da procura de regras generalizáveis e passíveis de contribuir para o corpo teórico sobre a problemática em causa, que estabeleçamos limites mais ou menos rígidos, susceptíveis de quantificação, a partir dos quais poderemos, efectivamente, partir para a análise mencionada. Mais explicitamente, não prevemos o estudo de parcelas habitadas do território cuja dimensão, ou cujos níveis de concentração, por exemplo, não permitam à partida a sua inclusão nas zonas urbanas.

Os fluxos migratórios ou os níveis de crescimento das populações, levantam-nos também problemas no âmbito da análise, porquanto uma apreciação qualitativa destes fenómenos nos poderia induzir em erros que falseariam, indubitavelmente, as possíveis conclusões.

Porque a generalidade das abordagens sob as quais tem sido estudada a questão urbana refere sistematicamente a persistência das ocorrências, a sua quantidade ainda que em termos abstractos, a presença significativa do factor humano, parece-nos essencial, para o avanço da investigação, o recurso a instrumentos de medida que, não só materializam as questões, como facultam comparações fundamentais, constituindo, ao mesmo tempo, o ponto de partida para as diversas propostas de análise.

Neste contexto, a análise demográfica surge como a base na qual se inserem as diferentes perspectivas que sintetizámos, pela convergência dos seus aspectos teóricos, nos critérios antes referidos. E se detem os instrumentos de medida

essenciais é, por outro lado, extensível a uma diversidade de abordagens, o que, numa linha de coerência relativamente ao que expusemos anteriormente, permite o agrupamento destas num conjunto de critérios de análise que revelam, na definição do fenómeno urbano, os aspectos quantitativos da população.

Surge, pois, a designação conjunta de critérios de base demográfica, para os trabalhos de investigação sobre a questão urbana que radicam as suas explicações nessa quantificação. A objectividade que pressupõem, no entanto, não conduz por si só à clarificação do conceito de "urbano". Porém, problemas há que têm sido superados; e sempre que se ultrapassa um obstáculo, há um incentivo ao prosseguimento da investigação. Se as conclusões não podem ter carácter definitivo pela própria dinâmica das sociedades, garantem, pelo menos, a eliminação de algumas etapas.

A objectividade que pressupõem os critérios de base demográfica tem sido o factor da superação já referida de algumas questões. De entre estas, a de um limite mínimo de dimensão das aglomerações pode ser fundamental para permitir, por exclusão, um ponto de partida para a constatação e a posterior avaliação do fenómeno urbano. Ainda que susceptível de alguma controvérsia, a questão da dimensão parece-nos temporariamente ultrapassada e a evolução do fenómeno em causa, referida em relação às abordagens anteriores, não aponta, pelo que designámos de "desconcentração" ou "nova dispersão"⁽²¹⁾, para a necessidade de uma revisão dos valores definidos.

Temos, porém, que abordar algumas tentativas de definição do conceito de "urbano" que reforçam a necessidade da qualificação, para enquadrar a proposta de dimensão mínima.

Nesta linha, a Organização das Nações Unidas define como aglomeração urbana "todo o agrupamento de população distinto e indivisível (também chamado aglomeração, lugar habitado, centro populacional, etc.), quaisquer que sejam as suas dimensões, tendo um nome ou um estatuto localmente reconhecido e funcionando como entidade social integrada"⁽²²⁾. Acrescenta, todavia, que se admite "quase universalmente" que o conceito de aglomeração urbana se liga a "agrupamentos relativamente importantes e bastante densos"⁽²³⁾, que prosseguem essencialmente actividades económicas não agrícolas; e classifica as aglomerações urbanas em três categorias principais:

- 1 - Classificação de divisões administrativas secundárias a partir de critérios determinados, como a natureza da administração local, o número de habitantes e a percentagem da população que pratica a agricultura, ou que dela depende de forma directa. (Parâmetro do status).
- 2 - Designação de centros administrativos de divisões secundárias como "urbanos", classificando-se o resto de cada divisão como "rural". (Parâmetro da delimitação da fronteiras).
- 3 - Designação de aglomerações de dimensões mínimas especificadas como "urbanas", quaisquer que sejam a natureza da administração ou os limites territoriais. (As localidades "rurais" surgem como uma categoria residual, que compre-

ende todas as localidades não urbanas). (Parâmetro da nomenclatura).

A primeira destas categorias refere como um dos aspectos fundamentais o número de habitantes, enquanto a última aponta para "dimensões mínimas especificadas", o que pressupõe a importância do factor "dimensão da população" para a classificação de uma localidade como urbana.

Se bem que, e à semelhança de outras definições, nomeadamente a de Gerald Breese⁽²⁴⁾, os tipos de actividade económica ou de administração surjam como factores do urbano, fundamental é que o autor, ao enfatizar o facto de a hierarquia administrativa aparecer normalmente ordenada no mesmo sentido que a dimensão populacional, acrescente que uma localidade urbana deve ter como dimensão mínima 2000 habitantes.

Esta recomendação é aceite por trabalhos de natureza predominantemente ecológica, económica ou administrativa, mas a adopção da dimensão como factor básico da presença do urbano não nos permite ultrapassar, por exemplo, dificuldades em relação à nomenclatura, que pode não corresponder ao mesmo número de habitantes para países diferentes. Como solução, a Comissão Estatística das Nações Unidas recomenda o termo "localidade" para designar qualquer aglomeração tida como urbana; e acrescenta que cada localidade existe "dentro de determinados contornos de fixação densa da população", admitindo o mínimo absoluto de 2000 habitantes, com a indicação de

que, em alguns países, esse limite possa ser de 7500 habitantes.

Próxima desta, a proposta feita pela conferência dos Estatísticos Europeus⁽²⁵⁾ em relação à Europa: são urbanas as localidades com mais de 10000 habitantes, semi-urbanas as que se situam entre 2000 e os 9999 habitantes, e rurais as que não atingem os 2000 habitantes; valor este, aliás, que podemos entender como o mínimo absoluto para o estatuto de urbano, se atendermos à "fluidez" da designação de semi-urbano.

Omitindo intencionalmente quaisquer outras propostas e porque apenas pretendemos reforçar a necessidade do recurso aos instrumentos demográficos, cabe-nos referir, no entanto, a relevância dada à dimensão, como à concentração populacionais; são factores fundamentais do fenómeno urbano e são, simultaneamente, indicadores integrados pela perspectiva demográfica. Daí a necessidade da referência ao conjunto de critérios de base demográfica para a caracterização e a avaliação do referido fenómeno. Critérios que, pela utilização de outros indicadores, nos permitem ainda avaliar dos níveis diferentes do processo urbano e do ritmo a que este evolui em tempos e espaços distintos.

Conclusão

Ressaltam, naturalmente, de quanto dissémos, divergências e semelhanças entre os diferentes critérios sintetizados. E no que respeita aos aspectos semelhantes a sua análise cuidada revela que, essencialmente, há convergência de posições, ainda que sob perspectivas distintas.

Quando os critérios de base histórica referem a necessidade de excedentes produzidos pela agricultura para a formação das cidades, há como que uma confirmação da mesma proposta por parte dos critérios de base sociológica, nomeadamente no âmbito da perspectiva económica, que afirma que são esses excedentes que permitem a "libertação" do campo de uma parte da população agrícola, que passará a dedicar-se a outras actividades.

Essa população constitui as primeiras aglomerações; e a generalidade dos critérios aponta como elemento primeiro da constituição da cidade a concentração populacional. Concentração esta que implica uma dinâmica própria e a criação de novas actividades, com a consequente divisão gradual de funções, quer dos indivíduos, quer das próprias cidades.

Contudo, apenas a Revolução Industrial veio operar a ruptura no processo de desenvolvimento das primeiras cidades, para desencadear um novo processo em que a diversificação das actividades e a consequente especialização são, aparentemente, imparáveis. Dessa diversificação advêm a heterogeneidade e a simultaneidade que caracterizam o fenómeno urbano. Podemos

concluir que é, portanto e para a generalidade dos critérios de base histórica, ou sociológica, ou demográfica, a Revolução Industrial o ponto de partida de uma nova era da vida da humanidade, seja a sociedade urbana.

Contudo, a perspectiva sociológica, pela maior intercomplementaridade da sua análise e apesar da insuficiência de uma visão estritamente economicista, permite avançar com a introdução de novas variáveis, até à dependência político-administrativa ou às relações centro-periferia, para concluir que a urbanização acontece hoje em zonas não industrializadas. A industrialização será, pois, o suporte; mas, dada a possibilidade de constatação do fenómeno urbano nas referidas zonas, ela não é condição necessária da urbanização. Ou, mais correctamente, não o é se analisarmos o espaço de forma desagregada; e a desagregação é elemento fundamental da análise do urbano, na medida em que a própria dinâmica do fenómeno obedece a características específicas em zonas diferentes.

Nesta via volta a parecer-nos notória a complementaridade das várias posições teóricas. Segundo os critérios de base histórica e nomeadamente na perspectiva proposta por Heidegger, cada realidade urbana é específica, porque nasceu da anterioridade também específica que a determinou; o que, de acordo com a análise sociológica, nos deixa crer que há tantas questões urbanas quantas as situações diferentes que as desencadearam e que se prendem, de certo modo, com a não uniformidade e as oscilações na distribuição populacional, nos seus

níveis de concentração, mesmo quando aparentemente as variáveis não demográficas se conjugam da mesma forma.

Temos, pois, que contar com aspectos condicionantes do fenómeno urbano que são parte integrante dos sistemas de valores. A heterogeneidade é, a este nível, mais intensa, mais persistente e integra aspectos diversos, de ordem étnica por exemplo, que em algumas sociedades podem ser determinantes de segregação, enquanto noutras podem passar despercebidos. Devemos referir ainda que, num processo de segregação intensa, os contactos podem ser reduzidos ao mínimo, a absorção de valores pelos grupos "excluídos" pode não se fazer por rejeição; e então ocorrem, numa mesma comunidade, níveis muito diferentes de urbanidade.

A alusão ao sistema de valores, à cultura enquanto susceptível de intensas variações de uma para outra sociedade, deixa-nos concluir da dificuldade de caracterização do fenómeno urbano em termos genéricos. Contudo, a perspectiva sociológica aponta para a constatação fácil da presença do urbano, através de símbolos ou sinais visíveis; a insuficiência desta leitura reside, porém, no seu risco de etnocentrismo, porquanto os símbolos correspondem a uma ideia pré-concebida da cultura urbana que é fruto dos valores subjacentes à leitura da realidade, o que lhe confere necessariamente um carácter subjectivo. Dessa cultura urbana "estereotipada" são parte, tanto na perspectiva histórica, como na perspectiva antropológica, a perda da espontaneidade, o utilitarismo das relações sociais, ou a especialização crescente de funções que já refe-

rimos; mas tanto uma, como a outra análise, referem estes elementos de um ponto de vista dinâmico, em evolução constante, o que invalida a capacidade de delimitação entre o não urbano e o urbano; porém, há uma antevisão de um processo gradual, de uma mudança constante mas a ritmos diferentes, em que cremos que a análise demográfica é contributo importante através da quantificação desses ritmos ao nível, pelo menos, das oscilações da população.

A mudança, as gradações do fenómeno urbano, as próprias relações dinâmicas entre os homens e os espaços, concretizam-se na expansão dos valores urbanos, na dispersão dos centros, no que genèricamente consiste no processo de urbanização. Este tende para a homogeneização do espaço total, daí que os critérios de base sociológica caracterizem o fenómeno urbano como um período de transição entre uma ordem próxima, a da cidade, e uma ordem longínqua, da sociedade globalmente considerada.

Esta caracterização não é refutada pelos outros critérios de análise; pensamos antes que é susceptível de leituras diferentes. Na perspectiva histórica a transição é simultâneamente contradição, porque reflecte a oposição entre um passado cristalizado (nos edifícios, nas ruas, eventualmente nas mentalidades) e a mudança actual; oposição entre as cidades que a não dispersão "fossilizou" e aquelas cuja área de influência crescente revela efectivamente o fenómeno urbano. Se a cidade constrói o seu próprio tecido urbano envolvente, com as quebras evidentes de um processo que não é uniforme, essa

expansão tende naturalmente a diluir a cidade enquanto espírito e carácter. Tende, pensamos, a criar novos espaços, que são a materialização das novas concepções da vida e a resposta às necessidades nascidas do intercambio crescente, dos fluxos cada vez maiores de população.

Enquanto materialização de novas concepções, a urbanização do espaço obedece a lógicas, funcionais ou residenciais que, segundo a abordagem sociológica, condicionam a expansão urbana. Aliás, a ligação estreita que a Geografia Humana estabelece entre os movimentos populacionais e a estrutura socioeconómica coincide com a referida proposta. Porém, a Geografia actua no sentido da "construção" dessas lógicas, da sua programação, na linha do que designou de urbanismo operacional, que converge com os objectivos do ordenamento do território.

Como actuante, o urbanismo implica um conhecimento da realidade, a capacidade de desagregação dessa realidade nas unidades distintas que a integram. Da necessidade desse conhecimento, como das inevitáveis diferenças existentes na sociedade, concluimos pela impossibilidade de uma análise cabal do fenómeno urbano no âmbito apenas de um critério; pela impossibilidade, portanto, de iludir a necessária articulação das diversas perspectivas que, se bem que privilegiando aspectos diferentes, não são contraditórias ou exclusivas e entroncam, mais ou menos claramente, numa base comum que é a análise demográfica, na tentativa de avançar na construção de uma teoria da urbanização.

NOTAS AO TEXTO

Primeira Parte

1. E.E. Lampard, "The History of Cities in the Economically Advanced Areas", in Economy, Development and Cultural Change, vol. 3, 1955, in Morris, Sociologia Urbana, Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1972.
2. Henri Lefèbvre, "El derecho a la ciudad", Ed. Península, Barcelona, 1978 (Coleccion História, Ciencia y Sociedad, nº 44)
3. Lampard, ob. cit (2)
4. Ildefonso Cerdá, in Manuel Castells, "La question urbaine", Ed. François Maspero, Paris 1972
5. R.N. Morris, "Sociologia Urbana", Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1972
6. Henri Lefèbvre, ob. cit. (1)
7. Heidegger, "Essais et Conférences", in Henri Lefèbvre, "El Derecho a la Ciudad", Ed. Península, Barcelona, 1978
8. Bachelard, in Henri Lefèbvre, ob. cit.
9. Georges Duby, "Histoire de la France Urbaine", vol. 5, La Ville Aujourd'hui, 3ème partie, Ed. Seuil, Paris, 1985
10. Urbanismo operacional - Georges Duby, ob. cit. vol. 5, 1ère partie, pag. 104
11. Georges Duby, ob. cit. idem (11)
12. Mies von der Roche acabou, pela ideologia do gigantismo, com uma certa estética do precário e do provisório
13. "Em 1950 Le Corbusier tenta recriar os centros urbanos à escala humana, numa realização que não é mais que a materialização de uma ideia individualista da monumentalidade, ou de uma vontade de pobreza e despojamento em edifícios para privilegiados", Georges Duby ob. cit., 4ème partie
14. H. Pearson, "The Economy has no Surplus: a critique of a theory of development", 1957, in David Harvey, "Urbanismo y Desigualdad Social", Siglo veintiuno Editores, Madrid, 1977.
15. Karl Marx, "O Capital", Ed. Delfos, Lisboa, 1974, Vol. 1, 3ª secção, Cap. VII

16. Manuel Castells, "La question urbaine", François Maspero, Paris, 1977
17. Louis Wirth, "Urbanism as a way of life", American Journal of Sociology, vol. 44, 1939
18. Henri Lefèbvre, "Du Rural à l'Urbain", Ed. Anthropos, Paris, 1970. No urbano há 3 tempos: livre, obrigado (o do trabalho), coacção (transportes, deslocações, burocracias, etc.)
19. Jacqueline Beaujeu-Garnier, "Geografia Urbana", Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1980
20. Derek Senior, 1966, in Jacqueline Beaujeu-Garnier, op. cit. (20)
21. Cap. I, 1.2.
22. Nações Unidas, "Report on the World Social Situation", ONU, 1957
23. Nações Unidas, "Report on the World Social Situation", ONU, 1957
24. Gerard Breese, "La ciudad en los países en vias de desarrollo", ed. Tecnos, Coleccion Ciencias Sociales - Série Sociologia, Madrid, 1974
25. Nações Unidas, "Statistical Commission and Economic Commission for Europe", Conference of European Statisticians, New York, 1964

CAPÍTULO II

OS CRITÉRIOS DE BASE DEMOGRÁFICA COMO PROCESSO DE MEDIAÇÃO DO FENÓMENO URBANO

INTRODUÇÃO

Equacionados os vectores considerados, pela agregação das diferentes perspectivas coincidentes ou próximas, fundamentais para a análise do fenómeno urbano; referida a perspectiva comum a cada um desses vectores que é a necessidade de quantificação, quer porque aí radicam muitas das questões levantadas, quer pela convergência implícita na procura de objectividade das explicações propostas, cabe-nos "escalpelizar" o que constitui a base demográfica que determinou a agregação de um conjunto de abordagens, ao qual, e apenas por uma questão prática, atribuímos genéricamente a designação de critério demográfico.

A medição do fenómeno urbano, parte do processo mais vasto que é a sua avaliação, permite-nos não só detectar a presença do mesmo fenómeno como avaliar a sua intensidade, a sua expansão, o ritmo a que esta ocorre nas diversas situações. É, portanto e pelos indicadores que utiliza, a forma eficaz de contornar em larga medida obstáculos como a heterogeneidade da realidade urbana, através de uma análise desagregada.

Essa desagregação inclui, naturalmente, uma diversidade de medidas, passíveis todas elas de conclusões parcelares, porém susceptíveis de uma análise articulada e conjunta, que é factor da explicação da urbanização enquanto fenómeno multidimensional e dinâmico.

O grau de urbanização, ou a percentagem da população urbana, bem como o ritmo a que ocorre a expansão do fenómeno urbano, permitem-nos hierarquizar as localidades, por exemplo; mas, fundamentalmente, são indicadores do desenvolvimento e da direcção em que este fenómeno se processa. A distribuição da população, indicador ainda do tipo de desenvolvimento, como dos desequilíbrios inter-regionais, ou as deslocações do campo para as cidades, facultam-nos não só o diagnóstico, como a planificação de eventuais correcções necessárias a um desenvolvimento harmonioso. Por outro lado, estas, como outras medidas, conferem a objectividade essencial a eventuais conclusões de análises qualitativas.

Não pretendemos, todavia, significar que a medição do fenómeno urbano o explica de modo exclusivo, ou sequer suficiente. As referências feitas anteriormente a questões de natureza cultural, desde a diversidade de quadros de valores à heterogeneidade de cargas simbólicas, que de algum modo são simultâneamente o seu suporte e o seu reflexo, revelam aspectos cuja análise passa fundamentalmente pela aplicação de outros critérios.

Porém, cada situação susceptível dessa análise pressupõe quantitativos mínimos de população, implica comportamentos específicos dessa população enquanto detentora de uma dinâmica evolutiva própria, que constituem a base material do que designamos por fenómeno urbano. E facultam o estudo objectivo desse mesmo fenómeno, pela possibilidade de desagregação numa multiplicidade de componentes que a análise demográfica traduz nos indicadores que escolhemos como medidas essenciais.

2.1 - O Grau de Urbanização

Trata-se de um conceito que refere normalmente o número absoluto e relativo de pessoas que vivem no que se define como lugares urbanos. Para o medir, podemos usar duas espécies de índices: baseados na proporção de pessoas que vivem em lugares definidos como urbanos, e referentes à dimensão das cidades de um país ou região. O mais usado tem sido o primeiro índice, ou seja, a percentagem de população urbana.

Deixa o mesmo índice no entanto, em aberto, a questão do conceito de urbano e da delimitação das fronteiras da cidade. Hoje, têm-se corrigido estas dificuldades agrupando as cidades pela sua dimensão populacional, por exemplo com 2000 ou mais habitantes, até 5000, ou com 10.000 e mais habitantes, devendo manter-se constantes as categorias ou agrupamentos para possibilitarem comparações históricas.

O ratio urbano-rural é um índice também afectado pelas diferenças e mudanças na definição de urbano. Contudo permite-nos, em comparações históricas, medir o tempo de urbanização e calcular quantos habitantes urbanos existem para uma pessoa rural num país ou numa região.

A dimensão da localidade de residência do habitante médio estabelece a dimensão da localidade onde vive o habitante médio. Este conceito surge do conjunto das localidades de um país ou região, ordenadas consoante a sua dimensão e em qualquer dos sentidos; atribuindo um número de ordem aos habi-

tantes, a partir do número um até ao número total de habitantes, podemos designar a pessoa que ocupa a posição referente a metade da população (numa população total de 2.000 pessoas, o habitante médio terá o número 1.000).

O índice representa, pois, a dimensão populacional da localidade onde reside o habitante médio e obtem-se pela fórmula:

$$M_i = Q_i + (Q_{i+1} - Q_i) \frac{50 - PP_i}{PP_{i+1} - PP_i},$$

em que:

PP_i = percentagem cumulativa da população para a dimensão de localidades da categoria inferior a 50%

PP_{i+1} = percentagem cumulativa da dimensão de localidades da categoria seguinte

Q_i e Q_{i+1} = limites superiores da dimensão das localidades das categorias i e $i+1$, respectivamente.

Se há categorias diferentes e fazemos comparações, recorreremos a logaritmos. O cálculo do anti-logaritmo, após esta resolução da fórmula, representa a dimensão do lugar de residência do habitante médio.

A interpretação do índice permite-nos concluir que, quanto maior é a dimensão da cidade do habitante médio, maior é o grau de urbanização. O seu valor, porém, varia no tempo ou

entre países, devido à distribuição da dimensão das cidades. É também afectado pelo estágio particular do processo de urbanização num país; e perde eficácia, se a população rural for superior a 50%, ou se a totalidade da população se concentrar numa cidade.

A dimensão da população da cidade média é outro índice para avaliar o grau de urbanização, obtendo-se da média das dimensões das cidades em que a população reside. Este valor é expresso, segundo o conceito estatístico de valor esperado, por:

$$MC = E (C_i) = \sum p_i v_i$$

em que $E (C_i)$ corresponde ao valor esperado da dimensão das cidades; p_i é a probabilidade de que uma amostra de acaso viva na cidade C_i , e v_i representa a dimensão da cidade.

2.2 - O Tempo de Urbanização

O conceito de tempo de urbanização refere a mudança no grau de urbanização durante um período de tempo determinado. Se o grau de urbanização é medido pela percentagem de população que vive em lugares urbanos, pelo *ratio* urbano-rural, pela dimensão da cidade do habitante médio, ou pela dimensão da população da cidade média, a taxa de urbanização será a mudança registada nestes índices para um período de tempo considerado.

Desde que uma mudança na urbanização possa ser referida para diferentes períodos de tempo, podem calcular-se e comparar-se as mudanças anuais.

A mudança na percentagem urbana serve para avaliar o tempo de urbanização como mudança anual absoluta em percentagem, utilizando a fórmula:

$$TA = \frac{1}{n} (PU^{t+n} - PU^t) ,$$

em que TA equivale ao ritmo de urbanização, n ao número de anos e PU à percentagem de população urbana nos anos t e t+n.

Contudo, o grau de urbanização já atingido no ano considerado como ponto de partida, ou seja o ano t, afecta significativamente o resultado obtido; por outro lado, os países com uma percentagem urbana relativamente próxima de 100% não podem, obviamente, apresentar grandes mudanças, muito embora o

processo de crescimento urbano possa continuar.

A taxa média anual de mudança da percentagem urbana é um índice com maior eficácia, que é interpretado como a taxa anual de mudança de pessoas em áreas urbanas por 1000 pessoas no país ou região. O seu cálculo pode efectuar-se através de modelos distintos: geométrico, exponencial e hiperbólico, pelos quais obtemos resultados próximos para períodos de cerca de dez anos; e aritmético ou linear, que revela níveis mais elevados do tempo de urbanização.

Se admitirmos que a mudança na percentagem urbana é linear do ano t para o ano $t+n$, o índice expressa-se por:

$$PU^{t+n} = PU^t (1+n \cdot TR_a) ,$$

em que TR_a corresponde à taxa aritmética de mudança na percentagem urbana que é representada por PU ; PU^t é a percentagem urbana no ano de partida e PU^{t+n} a mesma no último ano considerado.

A mudança no *ratio* urbano-rural, tal como o índice anterior, pode ser apresentada nas quatro hipóteses referidas, aritmética, geométrica, exponencial e hiperbólica.

Lembramos que o *ratio* urbano-rural para as populações urbana e rural representadas respectivamente por U^t e R^t corresponde à fórmula

$$UR^t = \frac{U^t}{R^t} .$$

em que U^t é a população urbana no ano considerado e R^t a população rural no mesmo ano.

A mudança na dimensão do lugar de residência do habitante médio implica que consideremos o tempo de urbanização como a taxa média anual de mudança exponencial do próprio índice.

A mudança na dimensão da população da localidade média, sendo embora possíveis os cálculos através das já analisadas hipóteses alternativas, volta a reforçar a vantagem do modelo exponencial, que assume uma mudança contínua e minimiza o efeito de se dispor de períodos de tempo diferentes.

2.3 - A Distribuição da População

Ainda que para uma análise desagregada, seja quando o objectivo da investigação é o estudo isolado de uma localidade ou uma região determinadas, a avaliação da distribuição da população tem implícita a necessidade de comparação com outras áreas. Assim, permite relacionar cada localidade, ou cada região, com as zonas cada vez mais vastas que a integram. E as vantagens ou desvantagens dos diferentes métodos para o tipo de avaliação em causa dependem, naturalmente, dos objectivos dessa avaliação. O índice do centro de população sumariza a distribuição da população numa área geográfica, pela representação do ponto no qual todas as distâncias individuais em qualquer direcção se anulam.

Para o cálculo do índice, a longitude e a latitude geográficas de cada lugar habitado, numa região ou num país, são ponderadas pela sua população.

A longitude do centro de população obtem-se pela formula:

$$LO = \frac{\sum_{i=1}^m P_i LO_i}{\sum_{i=1}^m P_i},$$

em que P_i refere a população de um lugar particular i , LO_i a

longitude do mesmo lugar i , e m representa o número de lugares habitados.

O cálculo da latitude obtém-se pela fórmula idêntica:

$$LA = \frac{\sum_{i=1}^m P_i LA_i}{\sum_{i=1}^m P_i},$$

em que as correspondências, para LA_i igual à latitude do lugar i , são as mesmas que na fórmula anterior.

Uma vez tidos em conta para o cálculo todos os lugares urbanos, admitimos que a população rural de cada unidade administrativa está localizada no centro geográfico da unidade da qual faz parte. A colocação do centro de população e as suas mudanças indicam a direcção geográfica na qual a população da região ou do país está a fixar-se.

Embora limitado, este índice utiliza-se para estudar a distribuição da população quando combinado com o índice da população potencial ou com o da distância standard.

Os mapas de população utilizam-se para ilustrar a densidade e a dimensão populacionais dos lugares.

Um mapa de densidade constrói-se depois de calculada a densidade populacional em cada unidade administrativa. As densidades são então classificadas em categorias com intervalos definidos e cada categoria é representada por uma cor diferente, designando cada unidade administrativa pela suas iniciais.

Obtemos mapas de população representando um certo número

de pessoas por pontos ou marcas, que devem ser diferentes consoante a dimensão da população a que se reportam e são colocados no mapa na localização exacta em que vive a actual população; assim, os lugares mais densamente povoados têm uma maior concentração dos referidos pontos.

De modo semelhante, qualquer característica da população pode ser representada no mapa por subdivisões diferentes de uma região ou país (movimentos migratórios, proporção de rurais, força de trabalho, etc.).

Um método para estudar a distribuição da população rural pode ser o cálculo da média de distâncias que separam as habitações no campo, através da fórmula seguinte:

$$D = 1,07 \frac{A}{N}, \text{ em que } A \text{ é a área de}$$

uma unidade administrativa, N o número de habitações rurais nessa área, e 1,07 é uma aproximação da raiz quarta de 4/3.

Podemos constituir dois tipos de mapas diferentes usando estas distâncias médias. O primeiro, classificando em categorias pequenas áreas de acordo com as distâncias médias entre as casas e atribuindo a cada categoria algumas características distintivas, à semelhança do que referimos para os pontos de densidade populacional. O segundo, colocando no ponto central de cada área a distância média entre as habitações de campo dessa área e ligando depois os pontos com a mesma distância média.

A distribuição das cidades é um índice que se prende com o facto de, numa região ou país, as cidades terem dimensões populacionais diferentes podendo, conseqüentemente e a partir dessas diferenças, ser ordenadas da maior para a menor. Partindo desta ordenação, é possível ajustar a distribuição das cidades através de uma função que relaciona a dimensão populacional de qualquer cidade com o seu número de ordem e com a dimensão populacional da cidade maior.

A relação entre o número de ordem de uma cidade e a dimensão da cidade maior pode ser obtida por

$$C_K = C_1 \cdot K^{-Z},$$

em que C_K representa a população da cidade situada na posição K quando ordenadas da maior para a menor, C_1 a cidade maior, K o número de ordem e Z uma constante⁽¹⁾.

2.4. - Concentração e Dispersão da População

A dimensão das localidades é uma questão que está associada à concentração e à dispersão populacionais, do mesmo modo que estas são indissociáveis da distribuição da população. E, tal como a maneira como uma população se distribui ao longo de um território é susceptível de análise quantitativa, também a concentração e a dispersão podem ser medidas.

Para essa avaliação usamos índices, de entre os quais alguns são mais frequentemente utilizados, seja pela facilidade de cálculo como pela validade dos resultados obtidos. Contudo e porque são diferentes os índices para medir a concentração e a dispersão, é importante referir que, utilizados conjuntamente, permitem uma ideia muito mais correcta da distribuição da população.

De entre as medidas da concentração populacional optámos pelas que, seguidamente, passamos a analisar.

A percentagem urbana cumulativa é um índice que calculamos achando a média da percentagem de população em categorias de dimensão das cidades, às quais fixamos um limite inferior e cujo limite superior é aberto.

O valor do índice pode variar entre 0, se não há população urbana, e 100, quando toda a população vive em localidades da categoria mais alta. Este valor pode, porém, ser afectado pelo número de categorias escolhido e pelo limite inferior definido para cada categoria; para superar esta

dificuldade, as mesmas categorias devem ser mantidas para todos os casos analisados.

Quanto ao índice de primazia relaciona-se com o índice de distribuição das cidades (*regra rank-size*). Partindo do pressuposto de que a constante Z do referido índice é 1, a dimensão de qualquer cidade será igual à cidade maior dividida pelo número de ordem da primeira; sob esta condição, a população da cidade maior é igual à população contida nas segunda, terceira e uma fracção da quarta cidades ordenadas.

Se o pressuposto for válido, a soma da população que reside nas três outras cidades será $13/12$ da da primeira cidade. Assim, a divisão da população da primeira pela soma das restantes, se seguirmos a "distribuição das cidades", dará um resultado próximo de 1.

O índice mede, portanto, a concentração da população na cidade maior em relação às outras; e quanto maior for o valor obtido maior será essa concentração⁽²⁾.

Uma outra possibilidade para avaliar a concentração em cidades é a comparação entre o índice de distribuição das cidades e o índice de primazia; por esta via, as cidades são agrupadas de modo que a população esperada em cada grupo tenha o mesmo valor; a comparação da distribuição efectiva com a distribuição esperada permite concluir quais as cidades com concentração relativamente mais alta de população⁽³⁾.

Relativamente ao ratio de concentração de GINI, é um índice que, para além de medir a concentração, pode ser usado

para avaliar outras características sociais e económicas das populações. Mede a distribuição de uma variável relativamente a outra, como no caso, por exemplo, da população e da área, em que avalia até que ponto a população se distribui mais ou menos uniformemente na referida área.

Se a população se distribuir de modo a que 20% dos habitantes ocupem 20% da área, a representação gráfica dessa distribuição, em que a abcissa será a percentagem cumulativa da área e a ordenada a percentagem cumulativa da população, será uma linha a 45°. Actualmente este tipo de relação não existe, pois que a população tende a concentrar-se e grande parte do território é ocupado por uma pequena percentagem da população, e vice-versa. Quando verificamos uma situação deste tipo, a representação gráfica traduz-se numa linha que pode estar bastante afastada dos referidos 45°.

O índice de concentração de Gini mede precisamente a área entre a linha de 45° e a linha da distribuição real; varia de 0, quando a população está distribuída proporcionalmente, até quase 1, quando a população se concentra numa área muito restrita.

Este *ratio* pode ainda estudar a concentração da população nas cidades, desde que disponhamos de uma lista das cidades maiores⁽⁴⁾. No entanto, o seu valor é afectado pela dimensão das unidades de análise escolhidas (distritos ou concelhos, por exemplo); e é normalmente tanto mais elevado quanto menores são essas unidades.

O índice de concentração numa cidade baseia-se na ideia

de que a dimensão populacional da cidade principal serve como medida do grau de urbanização. Compara a dimensão real da população da cidade principal com a dimensão máxima possível da cidade numa população, ou seja, com uma situação em que toda a população vivesse numa única cidade.

O facto de os índices para o cálculo da concentração populacional não terem em conta as distâncias que separam as populações — e importa lembrar que, se em alguns países as cidades mais populosas são relativamente próximas, noutros podem estar a distâncias consideráveis — levou-nos à necessidade de encontrar uma medida que tivesse em conta essas distâncias. Daí a análise da dispersão da população. Esta refere-se ao nível da urbanização, que reflecte a distância que separa as várias pessoas ou agregados.

O índice da distância *standard* é a medida de dispersão da população mais frequentemente utilizada. Dá a média quadrática da distância entre cada lugar habitado e o centro de população de uma região ou país.

De um modo geral, um valor mais alto deste índice significa um grau mais elevado de dispersão da população. Além disso, o índice pode ser interpretado como o desvio *standard* da distribuição da população em relação ao centro de população. Facilita, ainda, a descrição da dispersão actual de um fenómeno, para a comparar com a dispersão esperada a partir de determinadas hipóteses, aprecia as suas mudanças e, em última análise, compara-a com a dispersão de outro fenómeno.

2.5 - Migrações Rural-Urbanas

O movimento da população das zonas rurais para as zonas urbanas tem sido particularmente importante para o processo de urbanização de alguns países. E se bem que os movimentos populacionais possam ocorrer entre zonas urbanas, ou até, eventualmente com maior acuidade, entre zonas rurais, facto é que qualquer país no mundo deve uma parte do seu crescimento urbano aos fluxos de população que, das zonas rurais, se deslocam para as zonas urbanas.

Os referidos movimentos não se reduzem, porém, a um processo linear. Se a direcção dos fluxos migratórios é relativamente fácil de definir, os seus volumes e composição, a sua direcção específica, podem apresentar flutuações consideráveis de um para outro período. Estes ficam a dever-se ao conjunto das condições sociais, económicas e demográficas das zonas de origem ou de destino das populações migrantes, condições que determinam também que, num mesmo país, centros urbanos diferentes sejam afectados de forma diferente pelos movimentos populacionais.

A complexidade dos referidos movimentos, como das suas causas e consequências, constitui a primeira dificuldade da sua análise. Outras há, no entanto, que se prendem, por exemplo, com a indefinição dos conceitos ou da sua utilização; daí, pois, a necessidade de classificarmos aqueles que necessariamente são mais vulgarmente usados.

Assim, cabe-nos referir que consideramos um migrante rural-urbano toda a pessoa que muda o seu lugar de residência de uma área rural, a zona de origem, para uma área urbana, a zona de destino, durante um determinado período de tempo. O facto de esta mudança poder não ser definitiva, e implicar eventualmente um regresso à zona de origem, permite que o tempo de duração da mudança se designe como intervalo de migração.

Por outro lado, a mudança de residência pode ocorrer no sentido "normal", ou genérico, ou dominante dos movimentos populacionais, ou seja, ser parte da corrente migratória principal; ou pode, ao invés disto, acontecer no sentido oposto e ser, desse modo, incluída no que podemos designar como contra-corrente.

A diferença quantitativa entre a corrente migratória principal e a contra-corrente representa o saldo migratório, para um lugar ou uma zona concretos. Saldo que para o mesmo caso particular, e sem ter em conta as migrações internacionais, mas relacionando a zona de origem com a de destino, é em valor absoluto igual para ambas, mas de sinal oposto.

Da complexidade referimos em relação às migrações rural-urbanas⁽⁵⁾ resulta a diversidade de métodos utilizados na sua análise, que se reportam, por sua vez, à multiplicidade de dados existentes. Porque se trata de um fenómeno evidente e necessariamente quantificável, podemos aplicar uma série de medidas, consoante se trate de avaliar, por exemplo, o volume ou o tempo das migrações, as suas características bem como

as dos migrantes, ou os factores que afectam os níveis, as tendências e as diferenças no volume e tempo dos movimentos. No entanto, as medidas referidas relacionam-se também com a origem dos dados que as permitem; nesta perspectiva, são medidas directas as que avaliam o volume, direcção ou características das migrações através de informação proveniente da observação, de censos ou de registos de população; e são indirectas se a avaliação assenta em métodos residuais.

As medidas directas equivalem aos valores contidos na dita informação, sejam a área, a origem, o volume, a direcção ou o número de deslocações e incluem o cálculo de taxas; englobam ainda "histórias de vida", através das quais podemos obter elementos importantes de ordem qualitativa que constituem um complemento fundamental da análise em questão.

Os métodos indirectos podem dividir-se em medidas estatísticas vitais e medidas do *ratio* de sobrevivência.

As primeiras podem usar-se desde que existam estatísticas de fertilidade e mortalidade separadas para áreas rurais e urbanas. As estimativas do valor da migração líquida para uma zona urbana pode obter-se estatisticamente a partir dos nascimentos e óbitos urbanos, respectivamente N_u e O_u , num período intercensos para avaliar a mudança natural; este resultado é subtraído da diferença na dimensão da população urbana U entre censos, para obtermos a referida estimativa da migração líquida M . Em símbolos, $M = (U^2 - U^1) - (N_u - O_u)$, para $U^2 - U^1$ representando o aumento populacional urbano intercensos e $N_u -$

Ou como crescimento natural da mesma população, também intercensos.

Quando aplicamos este método apenas para a população que vive em cidades grandes, a taxa do crescimento natural da área escolhida pode ser usada para avaliar o crescimento natural absoluto de toda a população urbana; o valor residual, que é a diferença entre o crescimento natural e o crescimento total, inclui o efeito das áreas "reclassificadas", depois de certos ajustamentos.

Os métodos do ratio de sobrevivência baseados na probabilidade de sobrevivência de uma data até outra; estes métodos usam-se para avaliar a migração líquida intercensos por idades e sexos. Para a sua aplicação a populações urbanas, devemos ter dados separados para áreas urbanas por idades e sexos em dois censos consecutivos e uma série de *ratios* de sobrevivência para cada sexo, que simulam os modelos específicos de mortalidade por idades na população para a qual as avaliações são feitas.

Os *ratios* de sobrevivência são aplicados a cada grupo de idades referido para a população urbana no primeiro censo, para avaliar a população urbana que se espera que sobreviva à data do segundo censo. A diferença entre a população real no segundo censo e a população urbana esperada representa uma estimativa da migração líquida rural-urbana durante o período intercensos.

Taxas e *ratios* das migrações rural-urbanas: a avaliação dos movimentos populacionais entre as áreas rurais e urbanas

enfrenta uma série de dificuldades, devidas essencialmente à natureza frequentemente arbitrária da própria definição de rural e de urbano, à natureza dos movimentos, ou mesmo aos intervalos das migrações; e estas dificuldades são ainda acrescidas da que advem da definição do conceito de mobilidade geográfica, como da selecção da base populacional para períodos de migração muito longos.

As taxas em questão devem interpretar-se como medidas dos efeitos das migrações rural-urbanas na parte não-migrante da população urbana.

Finalmente, uma parte importante das taxas migratórias baseia-se no intercâmbio de população entre as áreas rural e urbana durante um dado período; este intercâmbio é definido como a soma dos números absolutos de emigrantes e imigrantes para as áreas urbanas; a taxa bruta do intercâmbio de população entre áreas urbanas e rurais é o intercâmbio bruto de população dividido pela população combinada das duas áreas.

Para além dos métodos referidos, tem-se tentado integrar as leis relativas aos movimentos migratórios em modelos; se bem que na sua maioria os modelos tenham em conta um número insuficiente de factores desses movimentos, a sua utilização oferece uma vantagem importante na medição das migrações entre áreas rurais e urbanas, na medida em que permite designar constantes. Os modelos podem ser determinísticos, quando os valores das variáveis *output* são dependentes unicamente dos valores das variáveis *input*, o que faz que distintas séries de

variáveis *input* produzam resultados diferentes. Ou estocásticos, se as variáveis *input* são tratadas como distribuições probabilísticas e as relações entre as variáveis *input* e *output* são deixadas à probabilidade.

Os primeiros modelos referidos podem ser ainda baseados em tabelas demográficas, ou modelos de regressão, ou simples modelos matemáticos; estes últimos partem do pressuposto de que as migrações e a dimensão da população estão directamente relacionadas, enquanto a relação entre as migrações e as distâncias é inversa.

Os modelos estocásticos de macro ou de micro-simulação estabelecem ao acaso interrelações funcionais entre as variáveis *input* e *output* do modelo dado como distribuição de probabilidades; usamo-los na investigação dos fluxos migratórios, porque podem incorporar modelos de comportamento e variações individuais dependentes de variáveis agregadas ao acaso; têm em conta, entre essas variáveis, desde a distância que separa a área de origem da de destino, ou características sociais e económicas das comunidades ou dos próprios migrantes.

2.6 - Componentes do Crescimento da População Urbana

A mudança na população urbana durante um determinado período de tempo tem pelo menos duas dimensões que é importante considerar: as localidades em que essa mudança pode ocorrer e os componentes do crescimento da população que contribuem para a mudança da população urbana nessas localidades.

Estas dimensões podem ser sumarizadas numa tabela em que nas colunas representam os tipos de localidades, enquanto nas linhas aparecem os componentes. Por tipos de localidades entendemos as que foram urbanas ao longo de todo o período, as que foram reclassificadas de rurais para urbanas ou vice-versa e, finalmente, as que foram anexadas a outras localidades urbanas. Os componentes são a mudança natural, as migrações e a reclassificação da população de rural para urbana sem incluir fluxos migratórios.

A tabela referida será uma tabela de dupla entrada, que isola o papel de cada factor determinante da mudança. Assim, adicionando as linhas apropriadas, obtemos os componentes da mudança devidos à mudança natural, às migrações ou à reclassificação. E se adicionarmos as colunas obtemos os componentes do crescimento urbano em cada tipo de localidade, procedimento, aliás, exemplificado na aplicação do critério.

Para as localidades que foram urbanas ao longo de todo o período definido, o crescimento populacional calcula-se sepa-

radamente para o que ficou a dever-se à mudança natural e para o que teve origem nas migrações.

Se dispomos da informação correspondente, a mudança natural determina-se pela diferença entre o número de nascimentos e de óbitos que ocorreram durante um período de tempo específico na localidade. A diferença entre o crescimento total da localidade e a mudança natural constitui a migração líquida.

Em relação ao crescimento da população urbana resultante da reclassificação de localidades, este pode ser analisado considerando o crescimento natural da população das localidades reclassificadas como urbanas, os fluxos migratórios para essas localidades, e a população que vivia nas localidades reclassificadas no princípio do período.

Este terceiro componente, a reclassificação, pode também ser avaliado, no que respeita aos seus efeitos, se dispusermos de uma lista dos habitantes das localidades com o seu status urbano ou rural, nos anos t e $t+n$. Se esta lista existir, a contribuição da população que foi reclassificada é a população total no tempo t em todas as localidades que passaram de rurais e urbanas durante o período em questão, menos a população no tempo t em todas as localidades que mudaram de urbanas para rurais no mesmo período.

A contribuição das localidades implica a avaliação da contribuição dada por cada tipo de localidade para o crescimento da população urbana; e depende da informação disponível, devendo a avaliação ser feita separadamente para os diferentes tipos de localidades mencionadas.

Conclusão

Do conjunto de medidas explicadas e, conseqüentemente, da diversidade de aspectos integrantes do fenómeno urbano que estas medidas permitem analisar, bem como da complementaridade das mesmas resultante da interrelação dos aspectos referidos ressalta, naturalmente, a importância da perspectiva demográfica enquanto susceptível de analisar o fenómeno urbano.

O grau de urbanização, bem como o ritmo a que esta ocorre, facultam a percepção da evolução da sociedade; todavia, essa evolução não se resume ao crescimento das localidades designadas como urbanas, porquanto este depende de factores que, na mesma sociedade, são impeditivos da sua uniformidade e, naturalmente, de uma explicação linear. De entre os factores desse crescimento, os movimentos migratórios carecem de atenção especial; e cabe ao conjunto de métodos propostos pela análise demográfica avaliar quer da sua intensidade, como da sua direcção; fica, porém, por esclarecer todo um conjunto de situações determinantes das migrações e nomeadamente da sua heterogeneidade no espaço como no tempo. De entre estas, a distribuição irregular da população, a sua concentração efectiva ou tendencial em determinadas zonas geográficas, a conseqüente dimensão variável das cidades.

Trata-se de fenómenos cuja explicação ultrapassa o âmbito da análise quantitativa, pela sua própria dinâmica como pela multiplicidade e divergência de factores de ordem valorativa que os influenciam. No entanto a sua medida é essencial, em

termos quer da possibilidade de comparação inter-zonas, como da avaliação dos ritmos e das tendências evolutivas. O que torna fundamental a avaliação correcta do contributo dos métodos propostos pelo critério demográfico para a análise das relações entre a cidade e o campo, dependentes, naturalmente, da evolução da realidade demográfica e, de acordo com o actual modelo de desenvolvimento, da evolução das cidades.

Creemos, contudo, que o objecto da nossa análise implica uma reflexão no âmbito das medidas estruturadas.

Trata-se de uma região em que, pelo menos de um ponto de vista empírico, a homogeneidade relativa é um dado adquirido; e dessa homogeneidade é parte integrante a escassez de população. Assim, a utilização das medidas citadas, as quais apontam na maioria dos casos para o estudo de situações de grande complexidade, não só não se justifica como, pela exígua dimensão real do nosso objecto, viria complicar a investigação.

Medidas como a dimensão da população da localidade média, ou a dimensão das cidades, ainda o cálculo de índices ligados à concentração populacional, apenas se justificariam, nas duas primeiras se o número de cidades fosse significativo; e no segundo caso se a concentração não pudesse ser avaliada de modo mais directo. Razões idênticas, aliás, justificam o cálculo simplificado das migrações rural-urbanas, como a abordagem da já referida concentração da população. Mais que um exercício académico e apesar da explicação das medidas possíveis, que nos pareceu essencial, julgamos importante a

aplicação racional e objectiva das mesmas, deixando em aberto para eventuais futuros trabalhos de investigação as possibilidades enunciadas.

Optámos portanto pela aplicação apenas dos índices que, sem criarem problemas pretensamente difíceis à análise, antes clarificam as diversas situações e abrem gradualmente o caminho para a explicação do processo de urbanização do Alentejo.

Entendemos, nesta perspectiva, que o grau de urbanização através do cálculo da percentagem urbana e do *ratio* urbano/rural, o tempo de urbanização, como o êxodo rural para explicar a evolução do povoamento e a concentração populacional são essenciais, mas suficientes, como medidas de um fenómeno de urbanização que pretendemos tornar explícito e de interpretação tão linear quanto possível.

NOTAS AO TEXTO

Capítulo II

1. Exemplo da elaboração de um quadro a partir do valor de Z para a lista (rank-size) de um grupo de cidades:

Colunas 1 e 2 - ordenam-se as cidades da maior para a menor

Coluna 3 - a razão entre a dimensão da maior cidade e cada uma das outras

Colunas 4 e 5 - os logaritmos dos quocientes anteriores ordenados de forma correspondente

Coluna 6 - produtos dos logaritmos dos quocientes pelos logaritmos dos números de ordem (ranks)

Coluna 7 - quadrados dos logaritmos dos ranks;

soma-se cada uma das colunas 6 e 7; o total da coluna 6 dividido pelo total da coluna 7 dá o valor da constante Z.

2. O valor do índice constitui uma medida melhor quando se compara a primeira cidade com as dez seguintes, porque ganha validade quando aumenta o número de cidades, na medida em que revela com mais intensidade a concentração; para as onze cidades referidas o seu valor é próximo de 5.
3. Como exemplo, e para $z=1$, $C_1 = 4 \sum_{K=2} C_K = 12 \sum_{K=5} C_K = 34 \sum_{K=13} C_K = 94 \sum_{K=35} C_K \dots$;
dividindo cada grupo pela população da cidade maior e subtraindo-lhe 1, obtém-se a diferença proporcional entre cada grupo e a cidade maior.

4. Para as dez maiores cidades, por exemplo, pode simplificar-se a fórmula:

$$CR_{10} = \frac{9 \cdot \sum_{K=1}^{10} C_K}{5 \cdot \sum_{K=1}^{10} C_K}$$

C_K é a população da cidade K depois de ordenadas da maior para a menor (C_1 é a maior e C_{10} a menor das dez maiores cidades da região ou país); quanto maior for o valor índice, maior é o nível de concentração nas maiores cidades.

5. A referência constante às migrações no sentido rural-urbano não invalida que venham a ser analisados movimentos de população interurbanos; e isto porque os mesmos movimentos são também factor de urbanização, enquanto factor do crescimento de determinadas localidades com o estatuto de urbanas.

CAPÍTULO III

ANÁLISE CRÍTICA DO CRITÉRIO DEMOGRÁFICO

Introdução

Os capítulos precedentes fazem referência, para além da constituição de um modelo agregado que pretende ganhar em eficácia, às perspectivas no âmbito das quais a análise e a avaliação do fenómeno urbano têm sido abordadas. Entendendo-se, evidentemente, por fenómeno urbano uma situação específica, caracterizada linearmente pela sua oposição ao rural e ao tradicional e pela concentração excessiva da população e o consequente aumento da interacção, até uma fase de nova dispersão do referido fenómeno, através da expansão da população para além dos limites das aglomerações, como dos seus modos de vida, das suas actividades, etc.

O fenómeno urbano é, posto isto, um fenómeno dinâmico, resultante de factores que não ocorrem nem convergem em sincronia em espaços diferentes. É assim um fenómeno que, passível embora de identificação, necessita contudo de ser analisado numa perspectiva da multiplicidade de factores que o originam, como da simultaneidade e diversidade de situações que o caracterizam e são precisamente o resultado dos mesmos factores. Que em última instância deve ser abordado, na sua vocação expansionista, na sua essência que é tendencialmente a da absorção contínua e crescente das áreas envolventes das aglomerações urbanas até, quiçá, à eventual homogeneização gradual de todo o território.

Esta eventual homogeneização, ou a expansão gradual e

crescente do fenómeno em causa, não ocorre necessária e exclusivamente em termos populacionais, como não é, toda ela, susceptível de análise demográfica, pelo menos no que se refere a uma explicação cabal. É substancialmente uma expansão/homogeneização tendencial dos valores, das formas de vida, da organização social, da generalização do intercâmbio a todos os níveis. É, numa perspectiva globalizante, o que designamos urbanização dos homens e urbanização dos espaços.

E enquanto a urbanização se materializa, ainda que de modo aparentemente simplista, na expansão do fenómeno urbano, ela constitui-se, em consequência, como uma interacção de processos resultantes da também interacção de factores que os desencadeiam.

Nesta medida, mantendo embora o suporte da análise que integra a utilização dos indicadores de natureza demográfica, cremos essencial a alusão aos processos que, pela convergência de factores que podem ou não ser-lhes comuns, geram a interacção de que resulta, por fim, o processo de urbanização.

Porque a interacção referida não exclui, naturalmente, os aspectos de cariz eminentemente demográfico ou geográfico, como sejam o crescimento da população, as componentes micro e macrodemográficas da dinâmica populacional, o aumento da proporção de população urbana relativamente à rural, ou a resposta necessária que é a expansão das fronteiras físicas das aglomerações urbanas. Contudo, estes factores são o suporte de situações de âmbito mais vasto, de processos que são ao mesmo tempo causa e efeito dos anteriores e que, de acordo

com a generalidade dos critérios referidos para a avaliação do fenómeno urbano, constituem, pela sua própria dinâmica, a base da evolução desse fenómeno.

A causalidade focada leva a que, em termos analíticos, a urbanização deva ser encarada como variável simultaneamente dependente e independente, porquanto o processo de mudança que a caracteriza não é um processo unilateral. E na mesma abordagem analítica, pressupõe a explicação, porquanto transformação social profunda da vida da humanidade, da transição das sociedades tradicionais para as sociedades urbanizadas.

3.1. - O Processo Urbano como Interação de Processos

O século XIX caracterizou-se pela emergência das grandes cidades industriais e o crescimento urbano; o século XX tem constituído um período de evolução das sociedades urbanizadas. Ainda que genêricamente, o processo de industrialização surge, assim, como um marco, um ponto de partida para o que é o modelo actual de desenvolvimento da sociedade. Modelo que assenta, ao longo do mesmo processo de industrialização, na substituição das anteriores unidades urbanas, compostas de aglomerações multicomunais ou, se isoladas, unicomunais, por um tipo de povoamento em que a polarização regional elimina a diversidade local e origina o espaço industrial, em que as dimensões de cada zona obedecem a um critério funcional.

Este tipo de ocupação do espaço não significa crescimento inevitável, ao menos no que se refere à população; aliás, há muitas situações em que a industrialização actua como factor de quebra dos níveis de fecundidade. De qualquer modo os ritmos do crescimento são, no princípio deste século, mais importantes para a produção do que para a população das cidades.

Há, porém, uma correlacção estreita entre a industrialização e a urbanização; as deformações na hierarquia das cidades, os ritmos de aumento populacional, seguem oscilações e deslocações geográficas que, com alguma frequência, são o

decalque do crescimento industrial ou, mais concretamente, da sua implantação no território. E se esse crescimento não significa de imediato a divisão de funções entre as diferentes categorias de cidades, altera substancialmente as relações entre a cidade e o campo por transferência das dependências anteriores. Transforma e cria novos tipos de *habitat*, de cuja coexistência e heterogeneidade resultam mosaicos urbanos espontâneos e desordenados na sua concretização; que atenuam as diferenças culturais pela acentuação dos contactos sociais a todos os níveis; mas que originam novas desigualdades territoriais, resistências, segregações.

Estes fenómenos agravam-se na razão directa da dimensão das cidades industrializadas. E a acumulação crescente de mão de obra arrasta a expansão dos arredores, que é de alguma forma a ruptura da unidade coesa que a cidade constituía na sua origem. E que significa, ao mesmo tempo, a expansão dos valores específicos da cidade para um território que se constituirá como uma amálgama cultural, pelo afluxo da população atraída; uma zona de contradições que é a materialização da perda da centralidade, para uma dispersão que a industrialização veio incrementar.

Se a utilização de indicadores demográficos nos permite, neste âmbito, revelar e medir um certo número de movimentos e situações, aspectos há que ficam por esclarecer e que, ainda assim, são essenciais enquanto elementos básicos da relação entre a industrialização e a urbanização. São alguns deles a composição profissional e social da população, os resultados

do crescimento das cidades, a ligação entre o crescimento económico e uma expansão do fenómeno urbano que, empiricamente, surge como contradição, porquanto parece representar o seu próprio fim.

A heterogeneidade das profissões significa interdependência e complementaridade⁽¹⁾ mas também multiplicidade e diversidade de funções. E essa diversidade é consequência de uma lógica espacial da implantação das actividades que, analisada, não só explica, como elimina, a aparente contradição referida. Essa implantação, que não é mais que a organização espacial das aglomerações urbanas, estrutura-se nas sociedades industrializadas à volta do elemento produtivo que são as unidades industriais.

Os diferentes tipos de empresa que coexistem normalmente, pelo facto de a sociedade ser a articulação de estruturas distintas e historicamente desfasadas, sejam a empresa-actividade, a empresa-actor ou a empresa-organização⁽²⁾, estão sujeitas, à partida, a condicionamentos funcionais no que se refere à sua localização. No entanto e em quanto se reporta às condições concretas de localização das indústrias, tende-se hoje para uma homogeneização crescente do território, seja, por exemplo, do ponto de vista da distribuição de energia. Associados a este factor, a evolução dos transportes e comunicações, ou o facto de grande parte das indústrias tratar hoje matérias primas sintéticas ou produtos semi-acabados, ainda o consumo de massas que atenua substancialmente a ques-

tão dos mercados específicos, são factores que cremos de libertação da implantação industrial relativamente a determinantes geográficas.

Todavia, esta crescente homogeneização do espaço como receptáculo das actividades industriais não tem como consequência a referida libertação. Há, pois, que admitir o peso de outros condicionalismos, de entre os quais podemos destacar hoje a importância das relações inter-empresas, quer para soluções de ordem técnica como para a difusão dos próprios produtos.

Esta interdependência tem implícita a existência de um conjunto integrado de actividades, o que aponta indubitavelmente para a centralização das mesmas.

Aos condicionalismos mencionados devemos acrescentar ainda o problema da mão de obra, factor essencial da moderna industrialização e, de forma indirecta, da concentração das actividades: se as empresas carecem de uma mão de obra cada vez mais qualificada, tendem a instalar-se nos meios urbanos, onde esta pode estar eventualmente disponível; por outro lado, os trabalhadores solicitam cada vez mais condições que satisfaçam as suas necessidades crescentes, no âmbito da saúde, da educação, do conforto ou do lazer, o que arrasta a instalação, nesses centros, de cada vez mais serviços e equipamentos ligados aos mesmos sectores.

Podemos, posto isto, admitir uma inversão gradual na relação urbano-indústria; no entanto essa inversão ocorre

também no sentido de uma relação directa entre os dois aspectos.

Daí que admitamos, e sem avançar para uma maior desagregação destas questões, que a industrialização actua como um factor da urbanização, pela interacção referida entre essa industrialização e o fenómeno urbano, pela dinâmica dessa mesma interacção, pela evolução da articulação entre as lógicas de mercado e funcional de que ela resulta. Podemos ainda acrescentar que esta interrelação, pela dinâmica exposta e pela lógica simbólica que se prende com o significado social dos grandes centros, tem actuado no sentido de uma concentração crescente em zonas de relativa dispersão, seja da constituição das grandes metrópoles, elementos específicos da sociedade urbana. Se a industrialização "despoletou" o fenómeno urbano, ela tem vindo a desenvolver-se como um suporte da sua evolução.

A industrialização é, posto isto, factor determinante e suporte do processo de urbanização. Pela diversificação que implica, pela concentração e a consequente heterogeneidade de pessoas como de actividades, a interacção entre a industrialização e a urbanização constitui-se como uma dinâmica específica, de que resulta um modelo de sociedade assente nessa mesma dinâmica e caracterizado pela mobilidade crescente da população, bens e serviços, seja uma sociedade de intercâmbio por excelência.

Essa mobilidade não apenas geográfica, mas também social,

é elemento integrante do processo definido como modernização.

Conceito de certo modo vago, pela dificuldade que reside no número de variáveis em interrelação e na impossibilidade de generalizações pela especificidade dos casos possíveis, que desemboca na insuficiência de uma teoria da modernização, esta é, para a generalidade dos autores, sinónimo de mudança social.

Mudança porquanto a mobilidade, física ou social, implica adaptações constantes, readaptações; porquanto o intercâmbio generalizado tem implícita uma transição contínua. E o intercâmbio gera, naturalmente, uma crescente heterogeneidade de pessoas, actividades, valores e interesses, que é a própria essência desse intercâmbio; e que é, como referimos, factor da urbanização.

O facto de a mobilidade ser a essência de um processo, a modernização, e se constituir simultâneamente como a dinâmica de outro processo, a urbanização, permite, mais que uma situação de interacção, a convergência das duas designações. E porque de processos dinâmicos se trata, a conclusão pela não concecussão de um objectivo, pela não eclosão de uma situação definitiva: modernização e/ou urbanização implicam, segundo pensamos e nesta perspectiva, a transição de um para outro modelo de sociedade.

Assim pois, que a urbanização se caracterize pela mudança e, necessariamente, pelas tensões e os desequilíbrios que esta inevitavelmente provoca; descontinuidades no ritmo da modernização, entre os recursos e os objectivos, ou provenientes das

resistências mais ou menos conscientes.

Resulta daqui uma nova perspectiva de análise do processo de modernização. A referência à resistência eventualmente consciente a esse processo, levanta a questão dos factores que o determinam.

A sociologia alemã⁽³⁾ tem, neste âmbito, considerado primordial o papel dos *mass media* enquanto transmissores fundamentais de mensagens a nível interpessoal e colectivo; mas associa a função dos *media* à mobilidade psíquica, seja a capacidade de percepção das mensagens, que varia de acordo com condicionantes estruturais e sociodemográficos, nomeadamente a escolarização, o tipo de emprego, o próprio acesso aos *media*, etc., e que tem subjacente uma maior ou menor receptividade à modernização. Essa receptividade prende-se com a assimilação cultural, que ocorre ao nível dos indivíduos como dos grupos ou das sociedades e que, de modo genérico, é acelerada pelo grau de urbanização na medida em que este actua como promotor de contactos. Se estes provêm da diversidade de actividades e situações, que tende a ser maior quanto mais acentuado for o processo de industrialização, então a taxa de mudança depende dos impulsos económicos e tecnológicos para esses contactos⁽⁴⁾.

Há, assim, uma articulação estreita entre o desenvolvimento económico e a modernização em termos globais. Daqui não emerge, porém, a exclusão, ou sequer uma oposição a quanto referimos, dos micro-acontecimentos como factores da moderniza-

ção. Estes são de ordem psicológica, concretizam-se, por exemplo, na receptividade individual, na participação na vida política ou social; voltamos a aludir aqui, necessariamente, ao papel dos *mass media*, pela sua capacidade de "manipulação" do indivíduo, pela construção de uma nova personalidade que, pelo desejo de mudança, adere à inovação da qual genericamente depende a modernização.

Numa abordagem diferente e retomando embora a relação desenvolvimento económico/modernização, se o primeiro assenta na ideia de inovação, determina também uma organização social específica que é a resposta às transformações demográficas que origina. Estas transformações, bem como as que ocorrem no âmbito da organização social, caracterizam a modernização e suscitam a coincidência terminológica com a urbanização, na medida em que esta pressupõe as mesmas transformações.

Todavia, de um ângulo diferente, este ponto é susceptível de constatação: primeiro, porque parte da confusão entre crescimento urbano⁽⁵⁾ e redistribuição da população, ao mesmo tempo que infere características de pessoas residentes em lugares urbanos, quando os residentes em áreas urbanas não são necessariamente "urbano-modernos", como os residentes em áreas rurais também podem não ser pessoas "rural-tradicionais"; segundo, porque a expansão urbana pode não significar, por si só, crescimento económico ou mudança social.

Se clarificarmos os conceitos, tornam-se mais compreensíveis as relações entre os dois processos, a urbanização e a modernização, como o dinamismo dessas relações e a sua suscep-

tibilidade de mudança através do tempo, relativamente a uma série de contextos sociais, económicos, políticos e demográficos.

A urbanização difere do crescimento urbano, porquanto refere aumentos na proporção da população de uma nação que reside em áreas urbanas. Para que o processo aconteça, as áreas urbanas devem crescer mais rapidamente que as não urbanas. Um mecanismo para a urbanização será o crescimento urbano através do crescimento natural da população, cuja taxa nas áreas urbanas excederá a das áreas rurais; não há urbanização se o crescimento natural for superior nas áreas rurais, a não ser que ocorram transferências substanciais de população.

Enquanto o crescimento urbano envolve uma comparação da dimensão da população urbana ao longo do tempo, a urbanização implica comparações da dimensão da população urbana relativamente à população total (ou à não urbana) através do tempo.

Se o crescimento urbano surge como factor da urbanização, embora não a explique completamente porque a análise desta deve passar pela questão das condições e contextos sociais que a permitem, resta-nos repetir que, enquanto factor, o crescimento urbano pode conduzir à urbanização por duas vias: uma taxa de natalidade superior à taxa de mortalidade, ou transferências de população para os centros urbanos. Por qualquer delas promove a diversificação e uma cada vez maior especialização das funções; e pela segunda consiste na mudança de população da agricultura para oportunidades económicas

diferentes, aspectos que caracterizam a modernização. Implícitamente, a mudança de valores, fruto da diversidade de contactos sociais, a necessidade de expansão e diversificação da economia para absorver mais novos residentes, são elementos do mesmo processo de modernização. A esta expansão corresponde maior capacidade para o crescimento da população urbana, criação de atractivos para os habitantes rurais, logo a garantia de continuidade do processo de urbanização.

São, pois, aspectos diferentes, a modernização e a urbanização; contudo, interligados por forma a tornarem-se reciprocamente condição necessária.

A alusão feita anteriormente às transferências populacionais leva a que clarifiquemos o conceito de processo de migração, igualmente causa e consequência da urbanização como da modernização. Podemos definir o conceito como uma mudança mais ou menos permanente de residência, arrastando uma mudança no circuito total das actividades sociais e económicas — e de que se exclui, por exemplo, o turismo, porque é transitório e temporário.

Os movimentos migratórios englobam uma série de processos que não são uniformes, pelo que é importante especificar algumas bases para a distinção entre os diferentes tipos de migrações.

Começaremos por considerar as fronteiras administrativas, que identificam as migrações internas, ou as internacionais; diferenciam mobilidade local e migrações internas; distinguem as migrações inter-regionais das intra-regionais. Porque, além

disto, definem distâncias, barreiras e diferenças sócio-económicas entre áreas de origem e de destino. E ainda porque constituem indicadores da investigação empírica, dado que nem sempre às migrações internacionais correspondem maiores distâncias, maior heterogeneidade e barreiras socio-económicas mais profundas, podendo eventualmente estas situações caracterizar a mobilidade residencial.

Outro critério de tipificação das migrações é a direcção do movimento — urbano-urbano, rural-urbano, rural-rural ou urbano-rural, a que se associa a comparação entre as três populações envolvidas no processo, concretamente a da origem, a do destino e os migrantes; e que é determinada por uma série de factores cujas especificidades permitem, de certo modo, definir essa direcção.

De entre esses factores, os normativos designam um conjunto de costumes, normas, crenças e valores que condicionam atitudes e comportamentos e podem ser determinantes, a nível de um grupo ou mesmo de uma comunidade, da decisão de emigrar. De âmbito mais restrito, os factores sociopsicológicos, sejam atitudes e aspirações individuais, podem ser suscitados por situações de insatisfação e desencadeiam não só a decisão de partir como a natureza dessa partida. Se estes tipos de factores não têm relação directa com a direcção do movimento, os factores objectivos apontam, na generalidade, no sentido rural-urbano ou urbano-urbano, se, nesta última situação, a deslocação visa um centro de dimensão superior; e são, enquan-



to factores, um conjunto de incitações económicas, sociais, ou de emprego, de condições de comunicação, de possibilidades de acesso.

Estes factores, porém, não exercem as mesmas influências sobre indivíduos ou grupos diferentes. Para avaliar dessa influência, há que contar com aspectos de ordem residual, como sejam o lugar de origem ou a origem social dos migrantes. No primeiro caso, a preponderância, em determinadas zonas, da decisão de emigrar por um conjunto de factores em que podem ser dominantes os de natureza normativa, permite que designemos as mesmas zonas como áreas de repulsão. Ao invés, se uma zona tende a atrair população definimo-la como área de atracção. Há contudo, e nomeadamente no que se refere às migrações urbano-urbano, cidades que, sem atraírem população, revelam ainda assim taxas de "fuga" baixas pela retenção que exercem sobre os seus próprios habitantes; são as chamadas "cidades calmas", em que a origem social dos possíveis migrantes tem, naturalmente, uma influência reduzida⁽⁶⁾.

No entanto, pensamos que é possível, em situações de intensos movimentos populacionais, determinar os estratos sociais que produzem contingentes mais significativos de emigrantes. Há que aludir, neste ponto, à natureza das deslocações, aos seus objectivos, ao seu character permanente ou temporário. Porque se os estratos mais baixos da hierarquia social são condicionados, como referimos, por factores essencialmente normativos e tendencialmente apontam para mudanças permanentes de residência, os estratos superiores estão mais

sujeitos a factores de ordem socio-psicológica, ou em alguns casos objectiva, enquanto, com frequência, se deslocam temporariamente.

É óbvio que se trata de tendências, porque a complexidade de situações implicaria a utilização de variáveis que uma síntese teórica não contempla. Tal como também é uma aproximação à realidade o facto de referirmos para os primeiros estratos considerados e no que se reporta à natureza da decisão de emigrar, que esta é predominantemente de carácter impulsivo, enquanto que, para as camadas sociais mais altas, as migrações se assumem como intencionais.

A aparente contradição entre o carácter intencional dos movimentos da população socialmente mais favorecida e a natureza temporária desses movimentos, explica-se pelo prestígio da área de destino: se este for superior ao da área de origem, a mudança de residência pode tornar-se permanente. Por outro lado, os movimentos impulsivos, como os factores normativos, parecem induzir a "deslocamentos"⁽⁷⁾ ou migrações temporárias. Para clarificar esta questão, devemos fazer referência ao processo migratório, que pode ser uma mudança profissional e assumir um carácter temporário mais ou menos prolongado, ou constituir-se como "fieira"⁽⁸⁾, seja a situação em que a mudança acontece para se trabalhar e viver próximo dos parentes e/ou amigos e que tem, na maioria dos casos, carácter de permanência.

Esta última situação coincide com o que expusemos para os

factores normativos enquanto determinantes de correntes migratórias, mas articula-se fundamentalmente com um novo problema, o da adaptação do migrante ao meio de destino. As "fieiras" definem condições fáceis de adaptação pelo apoio concedido pelos primeiros imigrantes; porém, isto pode ser factor da formação de grupos fechados, sem qualquer tipo de participação directa e completa na vida e na cultura da cidade ou zona de recepção. Trata-se, portanto, de uma situação em que a assimilação dos novos modelos de vida não ultrapassa o primeiro nível, a referida adaptação, que apenas permite a sobrevivência porquanto se resume à aptidão para determinada profissão; e que, aliás, é vulgar para os imigrantes cuja origem social não é elevada.

Se, pelo contrário, acontece uma efectiva capacidade de participação, que se prende com a forma como a nova sociedade aceita o imigrante, aumenta a tendência para que a deslocação se torne permanente; o que, associado a um nível social elevado, pode conduzir à possibilidade de uma assimilação total, seja de integração, que é, em certa medida, incentivo à fixação permanente.

Em qualquer caso, os movimentos migratórios ocorrem normalmente de áreas mais pobres para outras mais desenvolvidas. Ressalvando o facto da "confusão" terminológica entre crescimento e desenvolvimento económicos, a industrialização foi referida como factor do desenvolvimento e, consequentemente, do fenómeno urbano. Porque o desenvolvimento económico promove a expansão do mesmo fenómeno enquanto atracção que é

de novas actividades e populações, promovendo em consequência a diversidade e a heterogeneidade, como a concentração via uma nova dispersão, actua como factor da urbanização. A atracção que exerce sobre as populações materializa-se nos movimentos migratórios em direcção aos centros urbanos, movimentos que acentuam as ditas diversidade e heterogeneidade, acentuando, ao mesmo tempo, o processo de urbanização.

Surge, assim, uma outra perspectiva das deslocações de população, a da interacção constante relativamente à urbanização como, implicitamente, à modernização. Em que as migrações podem ser analisadas como parte do sistema populacional, como factores de alteração do crescimento e da estrutura populacionais, como determinantes e consequências de mudança noutros processos do sistema, como a fecundidade e a mortalidade. Podem a partir daqui discernir-se três posições teóricas⁽⁹⁾: a primeira refere as migrações como forma de resposta das populações a pressões no desenvolvimento económico, que são provenientes do crescimento populacional resultante do declínio brusco da mortalidade, agindo como transferência de pessoas para fora das áreas que enfrentam esse crescimento.

A segunda posição acentua a interacção das migrações e da redução da fecundidade no processo da transição demográfica, actuando as primeiras como substituto para a redução da fecundidade.

A terceira abordagem vê as migrações como veículos de mudança social através da alteração dos comportamentos, nomea-

damente no que respeita ao controle da fecundidade, sempre mais elevada nas zonas rurais que nas urbanas.

As três posições completam-se e essa complementaridade facilita a ligação do processo migratório à questão da urbanização e, conseqüentemente, da modernização. Apenas tentaremos, pois, estabelecer essa ligação, correndo embora o risco de deixar extremamente incompleta a análise das migrações que, contudo, sairia do âmbito deste trabalho.

Assim e aceitando que os movimentos migratórios são simultaneamente resposta a pressões derivadas do crescimento populacional excessivo, factores de mudança dos níveis de fecundidade como dos comportamentos sociais, a interrelação referida é óbvia. Primeiro, porque as pressões socio-económicas, mesmo que ocorram em áreas urbanizadas e signifiquem saída de pessoas para zonas rurais, implicam transferência de valores urbanos e a conseqüente absorção desses valores por parte das populações de destino, logo funcionam como factores de modernização. Por outro lado, o facto de haver um crescimento excessivo da população nos centros urbanos pode ter subjacente uma população urbana cuja taxa de crescimento é superior à da população rural, o que reflecte um nível crescente de urbanização. Ainda porque as transferências, ou os retornos para zonas rurais, podem traduzir um grau de especialização de funções que, por exemplo nas sociedades menos desenvolvidas, se reflecte na incapacidade de "adopção" das populações rurais não preparadas para desempenhar as funções em causa. Se as mudanças de população se dão para as zonas

urbanas, o processo de modernização volta a estar implícito, porque é caracterizado pela procura de oportunidades económicas mais vantajosas que a agricultura.

A referência ao exemplo das nações menos desenvolvidas conduz-nos a um campo novo, o da distinção entre as sociedades desenvolvidas e as sociedades em vias de desenvolvimento, que não acontece apenas no processo migratório mas, e por interacção, é igualmente notória para a urbanização. O estudo do fenómeno urbano a qualquer nível passa inevitavelmente por essa diferença, devendo ser feito separadamente para cada tipo de sociedade.

3.2 - O Espaço Social como Diversidade de Espaços Individuais

O espaço social define-se pela sua articulação com a população, pelo que o conceito designa o território de um grupo, de uma classe ou de uma comunidade, numa dada região. Num território relativamente restrito existe uma ligação mais ou menos intensa entre os indivíduos, entre estes e os lugares, ligação que, pela sua coerência particular, permite que os mesmos indivíduos tenham dela uma percepção nítida. Da coerência referida como particular ou específica, que não haja, entre as várias regiões, homogeneidade no sistema de interrelações mencionado. Das divergências territoriais, como das consequentes diferenças na adaptação dos homens às parcelas do território a que estão mais ou menos vinculados, resultam processos de relacionamento distintos entre os homens, que pressupõem, obviamente, estruturas sociais também diversas.

A ideia de estrutura social é uma ideia global, integra uma perspectiva física ou de ocupação do espaço, uma perspectiva económica ou da produção e do consumo, uma perspectiva socio-cultural que se prende, quer com a hierarquia da sociedade, como com os sistemas de valores e os modelos de comportamento que determinam, naturalmente, relações sociais específicas. Se entendermos a estrutura social como um sistema, cada perspectiva, constituindo-se como um sub-sistema, permite, numa visão desagregada, que se lhe reporte um tipo de espaço

social. E cada um destes, em qualquer situação que seja, não é neutro, porque prevê toda uma série de tensões, lutas e oposições, ou solidariedades, colaborações e compromissos, ficando a dever-se o predomínio de uma ou da outra situação a impulsos de ordem material que condicionam as relações sociais.

Cada subsistema social pressupõe assim uma organização que não é espontânea, mas antes determinada por mecanismos que se ligam a concepções do espaço que poderíamos designar de supra-estruturais.

Assim, o espaço-regulação ou o conjunto de normas e leis mais ou menos expressas, mais ou menos rígidas, nasce da necessidade de controle das relações sociais que advêm da forma como actua, no âmbito dessas relações, o espaço-apropriação⁽¹⁰⁾. Este designa todo o processo de produção-consumo e transações que tornam os seres e as coisas, incluído o território, em simples mercadorias; e que se reflecte como um jogo permanente de forças em confronto onde necessariamente, para que alguém ganhe, outros têm de perder. Da presença do espaço-apropriação, da sua tendência para uma generalização a todos os níveis da vida social, de que nasce a atitude defensiva e/ou ofensiva dos indivíduos via a própria "sobrevivência", resulta uma alteração dos valores que, em última análise, poderia conduzir à desorganização social, não fora a função de controle atribuída ao espaço-regulação.

Essa função actua, na sequência do processo analisado, ao

nível desses mesmos valores, da sua eventual afirmação ou substituição e define o espaço-alienação, ou o espaço dos valores condicionados.

Daí advém, porque as mencionadas concepções do espaço se reportam a cada um dos espaços/sub-sistemas do sistema social, um espaço económico, um espaço socio-cultural, um espaço físico, "fabricados" pela teia de relações sociais que os caracterizam.

O espaço económico implica uma articulação entre a produção e o território, ou o consumo e o território. E essa articulação, pelas lógicas a que obedece, faculta a identificação dos espaços urbanizados. A complexidade que nasce da coexistência e da diversidade de actividades, como das suas interdependências ou da concorrência que podem gerar, leva a formas específicas de ocupação do território, determinação correcta da localização das diferentes actividades, de modo a que os objectivos a que estas se destinam sejam tanto quanto possível conseguidos. Porque esses objectivos diferem de acordo com o modelo de sociedade que integram, as lógicas de implantação das actividades económicas variam também consoante o tipo de sociedade e, conseqüentemente, os interesses dominantes.

Desses interesses resultam também lógicas residenciais, que divergem de acordo com o tipo de organização social e são parcialmente condicionadas pelas primeiras, ao mesmo tempo que actuam como suas condicionantes. Destas são parte a apropria-

ção e a dominação do território, resultados espontâneos da estrutura da sociedade, como as políticas de alojamento que não só determinam as anteriores como revelam a não neutralidade da organização do espaço, através de toda uma série de zonas-tipo para a habitação construídas como solução para a pressão populacional; mas que, em última instância, actuam como factores condicionantes das relações dos homens com o espaço e dos homens entre si. A maior ou menor relevância da rua, a existência ou não de espaços de lazer, a construção vertical, os acessos, por exemplo, criam processos de interacção ou de isolamento que se reflectem, em conjunto, no que se designa de personalidade social⁽¹¹⁾.

Esta é, aliás, o fruto da ideia genérica de espaço social enquanto interacção de espaços individualizados. A separação possível entre as diferentes acepções do espaço deixa-nos concluir pela possibilidade de identificação de uma diversidade de espaços diferentes que, quotidianamente, cada homem tem que frequentar. Portanto, há para cada um uma multiplicidade de espaços individualizados consoante as actividades que desempenha, e que suscitam distintas necessidades de adaptação, por vezes contraditórias, que levam a fraccionamentos da personalidade; da interacção desses espaços, como da multiplicidade de atitudes diferentes que arrastam, nasce o espaço individual de cada um, bem como a forma que adopta para, de maneira mais ou menos eficaz, se integrar na sociedade. Da articulação dos inúmeros espaços individuais, que correspondem evidentemente a

cada elemento da população, tem origem, na sua acepção mais corrente, o espaço social.

Porquanto a urbanização tem implícita a concentração de actividades, como de população, num território de certo modo restrito, são as zonas urbanizadas e nomeadamente os centros urbanos em que essa concentração mais se acentua, que revelam um espaço social mais complexo. A complexidade que é consequência da multiplicidade de situações e indivíduos, dos processos crescentes de interacção pela própria expansão do fenómeno urbano, exige permanentemente respostas, por forma a não desencadear um processo de desorganização social. E as respostas são materializadas em infra-estruturas de quaisquer tipos, em novas actividades, na criação de novas zonas residenciais, de equipamentos, que são o suporte essencial do funcionamento do espaço-regulação e do espaço-alienação, mas são, simultaneamente, atractivo para novas populações; os movimentos populacionais que a partir daí rumam à cidade acentuam a diversidade, a heterogeneidade, seja o processo de urbanização; e geram, por conseguinte, novas complexidades.

3.3. - A Especialização de Funções

A multiplicidade de actividades que temos mencionado significa diversidade de funções e, por conseguinte, divisão do trabalho. Significa também interdependência e complementaridade de funções, concretamente um estágio em que predomina uma solidariedade do tipo orgânico que, e de acordo com as perspectivas de base sociológica que sintetizámos antes, constitui condição necessária da urbanização.

O grau a que ocorre a divisão de funções é, porém, variável; e acontece não apenas entre os indivíduos mas, com frequência, entre centros urbanos ou regiões. Naturalmente que a este nível a especialização tem menor intensidade, limitando-se à preponderância de uma qualquer actividade, ao seu peso relativamente às restantes; primeiro, porque a própria sobrevivência de um centro urbano como tal implica a existência de funções que, no mínimo, possam satisfazer as necessidades que carecem de soluções imediatas; depois, porque a própria essência do centro, assente precisamente na disponibilidade dessas funções, torna-o polo de atracção das populações das zonas envolventes, cujo afluxo determina, por sua vez, um aumento contínuo do número e diversidade das actividades.

Aliás, a especialização funcional dos centros urbanos levada às últimas consequências seria, segundo pensamos, a negação do processo de urbanização pela desagregação dos centros, por incapacidade de resposta às necessidades mais ele-

mentares das suas populações.

No entanto, há ainda assim um grau relativo de especialização para determinados centros urbanos, que pode dever-se quer ao processo de industrialização, assente eventualmente nos recursos existentes ou determinado por actividades induzidas, ou pode advir de uma resposta às necessidades regionais. Os níveis de especialização referem, por um lado, as actividades, entendido o conceito no sentido genérico do termo, seja numa perspectiva colectiva (produção automóvel, produção alimentar, saúde, educação), sem atender à categoria profissional dos trabalhadores envolvidos; e por outro lado associam às actividades o conceito de função, urbana ou regional, que aporta à cidade ou à região determinados recursos, que justifica a sua existência e promove o seu desenvolvimento, que, em suma, é razão de ser dessa unidade enquanto centro urbano ou região.

A avaliação do grau de especialização funcional de um centro urbano, ou de uma região, partindo da referida articulação de conceitos, tem sido objecto de análise quantitativa por parte fundamentalmente de sectores ligados à geografia; e se os resultados obtidos não são, ao menos do ponto de vista sociológico, explicação suficiente da realidade socio-económica, constituem de certo modo um ponto de partida ou um suporte para essa explicação.

Assenta a dita análise na elaboração de tipologias funcionais, a partir quer da estrutura do emprego, ou seja, a sua distribuição por tipo de actividade; como, segundo outras

perspectivas, da percentagem de empregos numa actividade em relação ao número total de empregos no conjunto das actividades; isto para, em sequência, podermos isolar a função dominante do centro urbano ou da região que é o universo dessa análise.

Harris⁽¹²⁾ parte do primeiro método mencionado e considera nove classes de centros urbanos:

1 - industriais puros, em que pelo menos 45% do emprego assalariado está na indústria, ou 74% na indústria e comércio; simbolicamente, temos

$$\frac{E \text{ ind}}{\text{Assalariados}} > 0,45 \quad \text{ou} \quad \frac{E \text{ ind}}{E \text{ ind} + E \text{ com}} > 0,74$$

2 - industriais atenuados

$$\frac{E \text{ ind}}{\text{Assalariados}} > 0,30 \quad \text{ou} \quad \frac{E \text{ ind}}{E \text{ ind} + E \text{ com}} > 0,60$$

3 - mineiros

$$\frac{E \text{ min}}{\text{Assalariados}} > 0,15$$

4 - comerciais de retalho

$$\frac{E \text{ com. ret}}{E \text{ ind} + E \text{ com}} > 0,50 \quad \text{ou} \quad \frac{E \text{ com ret.}}{E \text{ com grosso}} > 2,20$$

5 - comerciais por grosso

$$\frac{E \text{ com. gros}}{E \text{ ind} + E \text{ com}} > 0,20 \quad \text{ou} \quad \frac{E \text{ com gros}}{E \text{ com ded}} > 0,45$$

6 - de transportes

$$\frac{E t}{E \text{ ind} + E \text{ com}} > 0,11 \text{ ou } \frac{E t}{E \text{ ind}} > \frac{1}{3} \text{ ou } \frac{E t}{E \text{ com}} > \frac{2}{3} ,$$

em que t significa o emprego nos transportes e telecomunicações

7 - universitários

$$\frac{\text{Est.}}{\text{Assalariados}} > 0,15 ,$$

em que Est representa o número de estudantes universitários

8 - de repouso (ou reforma)

$$\frac{E}{P} > \text{um limite determinado pelo tipo de economia do país ou região em causa,}$$

simbolizando E o emprego total e P a população total.

9 - multifuncionais, que engloba todos os centros que não pertencem a nenhuma das categorias anteriores.

De acordo com o método designado como da percentagem de emprego por actividade, Alexandersson⁽¹³⁾ propõe uma classificação das localidades que dá uma visão mais alargada da sua estrutura, porquanto estabelece uma correlação entre cada categoria de localidades construída e a posição de cada localidade relativa a cada actividade para essa categoria.

Considera que K é a percentagem média, num país ou numa

região e numa data determinada, de uma actividade, medida em relação ao emprego total; assim, se numa localidade particular essa percentagem for igual a $K+n$, a referida localidade pertence:

- 1 - à categoria A para essa actividade se $n > 20$;
- 2 - à categoria B para essa actividade se $10 < n < 20$;
- 3 - à categoria C para essa actividade se $0 < n < 10$;
- 4 - se $n < 0$ a localidade em questão não é caracterizada para essa actividade.

Apesar da sua utilidade nenhuma tipologia, nomeadamente as explicadas, é suficiente ou tem, sequer, um caracter absoluto; à semelhança destas, outras podem elaborar-se de acordo com as realidades específicas que possam suscitá-las. Contudo, se acrescentarmos aos resultados obtidos o facto de que há actividades mais dependentes, logo mais susceptíveis de fomentarem a criação de novas actividades; como outras há cujos trabalhadores, pela qualificação exigida ao tipo de funções ligadas a essas actividades, solicitam, para se fixarem, uma maior quantidade de serviços, poderemos avaliar da tendência maior ou menor para a diversidade e, conseqüentemente, da forma como se processa a urbanização.

A especialização pode, posto quanto dissemos, actuar a nível das localidades como factor de agregação de novas actividades e, portanto, de diversidade. Porém e numa perspectiva diferente, a diversidade é factor da especialização. Não

que se trate de acepções distintas dos mesmos conceitos, mas apenas porque consideramos a diversidade de actividades em relação com os indivíduos que as executam.

A este nível, a concentração de actividades, por conseguinte de população, conduz à divisão crescente do trabalho e promove a heterogeneidade.

Também aqui o grau de especialização é susceptível de medida, através da fórmula matemática

$$1 - \left| \frac{\Sigma x^2}{(\Sigma x)^2} \right|, \text{ proposta por Gibbs}^{(14)}.$$

Na mesma fórmula x representa o número de pessoas em cada uma das nove categorias profissionais mais significativas na localidade ou na região que se analisa. Se todas as pessoas se concentrassem na mesma actividade, o valor obtido seria de $x= 0,000$; se as pessoas estivessem igualmente distribuídas por todas as categorias previstas, o resultado seria $x= 0,8889$. Os valores próximos do primeiro são sinónimos de um baixo grau de especialização individual, enquanto os mais próximos do segundo resultado indicam uma intensa divisão do trabalho, logo um elevado grau de urbanização.

Uma outra abordagem é, todavia, passível de demonstrar a articulação entre o nível de especialização e o fenómeno urbano. A especialização acentuada pela concentração populacional determina a heterogeneidade de actividades dessa população. No entanto, há nessa diversidade grupos mais ou menos vastos e

relativamente homogéneos, originados também pela divisão do trabalho porquanto são grupos profissionais, cada um deles sujeito a códigos e éticas específicas, cujos elementos reagem aos mesmos estímulos de modo semelhante. A expressão desses grupos permite identificar a sociedade urbana, na medida em que sugere a massificação das reacções dos seus elementos, a ausência de auto-expressão, a destruição gradual da capacidade de participação, a substituição das relações primárias por contactos intencionais e utilitários; porque fomenta a competitividade, factor determinante do individualismo, característica, como as anteriores, do que é o modo de vida urbano. Este conjunto de características advém, aliás, da necessidade de integração no grupo de forma imediata e na sociedade de forma remota; e pressupõe hábitos e rotinas que, por fim, revelam a presença da cultura urbana.

3.4. - A Emergência do Fenómeno Urbano

Emergir, ou tornar-se manifesto, implica a susceptibilidade de ser notado. É como que a eclosão de um processo mais ou menos longo e não sensível, que é despoletada num dado momento. Esse processo antecedente, ou essa fase do processo anterior à sua emergência, pela sua continuidade não permite que o momento da eclosão seja determinável. Primeiro, porque todo o processo é dinâmico e resulta de múltiplas interações de inúmeros factores, mas que, embora sem rupturas não são, em termos de intensidade e direcção, uniformes, ou sequer constantes. Segundo, porque a emergência não constitui uma interrupção, mas tão só a passagem de um a outro estágio do mesmo processo, o que faz que, com mais ou menos descontinuidades, ela seja gradual.

Se a diversidade de factores do fenómeno urbano por si só não o justifica, ou não é suficiente para que o mesmo seja manifesto, é, segundo pensamos, condição necessária do referido fenómeno, visto que constitui a origem de outros factores que, pela sua expressão, permitem essa emergência, porque são sinais materiais e sensíveis do fenómeno em causa.

São esses sinais os elementos simbólicos de uma estrutura social e um sistema de valores que, apesar das gradações possíveis, mantêm ainda assim uma persistência que é o suporte da sua especificidade.

a) A Diferenciação social

Se bem que tecnicamente a ordenação diferencial dos indivíduos seja designada por estratificação social, essa designação não só é limitativa como, no âmbito do fenómeno urbano, omite uma série de factores que condicionam as referidas diferenças e são, também eles, elementos distintivos numa qualquer população.

Pensamos que se justifica, portanto, o uso do termo diferenciação, que engloba todas as situações mais ou menos relevantes que, de algum modo, distinguem socialmente os indivíduos, permitindo pela dinâmica da sua articulação ordená-los hierárquicamente, consoante o peso relativo de factores positivos ou negativos de distinção. Nesta perspectiva, a diferenciação social tem origem numa multiplicidade de condições de ordem geográfica, económica, cultural, até religiosa ou política, que eventualmente podem ser interdependentes e são susceptíveis de evolução, tanto no que se refere à sua importância relativa como às ditas interdependências. E se da ausência ou da simultaneidade de algumas destas situações se pode partir para uma hierarquização social, mais concretamente a estratificação social dos indivíduos, ainda aqui a diferenciação pode dar uma ideia mais ampla, mesmo que mais complexa, de aspectos que, numa caracterização da sociedade por estratos, tendem a não ser contemplados, porquanto podem exigir uma desagregação impraticável em termos operacionais; ou, por outro lado, podem prender-se com a concepção de ordem mais ou

menos subjectiva que cada um tem de si próprio, da hierarquia estabelecida, ou da própria sociedade. O que não invalida que, pela necessidade de utilização de conceitos operacionais, se opte genèricamente por uma divisão da sociedade, em estratos ou camadas que reunam um conjunto mais ou menos vasto de características fácilmente identificáveis de caracter geral e extensivas a cada camada, e cuja especificidade permita excluir as restantes camadas da população; divisão que, como foi referido, tem sido designada por estratificação social.

Mantendo, porém, o termo diferenciação, parece-nos demasiado simplista afirmar que esta tende a ser mais complexa à medida que a população aumenta. Todavia, se esse aumento implica uma concorrência que leva à apropriação, por parte de alguns, da riqueza disponível, a afirmação anterior é verdadeira. E se da situação exposta surge uma primeira possibilidade de hierarquização, o facto de a capacidade de apropriação ser inerente a uns que não a outros indivíduos é já, por si só, um elemento de diferenciação social.

Sem enveredarmos pelo caminho da especulação terminológica, é nítido que, se o aumento da população pode constituir um factor remoto de diferenciação social, a concentração da população num território restrito actua de modo muito mais intenso no sentido dessa diferenciação; não apenas na perspectiva puramente demográfica da densidade populacional, mas enquanto constitui ponto de partida para novas interacções.

A concentração determina a divisão do trabalho, em que necessariamente se ocupam posições diferentes; destas diferen-

ças nascem graus diversos de participação no processo de redistribuição da mais-valia como, em consequência, possibilidades de acesso também distintas em relação não só aos bens disponíveis como, fundamentalmente, à aquisição de novas capacidades técnicas e/ou científicas. Se a concentração é factor do fenómeno urbano, enquanto factor simultâneo da diferenciação social implica, numa lógica de coerência, a coincidência parcial entre essa diferenciação e o referido fenómeno.

Mas a coincidência estabelecida não nos permite mais que, pelos aspectos simbólicos da diferenciação social, confirmar a presença do fenómeno urbano. Se esses aspectos simbólicos são a expressão material das diferenças e englobam reacções, comportamentos, hábitos de consumo e de lazer, tipos de linguagem e toda uma multiplicidade de objectos materiais de uso mais ou menos corrente, não são, todavia, indicadores do início, no tempo ou no espaço, da existência dessas diferenças; revelam, portanto, a dinâmica de continuidade do fenómeno urbano, sem contudo precisarem o momento em que este deixa de ser um processo "em gestação" para se tornar uma situação manifesta.

Nesta perspectiva, pensamos que a diferenciação social relativiza de alguma forma a questão da emergência do urbano; coloca-o como uma situação evidente mas não isolável; daí que, numa abordagem analítica do urbano, refiramos genericamente o grau de estratificação da sociedade como um indicador essencial, partindo do facto emergência como dado adquirido para, através da expansão do processo de diferenciação vertical,

avaliarmos do nível da urbanização. É da diferenciação vertical que se estabelecem as posições hierárquicas dos indivíduos ou dos grupos; e destas são factores, como dissemos, essencialmente os aspectos simbólicos, de ordem mais ou menos genérica, comuns e específicos de determinados indivíduos ou grupos.

Deste modo, ter-se-à partido de uma sociedade cuja primeira divisão social assentava na oposição de interesses entre duas classes distintas. A competição social entre elas pode ter fornecido o impulso para a produção de excedentes, nem sempre, no entanto, promotores de novas actividades produtivas (eventualmente usados na caça, na guerra, em viagens, por exemplo). Porém, esses excedentes proporcionaram acumulação, controle da redistribuição da riqueza, pelo que acentuaram o antagonismo que mencionámos antes. E apenas quando promotor de novas actividades o excedente de produção/riqueza actuou como factor de diferenciação social, porquanto promoveu o aparecimento de novos grupos com novas formas, não só de riqueza como da sua reprodução. Porque a industrialização é determinante de uma profusão de novas actividades, logo do aparecimento de novos grupos profissionais com rendimentos diferentes e capacidade económica também distinta, essa diversidade, que é factor da urbanização, é implicitamente também factor de estratificação da sociedade. Pode pois, de certo modo, associar-se a diversidade à complexidade da estrutura da sociedade e à intensidade do processo de urbanização.

Essa complexidade, pela sua própria essência, exige, por

forma a tornar possível uma ideia da hierarquia social mais ou menos generalizável e funcional em termos de análise, e dada a multiplicidade de casos particulares, que se constituam "agrupamentos" relativamente alargados e cuja "homogeneidade" não é senão o resultado da impossibilidade de os agregar aos "grupos" extremos dessa hierarquia.

b) A classe média

O conceito de classe média articula-se com as questões analisadas no ponto anterior. Se bem que seja vulgar apresentar como opostos os conceitos de estratificação e classe social, porque se atribui o primeiro aos níveis ideológico e jurídico e o segundo a uma abordagem assente no nível económico, partindo da articulação de cada um dos dois conceitos com a divisão do trabalho podemos admitir que há coincidência parcial entre ambos.

Acontece na perspectiva apontada para a diferenciação social que uma classe social, mais directamente relacionado este conceito com as diferenças em sentido global, pode englobar vários estratos. A multiplicidade de definições de classe, a partir do lugar no processo produtivo, da capacidade de acesso às oportunidades de vida, do conjunto de valores predominantes, por exemplo, não invalida que cada vez mais se atenda à interacção entre estes múltiplos factores, como não invalida a afirmação relativa à complexidade crescente das sociedades urbanizadas. Por outro lado e retomando a necessi-

dade de critérios operacionais para a análise da estrutura social, as classes, nomeadamente o conceito de classe média, representa a concretização da ideia de que se constituiu um "agrupamento" relativamente vasto e assente na impossibilidade de agregação dos seus elementos às categorias extremas da sociedade.

De modo linear, a classe média faz a ligação entre as classes inferior e superior da hierarquia social. Nasceu, referindo concretamente a Europa, de uma mudança na estrutura económica da sociedade, a partir do excedente de produção agrícola e da subsequente criação de novas actividades. Na sua origem, é fruto da "libertação" de alguns indivíduos ou grupos da classe mais baixa, pela dita criação das novas actividades e o acesso a novas formas de riqueza disponíveis.

O processo de desenvolvimento económico e mais concretamente a industrialização, com a concentração de pessoas e actividades, a exigência crescente de equipamentos e apoios para a reprodução do novo sistema criado, significa, ainda numa explicação linear e posteriormente, não só a expansão da classe média que passa a integrar também indivíduos originários da classe superior, por definição tendencialmente restrita, como, ao mesmo tempo, uma diversidade de situações que é elemento básico do fenómeno urbano.

A classe média aparece, portanto, como anterior ao fenómeno urbano, como uma parte da multiplicidade de factores que o desencandeiam, até na medida em que é, na sua essência, promotora do desenvolvimento; mas a sua expansão e a sua comple-

xificação são consequências do processo de urbanização, e fruto, ambas, do crescimento industrial. E essa expansão traduz-se no aparecimento crescente de estratos distintos, com níveis de rendimento diferentes, sistemas de valores específicos, graus diversos de educação, acesso às oportunidades, capacidades de participação activa na vida urbana a nível quer social, como cultural ou político. Camadas que constituem fracções de uma ou da outra classes antagónicas e se singularizam pelo privilégio do acesso ao consumo e um projecto de ascensão, que são as características que lhes são comuns e as agregam como uma classe intermédia.

De difícil análise pela heterogeneidade que a caracteriza, esta classe intermédia passa, portanto, pela necessidade de um estudo parcelar e empírico, centrado em grupos específicos vinculados a situações profissionais, sistemas de valores e formas particulares de relacionamento com as outras classes.

Sem todavia procedermos a uma desagregação demasiada, ou atendermos sequer às diferenças evidentes entre a realidade americana e as alusões feitas à Europa, que levariam a uma "história da classe média", cremos poder afirmar, ainda assim, que as divergências entre as referidas sociedades são notáveis; enquanto na América a classe média se constituiu inicialmente de pequenos proprietários agrícolas independentes e disseminados por um vasto território, e de cuja livre concorrência nascia a expressão harmónica da sociedade, na Europa foi o aparecimento de actividades não agrícolas, nomeadamente

comerciais que, repetindo a ideia já explicitada, promoveu o nascimento da classe média, precedendo a emergência do urbano.

Contudo, a industrialização numa como noutra situação determinou o aparecimento de novas actividades e uma nova divisão do trabalho, com o conseqüente surgir de uma também nova classe média mais semelhante em termos intercontinentais, mas mais heterogénea a nível intracontinental.

Com um processo evolutivo em fases distintas e que resulta do processo de crescimento económico, a nova classe média gradualmente acrescenta-se de novas categorias profissionais, de que são exemplo, numa aproximação cronológica da realidade, os técnicos, os vendedores, os supervisores e chefes de secção, os profissionais liberais, os intelectuais. E caminha de certo modo para uma era que podemos designar do culto da personalidade, porquanto a determinadas categorias correspondem tipos específicos e aspectos simbólicos, que fazem dessas mesmas categorias verdadeiros estereótipos.

Esta evolução deve-se à heterogeneidade crescente das actividades, à sua interdependência, à necessidade de criar, no espaço social cada vez mais diversificado, grupos homogéneos e susceptíveis de facilitar a integração dos seus elementos. Deve-se, atendendo à caracterização que temos vindo a elaborar para o fenómeno urbano, à evolução do dito fenómeno.

É esta nova classe média, cuja dinâmica acompanha a dinâmica do processo de urbanização numa relação recíproca de causa e efeito, que tende a tornar-se quantitativamente cada vez mais importante, mas cuja influência qualitativa é dimi-

nuída pelas fragmentações que inevitavelmente a atingem. Estas são o fruto de origens sociais diferentes dos indivíduos, de níveis de rendimento distintos, de possibilidades dispares de acesso às diversas oportunidades de vida, que operam clivagens concretizadas nas relações preferenciais das múltiplas camadas médias com as classes superior e inferior da hierarquia social.

Mais que as clivagens, as relações mencionadas reflectem e influenciam a evolução da estrutura da sociedade, como a evolução do próprio processo de urbanização. Porque se a classe média genéricamente considerada revela contradições e desequilíbrios internos, os factores desses desequilíbrios são simultâneamente factores de absorção distinta de valores pelos contactos que promovem, da construção de sistemas de valores e ideológicos diferentes e que expressam a necessidade de "alianças" e compromissos entre as camadas médias e as classes extremas da população; e que são, pelos antagonismos e a concorrência que consequentemente se estendem a novas "frentes", incentivo a um processo de crescimento económico que visa responder a um consumismo que é elemento simbólico da pertença de classe.

Consumismo exacerbado que é, por um lado, factor de mobilidade social e, por outro, expressão da concretização de um objectivo de ascensão social; e que ultrapassa o âmbito da aquisição de bens e serviços, para se dilatar até ao consumo de informação, à forma de ocupação dos tempos livres, à

adesão, eventualmente, a novas ideologias...

Porém, se na perspectiva mais geral do termo se trata de uma característica comum às camadas médias, uma análise desagregada deixa concluir pelos efeitos particularizáveis da necessidade de consumo: os tipos de bens e serviços, as opções ideológicas, a "informação" absorvida, variam de acordo com os factores que condicionam as relações sociais preferenciais e, nessa linha, acentuam as disparidades.

No entanto, generalizável é o projecto de ascensão no sentido abstracto, como o sistema de valores que lhe está subjacente, divergindo apenas as vias para a sua concretização e, naturalmente, as consequências da mesma. E esse sistema de valores, porquanto aponta a ascensão sócio-económica, é por natureza o impulso do desenvolvimento no âmbito da criação de novas actividades, que representam novas oportunidades; ao nível, por conseguinte, de uma diversidade crescente, que é a manifestação evidente do fenómeno urbano.

c) A expansão de valores

A ascensão social dos individuos como objectivo de um sistema de valores determinados implica uma diversidade crescente. Por si só, este facto é determinante da reprodução do referido sistema de valores. No entanto, na medida em que a diversidade representa novas actividades e, ao menos aparentemente, melhores oportunidades, ela faz da sua própria existência polo de atracção das populações, incentivando a concentração das mesmas.

Esta situação tem implícita, naturalmente, uma expansão do dito sistema de valores na perspectiva da maior quantidade de indivíduos que, pelo facto de afluírem à cidade, tendem a absorvê-lo pela sua necessidade de integração.

Podemos pressupôr, daqui, que o sistema de valores referido antes e atribuído à classe média coincide com o sistema de valores inerente ao fenómeno urbano. Se bem que haja efectivamente correntes que na sociologia têm defendido a existência de uma "cultura urbana", trata-se de uma afirmação que a própria realidade urbana relativiza. Primeiro, porque o fenómeno urbano, generalizável nos seus aspectos mais vagos, é condicionado por factores de ordem geográfica e pela própria estrutura económica da sociedade, o que lhe confere a heterogeneidade e as eventuais especificidades locais mencionadas. Depois, porque a realidade urbana não é exclusiva da classe média, mas integra todas as classes da hierarquia social. Posto isto abrange, em termos de valores, os que são atribuídos à classe média, mas também os que são inerentes às classes inferior e superior e, de alguma forma, são menos susceptíveis de mudança; porque estas classes, de um ponto de vista quantitativo relativamente menos significativas, se reproduzem como extremos de uma estrutura cujas camadas médias estão em constante evolução.

Contudo e numa abordagem linear que a presente síntese teórica justifica, a coincidência urbano/classe média no âmbito dos valores pode parcialmente ser aceite. A posição

quantitativa da classe média acrescida, de um lado, de uma adesão aos valores que propõe pela classe inferior numa via de ascensão social; e do outro, dos compromissos ou das "trocas" assumidas pela classe superior, numa perspectiva de "aparente adesão para a manutenção do controle", pode, na realidade e no âmbito da hegemonia, permitir que consideremos os valores da classe média como os valores dominantes nas sociedades urbanizadas.

Além disto, a expansão de valores, no caso os valores ditos da cultura urbana, tende a ultrapassar, pela própria natureza do fenómeno urbano, os limites físicos dos centros urbanos. O urbano implica concentração de pessoas e actividades, especialização de funções das cidades, divisão do trabalho, interdependências múltiplas que incentivam o contacto crescente entre os vários centros; implica, ainda, afluxo de população, que se traduz em deslocações definitivas ou temporárias, as últimas naturalmente fonte de contactos dos indivíduos com o lugar de origem; exige, além disto, a criação de potenciais mercados para os bens e serviços produzidos, daí o intercâmbio crescente a todos os níveis, que envolve as populações rurais mais ou menos próximas de cada centro e é sustentado, enquanto o promove, pelo desenvolvimento acelerado dos transportes e comunicações. É evidente que o intercâmbio, pela profusão de contactos através dos quais se materializa, desemboca necessariamente numa aprendizagem mútua, numa reciprocidade de adaptações e formas diferentes de pensar e de

agir que acontece, em todo o caso, de modo perfeitamente desigual.

Esta "distribuição" desigual da influência cultural pode explicar-se a partir da própria ideia de valor, concretamente ao nível da sua formação. A mesma consiste num processo através do qual os valores se estruturam e, ao mesmo tempo, adquirem um significado; mas apenas faz sentido a referência a um conjunto de valores através da compreensão das ideologias que o racionalizam, como dos sentimentos e dos símbolos que lhe estão associados, uma vez que as ideologias actuam ao nível da persistência ou da mudança, enquanto os aspectos simbólicos, pela sua evolução, permitem a compreensão dos referidos valores.

A mudança tem subjacentes formas diversas, que se constituem como um processo mais ou menos gradual, sujeito a discontinuidades, que vão desde a perda de posição hierárquica na ordem de importância do conjunto de valores à substituição de uns por outros valores, a variações relativas na sua área de expansão, até à quebra ou ao aumento do número de indivíduos que a eles aderem. E esse processo de mudança está, por outro lado, sujeito a condicionantes de ordem histórica, porque todas as estruturas, como todos os indivíduos ou grupos, têm antecedentes que determinam a maior ou menor possibilidade de evolução no caso dos sistemas, e as reacções ou o nível de adesão às diversas situações, para os actores sociais; o indivíduo, bem como a sua forma de viver ou as soluções para

os seus problemas, são significativamente a herança de um passado que, de modo mais ou menos intenso, os construiu. Mas depende ainda de outros factores, como sejam o "poder", encarado de um ponto de vista de eficiência, de capacidade de extensão de um certo objectivo; poder que se evidencia na forma como outros factores, nomeadamente a escola ou os *mass-media*, por exemplo, actuam a nível da possível mudança do sistema.

Sem deixarmos de mencionar o facto de os últimos factores referenciados não terem uma influência uniforme, na medida em que dependem da trajectória de vida dos actores como do momento dessa trajectória, em que actuam via a socialização dos mesmos, pode a noção de poder, na sua articulação com a ideia de valor, estabelecer a explicação para a desigualdade no âmbito da direcção preferencial da expansão dos valores.

São pilares do poder os recursos económicos, sejam a posse ou a possibilidade de investir, por exemplo; do mesmo modo, o poder sustenta-se das condições que um indivíduo ou grupo têm para exercer influência sobre os outros. Se em termos individuais a classe superior chama a si estas particularidades, se assume como a criadora de um sistema de valores cuja difusão se reflecte na necessidade de ascensão da classe média, facto é que esta última, em termos de conjunto, representa uma nova forma de poder económico originado pelo crescente nível dos salários, que se concretiza no consumo, mas

também em pequenos investimentos de ordem especulativa. Na mesma linha, a classe média assume, mas adapta à sua "medida", os comportamentos, como as maneiras de pensar, da classe superior; por outro lado, é a classe média que detem uma nova face do poder, porquanto é ela que gera a "classe" intelectual, cuja participação social se situa ao nível da crítica de um "estilo de vida" tipo classe superior de que esse sector crítico da sociedade gradualmente se vem apropriando.

Da convergência destas características associada à representação quantitativa da classe média, nasce uma situação hegemónica que se materializa no acesso a cargos que facultam o controle das mentalidades e a sua "construção"; isto porque correspondem a quanto se reporta aos meios de comunicação, aos sectores da educação ou mesmo da saúde, aos serviços (a nível de quadros, logo de "contactos") e que é fruto, finalmente, da diversidade que é a essência do fenómeno urbano.

Daqui constituem-se, conseqüentemente, as condições para a expansão dos valores da classe média provenientes, como referimos, de readaptações sucessivas dos comportamentos da classe superior articulados com as novas concepções da vida e tornados, pelo peso quantitativo e pela via da expansão, os valores sociais dominantes.

Designamos a sociedade urbana como a origem e o receptáculo das camadas médias da população; como uma realidade dinâmica e susceptível de evolução constante; como promotora, pela mesma dinâmica e pela competitividade que daí

advém, de um novo sistema de valores, caracterizado embora de modo sintético. A difusão desse conjunto de valores que é uma forma manifesta do fenómeno urbano é, sem dúvida, factor do processo de urbanização.

3.5 - Importância de um Critério Sócio-Demográfico na Análise do Fenómeno Urbano

Como interacção de processos, a expansão do fenómeno urbano para zonas sucessivamente acrescentadas significa a conjugação de uma multiplicidade de factores e constitui-se como uma dinâmica de interdependências; factores que, na sua maioria, têm uma influência diversificada e actuam, simultaneamente ou em cadeia, sobre aspectos distintos da realidade.

Porque essa influência diverge de umas para as outras potenciais zonas susceptíveis de serem absorvidas, as quais têm obviamente especificidades que as diferenciam mais ou menos profundamente e que implicam respostas também distintas à dita influência, uma análise do processo de urbanização enquanto expansão do urbano a qualquer nível não permite a construção de um corpo teórico senão de âmbito global. Pelas mesmas causas, a impossibilidade, por outro lado, de adopção de um critério de análise exclusivo, que naturalmente limitaria o conhecimento do processo em causa a uma vertente que, isolada, não seria explícita e perderia significado.

No entanto e sintetizada que foi a articulação entre as diferentes vertentes de análise possíveis, cabe-nos voltar a fazer alusão à presença inevitável de variáveis demográficas como suporte da generalidade dos critérios incluídos nessas perspectivas, bem como aludir à capacidade de interrelação do

critério sociológico relativamente à diversidade de pontos de vista.

Atendendo concretamente à evolução dos factores que de modo mais objectivo e directo determinam o processo de urbanização, em qualquer deles está implícito um certo nível de concentração da população; do mesmo modo, no caso da industrialização, é fundamental que se conheça o crescimento populacional, a percentagem de população activa, que se quantifique a população activa por sector de actividade e ramo profissional; em relação aos movimentos migratórios, a necessidade do recurso às variáveis demográficas é obviamente mais evidente, nomeadamente no que diz respeito ao número de migrantes, à direcção dos movimentos, às taxas de crescimento da população, à própria duração das deslocações.

Contudo, cada referência estatística, por mais exacta, apenas é descritiva; e se faculta uma perspectiva de evolução pelas diferenças registadas para períodos distintos, deixa no entanto por esclarecer, e no caso ainda do processo de urbanização, as eventuais resistências à mudança, as razões que lhes são subjacentes ou, ainda, as condicionantes de ordem socio-psicológica que implicam a decisão de emigrar.

Do mesmo modo, não explicam a diferenciação social, porquanto a origem ou o prestígio sociais, factores de estratificação da sociedade, não são susceptíveis de quantificação.

Porém, uma classe social parte necessariamente de uma base quantitativa, porque se constitui igualmente de um nível de rendimentos, de uma forma particular de aplicar esses

rendimentos; porque implica uma percentagem relativa de indivíduos que é determinante quer do significado socio-económico como político, da mesma classe, como da própria estrutura da sociedade. E se a quantificação aparece, assim, não só como instrumento indispensável, mas como o suporte da análise qualitativa, ela pode, mantendo o âmbito da diferenciação social, surgir como um conjunto de variáveis explicativas de níveis de análise distintos.

A delimitação aproximada de uma classe social pode ser determinante da sua importância relativa; esta, porém, prende-se com a maior ou menor capacidade de expansão dos seus próprios valores e comportamentos. Caracterizados estes de um ponto de vista qualitativo, necessário é frequentemente o recurso a variáveis quantitativas, nomeadamente demográficas, para a caracterização da mesma classe social; em síntese, os níveis de fecundidade, por exemplo, tendem a ser diferentes da classe média para a classe superior, tal como a mortalidade infantil "vitima" de forma mais evidente as classes de menores recursos económicos e "culturais".

Creemos que há, pois, que ter em conta a ligação essencial entre os critérios de ordem quantitativa, ditos objectivos, e os que preferencialmente explicam aspectos da sociedade não passíveis de medida, articulando eventualmente elementos de âmbito histórico, como geográfico, obviamente também elementos de âmbito social; as insuficiências de cada uma das perspectivas não justificam a opção por um ou outro tipo de análise;

antes revelam a sua interdependência.

E o fenómeno urbano, assente ou determinado por valores mínimos, embora relativos, do nível da concentração da população, do seu ritmo de crescimento; ou factor e simultâneamente dependente dos movimentos migratórios, é também heterogeneidade de valores e comportamentos, espaços e tempos diferentes que podem tão só ser detectados ou "isolados" por comparação. E de cuja análise ressalta, entre outros aspectos, a evidência da absorção inevitável, pela expansão que referimos, de espaços envolventes, mais ou menos próximos dos focos dessa expansão, que é ao mesmo tempo de valores e se traduz numa mudança gradual das zonas em presença como das interrelações que estabelecem. Se essas relações se materializaram inicialmente numa dependência quase total das cidades, o processo de urbanização tem implícita a inversão da dependência e, consequentemente, uma mudança efectiva nas relações entre a cidade e o campo.

De quanto dissemos, admitimos que um critério de "compromisso", susceptível de utilizar processos de medição bem como associá-los a abordagens qualitativas do facto urbano, seja sem dúvida o melhor contributo para a compreensão do mencionado fenómeno. Critério que, pelo tipo de variáveis utilizadas bem como pela natureza das correlações estabelecidas, se poderá caracterizar como uma análise socio-demográfica do fenómeno em questão.

Deste ponto de vista, seja de uma abordagem de complementaridade e de interdependências, a urbanização caracteriza-se,

numa síntese breve, por ser um processo que se desencadeia num contexto específico e limitado: a cidade que, enquanto sistema complexo e cuja expansão se faz de um modo desigual, (com mais ou menos convulsões que dependem da resistência das áreas de recepção, mais que da capacidade de imposição da própria cidade) se traduz no conjunto de relações que estabelece com as zonas para as quais se expande.

Uma abordagem da evolução dessas relações permite avaliar da incidência, do ritmo, da eficácia do processo de urbanização. A análise, como o processo em causa, não se esgotam no conjunto dessas relações; a situação de viver na cidade encerra toda uma dinâmica que, se é origem da urbanização, é fundamentalmente um modo de vida que transcende o âmbito no qual a análise demográfica se permite a eficácia suficiente.

Porque ainda que em fases adiantadas do processo de urbanização tenhamos que considerar áreas mais alargadas, ultrapassar mesmo os limites considerados para termos em conta as relações de interdependências entre centros de importância hierárquica idêntica ou diferente, é um facto que essas relações passam invariavelmente pelas áreas de influência mais imediatas do ponto de vista da localização; seja o campo mais ou menos próximo envolvente de cada cidade e, posteriormente, os centros menores de cada região detentora de uma ou mais cidades importantes.

Consequentemente, pensamos que é fundamental desta perspectiva o estudo das relações cidade-campo para a explicação

do fenómeno da urbanização a qualquer nível, porquanto se trata do cenário em que se materializam as mesmas relações.

Porque definimos como suporte objectivo da análise em causa a sua componente demográfica, entendemos que quaisquer outras abordagens entrocam na, ou convergem para a sua análise sociológica (que obviamente não prescinde da perspectiva diacrónica ou sequer da influência das condicionantes geográficas), optámos pela já referida análise socio-demográfica da urbanização.

Mais explicitamente, o critério socio-demográfico consiste, posto quanto referimos, numa abordagem do fenómeno urbano, como do processo de urbanização que parte da interrelação da análise demográfica com a possível agregação das outras vertentes de análise mencionadas.

Os fenómenos populacionais podem ser factores e/ou consequências das diferentes situações sociais. Enquanto factores, explicam-nas parcialmente na medida em que, quer a densidade populacional como o crescimento da população, os níveis de fecundidade ou os movimentos migratórios, por exemplo, podem estar na origem de situações como crises da habitação ou do emprego, expansão das cidades e consequentemente da "cultura" urbana, substituição de valores, ou outras. Como consequências da evolução da sociedade, o crescimento populacional ou uma subida do nível de fecundidade podem ter origem no crescimento económico; tal como a industrialização e ainda a título exemplificativo, tem determinado o afluxo de populações rurais às cidades.

Em qualquer caso, a susceptibilidade de avaliação quantitativa destes fenómenos é fundamental na avaliação da intensidade com que podem ocorrer as situações que deles advêm; são ainda, e incorrendo no risco de excessivas repetições, um suporte material essencial da análise qualitativa, porquanto permitem justificações ou apoios que, pela sua objectividade, clarificam a referida análise. Sem constituírem meros instrumentos da investigação que pretendemos, os critérios de base demográfica são, todavia, insuficientes; e isto porque, como qualquer critério de base matemática, traduzem a realidade, a sua evolução, sem contudo a explicarem.

Assim, pensamos que a complementaridade que é conseguida pela análise qualitativa dos fenómenos sociais, incluídos os demográficos, pressupõe a necessidade de uma perspectiva mais vasta, simultaneamente quantitativa e qualitativa, que deve ser o critério socio-demográfico. E que constitui não só um modelo básico, mas também o mais eficaz na avaliação das diferenças, das semelhanças, das oposições ou das solidariedades entre o campo e a cidade, as diferentes cidades e/ou regiões, a partir de um conhecimento efectivo dos padrões de vida rural e urbano cujas relações reflectem a urbanização.

As maneiras de viver são condicionadas pelas quantidades de população, pela sua distribuição, pelas suas eventuais trocas. Neste âmbito, as transferências populacionais, a capacidade ou incapacidade de fixação das gentes pelos espaços ditos rurais, são indicadores do nível de urbanização e ao

mesmo tempo do tipo de desenvolvimento.

Porque qualquer dos conceitos referidos implica por si só a convergência de uma diversidade de vectores, utilizaremos na sua explicação a já citada agregação dos múltiplos critérios de análise prioritariamente qualitativa. E isto não apenas pela interdisciplinaridade que é parte integrante da análise sociológica; mas antes porque entendemos, no caso concreto deste trabalho, que o tipo de investigação, bem como o conceito usado para o definir, podem ultrapassar o âmbito da sociologia para integrar o campo mais vasto da análise social. Privilegiando embora a perspectiva sociológica, a realidade a estudar será objecto, posto isto, de uma análise global e extensível a todos os seus componentes, integrando, por conseguinte, uma alusão à cidade enquanto procura de ocupar o espaço, maneira de viver e potencial motor da mudança nas práticas sociais.

A cidade é basicamente concentração populacional num espaço físico relativamente restrito. Viver na cidade significa confrontar-se permanentemente com essa situação, com a necessidade de encontrar um espaço próprio frequentemente exíguo, em contradição com um espaço exterior vasto e diverso, gerador de contactos múltiplos e deslocações constantes que parecem torná-lo ainda mais vasto.

De um ponto de vista demográfico, a cidade é densificação do espaço; e provoca, pela densidade crescente da população, pressões que exigem respostas no âmbito da criação de equipamentos e serviços. Porque estes aumentam na razão directa da

dimensão da cidade, logo da pressão demográfica, a cidade torna-se polo de atracção de uma população envolvente que, se contribui para o aumento da densidade implica, por outro lado, a continuidade das respostas referidas.

Densidade e movimentos migratórios estão, pois, associados; e suscitam um sem número de factos e situações, de vivências que, variando embora no espaço e no tempo ou em intensidade, caracterizam a cidade como forma de vida passível de ser identificada.

Chegar à cidade quer dizer "engrossar" uma população mais ou menos vasta que tem que morar em algum lugar; implica de imediato a procura de habitação. Mas a sobrevivência tem implícito um posto de trabalho que condiciona, inevitavelmente, o tipo de residência.

Sem aludir aos condicionalismos da obtenção de um emprego, ou à questão da adaptação para os recém-chegados à cidade, viver numa aglomeração urbana pode significar o recurso a uma "barraca". Esta é o reflexo de um nível de rendimentos insuficiente, da incapacidade de acesso a uma habitação ou a uma zona residencial socialmente aprovada; é, de certo modo, reveladora, mas simultâneamente factor, de segregação social.

Porém, de uma perspectiva sociológica, achamos que a barraca não é apenas uma incapacidade; enquanto realidade, eventualmente enquanto forma escolhida de habitar, a barraca é também individualismo, preservação da vida privada, apropriação de um espaço construído ou transformado à medida de cada

um. É contraste entre uma pobreza demonstrada e uma possibilidade de riqueza pela criatividade, o simbolismo próprio, uma certa consciência de propriedade e domínio do espaço. No entanto, cremos que implica uma forma de socialização e uma consciencialização que é auto-segregacionista, pelas diferenças e oposições que interioriza; e que a distinguem e isolam, na cidade, de quantas formas residenciais há que, de maneira mais ou menos evidente, denotam níveis de rendimento superiores.

No entanto, pensamos que ainda aqui a cidade não é linear; é complexidade de zonas distintas que tendem a acolher populações específicas. E se há zonas que são a demonstração de um maior acesso às vantagens urbanas, nomeadamente à habitação construída, estas são frequentemente a concretização de projectos que apontam soluções para a pressão demográfica mas que, ainda de um ponto de vista sociológico, tendem para uma uniformização dos modos de vida, uma diluição das diferenças sociais; e se têm subjacente uma capacidade de dominação do espaço, adquirido o seu direito por transacção económica, são, em última instância, o contrário da apropriação.

Frequentemente providos de um mínimo de equipamentos, os grandes conjuntos residenciais destroem a rua como espaço de socialização, promovem o isolamento ou, quanto muito, incentivam o "espírito de bairro" que se concretiza nos esporádicos locais de reunião — igreja, café, sociedade, por exemplo, —

mas que é, relativamente ao centro, factor de segregação.

Parece-nos pertinente, sem alargar a análise às várias formas de habitar, um comentário à situação vulgar dos que chegam à cidade e, sem outra possibilidade, têm que optar por fixar-se a uma distância física do centro que, maior ou menor, significa sempre distância social.

O "bairro" é a materialização vulgar desta situação; núcleo mais ou menos organizado, pode assumir aspectos específicos dependentes quer da sua estrutura física como da sua componente social predominante; mas é, em qualquer circunstância, uma incapacidade, uma alternativa relativamente a um centro congestionado, ainda uma opção que pode oferecer as vantagens que o centro esgotou. É, portanto, viver numa cidade "decalcada" ou, normalmente, apenas alargada para uma periferia que é a resposta a um crescimento demográfico que a cidade inicial não comporta.

No entanto, viver na cidade pode ser residir no centro, eventualmente com acesso físico a vantagens que a realidade socio-económica acaba por tornar inacessíveis. Contradição que nos parece poder ser de sentido inverso relativamente à das zonas residenciais periféricas, em que a mais sensível pode ser a distância física, residir no centro é de algum modo determinante de um estatuto conferido pela "antiguidade". É no entanto, e pelos contactos que a proximidade física faculta, pelas limitações que a frequência desses contactos necessariamente revela, também incentivo a um isolamento que pode ser a

defesa contra as agressões que são todas as situações de manifesta incapacidade.

Se o isolamento tende a acentuar o individualismo, devemos considerar, porém, que os indivíduos encontram o caminho para obviar a esse isolamento através da constituição, mais ou menos espontânea, de "grupos" profissionais, religiosos, políticos ou de outras naturezas. E viver na cidade significa, de certo modo e numa situação de centro como de periferia, "recriar" espaços relativamente homogêneos, criar novas raízes que a comunhão pontual de interesses pode originar.

A dimensão populacional é factor da multiplicidade e da diversidade desses grupos; é factor, também, da competitividade que advem tanto da convergência, como da oposição de interesses e objectivos dos mesmos grupos. A densidade da população, as restrições de espaço que provém de um alto nível de concentração, são igualmente fonte de situações de concorrência e oposição; de desequilíbrios que, globalmente e pela sua interacção, constituem o factor primeiro da reprodução equilibrada do sistema de vida urbano.

Por outro lado, a diversidade dos grupos referidos, a sua maior ou menor coesão interna, as divergências que os separam e assentam nos objectivos que os mesmos prosseguem não são, como o não é a questão da habitação ou da zona de residência, as únicas vias para uma caracterização da vida urbana.

Associados sempre à densidade da população, à sua concentração, problemas como o congestionamento, de que é consequência directa o tempo inútil (gasto na multiplicidade de

deslocações obrigatórias), são factores de outros problemas que traduzem a ausência de motivações, a inexistência de alternativas de lazer, o excessivo consumo de *mass-media*, a perda de capacidade de comunicação que acentua o isolamento individual.

Poderíamos colocar a questão da inexistência de vantagens urbanas; a ser verdade, essa inexistência conduziria provavelmente ao fim do processo de crescimento das grandes cidades que a inversão pontual do sentido dos movimentos migratórios não pode, todavia, confirmar. Porque a cidade é acima de tudo sinónimo de acesso; não de acessibilidade, traduzível em distâncias a, tempo necessário para, ou frequência de transportes públicos, mas de um acesso real, sensível e sentido; feito de "participação" a vários níveis, de uma noção de pertença a uma parte "privilegiada" da população que se permite consumos que, se não se concretizam, integram pelo menos os "sonhos" de mais ou menos longo prazo, inacessíveis, por desconhecimento, aos "de fora".

Como maneira de viver a cidade integra práticas sociais; o acesso à cidade é o acesso às mesmas práticas, ou frequentemente a práticas novas relativamente às anteriores e implica processos mais ou menos fáceis, sempre graduais, de adaptação. Implica simultâneamente o contacto de práticas diferenciadas, tanto mais complexas e heterogéneas quanto mais vasta for a atracção exercida pela cidade.

A multiplicidade de situações geradas, a necessidade de

readaptações constantes mesmo que aparentemente mecanizadas e rotineiras, exigem uma "desmutiplicação" da personalidade que para cada um aumenta quando aumenta o afluxo de outros à cidade. É a adaptação referida, suporte essencial da sobrevivência numa sociedade de que muitas vezes apenas se formulou uma imagem; que não é obrigatoriamente a adaptação de um novo quadro de valores, e pode assentar em desajustamentos que reflectem a não interiorização da nova cultura, como o "redu-to" que de algum modo deixa adivinhar a preservação da identidade.

Em qualquer caso, a análise da mudança que implica a transferência para um centro mais urbano, numa vertente da relação cidade-campo, traz-nos à evidência a concepção do fenómeno da urbanização como processo dinâmico, contínuo na sua globalidade e na sua essência; essa concepção deixa-nos ver a urbanização dos homens, e consequentemente a urbanização dos espaços, como um processo de transição sem interrupções, de que é pressuposto básico o caracter relativo de cada possível conclusão.

Reforça esta perspectiva a necessidade de um trabalho global e abrangente que é facultado pela análise socio-demográfica, na medida em que confirma a complexidade do fenómeno da urbanização.

Se tem implícita uma certa densidade populacional, a atracção sobre as zonas rurais, um encurtar de distâncias que se reflecte em acessibilidades, é ao mesmo tempo um acentuar da dependência do campo e do sentido dos fluxos populacionais.

Pode suscitar novas oposições em relação ao campo, agravar as existentes; cremos, porém, que não invalida o processo crescente de interações que conduzem à dificuldade de "isolar" qualquer uma das realidades em interação.

Deste ângulo, deve a análise das relações entre a cidade e o meio envolvente, na sua vertente de natureza qualitativa, ter em conta um novo campo, cujo tecido social pode tornar-se um prolongamento do modo de vida urbano, pela "deslocação" de situações tradicionalmente vividas pela cidade, pela menor resistência à invasão urbana; e uma nova cidade, em que vestígios cada vez mais nítidos de um sistema de valores rural tendem a sobreviver pela função de "reserva" que exercem grupos e/ou associações que na cidade substituem a vida comunitária.

São a complexidade da análise, essencialmente a simultaneidade, como a interação de situações e processos que estão na origem dessa complexidade, que direccionam o estudo para a aplicação das vertentes possíveis da abordagem qualitativa.

Paralelamente, a objectividade como a convicção que permitem os resultados da utilização das medidas directas pelas quais optámos; a vantagem, por outro lado, de não acentuar a complexidade de alguma forma inevitável, constituem justificação que julgamos suficiente para o cálculo apenas dos índices exigidos pela limitada dimensão real do nosso objecto e referenciados anteriormente.

NOTAS AO TEXTO

Capítulo III

1. A transição da solidariedade mecânica para uma solidariedade do tipo orgânico como factor da emergência do fenómeno urbano, segundo a perspectiva sociológica de análise do referido fenómeno.
Emile Durkheim, "A divisão do trabalho social", Ed. Presença, 1977, 1º volume, cap. VII.
2. Manuel Castells, "Problemas de Investigação em Sociologia Urbana", Ed. Presença, Lisboa, 1975, pg. 158.
3. Anthony Smith, "Social Change", Editors John B. Mays and Maurice Craft, New York, 1976.
4. Gerald Zaltman, "Processes and Phenomena of Social Change", Ed. John Wiley and Sons, New York, 1973.
5. Cada vez maior extensão espacial, por redistribuição ou fixação da população nas comunas periféricas das aglomerações (a redistribuição como factor do crescimento). Difere do conceito de "crescimento das cidades", que consiste no aumento demográfico num território constante, logo de densidade do espaço.
6. George Duby, "Histoire de la France Urbaine", vol. 5, cap. 2, Ed. Seuil, Paris, 1985.
7. Philip M. Mauser, "Manual de Pesquisa Social nas Zonas Urbanas", Livraria Pioneira Editora, Trad. Magdalena Pizante Baptista, São Paulo, 1978.
8. Philip M. Mauser, "Manual de Pesquisa Social nas Zonas Urbanas", Livraria Pioneira Editora, Trad. Magdalena Pizante Baptista, São Paulo, 1978.
9. IUSSP, "Basic data for the study of urbanization", Ordina Editions, Dolhain, 1974, pgs. 18-21.
10. Henri Lefèbvre, ob. cit. (2) Cap. I
11. Henri Lefèbvre, ob. cit. (2) Cap. I
12. Chauncy D. Harris, "A functional classification of cities", in United States Geographic Review, New York, 1943, pgs. 86-99.
13. Gunnar Alexandersson, "The Industrial Structure of American Cities", Lincoln, University of Nebraska Press, Alonquist e Witsell, 1956.
14. Gibbs, "Urban Research Methods", Van Nostrand, 1961, in "Sociologia Urbana", R N. Morris, Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1972.

SEGUNDA PARTE

**APLICAÇÃO DO CRITÉRIO SOCIO-DEMOGRÁFICO:
O CASO PARTICULAR DO ALENTEJO**

CAPÍTULO IV

CARACTERIZAÇÃO SOCIO-DEMOGRÁFICA DO FENÓMENO URBANO NO ALENTEJO

Introdução

Uma vez feita a opção por uma análise socio-demográfica do fenómeno da urbanização, consideramos fundamental a aplicação dessa análise a uma ou a várias situações concretas, não apenas como teste à sua viabilidade, mas também na via que referimos de um contributo que pretendemos para a formulação de princípios, ou eventualmente conceitos, a acrescentar ao corpo teórico sobre a urbanização.

Estendendo importante para o estudo pretendido a articulação entre o trabalho de base demográfica e as restantes grandes linhas definidas como bases comuns de outros critérios de análise, procurámos uma solução para que essa articulação se constituísse como o processo eficaz necessário ao prosseguimento dos objectivos do trabalho em curso. Assim e pelas razões que apontámos anteriormente, integrámos as grandes linhas antes definidas no âmbito dessa análise, optando por estabelecer apenas a distinção entre os aspectos qualitativos por ela privilegiados e a vertente quantificação, do foro da perspectiva demográfica; sem esquecermos, naturalmente, que a própria ideia de interdisciplinaridade tem implícita a articulação entre estas duas vertentes.

Da aplicação do modelo elaborado é parte essencial a escolha do objecto do estudo; e cremos que ficou justificada não só a decisão de restringir a área como, por outro lado, a

escolha do Alentejo, susceptível de se limitar a Évora em aspectos de pormenor.

Pesem embora factores que se prendem com a diversidade interna da região, a ver em fases seguintes, o Alentejo vem-se comportando, ao nível da expansão do fenómeno urbano e de um ponto de vista apenas genérico, de um modo que lhe confere certa uniformidade enquanto região.

É substancialmente diferente do Norte do País, nomeadamente das suas zonas litorais, em que as populações "recusam" o meio urbano através da expansão das habitações ao longo das estradas, numa atitude que é um reflexo da mentalidade aldeã. A agricultura deixou de ser preponderante, cedendo lugar a uma indústria que não é significativa enquanto factor da urbanização; gerou-se então uma situação suburbana, fruto de uma cultura rural típica com uma forte componente afectiva; e a expansão mais ou menos caótica das habitações é determinante da perda da qualidade de vida, da sua indefinição, pela não identificação seja com o campo, a aldeia ou a cidade.

Ao contrário, o Alentejo é marcado por um êxodo rural acentuado, um afluxo constante das suas gentes às cidades, decalcando no espaço o modelo das sociedades europeias que se industrializaram ou terciarizaram e onde as grandes manchas vazias de "latifúndio"⁽¹⁾ são sintoma de desenvolvimento urbano. Porque o êxodo rural não acontece, de um modo geral e nas sociedades industrializadas, como consequência da fome, que é um fenómeno de natureza urbana; e o abandono do campo em

direcção à cidade tem implícita a ideia de um melhor salário, o que, em última análise, significa, ou de certo modo traduz, a sanidade económica dessas sociedades.

Trata-se portanto, e retomando as movimentações e o tipo de ocupação do espaço no Alentejo, da reprodução do modelo europeu ocidental da urbanização, se ficarmos pelo conhecimento empírico da região.

No entanto, elementos há no processo de expansão do fenómeno urbano no Alentejo que se constituem como contradições no contexto do modelo de urbanização aparentemente reproduzido. De um lado, a estrutura física dos bairros que, na periferia das cidades, são a materialização do seu crescimento: a habitação em altura, própria das estruturas urbanas, substitui-se de modo geral pelas pequenas "vivendas" de duas ou quatro famílias, em que frequentemente o "quintal" substitui o jardim como uma manifestação de ruralidade. De outro lado, o êxodo rural que vem acontecendo em fases distintas: a não industrialização do Alentejo confere a esse êxodo uma origem que não a "tradicional" na Europa e é factor, numa outra fase, do abandono da região em direcção aos grandes centros urbanos da faixa litoral, nomeadamente Lisboa e Setúbal.

Explicações possíveis para as características referidas radicam, naturalmente, numa diversidade de factores. A estrutura fundiária, que se prende de alguma forma com uma mentalidade que não se enquadra na lógica normal dos agricultores, que é a do redimensionamento da terra em função da dimensão da

família que a trabalha; ou o espírito de renúncia em relação a si próprio, que o povo alentejano "transporta" pelo peso ancestral de um certo "paternalismo"⁽²⁾; ou ainda as relações de poder evidenciadas ao nível do "mobiliário" urbano, ou da organização dos espaços periféricos que traduzem, quase invariavelmente, a segregação social.

Naturalmente que estes, como outros factores, não são generalizáveis, ou não o é o seu peso relativo a toda a região. E são essas diferenças, como as "*nuances*" da expansão urbana referida, em que são de relevar a distribuição da população, o tipo de ocupação do espaço, a dimensão dos agregados ou mesmo o ritmo do seu crescimento, que nos permitem falar em diversidade.

Julgamos que pertinente é também a questão da delimitação espacial do Alentejo. É objecto de controvérsia, concretamente no âmbito do critério da homogeneidade⁽³⁾, a definição do Alentejo como região. Deve-se a divergência de pontos de vista ao facto, por um lado, de os concelhos do Nordeste Alentejano, nomeadamente Gavião, Ponte de Sor e Mora ficarem, no que concerne as suas características genéricas, mais próximas dos concelhos limítrofes do Ribatejo; por outro lado, os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines são, administrativamente, parte do Distrito de Setúbal, pelo que qualquer critério de regionalização com base na divisão administrativa existente tenderia a não os agregar ao Alentejo⁽⁴⁾; são estes últimos, ainda, concelhos cuja situação geográfica

lhes pode conferir características diferentes no contexto alentejano.

Contudo, a nossa investigação parte de um pressuposto cultural que reside no facto de a designação de Alentejo se estender, tradicionalmente, às províncias do Alto e Baixo Alentejo. E engloba um número de localidades de cuja diferenciação tem resultado, em alguns casos, a alteração da categoria administrativa que lhes era conferida aquando da data definida como início do presente estudo.

Se essa mudança de estatuto facultada pela administração pode assentar no reconhecimento de características que justificam a reclassificação, os mesmos pressupostos não justificam, quanto a nós, que as localidades em questão sejam incluídas no cerne deste trabalho; porque apenas as cidades que preencherem o "intervalo" estabelecido pelo critério socio-demográfico, seja do ponto de vista quantitativo como do ponto de vista qualitativo, constituirão objecto da investigação que nos propusémos.

De entre aquelas que efectivamente consideramos que são cidades e reforçada a opção pelo Alentejo como objecto do nosso trabalho, pelas especificidades a que fizémos repetidamente referência, pensamos que o isolar Évora pode obviar ao facto de, pela semelhança interna previsível a que aludimos para a região, os estudos de pormenor se tornarem excessivos; e a cidade encontra-se, é evidente, num estágio mais avançado do processo de urbanização relativamente às restantes.

4.1 - Breve Caracterização Física da Região

Embora o objecto deste capítulo seja a análise socio-demográfica da urbanização, entendemos ser importante o enquadramento, ainda que muito genérico, dos aspectos físicos que são na região o suporte da realidade social.

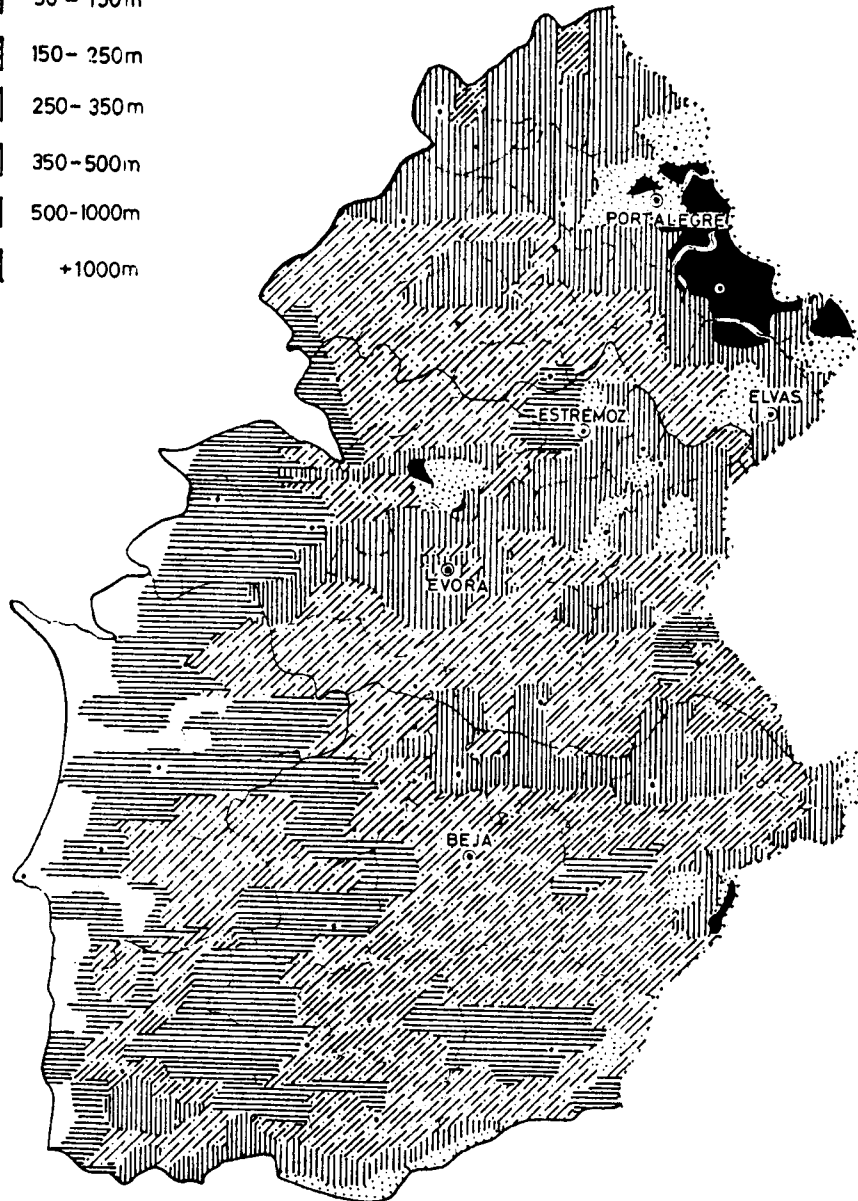
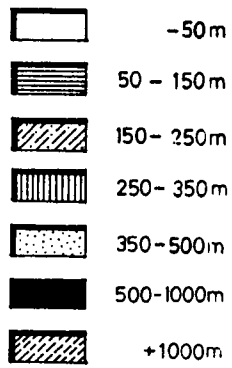
Do ponto de vista geográfico, nomeadamente no que se refere às condições naturais e à susceptibilidade de adaptações ou transformações no sentido do seu melhor aproveitamento, a região alentejana, apenas tem uma homogeneidade relativa. Quanto à Geografia Humana, entendemos que a sua metodologia, neste caso concreto, é bastante idêntica à da demografia.

Se bem que pesem algumas especificidades extensivas a esta parte do país e que lhe conferem a condição de região, o Alentejo conta, até pela vasta área que ocupa, com zonas de dimensão variável cujas diferenças são, pelo menos pontualmente, evidentes.

No que diz respeito ao relevo e de acordo com o Mapa nº 1, é quase generalizada a baixa altitude da região, com "quebras" da relativa homogeneidade a Norte e Nordeste e em situações localizadas na faixa Este e a Sul. Devemos acrescentar que, para além de cerca da metade Norte da linha costeira, é nestas mesmas pequenas zonas que se nota a presença de terrenos rochosos, condição de difícil aproveitamento em termos produtivos.

MAPA 1

RELEVO



Elaborado com base nas CARTAS
MILITARES existentes para a região
DROT - DGOT

No âmbito dos recursos hídricos, ainda que de um modo geral o Alentejo seja uma região de certa forma carente, também encontramos diferenças mais ou menos sensíveis. A escassez de água no solo atinge, contudo, cerca de dois terços da região os quais, à excepção do concelho de Odemira, ocupam predominantemente a parte Sul, como atesta o Mapa nº 2.

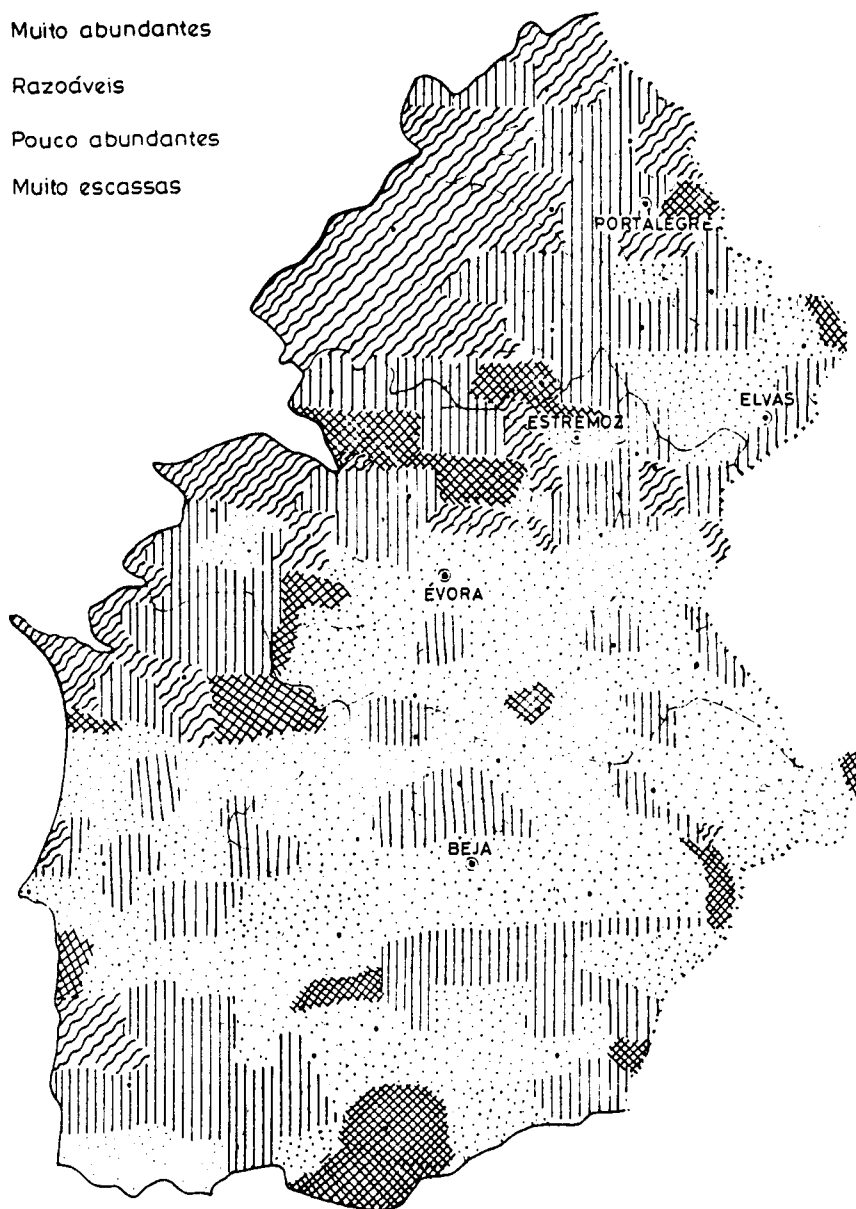
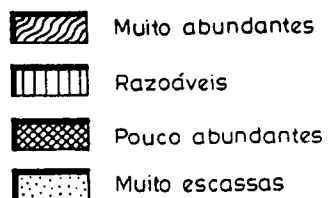
Tendo por outro lado em conta a articulação entre os factores relevo e recursos hídricos, podemos considerar que o Alentejo ocidental, desde o Norte do concelho de Ponte de Sor e para Sul, excepção feita para o concelho de Grândola, quer pela baixa altitude como pelo terreno relativamente pouco acidentado e pela maior abundância dos ditos recursos hídricos, tem condições que empíricamente o tornam potencialmente melhor, tanto da perspectiva da sua ocupação humana como da sua utilização agrícola. De outro ângulo e se bem que de forma linear, permitimo-nos ainda referir, pela via da mesma articulação, o Alentejo a Norte de Évora difere consideravelmente do Alentejo a Sul da mesma cidade⁽⁵⁾.

Em termos climáticos, porém, as diferenças não são muito acentuadas; todavia, a relativa unidade regional no contexto do continente contem descontinuidades que, embora pouco sensíveis, podem condicionar formas distintas de utilização do espaço quando associadas às condições naturais já referidas.

A vegetação é um reflexo, ou a resposta do meio, à interacção dos factores referidos. A este nível, a região é, sempre de modo genérico, de "montado", seja com largo predomínio da floresta de sobro e azinho⁽⁶⁾.

MAPA 2

LINHAS DE ÁGUA (Grau de Humidade no Solo)



Elaborado com basenas CARTAS
MILITARES existentes para a região.
DROT - DGOT

O Mapa nº 3 revela ainda a presença de mato constituído de arbustos rasteiros nas áreas de maior altitude, como a presença de manchas mais ou menos vastas de pinhal nos terrenos arenosos; também irregularidades na distribuição do próprio "montado", como a existência do eucalipto, significativa apenas na serra algarvia e ao longo do eixo viário Lisboa-Caia para sul do mesmo.







Sumariamente, à excepção das áreas de "mato" espontâneo frequentemente pedregosas, a ocupação do solo pela vegetação foi condicionada pelo clima de características globalmente mediterrânicas e a fraca humidade no solo. E o eucalipto é, neste contexto, mais uma forma intencionada de ocupação do território que uma resultante de um conjunto de condições naturais; só esporadicamente "espontâneo" e processo de florestação relativamente recente, foi preferentemente instalado no eixo referido tendo como provável condicionante da sua localização, entre outras, a facilidade de transporte e consequentemente o melhor acesso aos locais de transformação.

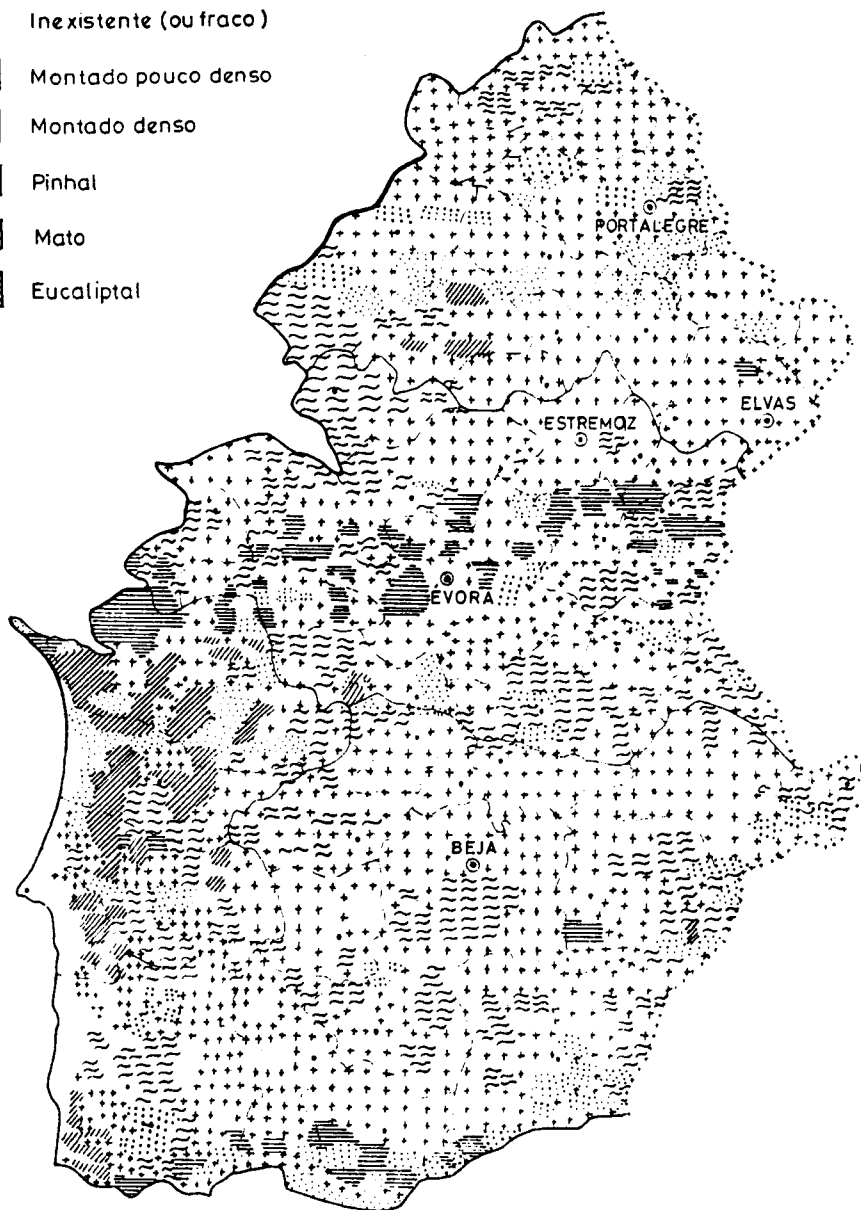
Traduz, assim, uma perspectiva da utilização do território; e a análise desta perspectiva tem subjacentes factores que pressupõem outras abordagens de uma questão que, materialização que é da presença humana, surge apenas depois da componente desta presença, que consiste na ocupação do espaço ou, mais concretamente, no povoamento.

Todavia, a perspectiva em causa articula-se, tal como as outras possíveis, com o suporte material que acabamos de caracterizar, conferindo uma imagem da relativa homogeneidade regional que julgamos bastante clara.

MAPA 3

VEGETAÇÃO

-  Inexistente (ou fraco)
-  Montado pouco denso
-  Montado denso
-  Pinhal
-  Mato
-  Eucaliptal



Elaborado com base nas CARTAS MILITARES existentes para a região.
DROT-DGOT

4.2 - A Ocupação do Espaço e o Povoamento

O Alentejo é, no seu conjunto, das regiões mais escassamente povoadas do país, não podendo a distribuição da população no seu território considerar-se homogênea.

Se em termos quantitativos a densidade populacional que o Mapa nº 4 ilustra, surge com valores baixos relativamente ao contexto do continente, o que traduz uma fraca ocupação humana do espaço regional, é evidente que essa ocupação ocorreu de modo diverso, o que se explica parcialmente por alguma diversidade já referida para as condições naturais.

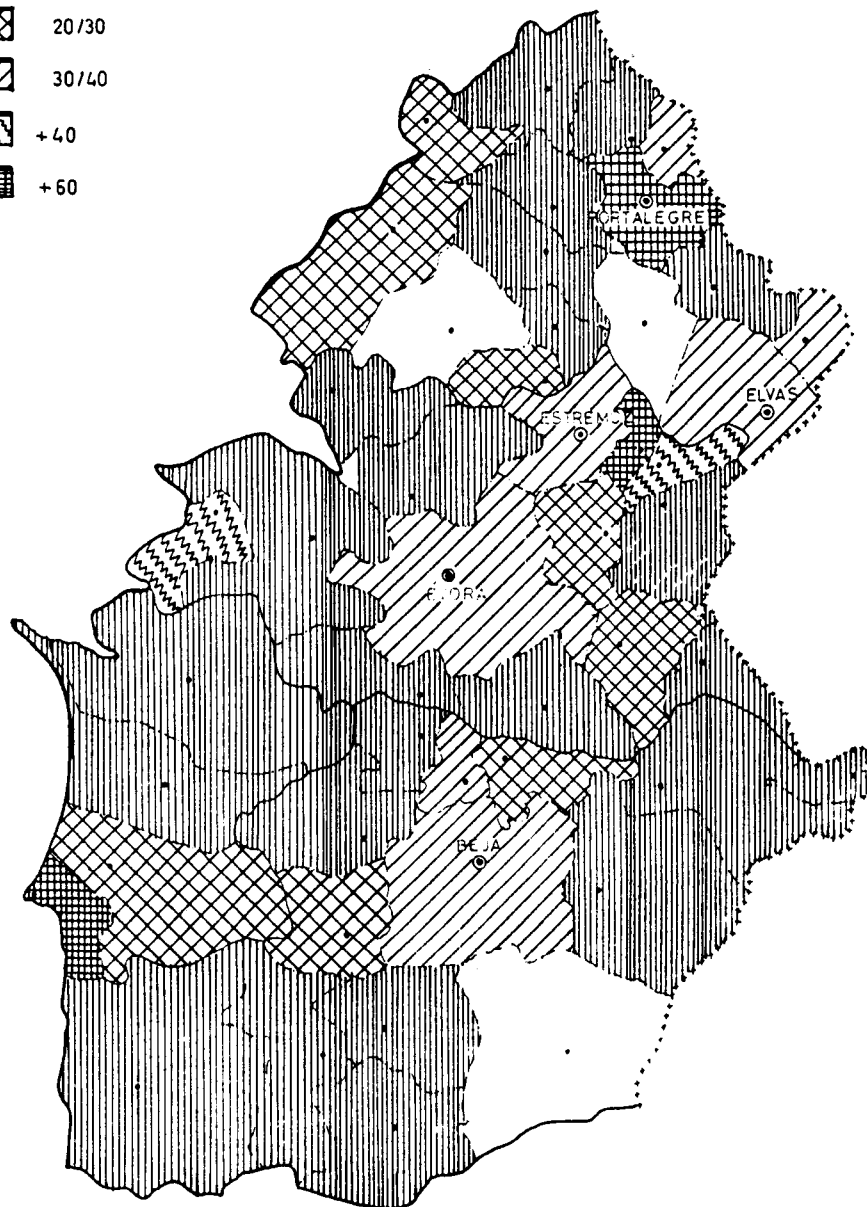
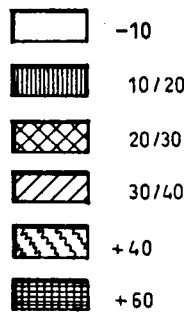
Do conjunto mais ou menos favorável dessas condições, que em última análise é a sua maior ou menor susceptibilidade de resposta às necessidades humanas ou aos eventuais processos de aproveitamento e/ou transformação, resulta, na lógica das relações homens-espacos, o nível de fixação das populações.

Essa fixação evolui no tempo com gradações mais ou menos intensas, todavia a tendência inicial persiste numa grande maioria das situações; e as áreas de atracção, por oposição às zonas de repulsão das populações, mantêm frequentemente essa posição relativa.

O período em análise, que reflecte a níveis de ocupação logicamente diferentes o processo inicial de fixação das populações no Alentejo, revela de modo evidente o tipo de evolução referido e permite-nos, em consequência, isolar situa-

MAPA 4

DENSIDADE POPULACIONAL



ções que determinam a eventual diversidade na ocupação do espaço regional.

Antes, porém, da análise desagregada que enquadrámos na perspectiva da diversidade, devemos partir da ideia de unidade proposta neste capítulo de modo a confirmar a sua validade. E nesse sentido, o Alentejo tem revelado durante todo o período considerado e para além da escassez de população já mencionada, uma opção clara dos seus habitantes pelas localidades de maior dimensão. Trata-se de uma característica constante, que os Quadros em anexo referentes ao presente capítulo demonstram, bem como fazem notar que, mesmo nos períodos de decréscimo mais acentuado da população, o peso relativo dessas localidades tendeu a aumentar. Parece prevalecer, portanto, um tipo de ocupação que assenta na concentração⁽⁷⁾ populacional à custa dos campos e dos pequenos lugares habitados.

Além destes, outros aspectos convergem no sentido de uma certa unidade regional; e, embora com excepções pontuais, reforçam a ideia de que a ocupação do espaço se tem processado, em termos relativos e ao longo do tempo, em moldes mais ou menos constantes: são, nomeadamente o aumento populacional em todos os concelhos durante os primeiros cinquenta anos em análise, como a perda acentuada de população também em todos os concelhos nos vinte anos seguintes; por outro lado, são os mesmos concelhos que têm sistematicamente os maiores aumentos⁽⁸⁾.

As excepções existentes prendem-se, como dissemos, com as divergências nos factores que condicionam a ocupação do

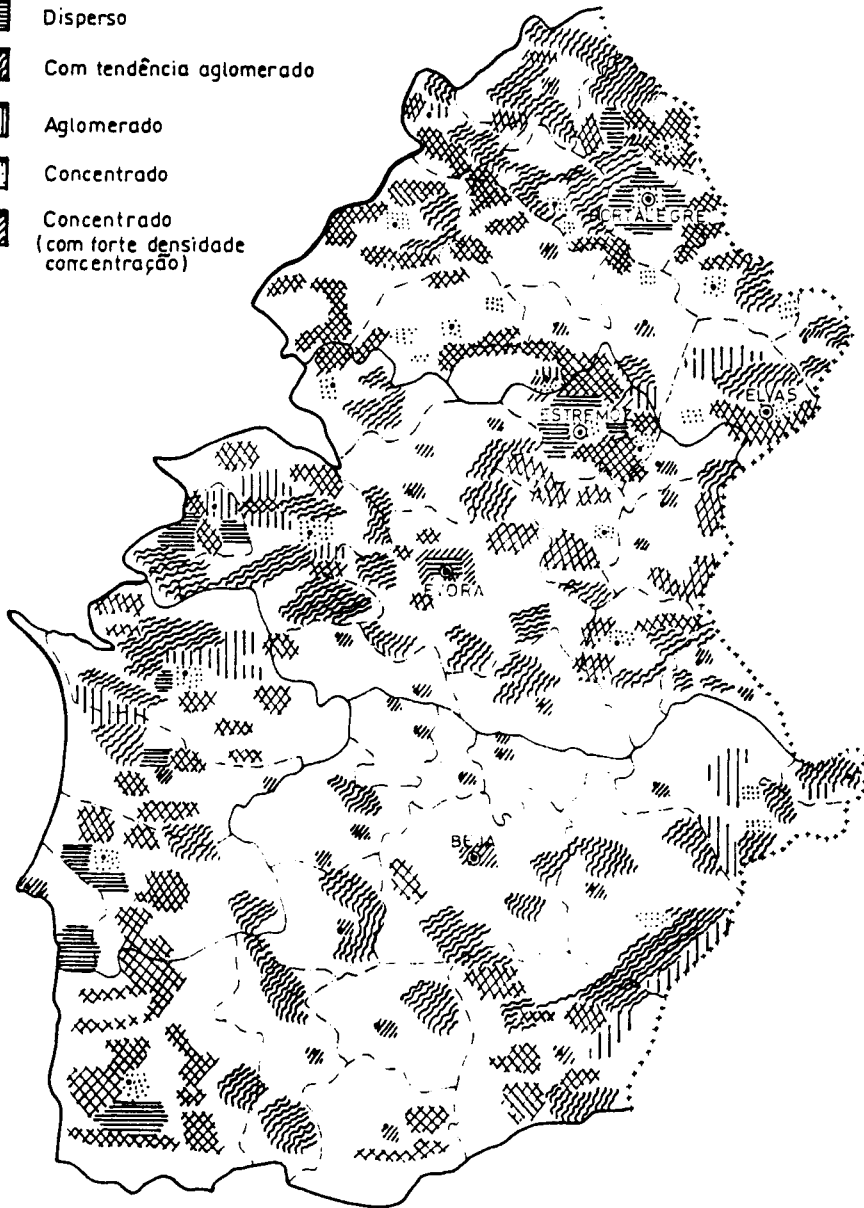
território e integram a análise desagregada que permite falar em diversidade no âmbito da região. Essa análise passa pelo estudo isolado de cada distrito, em articulação com as condições evidenciadas pelos mapas referentes à alínea anterior.

Nesta perspectiva e segundo Mapa nº 5, o distrito de Portalegre, na sua totalidade escassamente povoado, tem nos concelhos norte um nível de concentração genéricamente inferior ao resto do distrito, bem como tendência para a aglomeração das populações nas pequenas localidades ao longo dos caminhos. Se o acidentado do terreno pode ser factor deste tipo de ocupação, o mesmo factor, na zona nordeste do distrito, determinou uma estrutura fundiária de pequena propriedade que foi factor de dispersão - também o tipo de ocupação mais significativo na parte noroeste do distrito - mas por condicionantes que se articulam com as melhores potencialidades agrícolas. Os restantes concelhos integram uma vasta área que inclui quase a totalidade dos distritos de Évora e Beja, em que as excepções nos concelhos de Vendas Novas (com uma forte concentração genérica que se expressa na forma de povoamento aglomerado), Alandroal e Borba com dispersão evidente, ainda os concelhos do distrito de Setúbal, como Odemira e Mértola, são as mais significativas. Essencialmente de povoamento disperso, tendem, porém, na sua maioria, e de acordo com a evolução evidenciada pela percentagem de população nas maiores povoações confirmada em quadros anexos, para uma gradual aproximação a formas mais concentradas de ocupação do espaço.

MAPA 5

POVOAMENTO (Ocupação do Espaço)

-  Praticamente inexistente
-  Com tendência disperso
-  Disperso
-  Com tendência aglomerado
-  Aglomerado
-  Concentrado
-  Concentrado
(com forte densidade
concentração)



Devemos referir ainda em pormenor situações pontuais como a de Elvas, em que alguma dispersão envolvente da cidade, bem como a tendência para a expansão ao longo das vias de tráfego, se deve à proximidade da fronteira e ao facto de Elvas ser o término, em Portugal, da via internacional Lisboa/Madrid; o crescimento do comércio pode estar a ser determinante, nos últimos anos, do aumento populacional deste concelho. Ou as situações de Vendas Novas e Estremoz: se no primeiro a indústria, associada a uma estrutura fundiária com propriedades de pequena dimensão proveniente da profusão de terrenos "baldios", promoveu a disseminação da população por uma área mais ou menos vasta, facto é que em ambos os concelhos a passagem do mesmo eixo viário Lisboa/Madrid tem sido, recentemente, factor de um certo crescimento, que pode atenuar a eventualidade de uma possível maior concentração⁽⁹⁾.

Na perspectiva da interacção dos factores ditos naturais e relativamente aos concelhos do distrito de Setúbal, trata-se de uma faixa litoral de altitude bastante baixa, em que as comunicações são naturalmente facilitadas e a localização tem permitido um tipo de desenvolvimento ligado ao sector terciário, nomeadamente ao turismo. Os concelhos de Odemira e Mértola contam com inúmeros pequenos lugares habitados; e o facto de sofrerem dos maiores decréscimos populacionais nas últimas décadas, não promoveu a concentração de uma população que vem abandonando também as localidades de maior dimensão. A dispersão está ligada à existência de linhas de água não muito abundantes, mas distribuídas por zonas mais ou menos vastas,

que se acompanham de pequenas manchas de "montado" denso, bem assim como ao factor altitude, que oscila entre os 50 e os 250 metros; acrescentaremos ainda que o concelho de Odemira possui uma vasta área costeira, em qualquer caso potencial factor de crescimento.

Restam os concelhos de Sines e Santiago de Cacém, parcialmente Grândola, em que a industrialização foi condicionante do aumento populacional, numa primeira fase concentrado em volta de um núcleo inicial e mais tarde em zonas mais afastadas de dispersão.

Há portanto, para o conjunto da região, manchas isoladas de dispersão populacional que acompanham zonas diferenciadas no âmbito das condições naturais; mas em que a tendência para a concentração surge gradualmente, a par do movimento generalizado a toda a região. Pensamos que isto pode dever-se à extrema dependência do campo, aos custos inevitáveis de uma interioridade⁽¹⁰⁾ que a ocupação do espaço materializa, porquanto ao longo do século apenas nove concelhos tiveram aumentos globais da população acima de 0,50%, para dezasseis concelhos, os mais interiores, perderem população; é nestes concelhos, mesmo com uma população rural a ultrapassar frequentemente os 50% pela perda de dimensão das maiores localidades, que o fenómeno concentração mais se tem acentuado pelo constante abandono dos campos⁽¹¹⁾.

4.3 - A Dimensão dos Agregados

Entendemos a dimensão no sentido do número de habitantes, mais concretamente residentes, em cada lugar. Pretendemos, por um lado, analisar até que ponto a população, no âmbito da ocupação já referida do território, tende a constituir-se em núcleos de dimensão mais ou menos diversificada, por forma a determinar uma rede "urbana" com características mais ou menos específicas. Por outro lado, a possibilidade de avaliar a questão da dimensão através de categorias de lugares, o que é um indicador do predomínio de agregados de maior ou menor dimensão, pode ser um elemento importante na análise do grau de dependência das populações.

Se as pequenas aglomerações significam um grau relativamente elevado de isolamento, pela distância física a que, na região, se encontram frequentemente dos centros de maior dimensão, numa outra perspectiva podem traduzir a capacidade de sobrevivência das populações, uma certa autonomia, que tem como base um modelo de relações sociais de produção que ultrapassa a explicação simplista e empírica da ausência de necessidades, radicada no mesmo isolamento e no conseqüente desconhecimento de outras realidades.

Naturalmente que não rejeitamos a interacção dos factores isolamento-distância física na análise do desenvolvimento da região. Contudo, a estrutura social que caracterizou o Alentejo até há cerca de duas décadas e que de algum modo se faz

sentir nas localidades mais importantes de muitos dos seus concelhos, constituiu-se como dupla causa desse isolamento. De um lado, o "instinto" de conservação de uma classe social que manteve a sua supremacia através da reprodução do sistema; de outro lado, o paternalismo, que se concretizava numa multiplicidade de atitudes proteccionistas e garantia, em última instância, a satisfação das necessidades elementares de uma população cuja estabilidade podia ser posta em risco pela eventualidade de um qualquer processo de mudança.

Retomando a questão concreta da dimensão das localidades, uma vez que os elementos estatísticos existem apenas a partir de 1960, cremos que é necessária uma abordagem prévia dos lugares.

De maneira geral podemos intuir, salvaguardando a insuficiência da análise, que a tendência foi para um crescimento populacional até 1960, o que não traduz necessariamente o aumento de dimensão de todos os lugares habitados mas significa, de qualquer modo, que alguns pequenos lugares terão crescido durante esse período.

A partir de 1960 há uma inversão da evolução demográfica na região, que coincide com o início da mudança no contexto das relações sociais de produção no Alentejo⁽¹²⁾. O facto de essa inversão ser extensiva a praticamente toda a região, bem como a generalização do processo evolutivo anterior a 1960, são factores que convergem no sentido da afirmação de uma certa homogeneidade regional no âmbito da dimensão dos agrega-

dos. Homogeneidade que a análise desagregada pode confirmar podendo, porém, implicar a detecção de algumas diversidades, como a sub-divisão do Alentejo em zonas cujas semelhanças específicas possam conferir-lhes uma certa identidade.

Do ponto de vista ainda da homogeneidade que de um ângulo global e de acordo com o Quadro n.º 1 parece ser uma realidade, os distritos de Beja, Évora e Portalegre contavam em 1960 com um número de agregados com menos de 100 habitantes superior a 700, que sofreu quebras sucessivas até 1981, para valores próximos de 250 em Beja e Portalegre e inferior a 200 no distrito de Évora. Os lugares entre os 100 e os 499 habitantes surgem em maior número para o distrito de Beja e a sua frequência é menor no distrito de Évora; enquanto as localidades que no contexto regional têm uma dimensão média, seja entre os 500 e os 1999 habitantes, surgem com uma frequência semelhante nos distritos de Beja e Évora, o mesmo acontecendo, nos últimos vinte anos analisados, relativamente às localidades designadas como semi-urbanas. O distrito de Portalegre com menos localidades médias não é, todavia, uma situação muito diferente, tendo perdido menos população que o distrito de Beja ao nível das localidades semi-urbanas. Pensamos que cabe uma referência especial aos concelhos do distrito de Setúbal, nos quais, se a quantidade relativa de lugares com menos de 100 habitantes parece não alterar substancialmente a estrutura regional, a quantidade de localidades entre os 100 e os 499 habitantes é

QUADRO 1 - NÚMERO DE LUGARES HABITADOS POR CATEGORIAS DE LUGARES
 NO DISTRITO (Valores agregados)

	1960				1970				1981			
	BEJA	ÉVORA	PORT.	SETÚB.	BEJA	ÉVORA	PORT.	SETÚB.	BEJA	ÉVORA	PORT.	SETÚB.
-100	732	703	776	319	455	671	606	199	247	181	254	32
100/499	170	79	110	82	140	91	100	74	113	74	99	87
500/999	35	33	23	5	28	38	25	4	24	31	21	7
1000/1999	25	23	20	2	28	12	19	5	28	18	18	3
2000/4999	19	11	14	5	11	9	9	5	10	9	7	5
5000/9999	2	4	2	-	2	2	1	-	2	3	1	1
+10000	2	1	2	-	1	1	2	-	1	1	2	-

FONTE: INE

significativa, porquanto se trata de um conjunto de apenas quatro concelhos. Em contrapartida, é menos significativo nos mesmos concelhos o peso relativo das localidades ditas de média dimensão.

Notamos pois, do ponto de vista da homogeneidade regional, a perda importante de agregados com população inferior a 100 habitantes, menor todavia nos concelhos litorais, bem como a manutenção da importância relativa das localidades entre 500 e 1999 habitantes; a escassez de povoações com mais de 5000 habitantes ao longo dos vinte anos considerados é também um aspecto evidente e generalizável a toda a região.

É fundamental, no entanto, a desagregação ao nível dos concelhos no sentido já mencionado da detecção eventual de zonas diversificadas e cuja análise apoiamos com os Quadros n.ºs. 1 a 14 anexos.

Em 1960 e conforme os Quadros n.ºs. 2 a 5, os concelhos de Ponte de Sor, Portalegre, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Grândola, Odemira e Almodovar contavam com mais de cem lugares cujo número de habitantes não atingia uma centena; destes, Ponte de Sor, Portalegre, Odemira, Almodovar e Grândola fazem parte dos concelhos com maior número de isolados nos seus distritos, enquanto que os três concelhos do distrito de Évora são aqueles em que os isolados são mais significativos. Também com um número importante de lugares abaixo dos 100 habitantes, concretamente com mais de setenta lugares dessa dimensão, os concelhos de Marvão, Avis, Beja, Santiago de Cacém, Mértola e Ourique, contam no âmbito dos seus distritos com uma quanti-

QUADRO 2 - DISTRITO DE BEJA - Número de Lugares Habitados por Concelho

	ALJUS.	ALMOD.	ALVIT.	BARRA.	BEJA	C. VER.	CUBA	FERRª.	MÉRT.	MOURA	ODEM.	OURIQ.	SERPA	VIDIG.
ANOS	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81
ATÉ 99	11 - 1	140 104 38	4 - 1	- 1 - 1	73 40 21 21 11 6	3 -	-	58 21 6	79 77 25 15	189 128 80 78 37 14	43 19 2 5 - -			
100/199	2 2 1	6 10 10	- - -	- 1 -	3 1 3 7 8 10	- 1 -	-	- - -	137 30 19	3 2 3 27 23 16	1 3 2 7 2 - - -			
200/299	1 - -	5 4 -	- - -	- 1 -	2 2 2 4 4 2	- 1 1 -	-	5 1 15 8 5	- - -	8 6 10 2 3 1	- - 1 - - -			
300/399	- 1 1	3 2 2	- - -	- - -	- 1 1 2 1 3 1	- - -	-	4 - 2 4 2 1 1	- - -	8 5 4 1 1 2	- 1 - - 1 1			
400/499	1 - -	1 - 1	- - -	- - -	- 1 1 3 3	- - -	-	- - -	2 1 1 - -	2 2 2 3 1 1	1 - 1 - 1 1			
500/599	- 1 1	- 1 -	- - -	- - -	1 1 -	- - -	-	3 1 2 - -	- - -	3 1 1 - -	- 1 1 2 - -			
600/699	2 - -	- - -	- - -	- - -	1 1 1 1 -	- 2 2 1 -	-	1 1 -	- - -	3 2 2 1 -	1 - 1 - - -			
700/799	1 - -	1 - 1	- - -	- - -	1 - 2 - -	- 1 - 1 3 -	-	1 1 -	- - -	1 1 2 - 1	1 - 1 - - -			
800/899	- - -	- 1 -	- - -	- - -	2 1 1 1 -	1 1 -	-	1 1 -	- - -	1 - - -	1 - - - -			
900/999	1 - -	1 - -	- - -	- - -	- 1 -	- - -	-	- - -	1 - - -	- - -	- - -	1 - - -		
1000/1499	1 3 2	- - -	- 2 2	- - -	4 6 5 1 -	- 1 -	-	2 1 2 1 2 1	1 2 3 1 1 1 3	1 1 1 3 -	1 - 1 1 1 3 2			
1500/1999	1 1 2	- - -	2 - -	- - -	1 - 2 1 -	- - -	-	- - -	1 - -	2 2 1 -	- - -	1 2 2 2 - -		
2000/2499	- - -	- 1 1	- - -	- - -	2 - 1 -	- 1 -	-	- - -	- - -	1 1 1 -	- - -	1 - - - -		
2500/2999	1 - -	1 - -	- - -	- 1 1	- 1 -	- 1 -	-	- - -	- - -	- - -	- - -	1 - - - -		
3000/4999	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- 1 1 1 1 1	-	1 1 1 1 1	- - -	- - -	- - -	1 3 2 1 1 1		
5000/9999	1 1 1	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	-	- - -	1 1 1	- - -	- - -	- - - 1 - - -		
10000 +	- - -	- - -	- - -	- - -	1 1 1	- - -	-	- - -	- - -	- - -	- - -	1 - - - -		

QUADRO 3 - DISTRITO DE ÉVORA - Número de Lugares Habitados por Concelho

	ALAND.	ARRAI.	BORBA	ESTRE.	ÉVORA	MONT.	MORA	MOURA	PORT.	REDON.	REGU.	V.NOV.	V.ALEN.	V.VIÇO.
ANOS	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81	60/70/81
ATE 99	22 23	6 29 41	4 32 28 19	157 164 53	186 38	221 116 36	46 27 5	10 9 1	15 4 1	28 20 9	9 3 2	33 3	8 6 2	11 11 2
100/199	- 2 1	- 2 2 3 1 2	3 1 2	9 10 17	6 12 7	10 5 5	3 3 1	- - -	- - -	- 1 3 6 6	3 1	- - -	- - -	- 1 -
200/299	4 2 2	2 - 1 2 2 1	2 - 1	2 - 1	5 2 4	3 5 - 1	- - -	- - -	- - -	- 2 3 2 2 2	2 1	- - -	- - -	- - -
300/399	1 4 4	2 2 2 1 3 2	2 1 -	2 2 -	3 - 2	1 - 1	- - -	- - -	- - -	2 2 1 - 1 -	1 -	- - -	- - -	1 - 1 - 1
400/499	1 2 2	- - 1 - 1 - 1	- 1 - 1	- 1 - 1	2 - -	2 1 1	- - -	- 1 -	- - -	3 1 1 1 3 4 2	- 1	- - -	- 1 -	- 1 -
500/599	2 1 2	1 - 1 - - -	- - -	- - -	2 3 2	1 1 2	1 - -	- 1 -	- - -	- 1 - 2 - -	- 2	- - -	- - -	- - -
600/699	1 1 -	1 2 1 1 - 1	1 - 1	- - -	1 4 1	1 3 1	1 - 1	- - -	1 2 2	- - -	- 1 -	- - -	- - -	- - -
700/799	- - 1	- - - 1 - - -	1 - - -	- - -	- - 3	- 2 - 1	- - -	- - -	3 - - -	- - -	- 1 - - -	- - -	- - -	- 1 - - -
800/899	1 1 1	- - 1 - 1 - 1	1 - 1	- - -	1 1 -	3 1 3	- - -	- - -	1 3 -	1 - 1 -	- 1 -	- - -	- - -	- - -
900/999	1 - -	1 2 - - -	- - -	- 1 -	1 1 -	- - -	- - -	- - -	- - -	1 1 1 - 2 1	- 1	- - -	- - -	- - -
1000/1499	3 2 1	1 1 - 1 - 1	1 - 1	- - 1	5 4 4	1 - 1	1 1 1	- 1 1 1	3 1 1	2 - -	1 - 1	- - -	- - -	- 1 1
1500/1999	1 - -	1 1 1 - - -	- - -	- 1 1	- - -	- - -	- 2 1	1 1 1	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	2 1 1
2000/2499	- - -	1 1 - - -	- - -	1 - - -	- - -	- - -	2 - 1	- - -	1 - - -	- - -	- - -	- - -	- - -	2 - - -
2500/2999	- - -	1 - - - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- 1 - - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -
3000/4999	- - -	- - - 1 1 1	1 1 1	- - -	- - -	- 1 -	- - -	- - -	1 - -	1 1 1 - 1 1	- 1	- - -	- 2 - -	1 1 1
5000/9999	- - -	- - - - -	- - - 1 1 1	1 1 1	- - -	2 - 1	- - -	- - -	- - -	- - -	1 - -	- - -	- - -	- - -
10000 +	- - -	- - - - -	- - - - -	- - -	1 1 1	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -

FONTE: INE

QUADRO 5 - DISTRITO DE SETÚBAL - Número de Lugares Habitados por Concelho

ANOS	ALCÁÇER DO SAL			GRÁNDOLA			SANTIAGO CACÉM			SINES		
	1960	1970	1981	1960	1970	1981	1960	1970	1981	1960	1970	1981
ISOLADOS												
ATÉ 99	54	40	52	121	40	19	99	99	43	45	20	18
100/199	22	13	12	9	6	12	17	19	11	2	3	3
200/299	7	11	5	4	5	9	3	2	11	-	1	3
300/399	2	3	6	7	5	5	2	2	2	-	-	1
400/499	1	1	1	2	2	3	3	1	2	-	-	1
500/599	-	2	2	-	1	2	2	1	2	1	-	1
600/699	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
700/799	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
800/899	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
900/999	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
1000/1499	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
1500/1999	-	1	-	1	-	-	1	3	3	-	-	-
2000/2499	-	2	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-
2500/2999	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3000/4999	2	-	1	-	1	1	1	1	2	1	1	-
5000/9999	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
10000 +	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

dade considerável de isolados, especialmente nos casos de Santiago e Ourique.

Empíricamente, podemos admitir que os concelhos citados tinham, especialmente em 1960, a maior quantidade de pequenos agregados, o que nos deixa referir que a faixa Ocidental da região difere da sua metade Oriental; permite-nos ainda afirmar que a Sul e Nordeste do Alentejo, bem como numa faixa central que se estende ao longo do eixo viário Lisboa-Caia, os pequenos lugares habitados surgem em quantidade bastante importante.

Retomando o que dissemos anteriormente, podemos concluir que esses lugares de escassa dimensão predominam na faixa Oeste, que conta com melhores condições de "habitabilidade" em confronto com a faixa Este do Alentejo; na mesma perspectiva, a abundância de linhas de água nos concelhos do Sul da região pode ser condicionante da quantidade de pequenas localidades.

Em relação à parte central, é de mencionar a proximidade de centros cujo desenvolvimento se prende com a passagem da estrada internacional Lisboa-Madrid bem como, no caso de Évora, com o seu inegável maior desenvolvimento no contexto da região, o que explica naturalmente, também, o caso do concelho de Portalegre.

Todavia, a questão da dimensão dos agregados passa pela existência de localidades de maior dimensão. E neste âmbito os concelhos de Alandroal, Alvito e Ourique não tiveram em todo o período considerado nenhuma localidade com população em número

igual ou superior a 2000 habitantes, o mesmo acontecendo para os concelhos de Évora e Portalegre no que diz respeito a povoações semi-urbanas, sejam entre os 2000 e os 9999 habitantes. Os concelhos de Gavião, Marvão, Monforte, Aviz e Mértola apenas em 1970 tinham uma localidade semi-urbana, enquanto Mourão em 1970 deixava de atingir o mínimo de 2000 habitantes.

Há portanto, no conjunto da região, treze concelhos que não contavam com qualquer agregado semi-urbano em 1981, nove dos quais se localizam na faixa Este da região, enquanto os de Évora e Portalegre apontam para situações de "macrocefalia" das suas sedes; nos restantes três concelhos, Avis, Alvito e Ourique, a interioridade pode ser o elemento fundamental.

Numa outra categoria, das localidades cuja dimensão oscila entre 5000 e 9999 habitantes, poucas existem, sendo concretamente as sedes dos concelhos de Ponte de Sor pelas razões já mencionadas e pela sua localização no eixo Portalegre-Lisboa; Vendas Novas, Montemor-o-Novo e Estremoz por razões também explicadas antes; e Campo Maior pela recente industrialização, pela localização próxima do posto fronteiriço do Caia, em última análise pela prosperidade do comércio de que não pode alhear-se numa certa fase o papel "essencial" do contrabando. Ainda Moura e Serpa pela concentração populacional, Aljustrel pela localização no eixo Lisboa-Algarve e, fundamentalmente, devido à exploração das minas de S. Domingos; como Sines, cujo crescimento recente se ficou a dever à industrialização.

Só os concelhos de Portalegre, Elvas, Évora e Beja têm uma localidade designada urbana; Elvas pela situação geográfica que promove o crescimento dos serviços e do comércio, as três outras devido à posição hierárquica de capitais de distrito, que lhes tem proporcionado a existência de funções e actividades urbanas atractivas em relação às zonas envolventes; é, aliás, esta atracção que justifica a inexistência, nestes concelhos, de localidades semi-urbanas (Quadros anexos) n.ºs 1 a 14.

Creemos, pois, poder admitir que a dimensão dos agregados tem implícitas condições cujas especificidades lhe conferem certas diversidades do ponto de vista da região. E que essas especificidades se prendem com as condições naturais, por um lado, mas também com a localização junto de eixos de ligação a zonas mais desenvolvidas, nomeadamente Lisboa, o Algarve e Badajoz. A generalidade dos outros concelhos, nos quais não há condições especialmente repulsivas ou atractivas, permite considerar duas vastas zonas mais ou menos homogéneas, para norte de Évora até Niza e para sul de Évora, até aos concelhos limítrofes do Alentejo excluindo também a zona litoral.

Poderemos ainda concluir que, na perspectiva dos desequilíbrios intra-regionais, são os concelhos de Évora, Portalegre, Elvas e Beja, sem localidades semi-urbanas; ou Mourão, Barrancos, Vendas Novas, Alvito e Arronches, menos acentuadamente também Castelo de Vide, em que quase não existem agregados entre os 200 e os 999 habitantes, aqueles cuja estrutura

é, do ponto de vista da dimensão dos lugares, a mais desequilibrada. Ainda assim, cada um destes concelhos não constitui uma "ilha", na medida em que as suas particularidades não são de modo a isolá-los no contexto dos concelhos mais próximos.

4.4 - O Grau de Urbanização

A escassez de elementos de análise devida a existirem dados apenas a partir de 1960 e, por outro lado, o objectivo do presente trabalho que é o estudo aprofundado da região, sem o intuito de qualquer tipo de análise comparativa com outras regiões do país, estiveram na base da escolha das duas medidas em título para a avaliação do grau de urbanização.

Trata-se efectivamente de medidas simples e directas; porém, mais que sofisticar a análise, queremos torná-la clara e objectiva, numa fase do trabalho em que o essencial é percorrer de forma segura o caminho que nos permitirá isolar o objecto último do mesmo: as cidades do Alentejo.

São possíveis diferentes abordagens do grau de urbanização, na medida em que a questão se desenvolve em torno da delimitação do urbano relativamente ao rural. Numa perspectiva de âmbito estritamente demográfico, urbanos serão os habitantes residentes nas localidades com 10000 e mais habitantes; porém, porque não são necessariamente rurais os residentes nas povoações semi-urbanas, cuja dimensão se situa entre os 2000 e os 9999 habitantes, o cálculo quer da percentagem de população urbana, quer do ratio urbano/rural pode, neste âmbito, incluir essa população.

Todavia, optámos para o estudo da região por um critério já definido de análise socio-demográfica; e neste sentido não podemos deixar de ter em conta a multiplicidade de factores de

urbanização que ultrapassam o aspecto quantitativo. Não nos é, pois, possível escamotear a questão das funções desempenhadas por cada vila sede de concelho, nomeadamente no campo administrativo, em que essas funções são conferidas pela categoria hierárquica de município, independentemente da dimensão populacional dos centros.

Consideramos assim, numa terceira abordagem, que constituem população não rural todos os habitantes residentes nas localidades com 2000 e mais habitantes, bem como os residentes nas sedes de concelho cuja população é inferior a esse limite mínimo. Por oposição terminológica mais que por facilidade de cálculo, esta abordagem toma pontualmente como urbana toda a população não rural; e se não permite uma conclusão sobre a questão da urbanidade efectiva da população, é indicador, pelo menos, de outra vertente do problema, a ser explorada em pontos posteriores deste trabalho.

a) Percentagem urbana

Partindo da primeira abordagem referida, que considera urbanos os residentes nas localidades com 10000 e mais habitantes, a região no seu todo contava em 1960 com uma percentagem de "urbanos" de 8,12%, evoluindo esta para 10,26% em 1970 e para 14,75% em 1981. Esta evolução era acompanhada pelos distritos considerados separadamente, de acordo com o Quadro nº 6 que revela aumentos nítidos da mesma percentagem em 1970; a explicação para esse aumento na primeira década assenta no facto de, tendo havido embora um decréscimo generalizado de população nos diferentes distritos, o mesmo ter atingido de forma mais acentuada as povoações de menores dimensões. Por outro lado, devemos notar que os valores da percentagem urbana para a região se situam abaixo da média dos valores distritais, o que se deve à inclusão no valor da população total do Alentejo, dos quatro concelhos do distrito de Setúbal, que não contavam com qualquer localidade efectivamente urbana, seja com um mínimo de 10000 residentes.

A segunda abordagem proposta, de incluir no cálculo da percentagem urbana as localidades semi-urbanas, conduz a resultados substancialmente diferentes. Atendendo ao Quadro supra-citado, verifica-se que os valores desta percentagem desceram em todas as situações entre 1960 e 1970, tendo aumentado no segundo período considerado, se bem que no distrito de Portalegre os valores de 1960 não tenham voltado a ser atingi-

QUADRO 6 - % POPULAÇÃO URBANA (DISTRITOS)

DISTRITOS	% POPULAÇÃO URBANA			% POPULAÇÃO URBANA + SEMI-URBANA			% POPULAÇÃO URBANA + SEMI-URBANA + CONCELHOS < 2000			% SEMI-URBANA			% SEMI-URBANA + CONCELHOS < 2000		
	1960	1970	1981	1960	1970	1981	1960	1970	1981	1960	1970	1981	1960	1970	1981
BEJA	5,67	7,77	10,71	36,09	30,72	37,48	37,31	33,12	40,48	30,42	22,95	26,77	31,64	25,35	29,77
ÉVORA	10,98	13,44	21,03	37,02	37,10	49,09	37,74	39,97	50,83	26,04	23,66	28,06	26,76	26,53	29,80
PORTALEGRE	12,07	14,56	19,61	40,11	31,51	38,58	42,96	36,35	42,98	28,04	16,95	18,97	30,89	21,79	23,37
SETÚBAL	-----	-----	-----	26,54	23,81	33,58	idem	idem	idem	26,54	23,81	33,58	idem	idem	idem
REGIÃO	8,12	10,26	14,75	36,28	32,05	40,86	37,62	34,92	41,43	28,16	21,79	26,11	29,50	24,66	26,78

dos. Isto significa que o decréscimo populacional referido antes para a década em questão atingiu de modo significativo as localidades de dimensão compreendida entre 2000 e 9999 habitantes, de modo, pelo menos, a forçar a sua inclusão em categorias de lugares de nível inferior, seja de designação rural. Esta descida reflecte-se naturalmente nos valores expressos no Quadro nº 6, constituindo Évora excepção, porquanto sofreu o menor decréscimo a nível da população semi-urbana.

A região considerada no seu conjunto revela uma evolução no mesmo sentido, seja de descida no primeiro período para aumentar no segundo, devendo-se os seus valores superiores à média dos distritos ao facto de o distrito de Setúbal contar com população semi-urbana e entrar, por conseguinte, no cálculo dessa média, o que não aconteceu no caso anterior, da população realmente urbana.

Uma vez que escolhemos como ponto de partida o critério socio-demográfico, o mesmo é base da inclusão de todas as sedes de concelho na terceira abordagem possível do problema em causa. Assim, a coluna que no Quadro nº 6, que engloba a população semi-urbana mais a população residente nas sedes de concelho com menos de 2000 habitantes, revela para todos os distritos valores não só diferentes, como gradações também distintas no processo de evolução desses valores; excepção feita para o distrito de Setúbal, cujos quatro concelhos incluídos na região não contam com qualquer sede de concelho cuja população fosse, à época, inferior a 2000 residentes.

Ainda o Quadro referido reflecte essas diferenças, embora com o mesmo tipo de evolução ao longo do período analisado. No entanto, podemos salientar o caso do distrito de Évora, cuja percentagem urbana, calculada nesta perspectiva, aumenta na primeira década com a inclusão das localidades sedes de concelho de população inferior a 2000 habitantes. Não só o distrito de Évora sofreu a menor quebra na população semi-urbana, como teve o maior aumento de população urbana; e as povoações em questão têm no distrito um peso relativo muito menos importante que nos distritos de Beja e Portalegre.

Os valores do distrito de Setúbal mantêm-se, porquanto se reportam, em todas as situações, apenas a população de localidades semi-urbanas.

Em termos gerais e como primeira eventual conclusão, podemos considerar que a primeira abordagem colocava Portalegre em 1960 com o maior grau de urbanização no âmbito da percentagem de população urbana, cabendo a primazia a Évora em 1981; note-se que Évora assistiu à integração/reclassificação no seu perímetro urbano, especialmente durante a década de 70, de uma diversidade de bairros periféricos antes considerados agregados rurais.

Beja ocupava, na perspectiva mencionada, a posição relativa de distrito menos urbanizado, tendo em conta que do distrito de Setúbal apenas se consideram quatro concelhos que, na mesma linha, não tinham em 1960 população urbana.

Ponderando as medidas agregadas, em que se incluem as

localidades semi-urbanas e posteriormente todas as sedes de concelho, Portalegre conservava a primeira posição em 1960, sempre devido à existência, no distrito, de duas cidades com mais de 10000 habitantes (Elvas e Portalegre). Contudo, em 1981 o distrito de Évora mantinha a maior percentagem de população urbana, quer pela razão já apontada como pelo crescimento recente dos ditos bairros periféricos, a analisar em fase posterior (Quadro anexo nº 15).

A região contava com escassa população efectivamente urbana, nunca atingindo os 15%; porém, a perspectiva globalizante que tem por base o critério socio-demográfico aponta para um grau de urbanização relativamente elevado. Daí que acrescentemos que, em 1981, o valor para a região era inferior à média dos distritos, pelo peso relativo do distrito de Évora no cálculo dessa média.

Todavia, falta a análise do grau de urbanização de modo desagregado, uma vez que existe a possibilidade de zonas diversificadas e internamente semelhantes no âmbito da região.

Deste modo e apenas como um dos possíveis pontos de partida, uma parte importante dos concelhos da metade este da região contava, em 1981, com uma percentagem de população urbana superior a 40%, sendo de acrescentar que em situação idêntica se encontravam também os concelhos de Vendas Novas, Alcácer do Sal e Sines.

Destes concelhos e de acordo com o Quadro nº 7, quinze tiveram aumentos constantes desta percentagem ao longo do tempo considerado. Tal deve-se a que, embora com perdas de população

QUADRO 7 - GRAU DE URBANIZAÇÃO - % POPULAÇÃO URBANA/CONCELHO

	BEJA			ÉVORA			PORTALEGRE			SETÚBAL					
	1960	1970	1981	1960	1970	1981	1960	1970	1981	1960	1970	1981			
	ALJUST.	51,26	38,24	43,33	ALAND.	13,04	13,98	16,58	ALTER	49,42	52,61	53,21	ALCACER	33,20	23,65
ALMOD.	15,72	16,40	22,40	ARRAIO.	21,71	22,16	25,81	ARRON.	41,79	41,05	49,27	GRÁNDOLA	23,51	26,04	19,94
ALVITO	41,05	41,17	45,11	BORBA	39,65	41,71	44,22	AVIZ	16,41	22,79	29,02	SANTIAGO	18,60	13,80	24,71
BARRAN.	86,88	92,95	90,59	ESTREM.	38,75	32,71	40,29	C ^o MATOR	74,66	79,40	81,86	SINES	47,17	56,00	62,67
BEJA	21,55	43,73	5,24	ÉVORA	48,10	50,80	73,53	C ^o VIDE	54,19	38,09	61,50				
	36,42		51,36												
C ^o VER.	21,73	27,64	37,09	MONTEM.	20,38	27,28	32,20	CRATO	27,29	24,73	30,41				
CUBA	52,77	54,91	58,64	MORA	44,79	25,99	29,31	ELVAS	17,37	45,97	51,56				
									41,11						
FERR ^a	32,77	34,57	36,30	MOURÃO	44,02	44,94	51,22	FRONT ^a	78,65	51,66	51,80				
MÉRT.	14,44	7,69	9,44	PORTEL	27,41	27,52	33,12	GAVIÃO	15,49	15,74	19,08				
MOURA	62,99	58,79	60,46	REDONDO	32,67	35,56	42,24	MARVÃO	5,72	3,59	5,72				
ODEM.	5,05	6,33	7,21	REGUEN.	33,76	38,28	41,25	MONFOR.	26,24	19,44	29,04				
OURIQ.	9,34	10,28	13,72	V. NOVA	57,65	70,71	78,81	NIZA	55,75	33,71	33,21				
SERPA	63,20	50,33	56,54	VIANA	71,39	73,60	74,72	P. SOR	28,18	20,41	24,97				
VIDIG ^a	36,85	37,62	41,81	V. VIC.	42,13	46,20	48,88	PORTAL-	38,81	42,74	55,46				
								SOUSEL	55,52	31,60	32,91				

VALOR DE CIMA - SEMI-URBANA

" " BAIIXO - URBANA

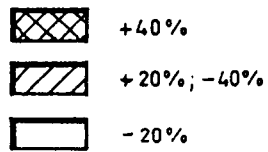
na primeira década, ou eventualmente nas duas em alguns destes concelhos, essas perdas tenham ocorrido essencialmente nos agregados de dimensão menor. Os restantes sofreram decréscimos da percentagem urbana de 1960 para 1970, tendo a sua população residente nas localidades urbanas, semi-urbanas e sedes de concelho aumentado na segunda década analisada. Esse decréscimo deu-se em todos os concelhos, excepto no de Barrancos e pela perda de população de algumas povoações, o que lhes retirou em 1970 o estatuto de semi-urbanas, engrossando consequentemente o número relativo de habitantes rurais dos seus concelhos; Barrancos sofreu uma baixa na sede do concelho, apenas mais sensível que para o resto da sua população.

Todos estes concelhos têm, contudo, uma estrutura urbana semelhante à dos anteriores, embora Barrancos surja com a maior percentagem urbana em toda a região (a rondar sempre os 90%). Posto isto, e conforme o Mapa nº 6, cremos poder afirmar que há uma vasta área na região, constituída pela larga maioria dos concelhos da metade este, a prolongar-se para Oeste na direcção de Lisboa e Setúbal, com percentagens elevadas de população urbana, no âmbito da terceira perspectiva que considerámos para a análise. De assinalar que se encontram nesta área os únicos concelhos com população realmente urbana, Portalegre, Elvas, Évora e Beja.

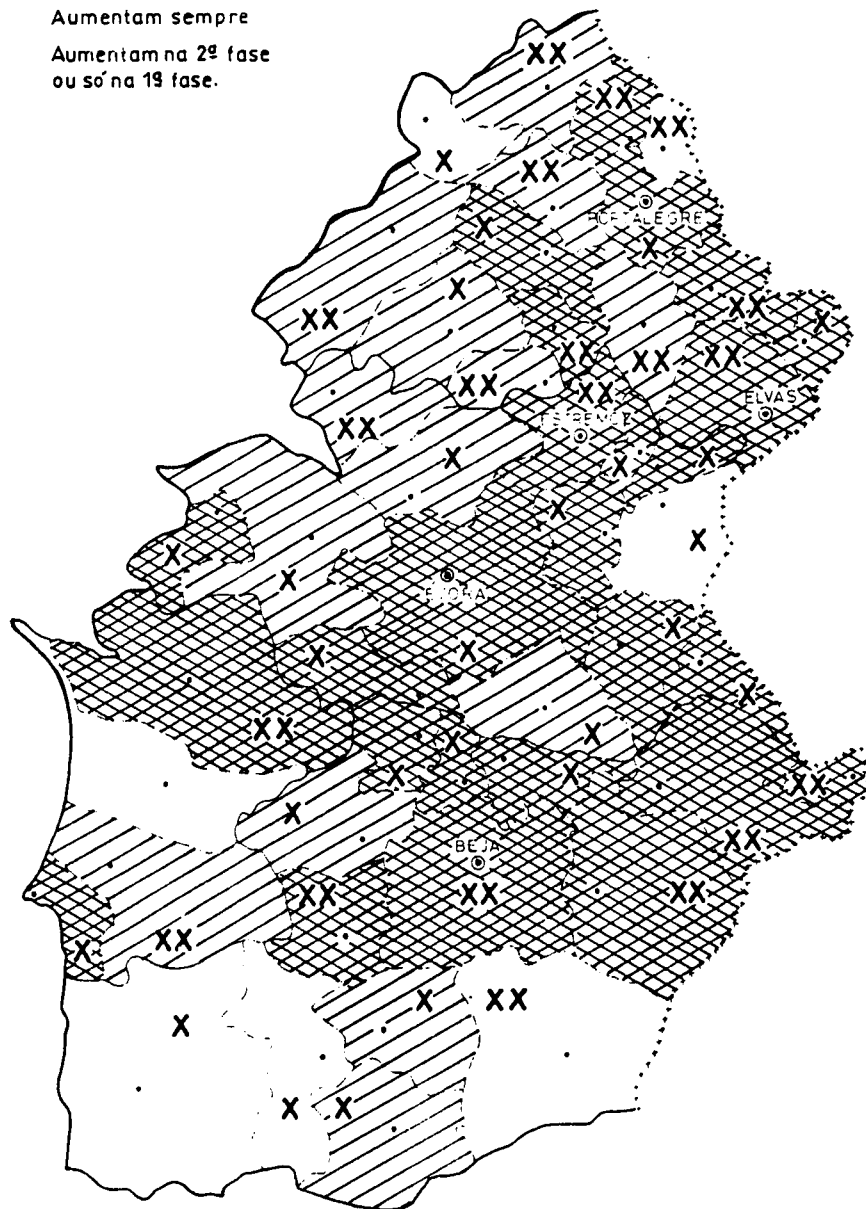
Integrados ou contíguos à mesma área, ficam catorze concelhos com percentagens urbanas compreendidas entre os 20 e os 40%. De entre eles, viram sempre aumentar os seus valores de percentagem os concelhos de Aviz, Arraiolos, Montemor-o-

MAPA 6

PERCENTAGEM URBANA



X Aumentam sempre
XX Aumentam na 2ª fase
ou só na 1ª fase.



Novo, Portel, Ferreira do Alentejo, Castro Verde e Almodovar; Niza perdeu sempre população urbana, ainda que de modo mais acentuado na primeira década (mais de 20%), enquanto os outros concelhos, com decréscimos na mesma fase, voltavam a aumentar entre 1970 e 1981; porém, Mora e Sousel tiveram também quebras na percentagem da sua população residente em agregados semi-urbanos da ordem dos 20% e 24%, respectivamente.

É notória, todavia, a situação especial de seis concelhos, em que a percentagem de população não rural não atingia os 20% em 1981, embora de entre estes Grândola chegasse a valores próximos do grupo de concelhos anterior. Os restantes, dos quais a menor percentagem urbana se reporta ao concelho de Odemira, são os que tiveram como base um conjunto de condições naturais que promoveu a ocupação do território de forma mais ou menos dispersa. Ainda assim, Gavião, Alandroal, Odemira e Ourique tiveram sempre, nas duas décadas em causa, aumentos na sua percentagem de população urbana, que apenas desceu em Mértola entre 1960 e 1970, para surgir em Grândola com quebras constantes.

Como conclusão provisória, mencionaremos o que pode constituir uma contradição evidente: a baixa percentagem de população residente nas sedes de concelho cujos níveis de pobreza são, na metade Este da região, dos mais acentuados, nomeadamente em Marvão, Alandroal e Mértola. Referimo-la como contradição na medida em que, de um modo geral e salvaguardando outros factores já citados, a dita parte Este, sensivelmente menos beneficiada em termos das condições naturais

sumariamente descritas, constitui uma vasta área em que o grau de urbanização dos concelhos, pelo cálculo da medida utilizada, atinge os valores mais altos da região.

b) Ratio urbano/rural

O *ratio* urbano/rural é, no entanto, uma medida complementar da anterior no cálculo do nível de urbanização; e traduz o número de habitantes urbanos para cada habitante rural.

Voltam a ser possíveis as três abordagens utilizadas para o estudo da medida anterior, que não só facultam uma análise comparativa pelo peso relativo de cada categoria de agregados como, noutra vertente, reflectem a importância de cada uma das povoações com mais de 10000 habitantes na estrutura populacional de que fazem parte.

O Quadro para o *ratio* em causa, com o nº 8, como o Quadro anexo nº 16, demonstra que em qualquer das abordagens o *ratio* aparece com um valor significativamente inferior a 1, o que quer dizer que a região não parece vir a atingir a curto prazo uma percentagem urbana de 50%.

Contudo e ainda que, ao nível da população residente nas povoações de facto urbanas, esse valor não seja sequer previsível no contexto regional, a inclusão no cálculo da medida de toda a população não rural indica, para 1981 e de acordo com o mesmo Quadro, um acréscimo significativo no número de urbanos para cada 100 habitantes rurais (de 54/100 para 77/100).

O tipo de análise, tal como as considerações e as

QUADRO 8 - GRAU DE URBANIZAÇÃO - RATIO URBANO/RURAL CONCELHO

	BEJA			ÉVORA			PORTALEGRE			SETÚBAL					
	1960	1970	1981	1960	1970	1981	1960	1970	1981	1960	1970	1981			
	ALJUST.	1,05	0,62	0,76	ALAND.	0,15	0,19	0,20	ALTER	0,98	1,11	1,14	ALCACER	0,50	0,31
ALMOD.	0,19	0,20	0,29	ARRATO.	0,28	0,28	0,35	ARRON.	0,72	0,70	0,97	GRÁNDOLA	0,31	0,35	0,25
ALVITO	0,70	0,70	0,82	BORBA	0,66	0,72	0,79	AVIZ	0,20	0,30	0,41	SANTIAGO	0,23	0,16	0,48
BARRAN.	6,62	13,18	9,63	ESTREM.	0,63	0,49	0,67	C ^{MAIOR}	2,95	3,86	4,51	STINES	0,89	1,27	1,68
BEJA	0,27	0,78	0,17	ÉVORA	0,93	1,03	2,78	C ^{VIDE}	1,18	0,62	1,60				
	0,57		1,06												
C ² VER.	0,28	0,38	0,59	MONTEM.	0,26	0,38	0,47	CRATO	0,38	0,33	0,44				
CUBA	1,12	1,22	1,42	MORA	0,81	0,35	0,41	ELVAS	0,42	0,85	1,06				
									0,99						
FERR ^a	0,49	0,53	0,57	MOURÃO	0,79	0,82	1,05	FRONT ^a	3,68	1,07	1,07				
MERT.	0,17	0,08	0,10	PORTEL	0,38	0,38	0,50	GAVIÃO	0,18	0,19	0,24				
MOURA	1,70	1,43	1,53	REDONDO	0,49	0,55	0,73	MARVÃO	0,06	0,04	0,06				
ODEM.	0,05	0,07	0,08	REGUEN.	0,51	0,62	0,70	MONFOR.	0,36	0,24	0,41				
OURIQ.	0,10	0,11	0,16	V. NOVA	1,36	2,41	3,72	NIZA	1,26	0,51	0,50				
SERPA	1,72	1,01	1,30	VIANA	2,49	2,79	2,96	P. SOR	0,39	0,26	0,33				
VIDIG ^a	0,58	0,60	0,72	V. VIÇ.	0,73	0,86	0,96	PORTAL.	0,63	0,75	1,25				
								SOUSEL	1,25	0,46	0,49				

VALOR DE CIMA - SEMI-URBANO

" " BAIIXO - URBANO

MARVÃO não é a maior localidade do concelho

conclusões possíveis, acompanha de modo linear os resultados obtidos pela medida anterior. No entanto, a desagregação ao nível dos concelhos, sem se afastar dessa outra, clarifica de forma mais objectiva as situações pontuais que são algumas diferenças acentuadas.

Parece-nos pertinente, portanto, uma referência às situações extremas. O concelho de Barrancos, cujo valor para 1970 atinge os 1318 habitantes não rurais para cada 100 habitantes rurais, viria situar-se em 1981 na relação de 963/100; naturalmente que a quase inexistência de população no campo não reflecte, do ponto de vista global que é a perspectiva socio-demográfica, que esteve subjacente à inclusão no cálculo de toda a população residente em qualquer sede de concelho, uma situação real de urbanidade; contudo, revela uma tendência inequívoca para a opção pela residência na vila mais próxima de uma população que, de outro modo, poderia ver-se confrontada com uma grave situação de isolamento.

Outro valor digno de registo, embora a outra escala, é o de Vendas Novas, com um *ratio* sempre crescente, que se deve fundamentalmente a uma primeira década a viver o "rescaldo" de um período de emprego fácil na indústria automóvel, para no segundo período em estudo viver da localização que já referimos.

Fica o concelho de Campo Maior, com um *ratio* de 451 habitantes "urbanos" para cada 100 rurais, crescente também ao longo de todo o tempo analisado, pelas razões descritas aquando da análise da dimensão dos agregados. Os valores mais

baixos situam-se, ainda pelas razões explicitadas para a percentagem da população urbana, nos concelhos de Marvão, Odemira e, apenas a escassa distância, Mértola e Ourique.

Notável é que, conforme atesta o Mapa n.º 7, os concelhos com valores extremos se situem na parte sul da região, nomeadamente no distrito de Beja, cujos valores desagregados por concelho oscilam no intervalo maior, o que é o reflexo dos desequilíbrios no mesmo distrito.

Não podemos, no entanto, esquecer que a análise tem sido limitada a *ratios* em que as localidades aceites como urbanas para o cálculo só em alguns casos excediam os 3000 habitantes. De certo modo reflexo de desequilíbrios, esta situação é reforçada pelo peso da cidade de Évora no seu concelho, com um *ratio* de 2,78 em 1981 e a cidade de Évora a provocar, mesmo para o distrito, a existência de 103 urbanos para cada 100 rurais, em simultâneo com a inexistência de agregados semi-urbanos no concelho.

Porém, a relativa homogeneidade detectada pela análise da percentagem de população urbana, mantem-se na faixa Este com as excepções referidas, alterando-se a situação de modo gradual para Oeste muito embora, na metade Sul, as divergências sejam mais evidentes. Aliás, podemos concluir pela diversidade, em termos de conjunto, dos concelhos limitrofes a sul e sudoeste da região.

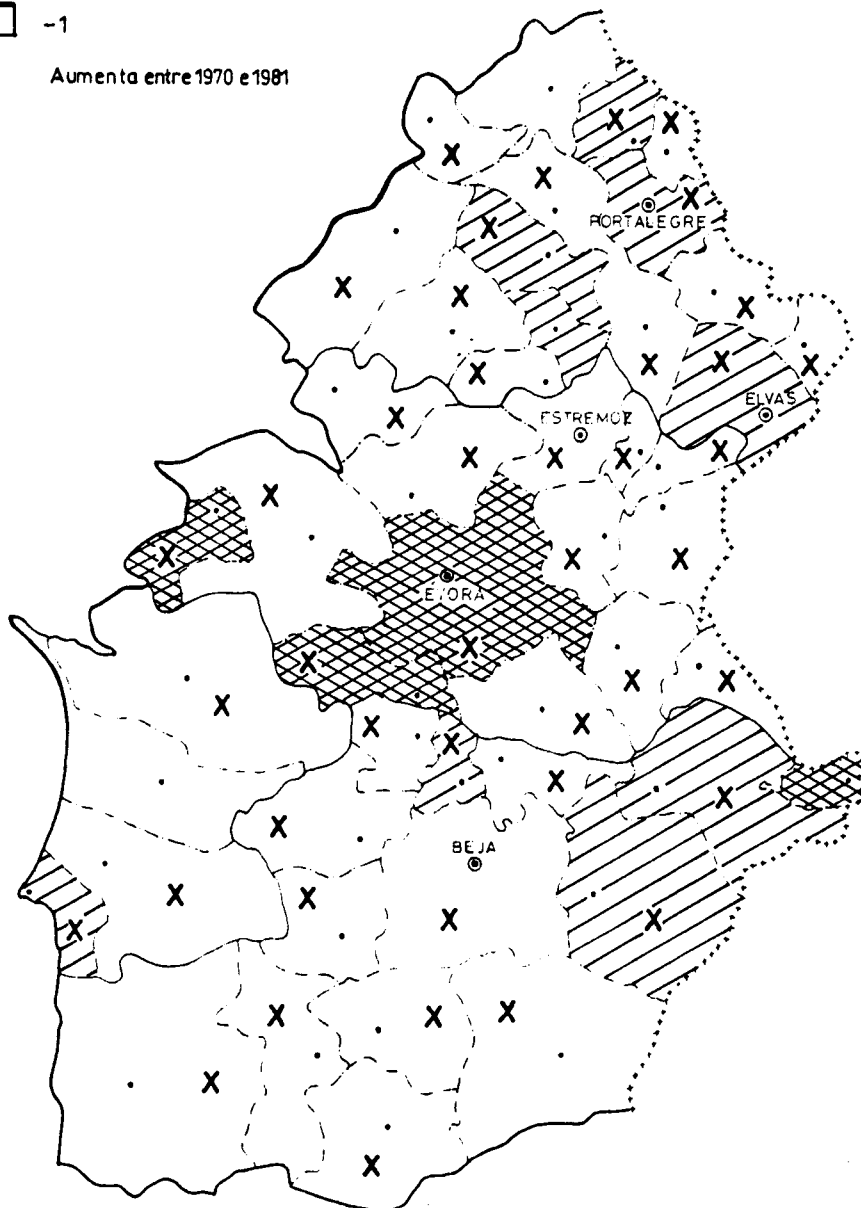
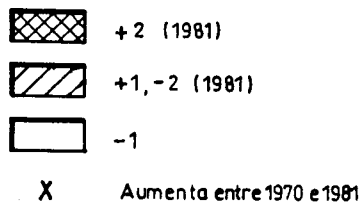
Para além de tudo isto, de maneira desagregada e ainda numa abordagem limitada do grau de urbanização, e pela asso-

ciação das duas medidas adoptadas, de acordo com o Mapa N.º 8 poderíamos constituir, relativamente ao período estudado grupos homogéneos de concelhos.



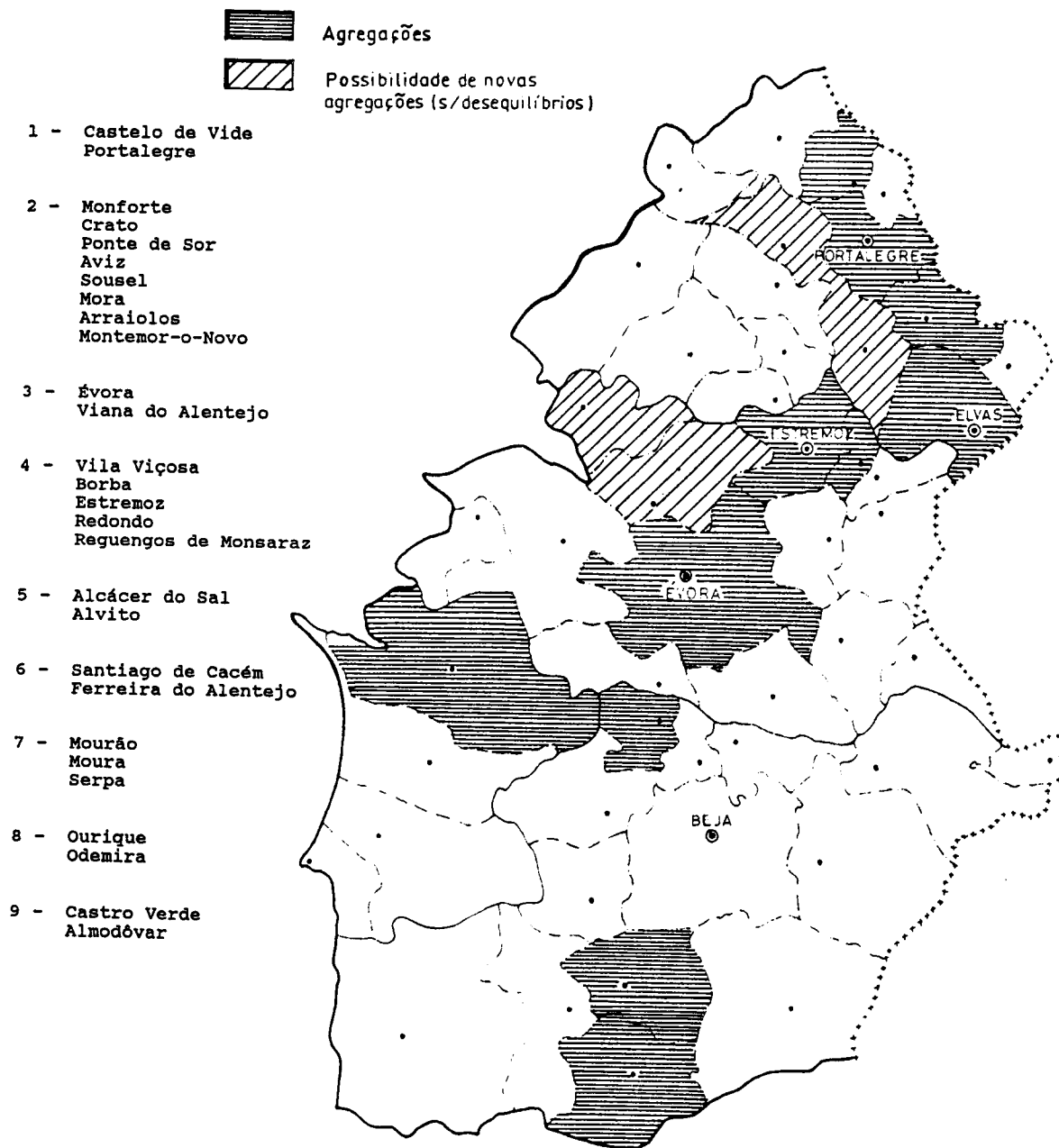
MAPA 7

RATIO URBANO/RURAL



MAPA 8

POSSIBILIDADES DE AGREGAÇÃO DE CONCELHOS CONTÍGUOS



4.5 - O Tempo de Urbanização

O tempo de urbanização significa, de modo linear, o ritmo a que acontece o processo de urbanização, no sentido quantitativo do aumento da população urbana relativamente à população não urbana (ou rural). O facto da exiguidade dos dados já referida para o cálculo do grau de urbanização está subjacente à opção, nesta fase do estudo, pela avaliação do tempo de urbanização através da evolução das taxas de variação da percentagem urbana e do ratio urbano/rural.

Poderíamos tentar o cálculo pela aplicação directa de qualquer uma das fórmulas já enunciadas; porém, os poucos elementos disponíveis dificultam a definição correcta do tipo de crescimento da população na região, o que nos conduziria a uma escolha perfeitamente arbitrária das fórmulas a adoptar.

Um elemento de análise valioso seria o estudo da evolução da percentagem de população urbana nas freguesias urbanas, que obviaria à dificuldade mencionada, na medida em que dispomos de elementos para todo o período considerado. Porém, na situação concreta que é a região alentejana, as freguesias urbanas integram, frequentemente, população que, pela residência, é rural. Explicítamente, não só existem concelhos com uma única freguesia, necessariamente de população urbana e rural, como os concelhos de Sines e Vendas Novas, por exemplo, como os limites físicos de algumas freguesias urbanas excedem largamente os limites físicos das cidades ou vilas, constituindo exemplos claros os casos das freguesias da Sé e de

Nossa Senhora do Bispo, respectivamente em Évora e Montemor-o-Novo.

Assim, consideramos, não por pragmatismo mas pela exigência de objectividade, que as taxas de variação da percentagem urbana e do ratio urbano/rural são os elementos cuja avaliação permite a maior aproximação à realidade.

Neste sentido, cada uma dessas medidas traduz, por vias diferentes, o ritmo e simultaneamente o sentido a que ocorre o crescimento das "cidades", porquanto considerámos urbana em situações perfeitamente identificadas a população que reside nas localidades urbanas (no sentido lato do termo e por oposição a rural).

Ao nível da região, a população urbana, no sentido restrito dado ao conceito e que traduz a população dos agregados com 10000 ou mais habitantes, teve para ambas as décadas uma evolução distinta do que aconteceu para a população que inclui as localidades de dimensão entre 2000 e 9999 residentes, como da que integra as sedes de concelho que não atingiam essa dimensão Quadros anexos n.ºs. 17 e 18. É a única categoria de lugares que revela, para a primeira década em causa, um "tempo" positivo, se bem que, na segunda década, o seu valor seja substancialmente mais baixo que o da categoria seguinte (Quadros anexos n.ºs. 9 e 10).

Significa isto que foram as localidades efectivamente urbanas aquelas em que o decréscimo generalizado da população entre 1960 e 1970 foi menos sentido, constituindo ao mesmo

QUADRO 9 - TEMPO URBANIZAÇÃO - Taxas de Variação

BEJA	MUDANÇA % URBANA		MUDANÇA RATIO U/R		ÉVORA	MUDANÇA % URBANA		MUDANÇA RATIO U/R	
	1960/70	1970/81	1960/70	1970/81		1960/70	1970/81	1960/70	1970/81
ALJUSTREL	-2,89	1,26	-5,13	2,06	ALANDROAL	0,70	1,72	2,39	0,51
ALMODOVAR	0,42	3,17	0,13	3,79	ARRATOILOS	0,21	1,54	0	2,26
ALVITO	0,029	0,92	0	1,59	BORBA	0,51	0,59	0,87	0,93
BARRANCOS	0,68	-0,26	7,13	-3,09	ESTREMOZ	-1,68	2,11	-2,48	3,18
BEJA	a) 2,78 1,85	a) 2,61 1,62	-5,55 ^{a)} 3,19	4,66 ^{a)} 3,11	ÉVORA	0,55	3,77	1,03	10,44
CASTRO VERDE	2,43	2,98	3,10	4,50	MONTEMOR-o-NOVO	2,96	1,67	3,87	2,15
CUBA	0,40	0,66	0,86	1,53	MORA	5,30	1,21	-8,05	1,59
FERREIRA DO ALENTEJO	0,54	0,49	0,79	0,73	MOURA	0,21	1,32	0,37	2,50
MÉRTOLA	-6,11	2,07	7,26	2,26	PORTALEGRE	0,04	1,87	0	2,78
MOURA	-0,69	0,28	1,71	0,68	REDONDO	0,85	1,74	1,16	2,87
ODEMIRA	2,28	1,31	3,42	1,34	REGUENGOS DE MONSARAZ	1,26	0,75	1,97	1,22
OURIQUE	0,96	2,93	0,96	3,82	VENDAS NOVAS	2,06	1,09	5,89	4,44
SERPA	-2,27	1,19	-5,18	2,56	VIANA DO ALENTEJO	0,31	0,15	0,68	0,32
VIDIGUEIRA	0,21	1,06	0,34	1,84	VILA VIÇOSA	0,93	0,57	1,65	1,11
DISTRITO URBANO	3,20	3,26	2,92	4,14	DISTRITO URBANO	2,04	4,58	2,92	5,37
DISTRITO U+SU	-1,60	2,01	-2,38	3,15	DISTRITO U+SU	0,02	2,84	0	4,99
DISTRITO U+SU+C.os	-1,18	2,03	1,81	3,12	DISTRITO U+SU+C.os	0,58	2,43	0,94	4,39

a) População Urbana+Semi-Urbana

QUADRO 10 - TEMPO URBANIZAÇÃO - Taxas de Variação

PORTALEGRE	MUDANÇA % URBANA		MUDANÇA RATIO U/R		SETÚBAL	MUDANÇA % URBANA		MUDANÇA RATIO U/R	
	1960/70	1970/81	1960/70	1970/81		1960/70	1970/81	1960/70	1970/81
ALTER DO CHÃO	0,63	0,11	1,25	0,27	ALCÁÇER DO SAL	-3,33	5,73	-4,67	8,49
ARRONCHES	-0,18	1,84	-0,28	3,32	GRÁNDOLA	1,03	-2,63	1,22	-3,31
AVIS	3,34	2,45	4,14	3,17	SANTIAÇO DO CACEM	-2,94	5,60	-3,56	11,61
CAMPO MAIOR	0,62	0,31	2,73	1,57	SINES	1,73	1,13	3,62	2,84
CASTELO DE VIDE	-3,46	4,91	-6,23	9,94	TOTAL URBANIZAÇÃO	----	----	----	----
CRATO	-0,98	2,09	-1,40	2,92	TOTAL U+SU	-0,01	3,50	-1,48	5,10
ELVAS	-2,38 ^{a)}		-4,94 ^{a)}		TOTAL U+SU+CONCELHO	-0,01	3,50	-1,48	5,10
	1,12	1,15	0,70	2,23					
FRONTEIRA	-4,12 ^{a)}	0,03 ^{a)}	-11,62	0					
GAVIÃO	0,16 ^{a)}	1,94 ^{a)}	0,54	2,36					
MARVÃO	-4,55 ^{a)}	4,77 ^{a)}	-3,97	4,14					
MONFORTE	-2,95 ^{a)}	4,10 ^{a)}	-3,97	5,50					
NIZA	-4,91 ^{a)}	-0,15 ^{a)}	-8,65	-0,20					
PONTE DE SOR	-3,17 ^{a)}	2,04 ^{a)}	-3,97	2,41					
PORTALEGRE	0,97 ^{a)}	2,64 ^{a)}	1,76	5,24					
SOUSEL	-5,48 ^{a)}	0,41 ^{a)}	-9,51	0,63					
DISTRITO URBANO	1,89	3,02	1,96	3,51					
DISTRITO U+SU	-2,38	2,04	-3,69	3,19					
DISTRITO U+SU+C.os	-1,66	1,69	-2,71	2,78					

a) População Urbana+Semi-Urbana

a) Só Urbanização a) Só Urbanização
a) Urbana+Semi-Urbana a) Urbana+Semi-Urbana

tempo a segunda categoria a reflectir o aumento populacional geral de 1970 a 1981.

A análise do *ratio* urbano/rural permite-nos acrescentar, no entanto, que foram as cidades maiores aquelas em que o ritmo de urbanização, face ao ritmo de progressão do resto da população, atingiu os valores mais elevados.

Causas a explorar em outras situações, o processo reivindicativo nos campos, a que não foi alheio um certo "ideal de liberdade"⁽¹³⁾, como a materialização da insatisfação através do abandono das zonas mais isoladas, são factores que actuaram na primeira década nos três distritos, especialmente no de Beja, em que foi notória a troca da população do campo pela cidade.

Podemos aceitar, genèricamente, que no distrito de Évora essa troca aconteceu na mesma década, e naturalmente em cada concelho, pelas sedes das mesmas; e não especificamente pelas localidades maiores, uma vez que o *ratio* surgia com um valor positivo; provavelmente, pesa a categoria hierárquica dos centros, mais que a sua dimensão.

No segundo período, são as localidades de maior dimensão aquelas em que, por ordem decrescente dessa dimensão, surgem os valores mais elevados da referida medida. Esses valores não são contraditórios relativamente aos das taxas de variação da percentagem urbana, porquanto para esta devemos ter em conta o elevado número de agregados designados de semi-urbanos.

No entanto, a análise global dos resultados não permite conclusões objectivas, pelo que a desagregação ao nível dos

concelhos se torna essencial. De notar, no entanto, uma ressalva no que respeita a algumas situações, nomeadamente a maioria das que entre 1970 e 1981 surgiam com valores muito elevados do tempo de urbanização ou, pelo menos, muito mais elevados que no período anterior; na maior parte, trata-se de situações em que a década anterior teve influências negativas notáveis, pelo que o retorno substancial ao Alentejo de uma população atraída pelas primeiras consequências da então "Reforma Agrária", bem como a sua preferência pela residência nas vilas de maior dimensão em simultâneo com o abandono persistente do campo enquanto lugar de residência foram, necessariamente, factores importantes dos valores mencionados.

Esta explicação engloba os concelhos de Aljustrel, Almodovar, Mértola, Ourique e Serpa, ainda os de Arronches, Monforte, Ponte de Sor, Sousel, Alcácer do Sal e Santiago de Cacém; devemos acrescentar, no entanto, para o concelho de Aljustrel a revitalização após 1974 das minas de S. Domingos. Por outro lado, os concelhos do norte do distrito de Portalegre, na generalidade afastados das questões ligadas directamente com a Reforma Agrária e o consequente aumento de emprego nas explorações agrícolas, sejam Castelo de Vide, Crato e Marvão, ganharam na mesma época, com especial destaque para Castelo de Vide, um incremento nos serviços ligados ao sector do turismo, a que não foi totalmente alheia a proximidade da fronteira com Espanha. O concelho de Fronteira quase não evoluiu ao nível da população urbana; todavia, o decréscimo

importante da sua população na década anterior traduziu-se na perda de uma localidade com dimensão de semi-urbana.

Para os concelhos em que o ritmo de urbanização baixou no segundo período, a explicação dessa descida não é sempre linear, como não é sempre exactamente a mesma. Os casos de Barrancos, Viana do Alentejo e Campo Maior, podendo embora e parcialmente encontrar explicação na evolução generalizada da população a que já aludimos, assentam fundamentalmente no elevado valor da percentagem urbana, como do *ratio* urbano/rural, no ano considerado ponto de partida; porque o facto de contarem com uma percentagem muito elevada de residentes urbanos (no caso não rurais), fazia com que essa percentagem, especialmente no caso de Barrancos, estivesse próxima, ou atingisse mesmo o limite máximo do seu crescimento.

As descidas que se verificaram nos concelhos de Avis, Vendas Novas e Montemor-o-Novo podiam ter origem num surto emigratório menos determinante, entre 1960 e 1970, que a atracção exercida nas populações do campo pelas respectivas sedes de concelho; em qualquer caso, Montemor-o-Novo e Vendas Novas situam-se no eixo viário Évora-Lisboa, que vem actuando a diversos níveis como factor de crescimento; e o concelho de Avis manteve ao longo do tempo uma estrutura populacional semelhante, com uma recuperação para 1981 na sede do concelho que não foi suficiente para lhe conferir o mesmo peso relativo que ganhara ao longo da década anterior, em que o abandono dos campos foi muito significativo.

De notar os concelhos de Grândola, em que as várias

análises parcelares convergem no sentido da eventual afirmação de uma tendência gradual para a dispersão; e Odemira, de povoamento disperso, em que entre 1960 e 1970 o êxodo dos campos actuou por forma a determinar um tempo de urbanização superior ao do segundo período.

Os restantes concelhos demonstravam um ritmo gradual e crescente do processo de urbanização, a traduzir o cada vez maior peso relativo das sedes desses concelhos.

Em relação aos concelhos em que havia população realmente urbana, sejam os que contavam pelo menos com uma povoação com 10000 ou mais habitantes, os valores encontrados para o concelho de Beja, com um tempo de urbanização que decrescia para a população urbana na segunda década, para aumentar substancialmente pela agregação de população semi-urbana, ficam a dever-se a que, durante a primeira fase estudada, o concelho deixou de contar com população deste nível, enquanto a população da cidade de Beja crescia num concelho com quebra significativa de população; no segundo período, o concelho "recuperou" uma localidade semi-urbana, que viria aumentar o número dos não urbanos, de modo que o ritmo de crescimento da cidade aparecia mais diluído em face do crescimento da população global.

O concelho de Évora, como dissemos sem qualquer agregado entre os 2000 e os 9999 habitantes, ficaria a dever o ritmo de urbanização elevado depois de 1970 à integração, na cidade de Évora, de um número vasto de bairros até aí parte da população

rural; esse tempo de urbanização é assim de algum modo "artificial", porque fica a dever-se parcialmente a medidas de natureza administrativa.

O concelho de Elvas perdeu após 1960 a sua população semi-urbana, sendo a localização um factor fundamental do crescimento relativo da cidade. E Portalegre, também sem qualquer agregado semi-urbano, foi o concelho com o ritmo de urbanização mais acentuado.

Resta a alusão aos concelhos de Alcacer do Sal e Santiago de Cacém, nos quais o ritmo a que a população urbana (no sentido lato do termo "não rural") cresceu entre 1970 e 1981 foi extremamente rápido, devendo-se, no primeiro caso, à instalação de uma agro-indústria importante, como à localização no eixo Lisboa-Algarve, cuja importância aumentou consideravelmente no mesmo período. E Santiago de Cacém tornava-se "suporte" recente e importante de Sines, tendo, na primeira década, perdido duas localidades semi-urbanas.

Quanto aos dois únicos concelhos que revelaram no segundo período analisado um tempo de urbanização negativo, ou um eventual processo de desurbanização, Niza, com valores sistematicamente negativos, perdeu população enquanto concelho e principalmente ao nível das localidades que em 1960 integravam a categoria de semi-urbanas; e Grândola manifestou, também ao longo dos diversos anos analisados e nomeadamente nos últimos dez, aumentos populacionais nos agregados de menor dimensão, enquanto a sede do concelho na mesma década perdia cerca de 1000 habitantes.



Em síntese e no que diz respeito ao tempo de urbanização, a maioria dos concelhos comportou-se de maneira semelhante, segundo o Mapa nº 9 e em termos de um aumento genérico no segundo período relativamente ao primeiro. Todavia e porque a década de 1960/70 teve características especiais na região, como temos mencionado por se tratar de uma fase em que existiu um acréscimo quase violento da emigração; e porque entre 1970 e 1981, período do retorno após 1974, a situação também não foi "normal", consideramos arriscado avançar com conclusões que o tempo pode, eventualmente, desmentir a mais ou menos curto prazo.

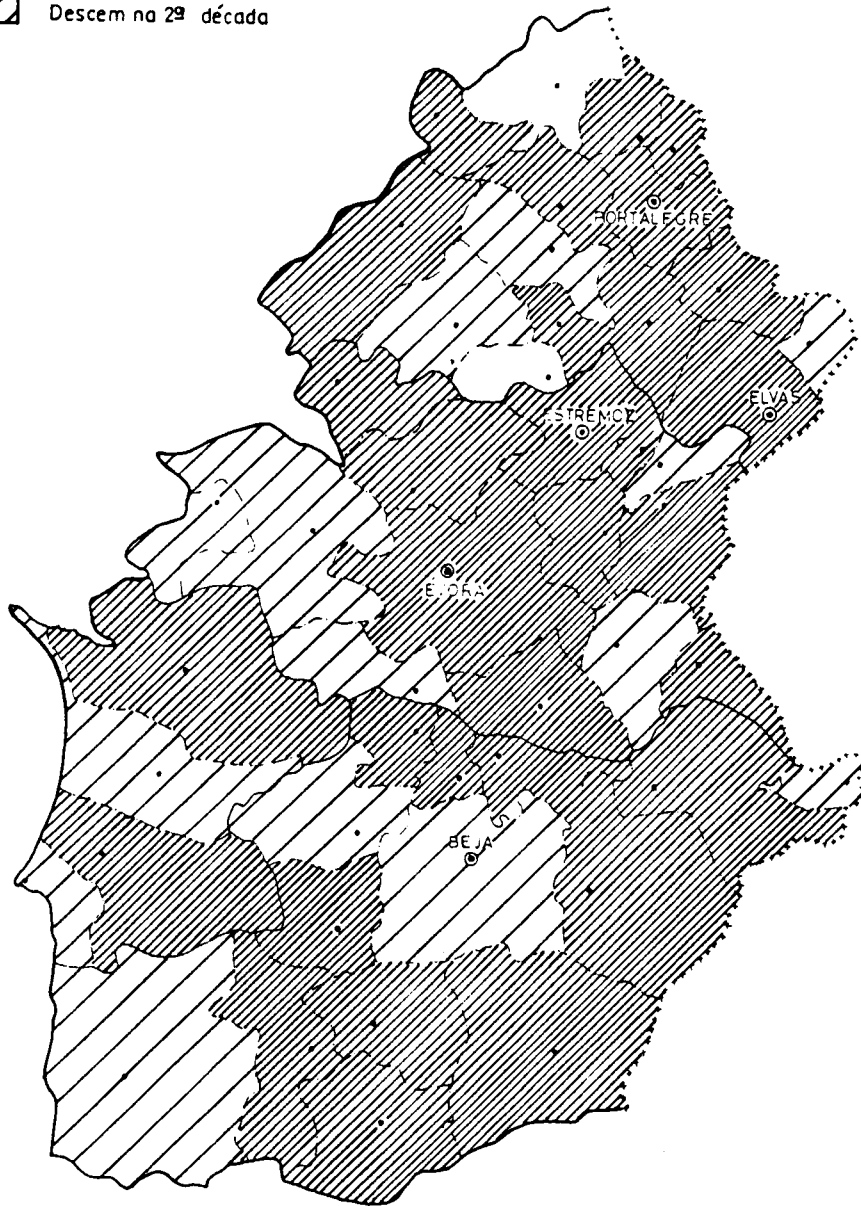
No entanto, podemos ainda assim, e no âmbito da homogeneidade ou diversidade regionais, tentar agrupamentos de concelhos com comportamentos idênticos no que concerne o tempo de urbanização, embora com intervalos de variação mais ou menos "elásticos".

- | | |
|---|--|
| 1 - Marvão
Castelo de Vide
Crato
Monforte
Arronches
Estremoz | 5 - Grândola
Ferreira do Alentejo |
| 2 - Redondo
Évora
Portel | 6 - Moura
Serpa |
| 3 - Montemor-o-Novo
Vendas Novas | 7 - Sines
Odemira |
| 4 - Alvito
Cuba
Vidigueira | 8 - Castro Verde
Ourique
Almodôvar |

MAPA 9

TEMPO DE URBANIZAÇÃO

-  Sobem na 2ª década
-  Descem na 2ª década




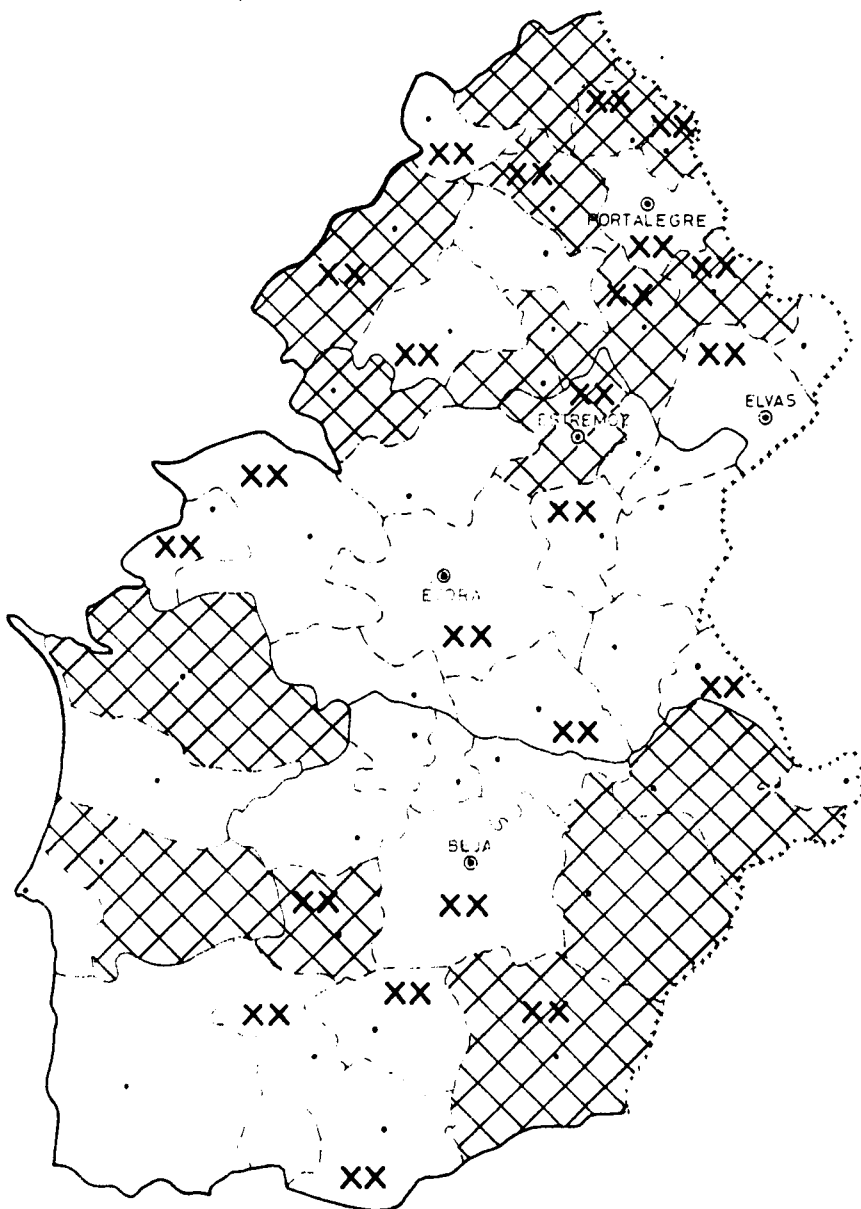
No entanto, se confrontarmos o valor da percentagem de população urbana com a tendência para o aumento do tempo de urbanização, de uma perspectiva mais genérica esta última, mas indicador válido para a análise da evolução da região, a questão da homogeneidade maior ou menor do Alentejo surge com uma imagem diferente. É evidente a existência de uma vasta zona de Nordeste até ao centro da região, semelhante a outra igualmente vasta que atravessa o Alentejo de Oeste para Este estendendo-se aí por três concelhos, com percentagens urbanas superiores a 40% e um aumento simultâneo do ritmo a que se vem processando a urbanização. Com percentagens da população urbana entre 20% e 40% há três grupos de dois concelhos: ao centro/norte, a oeste e a sul, os dois primeiros constituindo a evolução para ocidente de uma situação diferenciada que vem permitindo, dentro dos parâmetros desta análise, detectar diferenças mais ou menos sensíveis entre as faixas Este e Oeste da região.

Acrescentamos que uma situação de evolução gradual de Este para Oeste, com escassos pontos de desequilíbrio ou desajustamento que os Mapas, incluído o nº 10, no ponto seguinte deixam identificar, se se incluírem na análise os valores do tempo de urbanização entre 1970 e 1981 pela sua ordem de grandeza, apenas dois grupos de concelhos, Moura e Serpa, e Castro Verde e Almodôvar, deixam uma imagem de verdadeira homogeneidade.

MAPA 10

TEMPO DE URBANIZAÇÃO

-  Negativos na 1ª década
- X X** Valores mais significativos no 2º período (sempre >1)



4.6 - A Evolução do Povoamento

O povoamento materializa-se na forma como a população se distribui num determinado território. Assenta numa densidade e numa estrutura de lugares, mais ou menos equilibrada e proveniente da incidência maior ou menor da concentração ou da dispersão populacionais.

Suporte dessa distribuição é, por natureza, o espaço físico. São as condições "oferecidas" por esse espaço físico, bem como a susceptibilidade maior ou menor de adaptação das mesmas às necessidades da população, que são determinantes da homogeneidade ou da heterogeneidade do povoamento. Essa heterogeneidade é tanto mais evidente quanto maior for o nível de desagregação da análise, pelo que, se de um ponto de vista genérico o Alentejo se caracteriza por uma baixa densidade populacional e pelo predomínio de um povoamento do tipo concentrado, os concelhos que o constituem podem ser, na perspectiva da distribuição da população e em certos casos, bastante diferenciados.

O Quadro síntese nº 11 refere os valores de densidade para os vários distritos para períodos de vinte anos, que revelam o mesmo tipo de evolução e um intervalo de variação em cada um dos anos mencionados nunca superior a cerca de dez pontos, para não atingir sequer os 7,0 em 1981, entre os distritos com a maior e a menor densidade populacional.

QUADRO 11 - DENSIDADE POPULACIONAL/DISTRITO

DISTRITOS	ANOS	1900	1920	1940	1960	1981
BEJA		16,11	19,85	27,21	27,08	17,94
ÉVORA		17,43	21,09	28,39	29,75	24,39
PORTALEGRE		20,78	24,83	31,09	31,00	23,50
SETÚBAL		10,08	13,89	22,59	24,18	20,80
TOTAL		16,73	20,52	27,80	28,30	21,30

Significam os mesmos valores que, no que respeita à evolução, a densidade da população na região aumentou na generalidade e particularmente para os distritos de Évora e Setúbal até 1960, ano em que nos dois outros distritos aparece um ligeiro decréscimo, ainda que quase imperceptível; entre 1960 e 1981 há um decréscimo generalizado dos valores da densidade. Os Quadros referidos reforçam o sentido dessa evolução, na medida em que cada um dos distritos surge globalmente entre 1900 e 1950 com taxas de variação positivas para a população total, o que acontece também se se alargar o período para os oitenta anos considerados; contudo, os períodos intermédios revelam taxas de variação negativas, que implicam que os aumentos de população nos diferentes distritos e consequentemente na região sejam, em termos do saldo de todo o período analisado, pouco significativos.

No entanto e como referimos, a desagregação por con-

celhos, ou até por grupos de concelhos, permite que a visão aparentemente pouco diferenciada surja com situações pontuais de desequilíbrio. Os Quadros n.ºs. 12 a 15 ilustram de forma clara essas situações, sendo de apontar os concelhos que em 1981 tinham densidade populacional inferior a 10 habitantes/Km² ou superior a 40 habitantes/Km². De acordo com as análises parcelares anteriores, nenhum destes concelhos parecia ser susceptível de desagregação relativamente aos concelhos próximos. Porém, Avis, Monforte e Mértola tendem, no âmbito da densidade populacional, para uma desertificação aparente.

Por outro lado, destacamos cinco concelhos com valores de densidade superiores aos restantes. Vendas Novas, cuja tendência vem sendo para um constante aumento da população determinado antes pela industrialização, depois de uma forma nítida pela localização que, contudo, esteve subjacente à primeira; e Vila Viçosa, em que o crescimento da indústria extractiva do mármore é primeira condição, situavam-se em 1981 acima dos 40 habitantes /Km², tendo Vendas Novas visto aumentar a densidade da sua população mesmo durante o período entre 1960 e 1981, no qual decrescia a população em praticamente todo o Alentejo.

Para além destes, os concelhos de Portalegre, Borba e Sines, com valores de densidade acima dos 60 habitantes/Km², constituem excepções importantes, nomeadamente o último, cuja densidade cresceu, mesmo entre 1960 e 1981, em mais de 15

QUADRO 12 - DENSIDADE POPULACIONAL (VARIACÃO)

CONCELHOS - DISTRITO DE BEJA

CONCELHOS	ANOS	1900	1920	1940	1960	1981
ALJUSTREL		18,01	27,27	37,94	39,87	28,22
ALMODOVAR		14,29	15,69	20,98	20,65	-13,71
ALVITO		11,74	15,21	21,52	18,58	-11,37
BARRANCOS		15,83	17,85	20,77	20,41	-12,84
BEJA		22,25	27,00	36,91	37,79	33,52
CASTRO VERDE		13,60	17,85	22,48	20,52	-13,18
CUBA		35,69	42,75	49,15	44,18	33,57
FERREIRA DO ALENTEJO		12,96	15,61	22,49	22,98	-17,35
MÉRTOLA		14,78	16,56	22,84	20,35	9,10
MOURA		18,18	22,21	28,79	30,38	20,64
ODEMIRA		11,91	16,09	23,54	25,57	-17,12
OURIQUE		13,85	18,04	24,78	22,73	-12,07
SERPA		15,72	19,95	29,86	29,42	-18,83
VIDIGUEIRA		28,07	28,31	35,18	33,74	23,58

QUADRO 13 - DENSIDADE POPULACIONAL (VARIACÃO)

CONCELHOS - DISTRITO DE ÉVORA

CONCELHOS	ANOS	1900	1920	1940	1960	1981
ALANDROAL		13,75	16,60	22,79	22,18	-14,91
ARRAIÓLOS		12,63	15,64	19,22	18,69	-12,99
BORBA		45,18	51,37	66,26	71,94	60,78
ESTREMOZ		31,59	37,33	45,47	45,14	35,16
ÉVORA		19,54	20,50	32,63	38,30	39,43
MONTEMOR-O-NOVO		11,42	15,30	21,45	22,45	-16,40
MORA		12,25	16,16	21,70	23,20	-15,93
MOURÃO		13,87	15,35	19,74	20,92	-12,54
PORTEL		13,47	15,95	19,21	19,35	-13,82
REDONDO		21,39	25,62	32,77	32,34	22,82
REGUENGOS DE MONSARAZ		22,21	25,19	33,38	32,73	25,25
VENDAS NOVAS		-----	24,91	40,77	43,58	49,25
VIANA DO ALENTEJO		12,86	17,83	23,52	23,44	-15,71
VILA VIÇOSA		30,73	40,50	50,35	51,15	43,83

QUADRO 14 - DENSIDADE POPULACIONAL (VARIACÃO)

CONCELHOS - DISTRITO DE PORTALEGRE

CONCELHOS	ANOS	1900	1920	1940	1960	1981
ALTER DO CHÃO		17,14	21,02	25,77	23,16	-13,71
ARRONCHES		13,22	18,11	22,68	21,71	-13,72
AVIS		10,09	12,25	14,82	14,81	6,42
CAMPO MAIOR		27,89	29,48	36,60	40,03	34,61
CASTELO DE VIDE		24,96	26,67	27,78	24,67	-15,8
CRATO		15,74	20,07	23,88	22,39	-14,62
ELVAS		34,15	37,77	46,09	45,26	39,59
FRONTEIRA		17,51	23,29	30,08	28,14	17,74
GAVIÃO		21,98	27,80	35,51	34,18	23,30
MARVÃO		38,67	40,59	49,23	48,26	34,95
MONFORTE		12,38	14,47	18,76	16,81	9,93
NIZA		23,09	26,57	33,04	31,32	18,70
PONTE DE SOR		9,64	15,38	22,92	26,10	21,55
PORTALEGRE		41,95	47,82	57,88	63,64	61,24
SOUSEL		23,25	29,67	40,15	37,91	26,02

QUADRO 15 - DENSIDADE POPULACIONAL (VARIAÇÃO)

CONCELHOS - DISTRITO DE SETÚBAL

CONCELHOS	ANOS	1900	1920	1940	1960	1981
ALCACER DO SAL		6,49	8,60	14,48	14,98	-11,06
GRÁNDOLA		9,37	13,77	21,99	26,16	-19,93
SANTIAGO DO CACÉM		13,78	18,70	30,27	31,71	27,56
SINES		20,04	28,07	44,52	44,55	60,68

habitantes/Km². Se Portalegre deve a sua alta densidade populacional à conjugação de factores como a industrialização e, preponderantemente, a sua atracção sobre os concelhos próximos, na maioria de baixa densidade, Borba tem subjacente aos valores de densidade registados a sua localização no eixo Lisboa/Caia, como o desenvolvimento do sector primário, assente no crescimento sensível da viticultura e no progresso da extracção do mármore. Sines vem constituindo nas últimas décadas a concretização do maior crescimento do litoral, de que é o polo mais representativo; se a década de 60 trouxe ao concelho de Sines o impacto de um turismo sazonal, mas significativo, a política económica nacional substituiu esse impacto pela criação de postos de trabalho permitida pela industrialização, por forma a cimentar a tendência para o aumento da população.

Os restantes concelhos reforçam, na maioria dos casos, as

análises anteriores, ao mesmo tempo que deixam antever a tendência genérica para a concentração da população.

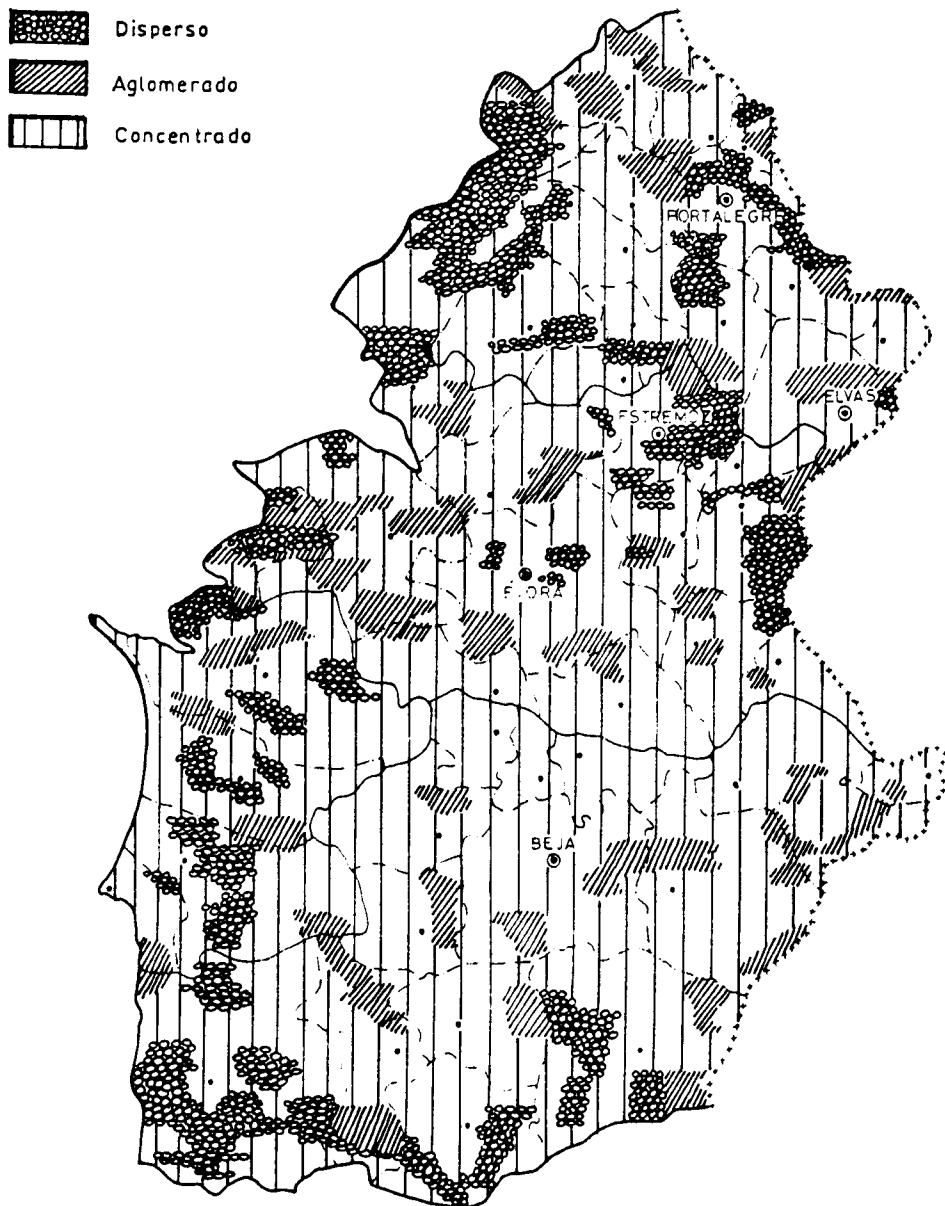
Escrevemos antes que, para cada concelho, o êxodo rural se traduz no aumento relativo de população nas sedes de concelho ou nas freguesias ditas urbanas. A análise conjunta apoiada nos Mapas n.ºs. 11, 12 e 13 facultam-nos a percepção de um povoamento tendencialmente concentrado em pequenas áreas determinadas, com o conseqüente "despovoamento" gradual das outras.

As capitais de distrito, Elvas e Campo Maior pela proximidade de um posto fronteiriço importante, o eixo viário sobejamente mencionado que estabelece a ligação entre Lisboa e Badajoz, ainda a zona envolvente de Sines, podem eventualmente constituir-se como o povoamento concentrado numa região em que o êxodo rural, a concentração populacional e o "despovoamento" gradual são simultâneos e ocorrem por deslocações sucessivas, consoante a "hierarquia" das diversas zonas, ou dos vários concelhos, ao nível do grau de urbanização.

E a prosseguir a evolução do povoamento neste sentido, a aparente homogeneidade da região é susceptível de ser substituída pelo contraste entre as zonas referidas e duas vastas áreas, tanto para Norte como para Sul de Évora, em que o fenómeno urbano pode não chegar a emergir, uma vez que o crescimento apenas exíguo das capitais de concelho não aponta para uma dimensão urbana.




MAPA 11

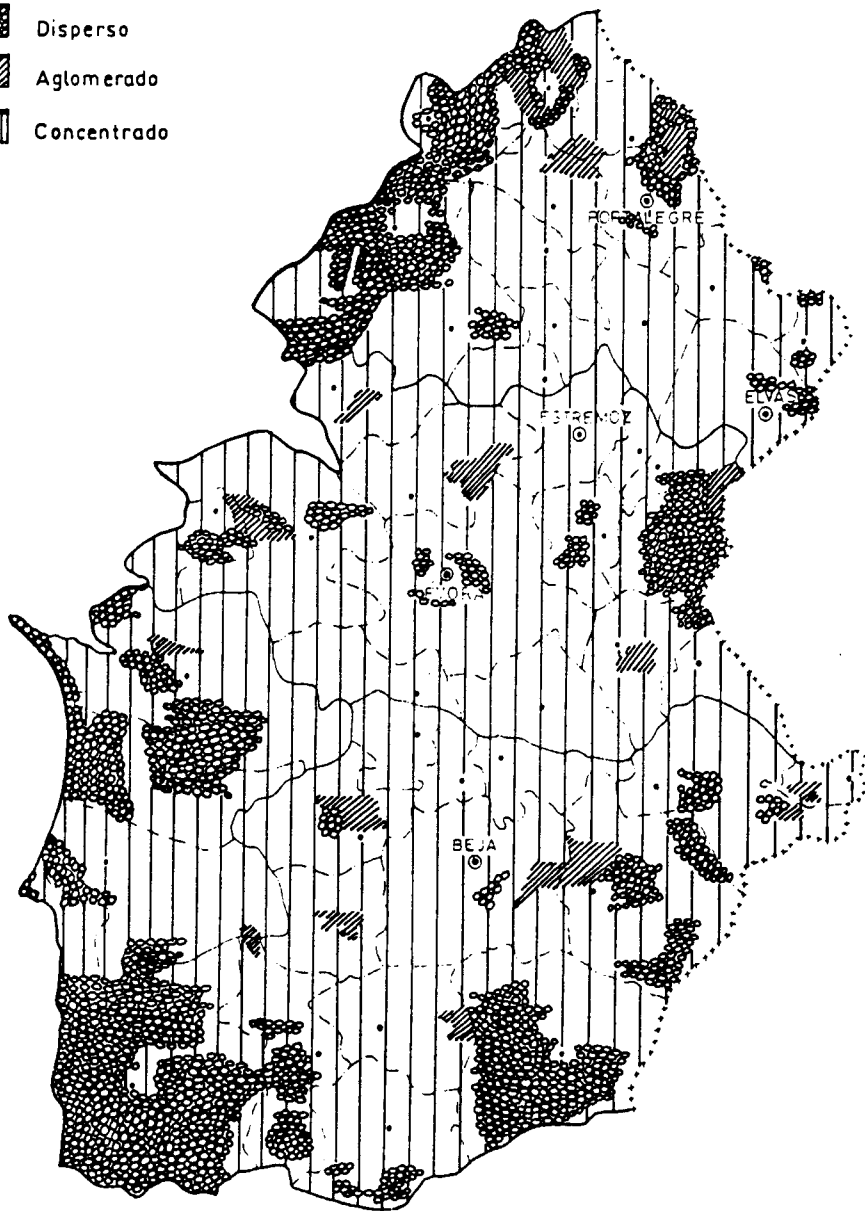
DENSIDADE MÉDIA E POVOAMENTO (1900-1950)



MAPA 12

DENSIDADE MÉDIA E POVOAMENTO (1950-1981)

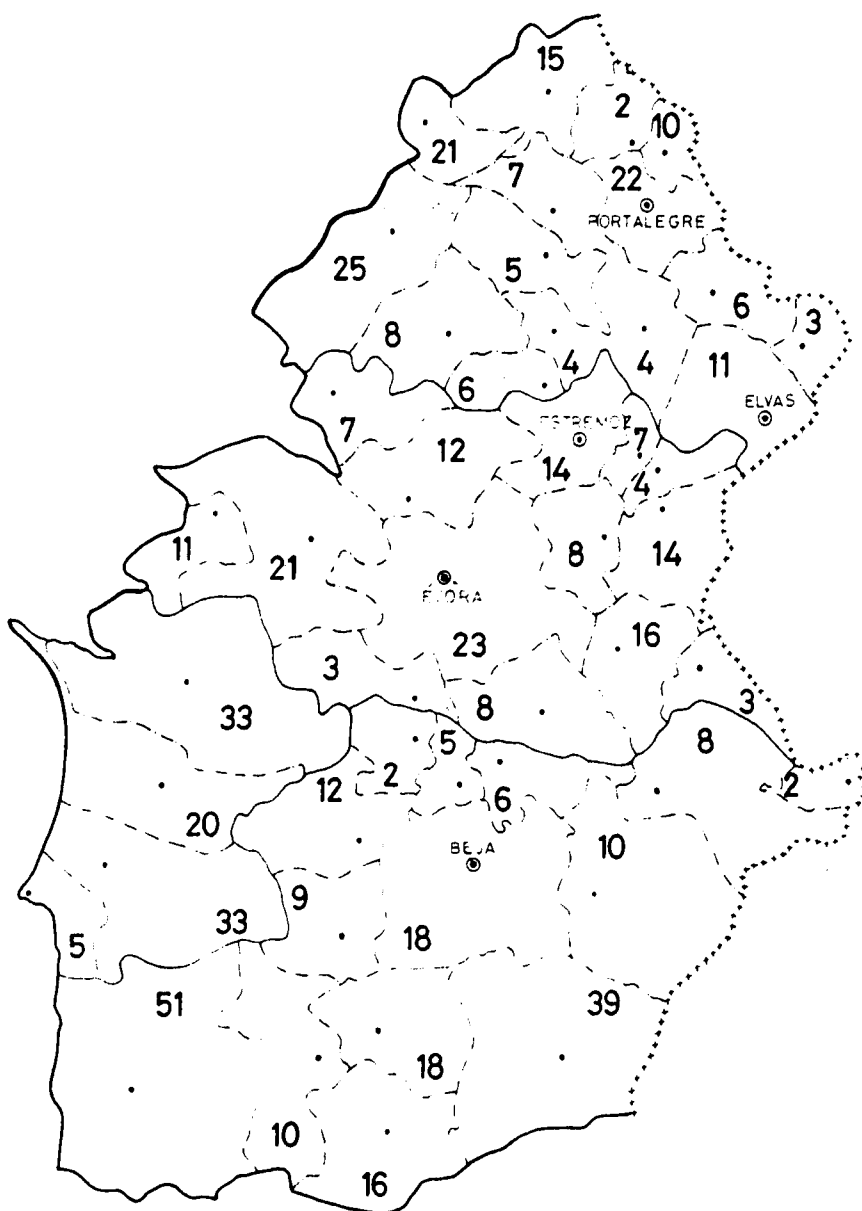
-  Disperso
-  Aglomerado
-  Concentrado



MAPA 13

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO POVOAMENTO

LUGARES COM MAIS DE 100 HABITANTES CONCELHO



4.7 - O Êxodo Rural

O êxodo rural pode ser avaliado por fases distintas, ou pode entender-se em acepções cuja amplitude varia consoante a dimensão da realidade que se entenda.

Podemos considerar o êxodo rural local, que se traduz no abandono dos campos em direcção às pequenas vilas e/ou cidades próximas; ou podemos alargar o âmbito do conceito à mudança de residência, na mesma região, dos concelhos de menor desenvolvimento para aqueles em que as oportunidades económicas parecem ser mais frequentes e melhores, em que as necessidades são, provavelmente, mais facilmente resolvidas.

É também êxodo rural a saída de uma região rural na acepção genérica do termo, para as zonas industrializadas, e naturalmente mais urbanizadas, do país.

No caso concreto do Alentejo a população em êxodo parece encaminhar-se, grosso modo, para fora da região, mas por fases consecutivas. A evolução dos números ao longo do tempo permite essa constatação que, no entanto, deve ser confirmada pela análise cuidada de casos concretos, como pelo estudo da situação de cada cidade face ao problema desse êxodo. Queremos significar que o êxodo rural na região abarca as populações que, por recusa do campo como lugar de residência (ainda que algumas vezes se conserve o posto de trabalho), optam por mudar para a vila mais próxima, ou para aquela que, no concelho, lhes oferece as melhores, ainda que hipotéticas, condições

de vida. Mas inclui os que, como segunda residência ou, em muitos casos, como terceira ou quarta, escolhem a cidade, que no Alentejo e pela quase inexistência de outras, é quase sempre a capital de distrito.

Devemos lembrar, todavia, que a região tem sido nas últimas décadas penalizada com decréscimos sucessivos e acentuados da sua população, em favor de regiões mais ricas, nomeadamente as áreas periféricas de Setúbal e de Lisboa; e que este fenómeno, analisado no contexto nacional, é indubitavelmente uma forma de êxodo rural.

É na perspectiva desta aceção mais vasta que julgamos poder entender que, no seu todo, a região viu aumentar a sua população até 1950, para sofrer um decréscimo de cerca de 30000 habitantes na década de 50, altura em que se iniciou como que um processo de despovoamento tendencial do Alentejo. Isto porque entre 1960 e 1970 a região perdeu mais de 170000 habitantes, para na década seguinte e apesar de uma aparente recuperação, voltar a descer em cerca de 10000.

Trata-se, como é evidente, de um êxodo que é simultaneamente do campo e das "cidades", especificamente no que respeita à década de 60, porquanto as capitais de distrito, como algumas outras localidades mencionadas, sentiram, relativamente ao período seguinte, acréscimos de maior ou menor dimensão. Naturalmente que a quebra de população na região, concretamente a que marcou os anos 60, significa a partida de uma parte substancial dessa população para outros lugares, de entre os quais as zonas industrializadas de Setúbal e Lisboa

são provavelmente os exemplos mais relevantes. Esse êxodo foi, em termos gerais, rural, porque afectou uma vasta região que, atendendo à percentagem da sua população residente em cidades com 10000 ou mais habitantes se pode, também ela, considerar rural do ponto de vista da análise demográfica.

Por outro lado, os valores expressos nos Quadros n.ºs. 16 a 19 e confirmados pelos Quadros n.ºs. 21 a 24 em anexo revelam que a população urbana de facto foi a única que cresceu a partir de 1960, tendo mesmo ocorrido um decréscimo da população rural na última década em análise, apesar do retorno de população, que viria a traduzir-se na recuperação do peso das localidades semi-urbanas.

No entanto, a compreensão do fenómeno que é o êxodo rural no Alentejo passa por uma análise ao nível das deslocações da população no interior da região. Nesse âmbito, definimos o êxodo rural não só como a mudança tradicionalmente considerada do campo para a cidade, ou para as zonas urbanas, mas antes como o resultado que essa mudança pode significar.

Alargamos, portanto, o conceito às mudanças de residência das zonas ditas rurais para as zonas que, não constituindo por si um centro ou parte de um centro urbano, se situam no perímetro da área de influência directa de uma localidade urbana (eventualmente semi-urbana).

Isto porque entendemos que a distância socio-económica varia, praticamente na totalidade dos casos, na razão directa da distância física; e dadas as circunstâncias limitativas de

**QUADRO 16 - PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO NAS FREGUESIAS
URBANAS - DISTRITO DE BEJA**

CONCELHOS	ANOS	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
ALJUSTREL		44,24	53,54	48,1	53,2	54,3	53,1	54,5	55,7	57,1
ALMODOVAR		36,7	36,8	34,4	34,8	35,3	34,5	34,0	33,8	36,0
ALVITO		64,7	55,8	59,5	56,8	50,8	56,2	56,7	54,1	51,6
BARRANCOS		100	----	----	----	----	----	----	----	----
BEJA		34,8	33,4	34,1	35,3	33,6	39,6	41,8	50,5	58,0
CASTRO VERDE		48,4	49,7	48,9	47,7	48,4	49,5	47,6	52,3	56,9
CUBA		68,1	66,4	67,6	66,9	57,7	56,8	55,8	52,0	60,7
FERREIRA DO ALENTEJO		62,0	59,2	52,6	60,0	58,0	57,3	54,4	54,7	54,1
MÉRTOLA		21,0	20,9	22,1	22,6	23,8	21,9	21,8	25,9	29,4
MOURA		34,1	33,5	32,9	31,7	34,8	37,6	41,7	44,7	46,8
ODEMIRA		9,2	9,5	6,7	6,8	7,2	7,6	8,4	9,9	9,5
OURIQUE		42,0	41,0	40,0	39,1	39,3	39,8	41,3	38,2	38,8
SERPA		37,7	36,9	31,3	36,3	34,0	33,3	33,8	33,9	34,0
VIDIGUEIRA		41,3	40,6	40,5	40,0	39,9	38,5	39,2	40,1	43,7

**QUADRO 17 - PERCENTAGEM DE POPULAÇÕES NAS FREGUESIAS
URBANAS - DISTRITO DE ÉVORA**

CONCELHOS	ANOS	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
ALANDROAL		31,0	27,5	27,9	26,0	25,9	24,2	23,2	25,2	25,3
ARRAIÓLOS		37,0	35,7	38,4	37,2	36,2	35,8	35,3	38,8	41,1
BORBA		40,9	37,8	54,9	52,9	50,3	49,5	50,4	51,6	55,0
ESTREMOZ		46,2	45,6	44,8	44,6	42,9	43,9	43,4	48,9	51,9
ÉVORA		62,6	59,9	57,4	62,5	61,9	65,9	68,2	73,9	79,7
MONTEMOR-O-NOVO		43,2	38,8	50,3	47,0	46,6	45,3	47,4	52,2	55,6
MORA		28,5	30,5	31,3	33,0	34,9	35,8	35,9	39,1	40,1
MOURÃO		53,7	57,3	55,1	54,5	56,9	53,0	52,9	53,9	55,7
PORTEL		34,1	32,2	33,1	32,6	33,0	31,6	31,1	29,1	34,8
REDONDO		79,3	75,6	74,4	75,4	73,9	74,2	74,6	76,1	77,0
REGUENGOS DE MONSARAZ		43,7	34,1	45,4	44,9	43,6	45,8	47,1	51,6	53,3
VENDAS NOVAS		100	----	----	----	----	----	----	----	----
VIANA DO ALENTEJO		52,8	52,2	52,3	53,9	52,7	53,6	53,3	55,9	59,9
VILA VIÇOSA		53,0	51,4	52,5	50,0	49,8	47,9	46,0	48,7	52,0

**QUADRO 18 - PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO NAS FREGUESIAS
URBANAS - DISTRITO DE PORTALEGRE**

CONCELHOS	ANOS	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
ALTER DO CHÃO		63,56	62,03	52,75	60,88	57,93	57,36	57,71	57,63	58,03
ARRONCHES		64,64	62,21	61,08	58,84	57,53	55,70	54,11	51,97	55,26
AVIS		30,07	29,73	26,58	26,12	23,17	23,35	22,10	27,54	32,34
CAMPO MAIOR		87,83	84,06	87,69	90,81	90,03	88,67	89,08	91,06	92,86
CASTELO DE VIDE		79,2	78,0	78,6	76,7	75,1	75,0	74,9	77,2	80,6
CRATO		37,37	37,39	37,45	39,17	39,75	39,97	40,52	37,04	39,08
ELVAS		65,0	45,6	50,1	49,3	49,6	49,4	50,9	56,0	62,0
FRONTEIRA		55,54	54,45	51,40	53,96	51,64	53,65	52,43	56,05	58,54
GAVIÃO		31,57	29,70	30,38	29,23	28,08	27,40	27,87	25,73	29,50
MARVÃO		21,30	17,69	18,32	20,40	19,84	20,75	18,53	16,15	17,74
MONFORTE		38,03	38,73	36,49	38,80	40,36	37,65	39,19	34,62	37,84
NIZA		30,3	28,5	27,2	28,3	27,2	28,6	29,3	29,8	33,3
PONTE DE SOR		45,54	48,12	51,91	53,61	56,17	58,27	59,40	59,23	64,22
PORTALEGRE		63,6	54,6	46,2	46,4	44,2	46,9	47,1	49,0	57,9
SOUSEL		39,39	37,72	37,43	37,48	38,14	36,93	36,48	34,74	34,67

**QUADRO 19 - PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO NAS FREGUESIAS
URBANAS - DISTRITO DE SETÚBAL**

CONCELHOS	ANOS	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
ALCACER DO SAL		62,0	67,7	68,1	69,0	58,4	66,1	66,5	75,0	74,1
GRÂNDOLA		47,0	56,3	53,6	50,1	53,0	54,5	57,1	63,6	65,6
SANTIAGO DO CACÉM		28,7	25,6	25,8	24,4	29,9	18,4	20,7	23,0	23,2
SINES		100

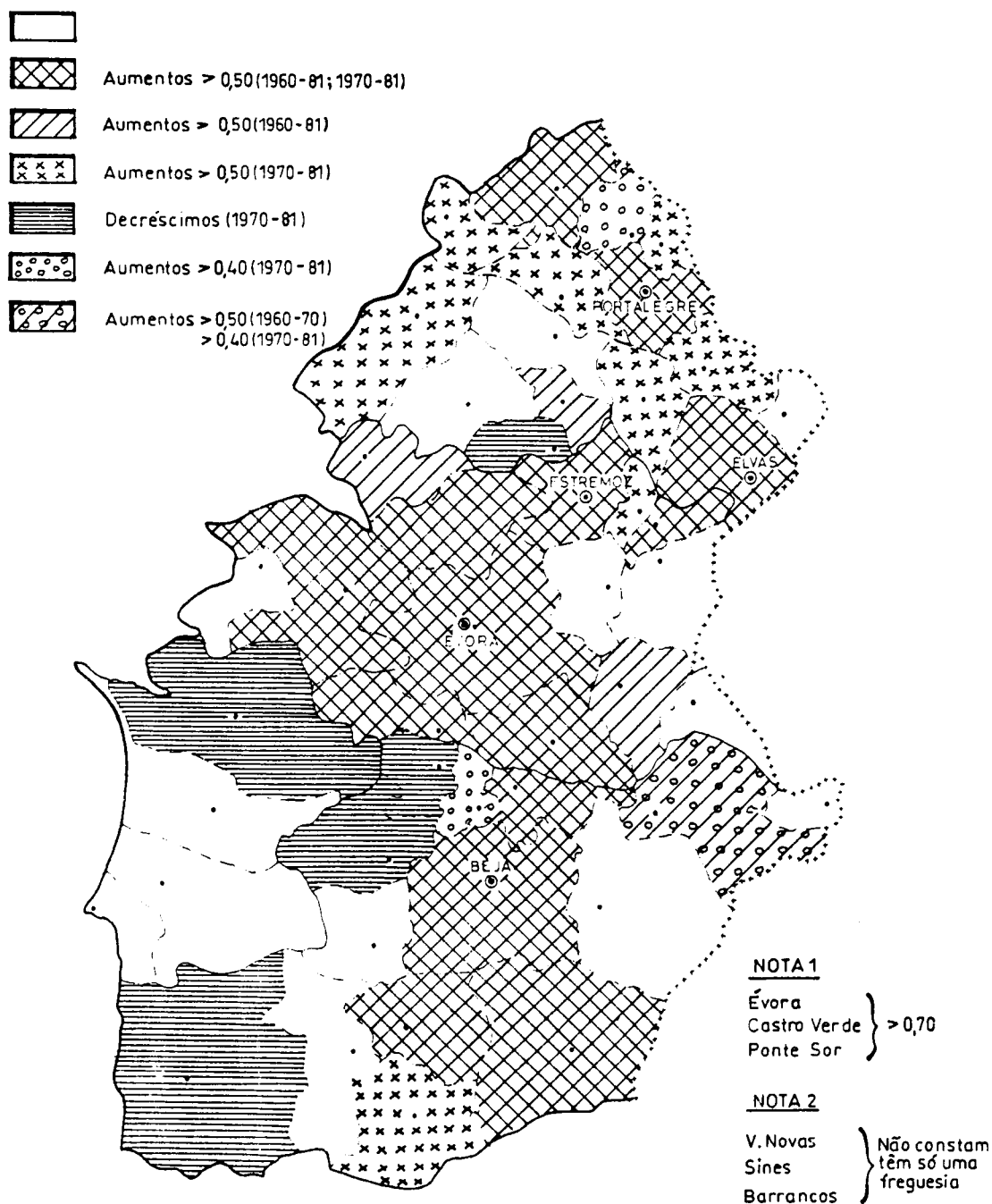
acesso à residência na "cidade" em que se tem processado a evolução das questões ligadas com a habitação, o viver na periferia das mesmas "cidades", que materializa o encurtar da distância física às vantagens "urbanas" traduz-se, naturalmente, no decréscimo das dificuldades de acesso a essas vantagens.

Posto isto, o estudo do êxodo rural passa necessariamente pela movimentação das populações ao nível das freguesias, no sentido da verificação de um provável aumento populacional das freguesias ditas urbanas em confronto com as freguesias rurais.

Dos Quadros e do Mapa nº 14 ressalta que em oito concelhos a percentagem de população nas freguesias urbanas em 1981 não atingia os valores de 1900, enquanto a tendência global era para uma descida em todos os concelhos na primeira década analisada (1900-1911), acentuada nas capitais de distrito e em

MAPA 14

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO NA REGIÃO



Elaborado com base na obra citada em (8) Cap. IV.

JORGE ARROTEIA

Elvas devido, provavelmente, à instabilidade política e social determinada pela mudança do regime. A grande maioria dos concelhos teria, após 1911, uma evolução demográfica que não afectava de modo significativo o peso relativo das freguesias "urbanas", que oscilava em intervalos de cerca de -2/-3 e +2/+3 pontos percentuais, o que se manteria até cerca de 1950 ou, na maior parte dos casos, até 1960.

Significam estes valores, se tivermos em conta quanto afirmámos antes, que não só esse crescimento se pode caracterizar como crescimento natural "contido" pela baixa natalidade regional⁽¹⁴⁾, como os valores da percentagem de população nas freguesias urbanas não variavam muito, porque se vivia numa situação de estabilidade; esta reflectia-se nomeadamente na agricultura, com casos mais ou menos frequentes de crescimento no sector.

Em 1950 iniciou-se uma fase de abandono da região, que atingiria o seu ponto máximo dez anos depois, ano em que esse êxodo se traduzia, a nível interno, num crescimento acentuado da população das freguesias urbanas. Deve-se este facto a que uma parte substancial da população escolhesse as localidades maiores do seu concelho para, em alguns casos, optar mesmo por mudar para as vilas e cidades próximas mais importantes; há pois que considerar, a par da maior perda do campo no que se refere à emigração no Alentejo, a mudança no interior da própria região.

Esta acentuou-se na década de 70/81, e os concelhos que nesta década ganharam população, recuperaram-na essencialmente

para as suas freguesias urbanas, quer pelo "retorno" ao Alentejo quer, por outro lado, pelo facto referido de um êxodo rural "gradual" e por etapas.

Se a comparação dos valores percentuais da população urbana nas freguesias apenas reforça as posições dos diferentes concelhos, sendo as diferenças registadas nos valores das freguesias relativamente ao da percentagem urbana devidos à lógica matemática que advém da maior área considerada, facto é que a tentativa de explicação do êxodo ao nível interno da região permite colocar algumas hipóteses.

Assim, se atendermos aos concelhos em que ocorreram acréscimos da percentagem de população nas freguesias urbanas ao longo dos vinte anos em questão, podemos confirmar a primazia dos concelhos que constituem a faixa central próxima de Évora e daqueles que se situam ao longo do eixo viário Lisboa-Badajoz (Madrid); no caso de Vendas Novas tem-se em conta o grau de urbanização, porquanto se constitui apenas de uma freguesia.

As capitais de distrito exercem a atracção que lhes conferem as funções disponíveis, bem como o maior desenvolvimento inerente, pelo que é lógico o crescimento populacional das suas freguesias urbanas; de entre estas destacam-se nomeadamente as freguesias periféricas, que revelam a característica crescente que é o esvaziamento dos "centros históricos", onde tendem a ficar predominantemente os diversos serviços, com a contrapartida do nascimento de bairros no perímetro

imediatamente envolvente das cidades.

Porém, há hipóteses pontuais a colocar, cuja confirmação eventual é parte de fases posteriores do estudo. As freguesias urbanas dos concelhos do norte alentejano, salvo os casos específicos da capital do distrito e o concelho de Castelo de Vide, em que o valor menos elevado da taxa de variação calculada se deve à elevadíssima percentagem de população na freguesia urbana desde 1900, funcionam quase todas como pequenos polos de atracção da sua própria população rural. No caso particular de Sousel, a população rural parece ser atraída para a zona periférica de Estremoz; e Ponte de Sor, com uma taxa de variação entre 1970 e 1981 superior a 0,70, revela não só um êxodo rural local intenso como a capacidade de atrair, apesar dos aumentos nas freguesias urbanas desses concelhos, alguma população das áreas limitrofes. A população rural de Alter do Chão encaminha-se preferencialmente na direcção das freguesias urbanas de Portalegre; enquanto o escasso aumento em Campo Maior se deve à também elevada concentração populacional nas suas freguesias urbanas.

Na faixa central, os concelhos de Alandroal e Redondo, com aumentos pouco significativos nas freguesias urbanas, vêm encaminhar-se uma parte importante da sua população do campo para Vila Viçosa e Évora, respectivamente; esta última, cidade de acolhimento de uma quantidade significativa da população rural também do concelho de Mourão.

Alcácer do Sal, pela proximidade em relação a Setúbal, é preterido, no que concerne à residência preferencial na peri-

feria das cidades ou vilas, pelos concelhos industrializados daquele distrito; enquanto Alvito perde a maior parte da sua população rural para a freguesia de Viana do Alentejo e Ferreira do Alentejo para as freguesias urbanas de Beja. Temos que ter em conta que ambos os concelhos estão fora do eixo Lisboa/Algarve, enquanto Castro Verde, pela sua localização nesse eixo, acaba por oferecer, ao menos aparentemente, maiores vantagens à população rural de Aljustrel e Ourique que as capitais dos seus próprios concelhos.

Relativamente a Grândola, Santiago de Cacem e Serpa, o êxodo rural acontece simultâneamente para as freguesias urbanas dos próprios concelhos mas também, respectivamente, para Sines e Beja; no concelho de Odemira a população que deixa o campo não aponta para a freguesia urbana, mas vem tendencialmente a avançar em direcção às localidades de S. Teotónio e Vila Nova de Milfontes, enquanto a freguesia urbana de Mértola revela um crescimento notável à custa de um campo muito vasto que é o seu próprio concelho, sem quaisquer recursos que justifiquem a permanência.

Consideramos, portanto, do ponto de vista dos desequilíbrios, que o êxodo rural é uma realidade na região, tanto em termos globais e na direcção do litoral mais "desenvolvido", como no âmbito interno e na direcção das principais povoações.

Porém, desta perspectiva ressaltam os desequilíbrios expressos no Mapa nº 14, com um quadrante sudoeste notòriamente

diferente do resto da região.

Há, todavia, zonas cujo comportamento, a este nível, parece apontar para uma certa homogeneidade. O Mapa citado reflecte as áreas mais ou menos homogéneas, como as susceptibilidades de agregação de outros concelhos a essas mesmas áreas sem causar situações de desequilíbrio. Podemos constituir uma zona vasta que integra a maioria dos concelhos do nordeste e uma área central com os concelhos de Estremoz, Évora, Arraiolos e Mora. Os restantes concelhos não permitem mais que dois pares de concelhos, a sul Castro Verde e Almodovar, a oeste Alcacer do Sal e Alvito.

Contudo, as diferenças encontradas para os concelhos não integrados nestas zonas não são de molde a que possamos concluir pela existência de desequilíbrios profundos: antes se devem ao facto do pormenor a que descemos para a constituição de possíveis homogeneidades que, do ponto de vista demográfico, têm como objectivo a maior exactidão, se bem que, no âmbito do trabalho proposto, constituam apenas instrumentos de análise para outras fases.

Conclusão

Se as condições naturais e a ocupação do território nos permitem concluir por uma certa diversidade no âmbito de uma unidade apenas relativa e genérica, a caracterização demográfica, na mesma perspectiva e centrada naturalmente numa análise que visa a avaliação do processo urbano na região, das suas regularidades e/ou irregularidades, constitui complemento da mesma conclusão. Isto porquanto um fenómeno urbano irregular, consequência porque resposta da população às condições físicas, significa localidades diferentes a todos os níveis, cidades maiores ou menores, com ritmos de crescimento também diferentes e uma capacidade de atracção das populações envolventes mais ou menos significativa.

Deste ponto de vista, se o distrito de Évora sofre globalmente o maior decréscimo no número de lugares habitados com menos de 100 habitantes, enquanto os concelhos do distrito de Setúbal são os únicos em que aumenta na última década considerada o número de lugares entre 100 e 499 habitantes; se é ainda o distrito de Évora que vê crescer nesta mesma década o número das suas localidades situadas entre os 1000 e os 1999 habitantes enquanto revela, pelo número de localidades com mais de 2000 habitantes, a maior concentração tendencial, facto é que a dimensão dos lugares por si só não é indicador suficiente de diversidades muito profundas.

Os valores para a percentagem de população urbana como

para o *ratio* urbano rural, associados aos valores que encontramos para o ritmo a que se vem processando a expansão das localidades, revelam a existência de pequenas áreas em que há uma homogeneidade mais ou menos intensa para, por outro lado, demonstrarem que, ao nível a que desagregámos a realidade, as divergências são manifestas e muito frequentes.

Contudo, se isolarmos os diferentes indicadores, os mapas anexos permitem afirmar que as diferenças entre as situações detectadas não são muito grandes. De outro ângulo, os mapas referentes à evolução do povoamento deixam crer que, à excepção de zonas pontuais que se mantêm essencialmente a SW e NW da região, a tendência geral é para a concentração populacional.

Esta concentração é sinónimo, naturalmente, de êxodo rural, na medida em que resulta do abandono dos campos envolventes como das localidades menores em direcção às de maior dimensão.

Ainda que tendo referido como sintoma de sanidade económica esta situação, é factual que, no caso concreto do Alentejo, não há genèricamente a atracção das cidades que efectivamente traduz o bom estado da economia, mas fundamentalmente uma repulsão do campo por toda uma multiplicidade de factores de natureza quiçá mais estrutural que conjuntural.

Por outro lado, o êxodo referido dos campos não surgiu, ao longo de todo o período em questão, como um movimento regular e constante, quer no tempo como no espaço. Comportando-se, portanto, de maneira irregular, se bem que normalmente e salvo

as excepções pontuais de Odemira e Santiago de Cacém, as freguesias sedes dos concelhos contem com mais de 50% da população dos mesmos, os movimentos internos das populações mostram desequilíbrios das condições que determinam, ou condicionam, as preferências residenciais dessas populações.

Todavia, a perspectiva global volta a surgir como o suporte da afirmação de uma relativa uniformidade, na medida em que em toda a região a percentagem de população nas freguesias urbanas de facto aumenta a um ritmo muito superior ao das que não atingem os 10000 habitantes, o que é indicador de um processo de urbanização de certo modo regular.

Devemos acrescentar, porém, que os concelhos de Alcacer do Sal, Grândola, Cuba, Redondo, Castelo de Vide, Ponte de Sor e Campo Maior surgem com índices de contagem que reflectem eventuais situações específicas: as que indicámos como de Noroeste e Oeste/Sudoeste da Região; as situações de Campo Maior e Castelo de Vide, cuja proximidade à fronteira e desenvolvimento industrial no primeiro caso, como do sector terciário no segundo, potenciaram nos últimos anos uma expansão que advém da atracção de facto sobre zonas envolventes, atracção que podemos referir também para a sede do concelho de Redondo. Relativamente a Cuba, acima também do limite de 60% que serviu de base a esta leitura, sempre a sede deste concelho foi receptáculo da população de um vasto campo envolvente em constante "crise"⁽¹⁵⁾; e a sua preponderância como polo aglutinador tem, aliás, vindo a decrescer, pelo que se

trata de um processo diferente dos anteriores.

Os Quadros correspondentes ao presente capítulo e à evolução das taxas de variação da população demonstram, aliás, que, mesmo em termos de factores de aglutinação das populações, a região mostra especificidades, porquanto os aumentos mais significativos verificados na percentagem de população das freguesias urbanas ocorreram sempre tanto pela positiva (atração das cidades), como pela negativa (repulsão dos campos), sendo este último aspecto, ainda assim, factor da urbanização.

NOTAS AO TEXTO

Segunda Parte

Capítulo IV

1. Latifúndio entendido apenas no sentido restrito da grande extensão de terra sem limites físicos precisos, e não no sentido socio-económico do termo, como o caracterizou o Professor Henrique de Barros, "O latifúndio, tentativa de caracterização económica" "Agricultura latifundiária na Península Ibérica" - Coordenação de Afonso de Barros, Instituto Gulbenkian de Ciência, Oeiras 1980, pgs. 15-29.
2. Por paternalismo entenda-se um elemento cultural que se traduz num tipo de actuação concreto de proprietários da terra face aos seus assalariados: um misto de dominação e protecção, factor de relações sociais específicas e que, sendo embora parte essencial da relação ancestral entre o senhor e o servo da gleba, permite a distinção fundamental entre esse modelo e a escravatura tradicional (mesmo esta, diferente da escravatura que existiu no país para os negros).
3. Critério da homogeneidade defendido em Portugal por Caldas Loureiro, 1966, Simões Lopes, "Desenvolvimento Regional", Fundação Calouste Gulbenkian, 1ª edição 1980, pgs. 33 e seguintes.
4. Critérios com base na divisão administrativa - MAI in Simões Lopes, idem 3, pgs. 42 e seguintes.
5. Orlando Ribeiro, "Portugal: O Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas", Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1963.
6. Mariano Feio, "Crítica do estudo económico do plano de rega do Alentejo", Federação dos Grémios da Lavoura do Baixo Alentejo, Beja, 1963.
7. Consideram-se 2 tipos específicos e extremos de povoamento:
Concentrado - com forte densidade de ocupação de uma área relativamente restrita
Disperso - em que a população se estende por áreas relativamente vastas, distribuindo-se de modo mais ou menos equilibrado nessas áreas.
Frequentes são situações de coexistência dos dois tipos, designados de povoamento misto.
Aglomerado - entende-se uma forma intermédia, em que a população mantém níveis de densidade elevados mas menores que nas concentrações, distribuindo-se por zonas mais vastas que nestas últimas e preferencialmente ao longo das vias de comunicação estratégicas das localidades.
8. Jorge Arroiteia, "A evolução demográfica portuguesa: reflexos e perspectivas", Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1985.

9. Jorge Arroiteia, "Atlas da Emigração Portuguesa", Secretaria de Estado da Emigração, Centro de Estudos, Porto, 1985.
10. Interioridade enquanto localização geográfica, que abrange a distância da costa para Oeste e, para Este, as zonas que ficam afastadas dos postos fronteiriços com a Espanha; aí surge como uma dupla interioridade, porquanto a influência eventual da proximidade com a Espanha acontece com zonas desse país em que o factor "isolamento" é ainda mais significativo.
11. Jorge Arroiteia, ob. cit. (8) cap. IV
12. 1960 - "Conflitos sociais nos campos do sul de Portugal"
José Pacheco Pereira (2º volume "A Reforma Agrária", dirigido por António Barreto)
Anexo, pgs. 214 a 220
Ed. Publicações Europa-América, Colecção Estudos e Documentos, Lisboa, 1981

Após a concessão das 8h de trabalho diário as relações sociais de produção "ganharam" um carácter de pendor formal até então inexistente.
13. Mais explicitamente, uma liberdade associada a uma eventual substituição do sistema de produção vigente, a objectivos de paridade, a "ideais" associativos.

Luís António Pardal, "Principios e Prática de Cooperativas", CAP. I, Instituto Formação Social e do Trabalho, Porto 1977.

Georges Lasserre, "A Cooperação", Introdução e CAP. V, Publicações Europa América, Colecção SABER, Lisboa, 1977.
14. J. Manuel Nazareth, "O envelhecimento da População Portuguesa", Editorial Presença GIS, Lisboa 1979.
15. "Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal", José Pacheco Pereira, (2º volume "A Reforma Agrária", dirigido por António Barreto) Ed. Publicações Europa-América, Colecção Estudos e Documentos, Lisboa, 1981.

CAPÍTULO V

CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL E URBANIZAÇÃO - OS CENTROS E A ACESSIBILIDADE

Introdução

Tendência referida como generalizável a quase toda a região, exceções pontuais para as duas pequenas áreas circunscritas a NW e SW, a concentração populacional é, posto quanto dissemos, factor da relativa unidade do Alentejo no que respeita ao processo de urbanização.

Concentração significa convergência, o que nos permite definir a concentração populacional como a convergência de população para um local determinado⁽¹⁾. Naturalmente que esse local integra uma área mais vasta, como essa convergência resulta do afluxo ao referido local de parte mais ou menos substancial da população do resto da área.

A concentração é, portanto, da perspectiva demográfica, um conceito relativo, dado que diz respeito sempre a uma área pré-determinada e assume, por essa razão, valores que apenas conjunturalmente permitem designá-la como tal. Isto ainda porque o afluxo de população que a pressupõe depende de factores quer de atracção, como de repulsão, bem como implica um mínimo de condições de efectivação que não são, obviamente, constantes no tempo.

Quer seja preponderante ou não, a atracção sobre as populações existe em todas as situações de convergência, mesmo que não constitua senão a melhor alternativa imediata para essas populações. E assenta geralmente em uma das três situações caracterizadas por Simões Lopes⁽²⁾ como localidades cujas funções e/ou localização lhes permitem um crescimento, normal-

mente à custa das zonas envolventes, que lhes alarga permanentemente o âmbito da sua influência.

A primeira das situações citadas define-se pelo facto de as localidades se expandirem, devido à sua localização, na confluência de dois ou mais caminhos, hoje vias de tráfego de importância considerável, o que lhes garante, conseqüentemente, uma boa acessibilidade. O autor designou de nós estas localidades, enquanto definiu como polos aquelas cuja atracção sobre as populações periféricas, seja em última análise a expansão, se deve à existência de um sector secundário mais ou menos preponderante no que respeita à disponibilidade de postos de trabalho.

Contudo, situações há em que, independentemente da localização ou apesar da inexistência de indústrias, as localidades chamam a si funções da área dos serviços, nomeadamente as administrativas ou as que se prendem com sectores básicos da vida social, como a saúde ou a educação; ou ainda uma multiplicidade de actividades de natureza comercial, para satisfazer uma população circundante mais ou menos vasta que tende, por consequência, a fixar-se tão próximo quanto possível das mesmas funções; estas localidades, cuja expansão reflecte a procura de acesso fácil aos bens e serviços disponíveis, designam-se de centros na classificação que temos vindo a referir.

Porque se trata de uma região em que um número considerável de aglomerações nasceu com uma função defensiva; porque apenas em poucos casos é nítida e preponderante a confluência

ou a passagem de vias importantes como factor recente de crescimento — Ponte de Sôr, Elvas, Vendas Novas, Borba, Alcácer do Sal e Castro Verde — e só Ponte de Sôr, Vendas Novas e Castro Verde são realmente "frutos" da estrada; porque ao longo dos tempos a industrialização não aconteceu, a não ser esporádica e incipientemente, sem se tornar, ainda assim, o factor mais responsável pela expansão das localidades em que ocorreu — Portalegre, por exemplo; porque a grande maioria das cidades do Alentejo, concretamente as de maior dimensão, têm tido como suporte da própria expansão uma terciarização crescente que, se apenas escoar numa parte mínima dos trabalhadores da agricultura, satisfaz cabalmente as suas necessidades, a quase totalidade das localidades da região define-se genericamente como centros, independentemente da efectividade ou não de um processo de urbanização.

Não significa isto que outros factores não tenham sido determinantes quer do nascimento, quer do crescimento, em outras épocas, de alguns desses lugares. Mas na medida em que não é objecto desta análise a componente histórica, a não ser que o seu concurso seja necessário à coerência como à correcção do estudo; e especialmente porque os factores de peso da Idade Média não têm praticamente qualquer tipo de relação com os que recentemente vêm determinando o crescimento das cidades na região, só consideraremos estes desde que determinantes, de facto, de uma expansão significativa no período contemplado pela análise em questão.

Neste sentido, reafirmamos que a grande maioria dos principais lugares habitados no Alentejo é constituída por centros, cuja terciarização crescente tem vindo, isso sim, a atrair outros factores de crescimento, nomeadamente do âmbito até das vias de comunicação.

Quer resultantes da própria expansão das localidades (ao nível da sua influência), quer enquanto factores de crescimento, sem deixar de referir que este último atributo é inevitável, as vias de comunicação traduzem-se em maior ou menor acessibilidade. Significa isto que, em qualquer circunstância, as ditas vias apenas promovem o crescimento das localidades porque são veículos de mobilidade.

A acessibilidade é, segundo Jay e Hirsch, o somatório dos tempos de deslocação de diferentes pontos aos lugares considerados⁽³⁾. Do ponto de vista desta análise, o aumento da acessibilidade é, para além do encurtar das distâncias físicas pela mobilidade geográfica que permite ou assegura, a satisfação de necessidades a diversos níveis, bem como a materialização potencial de projectos de vida que envolvam a mudança de residência. É ainda, porquanto tem implícita a facilidade de movimentação das populações, seja concretamente a deslocação "natural do campo para a cidade", factor de convergência das mesmas populações para as localidades de maior dimensão, cuja maior disponibilidade no que respeita às funções se associa à acessibilidade para promover a concentração e, eventualmente, a urbanização.

5.1 - A Atracção Sobre as Zonas Rurais

A atracção tem implícita a ideia de uma opção, da troca de uma por outra área de residência; ou resulta apenas do abandono de um local pela insuficiência das suas condições, o que, naturalmente, desemboca na deslocação para um outro.

Referimos a concentração não só tendencial, como efectiva, da generalidade do Alentejo confirmada pelo Quadro nº 20; acrescentámos, ainda, que essa concentração vem sendo parcialmente provocada pelo êxodo, em alguns casos quase maciço, dos campos. Contudo, a concentração não é exactamente a atracção sobre outras áreas, mas tão só uma resultante desta. E se é possível, quer pela percentagem de população nas localidades designadas como urbanas, quer pela forma como essa percentagem evolui, avaliar os níveis de concentração da população nas referidas localidades relativamente às zonas suas envolventes, só um inquérito extensível à população da área a estudar permitiria identificar as situações em que, de facto, a concentração, ou uma parte mais ou menos significativa do seu volume, pode traduzir um fenómeno de atracção.

Contudo e pese embora termos utilizado a técnica referenciada apenas para as cidades definidas como tal e, essencialmente, para a caracterização de aspectos que não necessariamente o da atracção de umas sobre outras zonas, não só os resultados obtidos nos permitirão, numa referência posterior,

QUADRO 20 - CONCELHOS COM PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO NAS FREGUESIAS URBANAS SUPERIOR A 60%

1960	1970	1981
ALCÁÇER DO SAL CAMPO MAIOR CASTELO DE VIDE ÉVORA REDONDO	ALCÁÇER DO SAL CAMPO MAIOR CASTELO DE VIDE ÉVORA REDONDO GRÂNDOLA	ALCÁÇER DO SAL CAMPO MAIOR CASTELO DE VIDE ÉVORA REDONDO GRÂNDOLA ELVAS PONTE DE SOR CUBA

Barrancos, Sines e Vendas Novas não se incluíram porque contam apenas com uma freguesia reforçar a análise presente, como o conhecimento implícito e explícito da região nos deixa afirmar, com escassíssima margem de erro, que só pontualmente podemos falar de atracção como, por outro lado, que esta ocorre por sucessivas gradações.

Quer isto dizer que, de algum modo numa perspectiva já referida, frequentemente as populações são levadas, neste caso no âmbito do Alentejo, a deixar uma determinada zona pela escassez de condições e/ou oportunidades passíveis de facultarem um nível de vida aceitável; assim, são as mesmas populações "deslocadas" para lugares em que serão assegurados, por um lado, um conjunto de vantagens entendidas como essenciais e, por outro, a distância menor ao ponto de origem.

Naturalmente que a carga subjectiva que está subjacente

aos qualificativos utilizados actua no sentido de ser predominante o fenómeno de repulsão ou, ao invés, o da eventual atracção do potencial novo lugar de residência.

Contudo, fica menos ambígua a questão, se entendermos como básicas ou vitais as necessidades genèricamente consideradas como tal. Isto porquanto, satisfeitas essas necessidades, a população tende ainda assim a não se fixar, para procurar novas vantagens em novos lugares onde as mesmas estejam acessíveis; e na medida em que essas vantagens correspondem a funções tanto mais raras em termos da sua frequência, quanto em mais estreita conexão com situações de menor necessidade real, a sua procura deixa de assentar em factor(es) repulsivo(s) para ser determinada por circunstâncias que se prendem cada vez mais com a atracção.

Nesta perspectiva, parece-nos possível pensar que, ao nível da região em estudo, a concentração resulta tanto mais da atracção exercida sobre outras zonas quanto "maiores" forem os lugares onde se verifica essa concentração.

Assim e ao nível da maioria dos concelhos, pensamos poder falar de uma relativa unidade em termos de tendência, como do processo de concentração populacional em si mesmo; porém, a diversidade também referida em pontos anteriores acontece, neste âmbito, se atendermos, por um lado, aos níveis de concentração e, por outro, à forma como ao faseamento da sua evolução.

Até às datas indicadas pelo Quadro nº 21, todas as localidades sedes de concelho, que caracterizámos na devida altura

como semi-urbanas, ou urbanas, ou que, sendo rurais, ficaram limitadas ao estatuto de "sede" concelhia, todas essas localidades, repetimos, sofreram decréscimos nas suas populações, alternados ou não com escassos períodos de aumento. A partir das datas referidas, houve efectivamente aumentos cuja distribuição, associada a sua leitura à dos Quadros n.ºs 40 a 43 do capítulo IV em anexo e n.º 1 do presente capítulo, permite crer que a tendência predominante era, já em 1900, para a concentração populacional, visto que a essa data apenas os concelhos de Marvão, Mora, Mértola, Odemira e Santiago de Cacém contavam, na respectiva sede, com menos de 30% da sua população residente.

QUADRO 21 - INÍCIO DO AUMENTO CONTÍNUO DA POPULAÇÃO NAS FREGUESIAS "URBANAS"

1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970
MORA		ÉVORA	MOURA	NIZA	ALTER	AVIZ	ARRONC.
P. SOR		ODEMIRA	GRÂNDOLA	PORTAL.	ELVAS	C.ª VIDE	CRATO
				ESTREMOZ	BORBA	FRONT.	GAVIÃO
				REDONDO	MONTEMOR	ALANDR.	MONFORT.
				REGUENG.	ALJUST.	ARRAIO.	ALMOD.
				BEJA	SERPA	MOURÃO	CURIQUE
					VIDIG.	VIANA A.	
					SANTIAGO	V. VIÇO.	
					C.ª MAIOR	ALVITO	
						C.ª VERDE	
						CUBA	
						MÉRTOLA	

Se acrescentarmos que, à mesma época, só 28 concelhos contavam com menos de 50% da sua população nas freguesias ditas "urbanas" (das sedes de concelho), para em 1981 esse número baixar para 19 concelhos, cremos poder admitir que, genericamente, a tendência vem sendo para um aumento da atracção exercida pelas localidades em questão sobre a população dos respectivos concelhos.

De notar ainda que, para os valores percentuais da população nas freguesias "urbanas", as maiores taxas de variação se situaram quase sempre entre 1960 e 1981, tendo apenas 12 concelhos registado a maior taxa de variação, neste âmbito, entre 1970 e 1981, conforme Quadro n.ºs. 21 a 24 anexos. Ainda que não exaustiva, a explicação deste facto articula-se com o processo de "desenvolvimento" recente de cada uma das localidades em causa: Borba, Vila Viçosa e Viana do Alentejo assistem a um incremento significativo da indústria do mármore, enquanto Niza vê também desenvolver o seu artesanato; Castelo de Vide exerce uma relativa atracção numa área que tende a acrescentar-se fundamentalmente devido ao interesse turístico recentemente aproveitado. Se Ponte de Sôr faz suportar o seu crescimento por uma situação privilegiada de encruzilhada de caminhos (N - S, E - W), é todavia a sua industrialização a primeira responsável pelo desenvolvimento recente; este factor pesa, aliás, também em Portalegre, se bem que a sua condição de capital de distrito funcione como factor predominante de atracção. Podemos acrescentar que Elvas, localizada na fron-

teira com Espanha e próxima da cidade de Badajoz, se expande igualmente pela atracção sobre as zonas envolventes, enquanto Cuba e Vidigueira, por sua vez, crescem essencialmente à custa da repulsão dos campos, em que a incipiente evolução da agricultura tem sido sinónimo do decréscimo do número de postos de trabalho. Devemos dizer que, à excepção de Portalegre e Elvas, cuja população excedia os 10000 habitantes já em 1960, todas as restantes localidades referenciadas integravam a categoria designada como semi-urbana, nenhuma atingindo no fim do período considerado os 5000 residentes.

Entretanto, apenas os concelhos de Évora, Montemor-o-Novo e Vendas Novas e também, mas de modo quase imperceptível, Viana do Alentejo; ainda Campo Maior, Elvas, Ponte de Sôr e Portalegre, como Beja, Grândola, Santiago de Cacém e Sines registaram um aumento da sua população total entre 1970 e 1981; e de entre estes, apesar do surto emigratório da região em direcção à Europa, só Évora, Vendas Novas e Sines vinham a aumentar desde 1960 (Quadro nº 22). Todavia, os concelhos de Viana, Elvas, Ponte de Sôr e Portalegre registaram, como podemos ler nos Quadros anexos citados as taxas de variação mais elevadas da população residente nas suas freguesias "urbanas" entre 1970 e 1981; a mesma taxa de variação foi superior para os períodos de 20 anos no concelho de Évora, relativamente à última década analisada; por outro lado, uma leitura equivalente para os concelhos de Vendas Novas e Sines não é possível, devido a que ambos contam apenas com uma fre-

guesia. O aumento das taxas de variação citadas acompanhou, aliás, o aumento global da população dos restantes concelhos, cuja população crescia entre 1970 e 1981. Para além disto, em 1981 Évora, Campo Maior, Elvas e Ponte de Sôr contavam com mais de 60% da população dos respectivos concelhos, conforme o que referimos.

**QUADRO 22 - CONCELHOS CUJA
POPULAÇÃO TOTAL
AUMENTOU**

1960/81	1970/81
ÉVORA VENDAS NOVAS SINES	ÉVORA VENDAS NOVAS MONTEMOR VIANA AL. ^a C. ^a MAIOR ELVAS PONTE SÔR PORTALEGRE BEJA GRÂNDOLA SANTIAGO SINES

Como ilacção possível, consideramos que os concelhos em que o crescimento global nos últimos anos, ou o aumento das taxas de variação da população "urbana" e/ou da sua percentagem, nomeadamente Évora, Vendas Novas, Elvas, Ponte de Sôr, Sines, ainda Portalegre e Beja por razões diferentes, vêm revelando situações específicas no âmbito da relativa unidade regional.

Os dois últimos mantêm certas características de concen-

tração, respectivamente com 58% e 57% da população do concelho na sua sede, com taxas de variação da percentagem urbana de 1,68 e 1,39 entre 1970 e 1981; significa isto que, atendendo às mesmas taxas no conjunto das duas décadas, foi a população rural a que deixou os mesmos concelhos, cujas perdas ao nível da população total foram bastante significativas⁽⁴⁾; o factor atracção tem-se acentuado especialmente em Portalegre, onde a população total aumenta ao mesmo tempo que cresce a percentagem nas freguesias urbanas. É um facto que Beja parece exercer uma maior atracção sobre as populações que circundam a sede do concelho, situação que os números reforçam se analisarmos o período iniciado em 1900; contudo, o distrito de Beja não conta com nenhuma outra localidade, com excepção pouco significativa para Moura, em posição sequer próxima da de Beja em termos de evolução. Ao contrário e relativamente a Portalegre, o distrito integra localidades como Ponte de Sôr, Campo Maior, Elvas, de modo tímido eventualmente Castelo de Vide, que actuam como potenciais e/ou efectivos polos de atracção.

Numa leitura mais desagregada e de acordo com o expresso nos quadros respectivos, qualquer destas capitais de distrito iniciou a sua "*décalage*" na década de 40, o que aconteceu também com as localidades de Estremoz, Redondo, Reguengos de Monsaraz e Niza nas quais, para além da localização da primeira, a evolução contou com o suporte que tem sido uma certa "massificação/ /industrialização" do artesanato.

As localidades cujo "arranque" se iniciou em 1950 ou em

1960 reflectem, no primeiro caso, a repulsão do campo por efeito da mecanização então extensiva da agricultura; e no segundo, a "fuga" da população agrícola para os países Europeus⁽⁵⁾, preferencialmente a França, a Suíça e a Alemanha, para além da deslocação menos "espectacular" mas contínua para as periferias de Lisboa e Setúbal⁽⁶⁾.

A década de 70 evidenciou uma situação idêntica de repulsão, porque a evolução que se vem descrevendo ocorreu então em localidades que integram concelhos em que não existe dinâmica de crescimento. A não ser Alcácer do Sal, cuja localização no eixo viário Lisboa-Algarve, bem como uma indústria arroseira considerável, constituem eventuais factores de atracção, as outras integram concelhos que vêm perdendo sistematicamente população.

De notar que esta perda é mais "grave" para o campo, ou seja, processa-se aí a um ritmo e com uma intensidade superiores, pelo que, matematicamente, essa diferença desemboca num maior nível de concentração pela maior percentagem relativa de população nas localidades mencionadas. Implícitamente, resulta uma aparente atracção das mesmas sobre as populações envolventes, atracção que nos casos de Ponte de Sôr e Mora ocorre realmente em relação aos concelhos respectivos; as duas localidades revelam desde 1900 um crescimento contínuo que assenta, para além da encruzilhada de caminhos que é Ponte de Sôr, como da sua industrialização recente, na pertença dos concelhos a uma zona a Noroeste da região cujas características foram já referidas como específicas.

Do ponto de vista do tempo em que se inicia um processo de concentração tendencial sem interrupções, Moura não tem uma evolução significativa enquanto Grândola, a manifestar crescimento também desde 1930, encontra parcialmente a justificação para o mesmo por integrar a faixa já referida a W/SW, cuja evolução vem ocorrendo particularmente após a industrialização de Sines.

Na década anterior, Évora encontrava a dinâmica necessária à concentração crescente no seu perímetro "urbano"; isto pela sua posição hierárquica no concelho como na própria região, a qual é, naturalmente, factor de fixação de um número cada vez maior de funções cada vez mais raras.

Pensamos, pois, que a eventual unidade regional é suportada por uma tendência cujas gradações revelam uma certa constância que, pela variabilidade dos seus valores, deixa admitir que no âmbito da atracção das populações "rurais" pelas localidades maiores há, contudo, uma certa diversidade importante.

5.2 - A Importância dos Centros

Centros são os lugares que crescem porque contam com funções comerciais e de serviços capazes de satisfazer as populações que a eles acorrem com o objectivo dessa satisfação⁽⁷⁾.

Naturalmente que o conceito de "centro" é também ele relativo, porquanto cada localidade pode actuar ou até assumir-se como o centro para uma dada área, a sua área de influência⁽⁸⁾, e integrar a área de influência de uma localidade maior, de que é periferia⁽⁹⁾.

Mais explicitamente, uma localidade pode actuar como receptáculo do êxodo rural das zonas próximas — independentemente de este se dever a factores de atracção ou de repulsão — sem que, contudo, a fixação das populações que recebe tenha caracter definitivo; podem essas populações, como dissemos, estar apenas a efectuar uma etapa, primeira ou intermédia, do seu êxodo de um lugar para outro onde provavelmente as vantagens se acrescentam em número e qualidade.

Vista desta perspectiva, a noção de centro tem implícita a atracção sobre as populações mais ou menos próximas, todavia dependentes, bem como o acréscimo permanente do número e da qualidade das funções disponíveis; o centro acaba por ser uma unidade aglutinadora cuja designação, à medida que se acrescentam as suas funções mais raras e é maior a sua área de influência, ganha um âmbito cada vez mais vasto. Este âmbito passa, por sua vez, a integrar o conteúdo social que o termo

"centro" designa, ou seja, para além das condições/vantagens que inicialmente foram o suporte da própria designação, junta também uma função cultural e simbólica que o torna, do ponto de vista social, o factor estruturante.

Desta perspectiva, é parte integrante não essencialmente a existência de recursos no âmbito da educação como da cultura genericamente considerada⁽¹⁰⁾, seja ao nível dos equipamentos, seja de carácter humano; mas antes a componente simbólica, que é concretizada, por exemplo, pela presença de associações ou núcleos cuja "inacessibilidade", fruto de restrições em termos das condições de aceitação pelas mesmas, lhes confere uma imagem que advem dessa inacessibilidade e cuja influência aumenta quando esses núcleos pertencem a localidades hierarquicamente mais importantes. É por outro lado, a partir desses núcleos, como da sua hierarquização, a que correspondem por parte dos indivíduos objectivos igualmente hierarquizados e de modo crescente, que de alguma forma se reflectem as diferenças sociais. E a possibilidade de integrar um desses núcleos garante o acesso a outras vantagens porque, se há concessões ao nível do estritamente social, pressupomos que a "sociedade" que as faz considerou o indivíduo capacitado para a integrar a outros níveis, sendo que o social é a última barreira.

Surge o centro-localidade como um lugar geográfico, um nível de concentração e, posto isto, um conteúdo social, fruto este das acessibilidades, da procura das mesmas como das interacções geradas por esta dinâmica. Não tem, porém, a função integradora do "centro" da cidade, ao menos tão prepon-

derante; e tão pouco se confunde com este no que respeita à posição relevante da sua função simbólica⁽¹¹⁾.

Todavia, sustenta igualmente a existência de uma imagem específica, como garante a coordenação das actividades de toda uma área envolvente pelas interdependências que estimula e/ou dificulta; coordenação que é, aliás, factor dessa imagem; que incrementa a sua projecção para toda uma periferia em que pode, gradualmente e em consequência, substituir o efeito de repulsão exercido pelo "campo" pela atracção produzida pela imagem citada; e a atracção promove, no sentido da sua própria efectividade, a fixação das populações quer de origem, quer "imigrantes".

A concentração que é resultante deste processo traduz, sempre que tem um caracter de persistência, a tendência natural de qualquer centro de qualquer nível hierárquico para se reproduzir como tal, numa lógica que é simultâneamente de dominação e de sobrevivência. Entre as várias localidades-centros as relações estabelecidas de interdependência são, porém, relações assimétricas, em que a dominação de uns centros se materializa na inviabilização da sobrevivência de outros menores enquanto centros; e isto porquanto o sistema produtivo, como a teia de relações político-administrativas que daí advém, se organizam em função dos interesses dominantes que são, lógicamente, os das localidades que ocupam posições hierárquicas superiores.

Assenta nesta lógica a problemática da hierarquia das

idades, abordada por Christaller⁽¹²⁾ e por Lotka⁽¹³⁾, no sentido de uma elaboração teórica que, tendo embora em conta as diferenças provenientes da maior ou menor flexibilidade de cada um dos pontos de vista em causa, converge quanto à generalização das interdependências, como do controle exercido por cada classe dimensional⁽¹⁴⁾, sobre um número determinado de outras localidades. A não adopção destas teorizações como apoios para uma explicação do fenómeno no Alentejo, deve-se precisamente, mais que à generalização proposta, ao facto de se tratar de teorias próximas de exercícios de planificação, fora, portanto, da "ideia" de centro, que entendemos aqui resultante da espontaneidade de um desenvolvimento ocorrido com base na lógica que caracterizámos de dominação e sobrevivência.

O Alentejo tem protagonizado um processo induzido, em que a mudança sistematicamente procurada e o crescimento pouco mais que potencial, ocorrem num paralelismo em que é fundamental a especificidade que ressalta da situação de cada um parecer actuar no sentido de impedir o outro⁽¹⁵⁾. E o crescimento incipiente, ou as mudanças esporádicas e pouco sensíveis, têm ficado a dever-se, mais que às políticas "injectadas", a reacções endógenas que materializam a luta pela sobrevivência.

Se Ponte de Sôr, Vendas Novas, Sines ou ainda Castro Verde, se expandiram por acção de mecanismos exteriores às mesmas localidades, nomeadamente no âmbito do sector secundário e/ou das comunicações viárias, a realidade não deixa de consistir em situações diversas e que as excepções apontadas

tendem hoje a reforçar. Porque é uma estrutura socio-económica sem ânimo, em que as alterações se têm limitado à substituição temporária ou parcial de indivíduos; e que é o substracto de uma rede urbana em que a mutabilidade aponta invariavelmente nas mesmas direcções, porquanto, também invariavelmente, é condicionada por relações de força em que não há inversão dos termos. Porque é a resistência da mesma estrutura, que alterna uma passividade quase constante com imperceptíveis tentativas de sobrevivência; e que é, enquanto passiva, a ausência de alento; mas enquanto activa materializa reacções espontâneas, que vêm promovendo um "desenvolvimento" pouco sensível mas que, contudo, constitui um processo autónomo relativamente aos projectos induzidos⁽¹⁶⁾. E a teia urbana caracteriza-se, no Alentejo, por situações de clara e definitiva hierarquia, em que o papel dos centros se define de modo claro ao nível do seu entorno imediato e como parte integrante de uma periferia de um centro hierárquicamente mais importante.

Ideia de centro que encerra todavia uma dinâmica de intercâmbio e transmissão de informações, de gestão da sua distribuição, numa gradação que é o reflexo dos níveis hierárquicos diferenciados, de que a imagem é simultaneamente factor e resultado. Daí, a importância de cada centro tem naturalmente um carácter relativo, que é preponderante na área de influência directa desse centro e tende a diluir-se por cada área de influência mais vasta que o mesmo centro integra, até se constituir como parte da área de influência de um centro

regional eventualmente aglutinador.

Nesta óptica, cada localidade capital de concelho ocupa, relativamente a esse concelho, uma posição central, que na região é quase sempre coerente com a localização geográfica dessas localidades. No entanto, cada uma das sedes de concelho tende a estabelecer fluxos preferenciais em direcção a localidades que, se não são necessariamente maiores do ponto de vista da dimensão populacional, dispõem certamente de um número maior de funções necessárias.

Estes fluxos, esporádicos ou regulares, acabam por ser determinantes de deslocações definitivas, no sentido da concentração nas localidades em que efectivamente a existência de determinadas funções assegura uma melhor potencial qualidade de vida.

Assim, são as localidades em que a concentração tendencial é mais ou menos constante, traduzindo-se por conseguinte num aumento relativo de população, aquelas para as quais se pode, de algum modo e apesar do carácter relativo do conceito, falar de uma posição central.

Tem o Alentejo, se agregarmos as várias perspectivas que referem a hierarquia das localidades como designação dos centros, classes dimensionais cujas relações são perfeitamente objectivas e se inserem na lógica que subjaz à existência das mesmas classes de localidades. Aliás, são essas relações o suporte de uma divisão administrativa que o tempo deixa passar a constituir factor da manutenção das mesmas posições hierárquicas. Porém, independentemente do facto de o Alentejo caber

na generalidade do processo urbano das sociedades ocidentais, a espontaneidade que citámos do processo, que é preponderantemente de resistência/reacção, permite que a ideia de centro seja de certa forma específica, como o é a sua própria imagem, que difere mesmo de uma para as outras classes sociais.

Cada centro surge, no contexto da região e para as camadas superiores da população, como o obstáculo a transpôr para chegar a um centro maior, sendo que a função residência não coincide forçosamente com a função social ou, por vezes, profissional. Para o resto da população, cada centro é um objectivo, provàvelmente o limite. Assim, a região é "deixada" a esta parte da população, para quem a posição central de Évora, por exemplo, é inquestionável, enquanto que para os primeiros a mesma cidade tende a não ser mais que parte da periferia de Lisboa.

Há, pois, que distinguir entre a importância dos centros em termos politico-administrativos, ou mesmo económicos, e a sua importância cultural e simbólica, cujas divergências podem gerar eventuais contradições. E estas podem, por sua vez, ser factores impeditivos de uma coerência que é essencial para a evolução, seja do processo de urbanização, seja das relações entre as diferentes localidades e, finalmente, entre as cidades e o campo.

Podemos distinguir, pelas hierarquias definidas em anexo, classes de centros em que as posições mais coerentes são as que ocupam as quatro primeiras cidades, concretamente as

capitais de distrito e Elvas; ainda assim, Moura e Estremoz podem, em termos de uma associação das duas perspectivas contempladas, aparecer numa posição de centros de terceiro nível. Das cidades administrativamente definidas como tal Montemor-o-Novo, Sines e Ponte de Sôr, as duas primeiras com uma imagem na região de maior impacto que a de Moura, têm um *handicap* no que respeita à dimensão que, no caso específico de Ponte de Sôr, a relega mesmo para uma posição inferior à de Vendas Novas⁽¹⁷⁾.

Devemos acrescentar, contudo, que, podendo embora Moura aparecer com uma dimensão próxima do limite considerado urbano, o Quadro nº 16 e o Agrupamento de Localidades anexo, Capítulo IV, colocam esta localidade numa situação a que não é alheia a localização geográfica, de escassa influência mesmo à escala "micro-regional"; o contrário acontece com Ponte de Sôr e Sines, o que pode, pelos níveis de atracção que se verificam, tornar-se factor de crescimento. Processo idêntico vive Castro Verde onde, porém, talvez pela localização que determina acessibilidades fáceis, a população pode não tender a fixar-se.

Assim, a análise regional a partir da perspectiva de "centro" que se propõe resultante da articulação dos quadros citados, deixa concluir que 22 das localidades sedes de concelhos do Alentejo apenas têm significado enquanto centros ao nível dos seus próprios concelhos, nos quais a posição central que ocupam advém da lógica que mencionámos para o êxodo do campo. Aliás, nas classes seguintes e até ao limite superior

de 5999 habitantes em 1981, só Reguengos de Monsaraz, Borba, Castro Verde, Sines e Ponte de Sôr ultrapassam, no âmbito da área de influência, o concelho limítrofe mais próximo.

Estabelecem-se, posto isto, situações em que a associação das diferentes classificações não facultam senão uma ideia genérica, por vezes incoerente, porquanto factores há cuja importância, de modo isolado, não é suficiente para sustentar uma colocação hierárquica precisa desses centros.

Todavia, ao nível das classes hierárquicas que integram as localidades com mais de 7999 habitantes, a inclusão de cada localidade nesta ou noutra classe pode fazer-se de forma mais objectiva. Évora e Beja detêm a maior área de influência, sendo que a primeira inclui a segunda em algumas situações específicas; Portalegre exerce, por sua vez, uma atracção considerável sobre os concelhos envolventes, que compartilha com Elvas em aspectos pontuais; Estremoz, no caminho para centros de maior importância, não exerce atracção significativa, enquanto Moura "paga" o custo elevado da excessiva interioridade e Vendas Novas tende a tornar-se cada vez mais um local de passagem.

Há pois, na região, com carácter de efectividade, apenas oito localidades caracterizadas pela sua "posição central" relativamente a uma área significativa, se bem que apenas quatro de entre elas contem com uma dimensão superior a 10000 habitantes.

5.3 - A Rede Viária e os Transportes: Os Fluxos mais Significativos

A concentração populacional tem implícitas deslocações quer temporárias, quer definitivas ou ainda pendulares, que se prendem mais ou menos directamente com a atracção de algumas localidades sobre as populações mais ou menos próximas. E esta situação tem como consequência, ao mesmo tempo que é dela resultante, a existência de "centros"; ou sejam, localidades que hierárquicamente ocupam posições que, coincidindo embora eventualmente com localizações geográficas centrais, são antes de tudo e para além do que dissemos antes, um conteúdo que é interacção de factores de cuja simultaneidade advem a dependência das outras localidades.

Para que essa dependência se concretize no âmbito das referidas deslocações, para que as relações, mais ou menos equilibradas, se estabeleçam entre as diferentes localidades, é essencial uma rede de comunicações que as materialize. Desta é parte essencial o conjunto de vias terrestres que, no Alentejo, suporta com carácter de quase exclusividade a multiplicidade de deslocações que acontece.

Atendendo à evolução que traduzem as Cartas Militares já referidas, como aos elementos constantes do presente ponto, é evidente, por um lado, o aumento do número de estradas e, por outro, a adaptação de muitas dessas estradas às necessidades crescentes que o incremento das deslocações rodoviárias origi-

na. Aliás, os anexos ao ponto em análise revelam a crescente importância atribuída às estradas "principais" referenciadas nos mapas citados, os quais praticamente deixam de mencionar "ligações" cujo movimento apenas reflecte contactos entre localidades de importância secundária.

Notamos, portanto, que a tendência generalizada para a concentração da população em determinadas localidades, como a cada vez mais evidente existência de fluxos preferenciais, é como que "assumida" ao nível administrativo, que acaba por incentivar essa concentração; porque a referência a cada "Itinerário Principal" ou "Complementar" é o reflexo da sua maior utilização mas é, ao mesmo tempo, o resultado das condições que a propiciam ou determinam (Mapas anexo n.ºs. 1 a 19). No entanto, há que ter em atenção, ainda na perspectiva da concentração, que esta conta com uma vertente que se traduz, para cada localidade de maior importância relativa, no aumento gradual da população presente. Tal fica a dever-se às deslocações pendulares, cujo recente incremento no Alentejo acompanha o processo de desenvolvimento, independentemente da análise deste último.

Porque este não tem acontecido de maneira homogénea, as deslocações pendulares que em 1981 eram para a região da ordem das 870.000 por dia, e em 1970 eram bastante inferiores, distribuem-se também de modo irregular; 34% ocorrem na zona central, nomeadamente no distrito de Évora, para apenas 19% no litoral. Por outro lado, dos 56% do total das referidas deslocações efectuadas a pé em toda a região em 1981, o Baixo

Alentejo contava com 61%(18).

Devemos notar que nem todos os IPs ou ICs contam com volumes de tráfego idênticos, como os volumes maiores ou menores não ocorrem necessariamente nas vias de acesso aos centros regionais mais importantes, sejam aqueles em que os níveis de concentração demográfica são mais significativos; situações há em que a circulação é determinada por factores exteriores à própria região. No entanto, é possível detectar generalidades, tendências, que apontam, ao menos parcialmente, no sentido da concentração caracterizada.

Destas generalidades ressaltam, por exemplo e no que se refere ao movimento nas estradas da região, a perda de significado do número de tractores e veículos de tracção animal ao longo das várias décadas estudadas. Tendo em conta o facto que é o aumento do número de velocípedes em circulação na década de 1955-65 podemos supôr que, mais que o aumento do poder de compra da população para a aquisição de tais veículos, pesou a substituição do transporte agrícola - tractor e reboque - nas deslocações para o trabalho do campo, pelo transporte individual.

Trata-se, todavia, de "estimativas" próximas apenas da realidade, porquanto a imprecisão de alguns elementos é inultrapassável. A diversidade de "postos" de contagem de trânsito cujos resultados não podem ser usados na presente análise, porque não se reportam a ligações directas entre duas localidades; a impossibilidade de discriminar "entradas" e "saídas"

de cada localidade; as múltiplas situações em que se perde ou ganha tráfego pelo "entroncamento" de uma via noutra principal, são alguns dos factores dessa dificuldade.

Devemos esclarecer, contudo, que se contabilizam os volumes de tráfego entre localidades cuja ligação é directa, mencionando como ponto de partida a localidade principal; nas restantes situações, partimos da região para o exterior pelas direcções em que se efectuaram contagens, pela razão óbvia de que é a forma possível para uma maior aproximação à realidade⁽¹⁹⁾.

A rede viária distribui-se, ao longo do período em análise e na região considerada globalmente, no que diz respeito às ligações principais e à escassez de estradas municipais, de forma aparentemente equilibrada; excepções para o N/NW do distrito de Portalegre e SE do distrito de Beja, onde se registam as maiores carências e, conseqüentemente, a menor permeabilidade. Todavia, são frequentes os caminhos quase "intransitáveis", especialmente nas mesmas duas zonas. E o aparente equilíbrio acaba por ser, se analisarmos a rede viária com acuidade, mais uma estrutura que aponta no sentido já mencionado das relações de dependência existentes; atenda-se aos IPs nas direcções Lisboa <--> Badajoz, Lisboa <--> Algarve, ou Lisboa <--> Sevilha, que eventualmente cruzam o Alentejo pela necessidade óbvia de passarem em algum lugar.

Do ponto de vista da desagregação por distritos ou grupos de concelhos, a diversidade que existe permite-nos ainda assim, pelas comparações possíveis, reforçar para a região uma

certa ideia de unidade (Quadros n.ºs. 23 a 26).

Há uma quebra substancial da circulação de velocípedes, com excepções pontuais para Estremoz, Marvão, Castelo de Vide, sul e sueste de Mértola e Almodôvar, áreas que anteriormente identificámos de povoamento disperso. Os automóveis ligeiros englobados na rubrica II da legenda do Anexo n.º 3 do presente ponto, revelam um aumento mais significativo na década de 1965 a 1975 para a generalidade das ligações a Portalegre, Ponte de Sôr e Niza, enquanto fenómeno idêntico se verificara na zona de Elvas na década anterior; aqui, o aumento do volume de tráfego de "automóveis" foi contudo significativo até 1975, pelo incremento da propensão para o consumo das populações cuja mobilidade geográfica era parte desse consumismo, à semelhança dos concelhos referidos antes⁽²⁰⁾.

A mesma razão terá sido parcialmente determinante também dos aumentos mais substanciais do mesmo tipo de tráfego entre Évora e Arraiolos e Évora e Lisboa, com excepção para a área limítrofe a W e NW de Vendas Novas, em que a industrialização levou a que o processo em causa se desencadeasse mais cedo⁽²¹⁾. Foi, aliás, na mesma década de 1955/1965 que a grande maioria das estradas do Baixo Alentejo sentiu o primeiro aumento considerável no volume de circulação de automóveis ligeiros, em cujas contagens influiu também o facto de essa circulação ser muito escassa antes de 1960; a influência da emigração na altura, com períodos mais intensos da circulação nas épocas de Natal e de Verão, terá sido um factor do citado

QUADRO 23 - VARIACÖES PERCENTUAIS - BEJA

	I		II		III				
BEJA-VIDIG ^a	181,1	277,0	36,3	172	52,9	81,3	40	285,7	81,5
" -MÉRTOLA	426,8	132,9	42,7	176,4	11,5	62,1	27,3	0	14,3
" -SERPA	111,8	367,0	-36	16,9	112	0	37,5	427,3	-55,2
" -FERREIRA	129,9	217,9	23,3	107,4	20,8	30,5(desce entre 80/85)	57,9	50	2,2
" -C ^o VERDE	205,0	79,9	83,4	87,8	-72,2	103,3(idem 80/85)	25	23,1	76,9
" -CUBA2)		1003,9		423,1				-54,5	
MOURA-BARRANCO ^a)	278,6	a) 47,2	a) 53,8	155,6	a) 26,1	a) -6,9	150	a) 20	a) 116,7
" -SERPA	83,9	a) 38,9	a) 107,4	20,5	a) -17,0	a) 5,1	-33,3	a) 250	a) 14,3
" -VIDIGUEIRA	160,8	44,4	—	214,3	-36,4	b) —	50,0	0	b) —
FERREIRA-N	35,6	77,5	45,1	-71,0	135,0	-17,5(desce 80/8)	60,0	6,25	11,8
" -NW/W3)	79,2	355,3	23,3	225,0	63,1	18,4(desce80/85)	60,0	75,0	28,6
ALJUSIREL-W	328,0	—	157,5(desce 80/85)	373,8	—	-50,6(desce80/85)	—	—	—
ODEMIRA-S	564,1	103,5	46,5(desce 80/85)	123,7	-29,5	11,8(desce80/85)	80,0	166,7	4,2 (desce 80/85)
ALMODOVAR-S	—	427,4 ^a)	-12,7	—	131,7	a) -8,6	—	116,7	-7,7 ^a)
MÉRTOLA-S/SE3)	—	2265,6	23,4	—	220	54,2(desce80/85)	—	350	4,5(desce 80/85)
SERPA-E2)	—	429,2	24,8(desce 80/85)	—	182,4	100 (desce80/85)	—	157,1	27,8(desce 80/85)

a) referência 1970 em vez de 1975

b) não tem contagem

2) contagens não constantes

3) 2 estradas agregadas que levam à mesma direção

QUADRO 24 - VARIACÖES PERCENTUAIS - ÉVORA

	I		II		III	
ÉVORA-ESTREMOZ	402,9	172,7	110,0	83,3	109,1	—
" -REDONDO	165,5	120,2	95,1	6,3	3,5(desce 80/85)	— 1200,0 — 165,5
" -VIANA	—	383,1(só entre 70/55)	—	89,7(só entre 70/55)	5,4	— 0 33,3
" -ARRAIÓLOS	110,0	178,2	73,2	143,7	11,6 ^{b)}	25,0 150,0 -8,0 ^{b)}
" -MONTEMOR	160,1	177,3	87,9	62,5	-3,2(desce80/85)	114,3 66,7 8,0
" -REGUENGOS	192,4	65,5 ^{a)}	207,7	55,0	101,1 ^{c)} (desce 80/85)	20,0 a)66,7 310,0 ^{c)}
ESTREMOZ-BORBA	183,9	99,8	101,2	30,7	205,2	-10,0 111,1 94,7
MONTEMOR-V. NOVAS	166,7	192,1	123,3	103,1	3,4(desce80/85)	106,3 215,2 -3,8(desce 80/85)
BORBA-V. VIÇOSA	258,5	139,2	173,8	38,3	89,9	21,4 5,9 28,0
REGUENGOS-MOURÃO	—	106,6	—	84,7	-19,1(desce80/85)	— 53,8 45,0
V. NOVAS-LISBOA(W)	229,2	209,4	133,8	-54,7	382,9(desce80/85)	138,5 264,5 27,8
PORTUEL-SUL	215,6	188,1	140,0	49,0	2,8(desce80/85)	— 83,3 63,6
MONTEMOR-NW	181,5	186,4	103,8	87,0	-9,9	80,0 66,7 -33,3 ^{b)}
MONTEMOR-S	d) —	—	—	—	28,2 ^{b)}	— — -25,0 ^{b)}

d) não tem controle
b) valores para 1980

a) valores para 1970
c) junta 2 direções (mais Portel)

QUADRO 25 - VARIÁÇÕES PERCENTUAIS - PORTALEGRE

	I		II		III				
PORTAL.-NISA	150,7	198,9	39,5(desce 80/85)	153,6	29,6	34,8(desce 80/85)	16,7	100,0	28,6
" -C° VIDE	57,3	152,3b)	49,3	65,0	54,5	-1,9b)	-33,3	25,0	40,0b)
" -CRATO	144,8	134,1	31,8	164,3	-13,5	59,4(desce 80/85)	200,0	33,3	-62,5(desce 80/85)
" -ARONCHES	65,1	157,5	27,8	20,7	71,4	-6,7(idem 80/85)	-33,3	225,0	0
" -MONFORTIE	144,9	136,3	60,3	70,8	7,3	32,9(idem 80/85)	-10,5	23,5	28,6
" -MARVÃO	—	243,9	39,9	—	56,7	-31,9	—	83,3	18,2
ELVAS-ARRONCHES	194,4	159,9	b)32,7	135,3	-22,5	141,9b)	0	266,7	-22,7b)
" -C° MAIOR	171,8	80,3	45,8	82,4	-48,4	103,1 (desce 80/85)	-7,7	16,7	14,3 (desce 80/85)
PTE. SÔR-AIHER	—	(75-55) 846,9	-10,9(desce 80/85)	—	(75-55) 394,7	-38,3(desce80/85)	—	(75-55) 350,0	22,2
" " -AVIZ	81,4	502,8	46,4b)	-2,8	174,3	12,5b)	200,0	166,7	112,5b)
NIZA-GAVIÃO	180,0	204,9	—	174,6	81,5	—	—	—	—
NISA-N	129,3	48,3	29,5	116,7	85,8	-15,9(desce 80/8)	-22,2	328,6	16,7
PTE. SÔR-S(MONTIEMOR	754,8	257,4	37,3	490,0	77,1	20,1(desce80/85)	66,7	200,0	160,0
SOUSEL-S(ESTREMOZ)	97,9	101,0	43,5	36,8	-15,4	18,2	100,0	0	50,0
ELVAS-E (ESPANHA)	387,6	126,8	183,4	-36,4	216,9	180,3	45,5	43,8	213,0
ELVAS-W (ESTREMOZ)	175,3	120,3	116,1	278,8	13,6	217,6	63,6	66,7	140,0
C° VIDE-E(ESPANHA)	20,8	—	—	—	200,0	—	—	25,0	—
MONFORTIE-S(C)	—	225,5	—	—	100,0	—	—	125,0	—

a) conta só entre 80/85

2) só entre 65/75

b) 1980

QUADRO 26 - VARIACÖES PERCENTUAIS - SETÜBAL

	I		II		III				
SINES-SANT. CACÉM	632,0	0,33	185,3	247,5	-47,5	301,4(desce 80/85)	141,7	-17,2	191,7(desce 80/85)
SINES-SUL	456,4	94,0a)	156,5a)	100,0	11,8a)	484,2(idem 80/85)	180,0	14,3a)	662,5a)
SGO. -CACÉM-GRAND.	293,4	75,0	-42,8a)	85,6	10,2	-70,1a)	142,9	82,4	19,4a)
" -N (SETÜB.)	288,0	96,6a)	130,8	56,5	5,6	21,1	233,3	40,0	250,0
" -SUL	114,1	154,7a)	40,9	63,8	5,3	-15,9	-1,1	75a)	64,3
" -E (BEJA)	134,8	85,6a)	558,8	22,2	-18,2a)	928,9(idem 80/85)	80,0	11,1	540
" -SE	462,2	285,7	67,6	316,7	66,7	9,4(idem 80/85)	130,0	121,7	151,0
ALCÁCER-SE (BEJA)	774,2	431,9	40,4	891,7	115,4	-9,5(idem 80/85)	1000,0	127,3	545,5
" -NE(MONTEM.)	39,9	13,7a)	—	-48,6	-2,6a)	—	77,8	6,3a)	—
" -NORTE	331,3	151,7	71,4b)	116,9	65,7	60,0	111,8	105,6	100,0

aumento. Porém entre 1965/1975, mais precisamente até 1980, a circulação tende a acrescentar-se sucessivamente com maior incidência nas vias de acesso a "centros" importantes como sejam Évora, Sines e Beja, devido à maior mobilidade verificada após 1974.

Os concelhos alentejanos do distrito de Setúbal, à excepção da ligação Santiago de Cacém <--> Beja que acompanhou a evolução deste distrito, sofreram um processo diferente: entre 1955 e 1965 o "*boom*" no tráfego de automóveis ligeiros ficou a dever-se ao impacto do turismo (Sines e as ligações entre Lisboa e o Algarve); a substituição posterior da população sazonal pela população atraída pela indústria na área de Sines, foi sensível apenas em termos qualitativos, e só a partir de 1975 se viria a reflectir quantitativamente no aumento da circulação. O movimento de "autocarros de passageiros" atesta esta afirmação, como acontece na quase totalidade dos outros casos referenciados, em que genericamente as colunas II e IV dos Quadros nº 4, 5 e 6 do capítulo presente evoluem de modo semelhante, tendo em conta só as situações em que as contagens efectuadas permitem um mínimo de precisão.

Relativamente às "Mercadorias", seja a rubrica III dos mesmos quadros, no distrito de Évora e com excepção para a ligação a Arraiolos a evolução vem acompanhando o movimento geral da zona, como se verifica no distrito de Setúbal. Os concelhos dos distritos de Beja e Portalegre assistiram todavia a um incremento mais significativo do volume de tráfego de mercadorias entre 1955 e 1965, época em que as indústrias,

ainda que escassas, se instalaram ou desenvolveram. Note-se que entre Estremoz e Borba, como entre Vendas Novas e Lisboa, a circulação de mercadorias cresceu essencialmente depois de 1975, o que coincidiu com o aumento das importações, sensível nas vias principais de ligação de Lisboa a Espanha.

Para além disto, voltamos a referir que o decréscimo do número de tractores e veículos de tracção animal tem sido uma constante; o primeiro devido à legislação que vem apontando no sentido de reduzir ao mínimo a sua circulação nas vias de grande tráfego, o segundo a cingir-se cada vez mais a pequenas áreas periféricas entre as "hortas" e as localidades, para além dos pequenos lugares não referenciados.

Se esta última observação é generalizável à região, tal como as tendências passíveis de serem detectadas apontam também no sentido de uma certa unidade, com os aumentos de tráfego mais importantes entre 1955 e 1965, em alguns casos e especialmente nos caminhos que se dirigem a Lisboa na década seguinte, pensamos que há que referir que a quase totalidade das vias "contadas" não registou durante o período considerado os mil automóveis ligeiros por dia, o que confirma a fraca mobilidade relativa no contexto nacional. No caso concreto dos concelhos de Portalegre, em que é a interioridade o primeiro factor determinante dos valores globais de circulação mais baixos, a partir de 1975 só em Elvas e na direcção de Niza --> Norte os valores referidos atingiram os 1000 automóveis, surgindo Ponte de Sôr com valores da mesma ordem em 1980.

Elvas, à época e na direcção E --> W contava com mais de 2000 veículos/dia.

Nos concelhos do distrito de Évora o número 1000 foi atingido em 1965, na via Montemor-o-Novo <--> Vendas Novas <--> W; e em 1975 também nas ligações Vila Viçosa <--> Borba <--> Estremoz, Arraiolos <--> Estremoz e Montemor-o-Novo <--> Sul; Évora <--> Reguengos de Monsaraz e Portel <--> Beja em 1985 contam também cerca de 1000 automóveis/dia.

Nos concelhos de Sines, Beja e Castro Verde, ocorrem os valores mais significativos da parte sul da região, tendo o distrito de Beja visto estabilizar o aumento do tráfego diário de automóveis para o Algarve e entre Beja e Vidigueira (--> Évora) em 1980.

Alcácer do Sal e Grândola, em 1975 e nas direcções Beja, Algarve, Setúbal e Lisboa, como o incremento em 1980 das "trocas" com Sines, constituem os pontos fundamentais da circulação de automóveis ligeiros no litoral alentejano.

Naturalmente que estas deslocações não são um indicador preciso, muito menos suficiente, do grau de crescimento económico, nem obviamente de desenvolvimento. Constituem, porém, um complemento da medida do crescimento, bem como as direcções preferenciais dos fluxos de tráfego são indicador da maior expansão dos lugares com os quais se estabelece a maioria das trocas populacionais, seja onde é mais sensível a mobilidade geográfica. Referimos que no Alentejo 0,8% a 1% das viagens pendulares são para fora da região e 3,5% a 4,5% para fora do concelho que as gerou. Podemos, posto isto, afirmar

que as vias de ligação directa ou indirecta a Lisboa são as que, ao longo do período analisado, registam desde mais cedo e de forma mais persistente os maiores aumentos no volume da circulação de "automóveis". Os restantes valores igualmente significativos são reveladores de dependências que tendem a convergir cada vez mais para os "grandes" centros regionais: Évora, Beja e Sines, Portalegre e Ponte de Sôr de modo menos importante, demonstram efectivamente esta realidade.

A imagem que podemos parcialmente constituir de uma zona de "passagem", nomeadamente nas direcções Lisboa <--> Algarve e Lisboa <--> Espanha (Caia), é ainda reforçada pelo trânsito de veículos pesados de mercadorias que predomina nas mesmas estradas. A importação, eventualmente a exportação de quaisquer que sejam os produtos, usa e cruza o Alentejo quando entra pelo Caia ou por Ficalho, em direcção a Lisboa...

Conclusão

A região aponta, à imagem do que caracterizámos antes como processo de urbanização característico das sociedades industrializadas ocidentais, no sentido da concentração populacional em localidades que, em consequência disto, vêm aumentar a sua poluição à custa do despovoamento dos campos. Trata-se aqui de um aspecto que reforça a ideia de unidade regional, porquanto a concentração tendencial e os fluxos de população predominantes do campo para a cidade são extensíveis a todo o Alentejo. Ainda comum à região inteira é o facto de as localidades referidas como mais importantes serem na quase totalidade "centros", definidos como resultantes da terciarização das actividades.

Posto que a concentração é, por um lado, o fruto da actuação exercida por certas localidades sobre as populações mais ou menos próximas, eventualmente também da repulsão exercida pelos campos ou pequenos lugares sem condições favoráveis à fixação de populações, parece-nos claro que, havendo uma hierarquia das povoações mencionada antes, haverá também um movimento gradual e faseado dos fluxos demográficos em direcção a cada ordem de localidades.

Genèricamente, do campo para o centro mais importante a população tende a passar, com maior ou menor permanência e por ordem crescente, por uma ou mais localidades de dimensão intermédia, sendo que a repulsão inicial se faz sucessivamente

substituir por uma atracção que, ao nível do maior centro em causa, permite que não seja praticamente sensível a mínima repulsão relativamente ao centro anterior.

Factor também da unidade regional, como o é a verificação do processo de concentração mencionado desde 1900, o nível dessa concentração não é constante, nem a mesma ocorre simultâneamente em toda a região; aqui surge alguma diversidade, que acontece igualmente na intensidade do fenómeno, que se faz sentir de modo mais evidente nos concelhos de Ponte de Sôr, Portalegre, Elvas e Castro Verde, o que no primeiro e no último se fica a dever a factores exógenos (circulação). Tal não impede que para o resto da região a unidade prevaleça, porquanto são quase sempre factores endógenos os principais responsáveis pelo crescimento das localidades.

Consideramos, portanto, que no Alentejo se tem mantido o sentido da mutilidade, o que é tanto mais sensível quanto mais clara é a hierarquia das localidades.

Em relação a estas, nomeadamente às que designámos de centros, não é o mesmo o seu significado para toda a população. Se os centros regionais constituem eventualmente obstáculos, ou no mínimo etapas a ultrapassar até poder residir num centro de maior dimensão, com caracter mais ou menos definitivo e no que se refere às camadas superiores da população, para as outras camadas sociais as coisas passam-se de maneira diferente: os mesmos centros constituem a materialização de um sonho ou o fim de um percurso mais limitado. E esse limite corresponde a "centros"/localidades menores para as camadas de

nível mais baixo da população⁽²²⁾.

As diferenças registadas neste âmbito em relação à população do Alentejo, acontecem para as mesmas classes sociais nos diferentes distritos, pelo que, em termos globais, elas são factores das semelhanças intra-regionais.

É, porém, ao nível dos centros que a perda da unidade regional parece ocorrer. Se eles pressupõem uma postura idêntica por parte da população, apesar das diferenças sociais, não se distribuem em termos de dimensão de modo equilibrado; isto leva a que o que se referiu para a mobilidade geográfica tenha um carácter apenas relativo, e seja tão só de âmbito global a homogeneidade aparente do fenómeno da urbanização. Os concelhos dos distritos de Évora e Setúbal contam com um número equilibrado de centros por categoria de dimensão, enquanto Beja tem demasiados centros pequenos para poucos de tamanho relativo médio, logo uma maior concentração; também quase sem centros de dimensão intermédia, o distrito de Portalegre, em que há o maior número relativo de pequenas localidades, é aquele em que os desequilíbrios são mais acentuados no que concerne a rede urbana.

Estes aspectos vêm sendo reforçados por uma política viária e de circulação que tem consistido, em todo o Alentejo, no aumento da importância dos itinerários que ligam as principais localidades, quer através da realização de obras como pela tendência para "desviar" a circulação das vias menores. Além disto, vem-se verificando a perda geral de significado do

movimento de tractores e veículos de tracção animal, também de velocípedes se exceptuarmos a década de 1955-1965, que naturalmente circulariam principalmente em vias secundárias. Contudo e no contexto da região, apenas a norte/noroeste e a sueste é notória a menor quantidade de ligações viárias.

Do relativo equilíbrio na distribuição de estradas ressalta, todavia, o facto já referido de os fluxos de tráfego mais importantes se orientarem na direcção das maiores localidades, sendo este processo marcante nas trocas com Sines e evidente mesmo para fora da região nas direcções Lisboa/Setúbal, Algarve e Espanha (Caia).

Todavia, os registos de circulação deixam notar ainda assim que não são muitas as vias em que passam mais de 1000 automóveis ligeiros por dia, bem como permite constatar a menor circulação global no distrito de Portalegre. Esta integra naturalmente as "mercadorias", cujo escasso incremento ocorria para o distrito em causa e para Beja entre 1955 e 1965, enquanto no resto dos itinerários principais esse aumento acontecia após 1975, nomeadamente nos troços Vendas Novas-Lisboa e Borba-Estremoz.

Para além de quanto possamos apontar é difícil, neste âmbito, elaborar, sequer, propostas de conclusão. A divisão do Alentejo, que esteve na base de uma parte substancial da investigação, não é uniforme, tendo a multiplicidade de indicadores sido aplicada sem ter em conta as incompatibilidades existentes entre região e distritos, distritos e NUT'S, NUT'S e GAT'S, PiDR'S e concelhos⁽²³⁾. O anexo nº 1 deste ponto

revela, aliás, essas incompatibilidades, que se prendem com os resultados da análise que são susceptíveis de influenciar, mas que não alteram, no contexto mesmo das diversidades notadas, a ideia de uma certa unidade.

Fica como que uma contradição na tentativa de caracterizar o Alentejo no âmbito da dicotomia unidade/diversidade. Sem carácter definitivo, cremos que a análise aponta, contudo, no sentido de uma unidade mais ou menos significativa ao nível da desagregação por distritos, ou agrupamentos de concelhos de cada distrito. Porém, o nível de desagregação mais pormenorizado evidencia diferenças que deixam lugar a uma certa diversidade intra-regional. Pode então eventualmente o nível de desagregação da análise ser determinante, em boa parte, da possibilidade de definir ou não o Alentejo pela sua identidade interna, de abordar apenas localmente o que designamos como o fenómeno urbano na região para generalizar as possíveis conclusões.

NOTAS AO TEXTO

Capítulo V

1. É fundamental referir que os níveis de concentração na mesma localidade variam de zona para zona; ainda que esses níveis são susceptíveis de medição pelos níveis de densidade.

Esta pode avaliar-se de perspectivas diferentes:

- densidade linear = nº de habitantes/comprimento da rua
- densidade volumétrica = nº de habitantes/altura do imóvel; ou nº de pessoas por alojamento

in "Geografia Urbana", Jacqueline Beaujeu-Garnier, Lib. A. Colin, Paris 1980, Trad. R.S. Brito, Ed. Gulbenkian, Lisboa, Cap. 13.

2. Simões Lopes, Curso de Planeamento Regional, Universidade de Évora, 1979/1980.
3. Traduz-se pelo índice $A = 2000 \times (F + e + 1) / (T + 2 \times t + 10)^3$; Jay and Hirsch, in Survey Report, A, Part VIII, Transport and Communication, 1992
F - frequência de transportes públicos/dia
e - ponderação de possibilidades de transporte de manhã cedo
l - ponderação de possibilidade de transporte tarde na noite
T - tempo de viagem, minutos
t - tempo de percurso a pé, para "paragens"
4. ... ou foi mais marcante o êxodo do campo que a designada 2ª etapa na deslocação para regiões com melhores potencialidades na perspectiva da qualidade de vida.
5. A mecanização generalizada do trabalho agrícola desencadeou uma vaga de primeiras deslocações directamente para fora dos concelhos de origem, nomeadamente para o estrangeiro; contudo, diferentes das deslocações referidas por etapas, porquanto, pelo menos em termos de intenção, sem carácter definitivo.
6. Esta normalmente na sequência de etapas anteriores.
7. Simões Lopes, Curso Planeamento Regional, Universidade de Évora, 1979/80 (Critério da Funcionalidade na divisão Regional).
8. Área de influência de uma localidade, cujo limite permite medir a "centralidade", entende-se aqui com o lugar geométrico dos pontos que se situam no limite de atracção directa dessa localidade.
9. Periferia pretende designar a área mais ou menos vasta e dependente, directa ou indirectamente, de um centro pelo qual é "esvaziada" e, conseqüentemente, apenas segue no seu caminho para o crescimento-desenvolvimento.

10. Cultura no sentido comum e genérico de conjunto de conhecimentos, "informação", seja globalizante e integrador de arte, ciência, etc. incluindo desporto.
11. Função simbólica entendida como emissão de valores, como veículo para o estabelecimento de contactos entre a sociedade e o espaço através de um conjunto de signos que acabam por ser factores da organização do espaço. Manuel Castells, "La Cuestion Urbana", Siglo veintiuno editores S.A., Madrid 1976, Parte III.
12. Christaller, W., "Central Places in Southern Germany", 1966.
13. Lotka, Zipf, Losch
referem antes uma classe dimensional de cidades, em que cada cidade deverá controlar 3 de nível inferior.
A Losch, "The Economics of Location", 1955 in Geografia Urbana, J.B. Garnier, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1980.
14. O conceito de classe dimensional, de Lotka e Zipf, refere um grupo de cidades que cabe na mesma posição hierárquica relativa, definida pela dimensão populacional de cada cidade, in J. Beaujeu-Garnier, ob. cit.
15. A Mecanização foi promotora de crescimento e inviabilizou a mudança
A Campanha do Trigo, idem
25 de Abril: "a Reforma Agrária", promoveu a mudança e inviabilizou o crescimento
Património= Turismo, idem.
16. Sociedades familiares -----> reação à reforma agrária e à divisão por herança
Jovens agricultores -----> pela origem da maioria revelam retorno à terra
Regresso aos cursos tradicionais -----> agricultura, veterenária, direito
Emigração -----> resposta à mecanização (única possível)
Alianças = casamentos -----> feitos para Lisboa para "sobreviver" aos ataques dos sectores secundário e terciário.
17. Atenda-se no entanto ao facto de Vendas Novas contar apenas com uma freguesia, o que implica que do ponto de vista quantitativo toda a sua população surja como parte integrante da sede do concelho.
18. Estudos de transporte da região Alentejo, CCRA, vários anos.
19. Exemplos como Ferreira do Alentejo <---> N indicam os veículos saídos e/ou entrados da referida localidade na direcção mencionada, sem contudo indicarem onde se dirigem ou de onde vêm (Lisboa, Évora, etc...).
20. Refira-se que foi o último ano da referida década que registou os valores mais elevados, pela circulação "exagerada" logo após 1974.
21. As "linhas de montagem" de automóveis, nomeadamente a empresa J.B. Russo, levaram a um aumento considerável também na circulação de velocípedes.

22. O facto de nas camadas superiores da população se falar de grandes centros não regionais pode significar, como objectivo, mais que um local de residência, o acesso às vantagens aí existentes.

23. "Estudo de Transportes da Região Alentejo", Risco e CCRA, Évora, Outubro 1988.

CAPÍTULO VI

AS CIDADES DO ALENTEJO NA SUA REGIÃO - EVOLUÇÃO RECENTE

6.1 - As Cidades do Alentejo

A expansão que vimos referindo das cidades inclui o crescimento físico nas duas perspectivas que o compõem: o aumento demográfico e a absorção, pela cidade, de sucessivos espaços envolventes. E integra um período que apenas se reporta a este século, concretamente a partir do momento que foi ponto de partida da análise demográfica efectuada em capítulos anteriores, daí a utilização da expressão "evolução recente".

Se bem que, em qualquer circunstância, a expansão de uma qualquer cidade dependa de um processo gradual de "desenvolvimento" que a análise histórica permitiria tornar claro, é um facto que a mesma análise desembocaria num passado mais ou menos próximo.

Daí a validade de uma abordagem pela evolução recente das cidades, sem o recurso a um estudo que apenas confirmaria as eventuais conclusões dessa abordagem.

Após a análise dos diferentes agregados populacionais através da utilização dos indicadores propostos nos capítulos precedentes, parece-nos ser possível concluir por alguma diversidade interna da região quando o nível de desagregação da análise aumenta.

De um modo geral "distorcida" em relação ao que se aceita como uma rede urbana equilibrada⁽¹⁾, a imagem que o Alentejo faculta é a de uma vasta área pouco povoada, com uma quantidade, em algumas zonas significativa, de localidades de

dimensão diminuta e com uma tendência que a evolução vem demonstrando para o abandono quase total; e um número reduzido de lugares que, se a nível nacional não chegam em grande parte a atingir uma dimensão média, no âmbito da região têm, num ou outro caso, uma dimensão significativa.

Queremos significar que o Alentejo reproduz de certa forma a estrutura urbana do continente, onde "falham" as localidades de média dimensão relativa que, a existirem na região, são em número pouco representativo.

A situação regional vem, como já afirmámos, apontando ao longo das últimas décadas para um agravamento dos desequilíbrios existentes, porquanto a concentração tendencial em alguns centros aumenta, enquanto a "desertificação" se acentua em áreas cada vez mais alargadas. Independentemente de a entendermos como pressuposto da urbanização, na maioria dos casos a concentração é relativa e tanto mais intensa quanto maior é a área de influência do centro em questão. Isto traduz-se numa concentração a diferentes níveis: nas capitais de concelho primeiro, que perdem população para as sedes dos distritos, reflexo, nas duas situações, de movimentos migratórios rural-urbanos; que são de uma região que globalmente cede gente todos os dias ao litoral, a incluir, portanto, os movimentos migratórios urbano-urbano. E a incapacidade de fixar a população que porventura ocorreu numa primeira ou numa segunda etapa a determinadas localidades pode estar na origem da quase inexistência de cidades na região.

Região que pretendemos, aliás, como uma unidade relativa

dos pontos de vista histórico, demográfico, socio-económico, cultural, cujo "enraizamento" supera a diversidade eventual e assente em especificidades locais. Situamos a utilização do termo, portanto, para além de qualquer nível da discussão teórica sobre a mesma designação.

Consideramos aqui cidades no sentido mais restrito de centros urbanos, sem relativizar para o resto do país e analisadas e cruzadas as variáveis usadas no capítulo anterior, Évora, que constitui provavelmente um centro urbano no contexto nacional; Beja, Portalegre e Elvas, susceptíveis, pelo menos, de constituírem objecto da presente investigação.

Por cidade, entendemos a situação particular das concentrações populacionais em que persistem algumas características próprias das localidades menores, como um "centro" onde de algum modo a vida social acontece, na maioria dos casos coincidente com o centro económico e administrativo; em que coexistem múltiplas actividades, o que lhe proporciona uma área de influência que advem dessa existência e tende a aumentar quando são mais raras as funções disponíveis na cidade; em que as características referidas são asseguradas por uma dimensão que, aliás, esteve na sua origem. E cada cidade distingue-se, pelo seu nascimento como pela sua forma, do seu entorno mais ou menos próximo ...⁽²⁾

Urbana será uma concentração cujo crescimento ultrapassou os limites que permitem a existência de um "centro", favorecendo antes o seu desmembramento em diversos centros menores;

em que existem determinados serviços⁽³⁾, em que a atracção sobre os não naturais é significativa e cujo crescimento provocou a expansão para zonas exteriores à cidade inicial, arrastando simultaneamente problemas cujas consequências se materializam, por exemplo, na circulação excessiva que determina relações gradualmente mais impessoais no âmbito geral, apenas personalizadas em cada "centro" menor. E a concentração original evolui no sentido da sua disseminação através do campo, criando situações em que quase é difícil saber onde uma dá lugar ao outro ...

Nem todas as cidades crescem necessariamente até à dimensão que pode ser suporte do fenómeno urbano; não consideramos, porém, que possam perder população e manter o mesmo estatuto, na medida em que a sua posição relativa na rede urbana resulta deteriorada e a perda de população é inevitavelmente um sintoma (Quadro nº 27). Por outro lado, cada centro urbano integra uma cidade, independentemente de esta tender ou não a desagregar-se como unidade social com a passagem a urbana; independentemente de se constituir a nova "concentração" - mais vasta e com situações intermédias de desconcentração - como uma multiplicidade de concentrações/cidades residuais ao nível de uma área habitada cada vez mais extensa.

A coincidência citada, se bem que parcial e específica de cada caso, como a operacionalidade que é a vertente/solução pragmática desta investigação, estão na origem da designação genérica de cidade aplicada ao conjunto das localidades que entendemos possuírem um número mínimo de condições/indicadores

QUADRO 27 - POPULAÇÃO RESIDENTE

CIDADES	1960	tx.var.	1970	tx.var.	1981
BEJA	15 702	+ 1,3	15 909	+ 23,5	19 643
ELVAS	11 742	-11,7	10 373	+ 24,2	12 880
ESTREMOZ	6 806	55,3	10 568	- 31,1	7 281
ÉVORA	24 144	- 0,5	24 003	+ 45,2	34 851
MONTEMOR	5 636	-12,4	4 935	+ 31,9	6 508
MOURA	9 533	- 6,9	8 877	- 2,3	8 673
PONTE DE SÔR	4 108	-12,4	3 599	+ 25,5	4 515
PORTALEGRE	11 017	- 1,2	10 881	+ 39,2	15 148
SINES	4 182	- 4,3	4 004	+ 88,9	7 567

de cuja articulação resulta, com maior ou menor intensidade, o fenómeno urbano.

E no Alentejo, o âmbito da análise efectuada, que a recomendação da conferência Europeia⁽⁴⁾ reforça, indica claramente que o limite mínimo de 10 000 habitantes para uma situação urbana é adequado. Naturalmente que devemos ter em conta os casos em que escassas centenas separam o número de habitantes do limiar mínimo aceite. Todavia, contrapõe-se o conceito sociológico de centro urbano, na perspectiva que definimos de coincidência com a cidade: e o Alentejo não tem, do ponto de vista integrado que define o mesmo conceito, cidades que materializem de facto o fenómeno urbano. A presença de apenas alguns indicadores deste fenómeno não obsta à ausência

de muitos mais; além disso, é na objectividade dos indicadores escolhidos anteriormente que assenta a identificação das cidades; e enfermaria de alguma subjectividade uma escolha mais ou menos arbitrária de este ou outro indicador, de um número maior ou menor dos indicadores em causa, sem o suporte científico de outras análises, o qual, aliás, fica assegurado com o consenso gerado em torno dos 10 000 habitantes aceites para a Europa.

É claro que o número em questão é um suporte demográfico falível; mas os restantes indicadores utilizados permitem detectar as gradações do fenómeno urbano na região, quiçá reforçar a ideia de alguma heterogeneidade num contexto genérica e aparentemente homogéneo. E a susceptibilidade de erro que podia advir de uma análise eminentemente demográfica fica ultrapassada pelo facto de, à partida, considerarmos que abaixo de 10 000 habitantes não estão criadas as condições para que uma localidade, a não ser pontual e esporadicamente, possa encetar um processo de modernização, gerar uma classe média "convincente", criar ou interiorizar um novo quadro de valores de vocação expansionista⁽⁵⁾.

É deste ponto de vista que afirmamos que são cidades na região as capitais de distrito e Elvas; os indicadores demográficos analisados e sintetizados no Quadro nº 28 atestam a afirmação. E além da articulação destes indicadores, a evolução da população presente referida constitui elemento passível de avaliação da área de influência, pela atracção exercida

**QUADRO 28 - (SÍNTESE)
(CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA CIDADES/PARÂMETROS)**

PARÂMETROS	DIMENSÃO	% URB. EVOLUÇ.	R/U EVO- LUÇ.	DENSI- DADE	CONCEN- TRAÇÃO	POLOS CRESC.	ATRAÇÃO	CENTROS	POP.PRES. EVOLUÇÃO
CIDADES									
ÉVORA	1	5	1	5	1	1	1 1 1	1	2
BEJA	2	6	5	7	4	2	4 2 3	2	5
PORTALEGRE	3	2	3	2	2	4	6 5 6	3	8
ELVAS	4	1	-	6	5	3	2 3 2	4	4
PONTE SÓR	10	3	-	-	-	-	3 6 4	7	1
ESTREMOZ	5	4	6	8	3	5	8 7 7	8	9
SINES	8	-	8	3	-	-	5 4 5	5	3
MOURA	6	7	-	-	-	-	---	-	7
MONTEMOR	9	-	-	11	-	-	---	-	6
VENDAS NOVAS	7	-	4	4	-	-	---	-	-
ALCÁCER	-	-	2	10	-	-	---	-	-
C ^a VERDE	-	-	7	9	6	6	---	6	-
BORBA	-	-	-	1	-	-	---	-	-
GRÁNDOLA	-	-	-	-	-	-	7 8 7	-	-

1^o - 10 pontos
 2^o - 8 pontos
 3^o - 7 pontos
 4^o - 6 pontos
 5^o - 5 pontos

6^o - 4 pontos
 7^o - 3 pontos
 8^o - 2 pontos
 9^o - 1 ponto

INDICADORES: dimensão
 percentagem população urbana (evolução)
 ratio rural/urbano (evolução)
 densidade população
 concentração população
 polos crescentes
 atracção
 centralidade
 população presente (evolução)

sobre uma população que, não sendo residente, é levada a deslocar-se às cidades em questão com frequência, ou por períodos mais ou menos longos.

A tentativa de obter das populações envolvidas a informação sobre a imagem projectada por cada localidade hierarquicamente importante, quer em relação ao próprio concelho, quer ao nível regional, apenas nos serviu para confirmar, numa perspectiva mais subjectiva, na medida em que podem as respostas ultrapassar o âmbito das dependências objectivas, que as mesmas cidades mantêm posições hierarquicamente preponderantes.

Acrescentaremos, porém, a referência a localidades cujo comportamento recente parece evoluir no sentido da urbanização efectiva, como Sines ou Ponte de Sôr; ou Estremoz que, no entanto, aparece "em perda". Moura e Montemor-o-Novo, por sua vez, revelam escassamente indícios de evolução.

Note-se que a alusão a estas localidades não pretende mais que reforçar o facto de, pese embora a sua categoria administrativa, se tratar de "cidades" que da perspectiva socio-demográfica que utilizámos, não cabem na referida designação. A ausência de indústrias, a modernização inexistente ou tão só incipiente, a não identificação de um sistema de valores urbano, são disso factores essenciais.

Podemos lembrar a pertinência de indicadores que se incluem numa categoria em que a objectividade não é necessariamente a característica essencial. Porque o fim foi "isolar" as cidades com a menor margem de erro, tais indicadores serão

usados só no estudo das cidades que efectivamente são parte da "cultura dita urbana"⁽⁶⁾ e materializam-se em atitudes, comportamentos, fruto, em última análise, de um sistema de valores; que não nasce forçosamente do mesmo processo evolutivo — da sociedade tradicional para a sociedade moderna — mas que integra atitudes e, por conseguinte, valores de natureza tradicional, que tendem a persistir em unidades sociais menores no contexto da cidade.

O seu estudo permitirá avaliar a evolução de cada cidade, como da eventual maior ou menor já citada homogeneidade regional no âmbito do processo de urbanização.

Creemos importante explicar o facto de, do conjunto das cidades referenciadas, isolarmos Évora para uma análise pormenorizada do seu processo de expansão.

As cidades viveram na região uma evolução idêntica, com fases de crescimento semelhantes e apenas desfazadas, algumas vezes, no tempo. A análise de todas elas seria desnecessária, tal como o estudo de Évora, que se adiantou no tempo, permite, mais que a percepção da evolução das outras, eventualmente a correcção desse processo.

A inclusão desta parte da investigação no presente capítulo deve-se a que se trata, no contexto da abordagem das cidades, de um exemplo que clarifica e completa a mesma abordagem.



6.2 - Estrutura e Morfologia Urbanas

Entendemos por estrutura a organização, no espaço, de cada um dos aglomerados populacionais em causa. Em cada um deles há lógicamente um tipo de ocupação de um dado território; que pode ser mais ou menos espontâneo, que pode ser determinante ou determinado, mais ou menos participado, mas que tem como consequência inevitável uma organização, mais concretamente um sistema de relações lógicas perfeitamente específico.

Castells definiu a estrutura urbana como uma estrutura espacial, em que se articulam elementos fundamentais como o sistema económico, nas suas vertentes produção e espaço, espaço de consumo e intercâmbio; a organização institucional do espaço; a simbólica urbana e, finalmente, a centralidade urbana⁽⁷⁾.

Entendendo embora que as relações existentes são de reciprocidade, que cada um dos elementos referenciados é factor da estrutura da cidade, é na vertente económica da produção, consumo e intercâmbio, que o autor faz assentar a maior parte da evolução dessa estrutura.

Contudo, de Castells privilegiamos as vertentes organização institucional do espaço, centralidade e simbólica urbana, com a alusão naturalmente necessária a abordagens de natureza económica que constituem complementos de uma perspectiva que pretendemos socio-demográfica.

A forma como cresce cada aglomerado populacional, como se expande em direcções preferenciais e como define essas preferências; ou como acelera ou desacelera o seu próprio crescimento ou altera a sua direcção, condiciona a planta do aglomerado, que é a materialização do sistema de relações referido ou seja, em termos genéricos e teóricos, o traçado da cidade. Enquanto resultante que é de um processo global que acaba por resumir a história do aglomerado, a planta revela uma concepção própria do espaço e reflecte, por conseguinte, um certo tipo de sociedade.

Não é indiferentemente que uma localidade se revela com um traçado em quadrícula, ou com uma planta radiocêntrica; não é por acaso que a estrutura radiocêntrica acontece, em alguns casos, a partir de um edifício monumental, com o intuito de engrandecer; e há igualmente uma explicação, ou até um conjunto de explicações, para a estrutura das cidades sem planta...⁽⁸⁾.

É com base na planta, como na estrutura arquitectónica das cidades, seja na forma de ocupação do espaço, como no tipo dos edifícios que lhe dão conteúdo, que podemos falar de uma estrutura urbana determinada e com maior ou menor susceptibilidade de ser dividida em zonas relativamente homogéneas. E a zonagem revela, porque é seu reflexo, o grau de estratificação e/ou segregação social, o tipo de desenvolvimento da cidade, os agentes e os factores desencadeantes desse desenvolvimento, em última análise, um modelo de urbanização.

Assentando no pressuposto de uma homogeneidade regional

relativa, cabe-nos referir essencialmente os aspectos em que efectivamente residem as semelhanças encontradas, isolando embora as diferenças julgadas fundamentais, por forma a caracterizar o eventual modelo de urbanização.

As cidades em causa desenvolveram-se a partir de um conjunto de edifícios que hoje se identificam como os seus centros históricos. E que determinaram esse desenvolvimento, porque cada um dos vários edifícios terá desempenhado, em cada cidade, funções de natureza religiosa, ou política, ou administrativa, que os constituíram como polos de atracção. Rodeados por "muros", os centros combinaram ao longo do tempo uma série de elementos que foram garantia da sua reprodução como centros, porquanto essas simultaneidade e articulação são a expressão da dinâmica do centro enquanto tal.

O desenvolvimento inicial destas cidades gerou uma configuração que se materializou na edificação de casas de pequena dimensão, de que as zonas designadas como Judiaria e Mouraria são geralmente aquelas em que o modelo em questão melhor se concretizou; e deu origem a uma profusão de arruamentos que, em uma ou outra circunstância, cedeu o lugar à presença de largos e praças.

Estes podem, nas cidades que referimos, como em quaisquer outras, ser quadrados, circulares ou, menos frequentemente, triangulares. Por sua vez, as ruas serão abertas de um ou de ambos os lados e neste caso fazem a ligação entre dois espaços definidos, ou entre pontos não definidos; é essa ligação, ou a

intencionalidade do traçado, que é pressuposto das designações, respectivamente, de "corredor" e "passeio público"⁽⁹⁾.

Para além dos aspectos que reforçam a ideia de semelhança entre as cidades do Alentejo, outros há que as distinguem e dos quais ressaltam, mais que eventuais questões de pormenor no âmbito da sua morfologia, os tempos, como a capacidade de afirmação do ponto de vista da sua expansão. Cabe contudo a alusão, mesmo ao nível morfológico citado, aos elementos cuja especificidade pode ser determinante, na sua cidade, de uma organização própria.

Em Beja, são suportes da estrutura urbana a Torre, a muralha e as portas, cuja presença tende hoje de alguma forma a ser aplicada pela nova arquitectura aos lotes industriais surgidos no eixo de ligação do centro à zona envolvente. Da sua articulação com as composições referidas como estruturantes, resultam as imagens possíveis da cidade; fundamentais porquanto determinantes das "respostas" à mesma cidade, estas imagens variam, como em qualquer localidade, consoante a direcção a partir da qual nos aproximamos. E em Beja, para quem vem de Lisboa a Torre surge como a nota mais clara no perfil da cidade; este é bem menos nítido para quem vem do Algarve; e na direcção de Serpa a cidade aparece súbitamente, como um acontecimento inesperado ...

Em Évora, uma parte dos elementos estruturantes constitui a "Acrópole", que é a zona mais alta da cidade, um conjunto de edifícios monumentais, a partir dos quais e nas diversas épocas, o desenvolvimento da cidade seria condicionado. Trans-

ferida a função de suporte da organização da cidade para a Praça de Giraldo, Évora distingue-se não por um facto que tende a ser comum às outras cidades mas, essencialmente, porque conta com um centro histórico que corresponde a toda a área intra-muros da cidade. Tal como em Beja, as portas são também o elemento gerador de uma organização que não é só interna, mas condiciona, para além das dependências da cidade, a sua expansão.

As mesmas portas pressupõem, naturalmente, direcções que são o reflexo de uma rede de relações e a causa desencadeante também de imagens específicas. Se a cidade aparece em relação a cada uma das suas entradas com contornos nítidos e um destaque evidente para a Catedral, as direcções W e SW, a primeira de Lisboa, logo a mais importante em termos de "circulação", revelam da cidade uma imagem antecédida de edifícios novos sem sentido ... A cidade surge, no entanto e como em qualquer das direcções, sem que seja apercebida a muralha, que apenas de muito perto traz memórias de isolamento.

Mais cedo acontece a muralha de Elvas a quem chega; contudo, a experiência relativamente ao itinerário mais importante é semelhante. A cidade desenvolve-se, como as outras, a partir de elementos estruturantes; todavia, como Évora, conta com uma muralha recente cuja preponderância, aliada á permissão de contactos facultados pelas portas, lhe confere uma imagem de intimidade especial.

Portalegre faz suportar pelos degraus da serra de São

Mamede o seu casario branco; e o acidentado da paisagem faz da cidade uma visão inesperada, qualquer que seja o ângulo de aproximação. No entanto, em cada situação a silhueta da cidade surge após uma ruptura provocada quer por edifícios, cujas dimensões e forma os associam sem esforço à sua função fabril, quer por residências seiscentistas de grandes dimensões, que impuseram o barroco à arquitectura da cidade.

Em qualquer caso, cada uma das cidades referidas é susceptível de uma zonagem que é a materialização de uma evolução e que é reflexo, ao mesmo tempo, dessa estrutura, evidenciando, pois, as diferenças socio-económicas, como as eventuais situações de segregação social. E se zonas há em que as casas são de um só piso, de pequena dimensão e em que o branco das paredes faz realçar a ausência de pormenor nos acabamentos, outras existem em que predominam edifícios de dois pisos, eventualmente três, com grandes dimensões e portas e janelas amplas, frequentemente pátios, a utilização corrente de materiais nobres como ferros, cantarias e molduras de granito que o mesmo branco evidencia, e uma certa persistência do rodapé cinzento; reveladas muitas vezes de forma surpreendente, dada a frequência com que a estrutura irregular das ruas, normalmente estreitas, é quebrada pela existência de becos e "coto-velos".

E a circulação possível, dependente logicamente do traçado das ruas, é uma vertente da imagem que a cidade faculta aos seus habitantes, sinónimo para uns de liberdade, para outros de uma limitação asfixiante... Num contraste sempre com a rede

viária extra-muros, em que as ligações directas a uma rede circular tendem a facilitar os acessos "por fora".

Sem obedecerem a uma distribuição regular, as casas grandes, construídas por famílias tradicionais da região, incluem quase sempre quintais; e o verde que os habita é também elemento importante da percepção da cidade; aliás, em Beja o verde urbano privado é mais emblemático que o verde urbano público, não apenas pelo seu significado socio-económico mas também pela escassez de parques e jardins públicos.

Em contrapartida, em Évora o verde urbano distintivo é essencialmente público e o mobiliário urbano é notoriamente mais rico que nas outras cidades; talvez daí que a imagem feita de surpresas constantes e pormenores sempre novos, seja predominante em confronto com a que é deixada pela circulação difícil.

Do ponto de vista da evolução recente, cada uma das cidades assistiu nas últimas décadas a um processo de crescimento que não logrou controlar. Salvaguardada a relativização inevitável, para além da expansão física que foi o suporte do aumento demográfico, o crescimento integrou a substituição de funções dos edifícios no interior das suas zonas mais antigas, em que a função residencial se viu preterida para dar lugar a uma função comercial e de serviços, na lógica da urbanização das cidades europeias.

Uma consequência disto foi a ocupação de novas áreas periféricas, no processo referido de expansão física, de que tem

resultado uma zonagem bem mais evidente que no casco velho das cidades, eventualmente consequência de uma segregação social a tomar forma.

Beja viu o seu crescimento condicionado por um imobilismo interrompido apenas nas décadas de 1940 e 1950, como consequência da mecanização da agricultura, porquanto o êxodo rural que daí adveio forçou a construção de alguns bairros. Nas primeiras fases de expansão a cidade estendeu-se essencialmente para SW, NW e W, concretamente nas direcções do litoral e dos acessos a Lisboa, para na década de 1970 iniciar uma nova fase de expansão na direcção N, seja de Évora. Na generalidade bairros destinados a uma população vinda do campo sem grandes recursos, em alguns casos bairros económicos ou de construção ajudada, até 1980, Beja não veria o seu crescimento materializar as necessidades, em termos de habitação, de uma classe média alta, com a inevitável construção de bairros de vivendas. É essencial, de qualquer modo, a referência ao facto de a cidade não se expandir para E, ou sequer NE e SE, como se o estigma da interioridade inviabilizasse essa expansão.

Évora contava em 1930 com três bairros, determinados dois pelo caminho de ferro a SE e o outro pela fábrica dos Leões, a NE da cidade. Para além disto, o imobilismo que caracterizou a região durante décadas seria interrompido, como em Beja, pelo afluxo de população agrícola á cidade após a mecanização da agricultura. E a expansão verificada essencialmente para NE e E, só em 1960 se estenderia para NW, com um bairro de vivendas destinado a uma camada da população com recursos económicos

elevados. Quase todos clandestinos até á década de 1960, os bairros aconteceram especialmente condicionados pelos preços do solo; e a distância física a que ficam do centro reflecte a distância social. Mais tarde, parece começar a prevalecer uma planificação a apontar para a ideologia da normalização, porquanto, apesar da recuperação de elementos arquitectónicos tradicionais, os novos bairros não revelam qualquer indício de criatividade. Há ainda a tentativa de ligação das diferentes áreas residenciais, contudo cabe uma referência ao facto de haver uma distribuição bastante equilibrada da construção na primeira linha de expansão da cidade.

Portalegre, sem decalcar os casos de Évora ou Beja, tem passado por um processo de expansão física idêntico, seja do ponto de vista das características do próprio crescimento como do seu faseamento. Porém, na envolvência da cidade é importante o conjunto de residências que, nos séculos XVI e XVII, vieram povoar a periferia de uma cidade cuja situação geográfica lhe facultava um conjunto de qualidades que constituíam uma alternativa à vida dita urbana.

Por outro lado, Portalegre conta, no lugar do que em Évora constitui a coroa de aglomerados periféricos e em Beja são já freguesias rurais, com uma quantidade significativa de quintas, hortas e pomares, que tem a ver com uma estrutura fundiária que afasta a zona das características regionais. No entanto, as quintas não têm inviabilizado a expansão da cidade, cujas direcções preferenciais vêm sendo, ao longo do

tempo, norte e este, concretamente no sentido de Niza, Castelo de Vide, Marvão e Espanha.

A expansão de Elvas não se afastou substancialmente das restantes. Porém, a existência de uma muralha "evidente" funcionou como um obstáculo não propriamente à saída, mas fundamentalmente à entrada, o que se reflectia na escassa vantagem de residir perto. A necessidade de responder à população vinda do campo, como, na década de 60, ao surto de procura de casas fora da cidade, conduziu ao aparecimento da primeira zona de expansão, para N e NW, em que predomina a construção barata e eventualmente de características sociais.

Condicionante de uma expansão específica tem sido a estrada Lisboa/Elvas, como que a única alternativa à saída para Espanha; ao longo da referida via, a cidade tem criado estruturas de apoio a uma população que apenas vê Elvas de fora, a caminho de Badajoz ...

Tal como nas outras cidades, o aumento demográfico por um lado, como o custo demasiado de manter uma residência no interior de uma cidade em que o comércio e os serviços disputam o espaço, por outro, foram factores desencadeantes da ocupação de uma vasta área a S e SW por vivendas primeiro, mais tarde por prédios com vários fogos, da responsabilidade ou destinados a uma classe alta e média com um poder de compra reconhecido.

6.3 - A Estrutura Social

O conceito designa, segundo Radcliffe - Brown, "a rede complexa de relações sociais que existe realmente e une seres humanos individuais num certo meio natural".

Num sentido mais restrito, entendemos os elementos da organização socio-económica, nomeadamente a estrutura socio-profissional das sociedades. Integra portanto, o referido conceito, aspectos como a renda, o *status*, o poder, naturalmente interligados e associados, em graus de interacção variáveis e numa relação de maior ou menor dependência, à origem social e ao tipo de trabalho.

A evolução da sociedade pressupõe transformações mais ou menos acentuadas da estrutura social: da substituição de classes à variabilidade do conceito de poder; da mudança dos factores de status à alteração dos níveis de prestígio relativos a cada profissão que o tempo, motor da evolução dos quadros de valores, altera mais ou menos significativamente; da forma como a sociedade se organiza e se movimenta, à dinâmica dos jogos de poder, à influência dos campos de força em presença que não têm, naturalmente e em circunstância alguma, um carácter definitivo.

A quantidade de definições possíveis para cada uma das noções referidas como, por outro lado, a aproximação de cada uma à possibilidade de um conceito genérico e global, é a razão para a adopção de conceitos que, sem coincidirem exacta-

mente com a posição de nenhum dos autores consultados, não contradizem, obviamente, as suas propostas teóricas. Nesta perspectiva, entendemos o rendimento não só como a remuneração do trabalho ou do investimento mas, mais concretamente, como o nível de riqueza, o dinheiro de que um indivíduo, ou um agregado familiar, pode dispôr para o consumo. O status é o grau de prestígio que a sociedade confere a cada um e que depende inevitavelmente da preponderância, maior ou menor, que em cada conjuntura a sociedade dá aos diferentes factores desse prestígio. O poder, no contexto em questão, materializa-se na influência que cada um tem num meio determinado e mais ou menos vasto; e traduz-se, em termos quantitativos, no número de subordinados ou dependentes no âmbito profissional; ou, de um ponto de vista social e fundamentalmente qualitativo, no acesso como que inerente às vantagens disponíveis ("favores", convites, etc).

Sem cairmos no quase lugar-comum da "responsabilização" da Revolução Industrial pela evolução recente da sociedade, pelo excesso de repetições que tal situação arrastaria, é inegável que o alargamento da possibilidade de um trabalho às mulheres, bem como posteriormente e cada vez mais, ser o nível de instrução um factor principal do tipo de trabalho, constituem o suporte de uma estrutura em que a profissão é, na maioria das sociedades, uma das condições primeiras da estratificação social, porquanto é determinante, em grande parte, do nível de rendimento, de *status* e, conseqüentemente, de poder.

Assim sendo, é necessário, para a análise da estrutura social nas localidades caracterizadas como cidades, uma abordagem da distribuição da população activa pelos diferentes sectores de actividade e se possível, em cada um destes, pelas profissões mais representativas. Daí advirá, provavelmente, um contributo para a percepção de uma realidade que é resultado da associação dessa distribuição com os restantes factores referidos.

O tecido socio-profissional tem como pressuposto a associação citada; e a sua evolução recente tem uma relação de reciprocidade com o processo de urbanização. Este é o motor da criação de novas actividades, determina valorações sociais diferentes das múltiplas profissões e/ou ocupações; mas os novos tipos de trabalho, pelos níveis de rendimento que permitem e as novas formas de relacionamento que incentivam, ou alteram, ou eventualmente anulam, actuam como factores de aceleração ou desaceleração da "efectivação" do fenómeno urbano.

O Alentejo, no conjunto das suas cidades, evoluiu, durante o período em análise e a nível geral, de uma situação em que uma maioria substancial da população activa, da ordem dos 60% a 70%, trabalhava no sector primário, para uma outra, em que o número de trabalhadores no referido sector se viu reduzido em cerca de três quartos do seu total em 20 anos, seja entre 1960 e 1981.

Isto reflecte, para além de aspectos que se prendem directamente com a evolução da própria actividade agrícola,

transformações profundas numa sociedade que, apesar da imutabilidade geralmente apontada pelo senso comum, vem sofrendo um processo gradual no sentido, pelo menos, da urbanização das actividades económicas (Quadro nº 29).

Centramos a análise, pelas razões referidas em capítulos anteriores, a partir de 1960. Como primeiro elemento ressalta o facto de, numa região em que a densidade populacional é da ordem dos 20 hab/Km², os concelhos cujas capitais se classificaram como centros urbanos surgirem com uma densidade no mínimo próxima do dobro da sub-região a que correspondem. Trata-se de um indicador importante da concentração populacional já mencionada, que se acentua com a perda sistemática de população pelos concelhos em causa, excepção feita para o concelho de Évora.

Indicador por sua vez do processo de urbanização, a concentração populacional corresponde aqui a uma quebra extremamente acentuada que, todavia, não encontra nas diversas localidades o "eco" que deveria corresponder-lhe em matéria de alternativas de emprego. A falta de expressão do sector secundário, cuja presença é apenas sensível em Portalegre, associada ao baixo nível de qualificação exigido pela maioria das actividades existentes, pode, no entanto, ser factor de uma falsa urbanização.

Predomina nas quatro cidades em causa o sector terciário: Elvas, com a maioria da sua população activa em estabelecimentos comerciais e restaurantes, Beja com predomínio de funcionário e trabalhadores de serviços, alguns no sector da

QUADRO 29 - POPULAÇÃO ACTIVA NAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES POR DISTRITO

DISTRITOS	BEJA			ÉVORA			PORTALEGRE			SETÚBAL		
	1960	1970	1981	1960	1970	1981	1960	1970	1981	1960	1970	1981
ACTIVIDADES												
AGRICULTURA (todo sect. Prim.)	71% 77678	62% 49595	39% 48096	62% 53394	41% 34510	35% 47903	65% 48906	59% 33195	35% 35201	34% 52418	20% 36385	9% 48210
INDUSTRIA EXT.	3018	-----	2448	1492	-----	3105	56	-----	260	1190	-----	795
INDUSTRIA TRANS.	8066	-----	23167	9057	-----	28561	8088	-----	21405	45800	-----	204537
TOTAL	10% 11084	15% 11880	21% 37703	12% 10549	19% 15805	23% 31666	11% 8144	13% 7185	22% 21645	31% 46990	4% 88785	49% 205332
CONSTRUÇ. CIVIL+ ELECTRICID., ETC.	2949	-----	8584	3798	-----	71331	3034	-----	5763	12335	-----	31042
TRANSPORTES + COMUNICAÇÕES	1592	1890	2338	2037	2415	2327	1823	1495	2115	9101	11770	19506
COMERCIO	4754	4045	6293	4838	9640	6965	3441	2885	4726	12185	15140	29630
BANCOS + SEGUROS	175	20 ^(a)	499	322	60 ^(a)	762	129	15 ^(a)	527	950	350 ^(a)	5454
SERVIÇOS	9,5% 10156	15% 11880	25,5% 31480	13% 11423	26% 22465	29% 39998	12% 9665	20% 11345	30% 30324	12% 18624	16% 28480	35% 180787
TOTAL CONTADO	108388	79310	122905	86367	84895	136754	74742	56120	100301	152603	181360	519961

FONTE: INE, Censos 1960, 1970, 1981 (dados agregados para uniformizar a classificação; note-se que em algumas situações apenas há uma aproximação porque mesmo a recolha de dados foi diferente nos vários anos). No total aparecem apenas as actividades classificadas. Setúbal inclui todos os seus concelhos, logo não é significativo porque os 4 concelhos alentejanos são os menos industrializados as percentagens são sobre o total das actividades classificadas (total contado) e foram só mencionadas quando o seu valor o justificou.

educação; tal como Évora, onde, contudo, o peso da educação como empregador é maior; finalmente Portalegre, também semelhante às duas cidades anteriores, mas com percentagem mais significativa no comércio.

Em todas as situações o sector assenta em pequenas empresas com menos de cinco trabalhadores e, à excepção de Évora, quase não existem quadros superiores e menos de 50% dos profissionais são qualificados, havendo mesmo cerca de 16 a 20% sem qualquer tipo de qualificação. Deve-se isto a que uma quantidade significativa destes trabalhadores tenha vindo directamente de um sector primário em que grande parte do trabalho era "indiferenciado". E tem como consequência directa a incipiência de uma classe média que não tem formação, sequer, para se assumir como tal, facto que lhe retira qualquer eventual eficácia como "motor" do processo de urbanização.

Em qualquer caso, a estrutura social consistia, até há poucas décadas, na dicotomia patrão-assalariados, com a posse da terra como factor primeiro de prestígio social. E a terciarização tem sido a causa da alteração dessa estrutura, porque vem desenvolvendo, ao longo do processo de substituição das actividades, a classe média mencionada.

Esta surge na região com uma composição menos complexa que aquela que, por natureza, a caracteriza; porque é a coabitação de uma camada da população cujos rendimentos estão muito para além do que corresponderia ao seu baixo nível de instrução e, por outro lado, de uma outra cujo grau de instrução lhe não faculta os rendimentos esperados... Porque o seu acesso

lógico às vantagens, como ao poder, acaba por ser essencialmente uma proximidade do poder por vias diferentes, eventualmente com objectivos opostos.

Daí, a falta de coesão como classe e a consequente incapacidade para alimentar um processo efectivo de urbanização, que acaba por se materializar numa expansão que é apenas inevitável, porque é o fruto de um processo global de evolução do país.

Do contexto analisado, porém, Évora acaba por gerar uma classe média mais participativa, mais eficaz enquanto delinea-dora de um processo encetado de expansão da cidade. A importância das actividades ligadas com o sector da educação, os equipamentos culturais existentes, o maior número de quadros médios e superiores conferem à sua classe média uma consciência que acaba por justificá-la.

Importa o conceito de classe média enquanto susceptível de ser influenciado ou actuar como factor da urbanização. Porque esta pode produzir alterações mais ou menos profundas, não só na estrutura da sociedade na perspectiva das classes que a integram, como também ao nível do próprio conceito. A urbanização incrementa a mudança de valores no âmbito do consumo, da ideia de bem estar, da reclassificação inconsciente das próprias necessidades, mesmo das relações familiares e de trabalho, por exemplo, de cuja expansão advêm projectos, interesses que são uma parte do fermento de uma mobilidade social que se concretiza no avolumar da classe média. Ao mesmo

tempo, a classe média ganha em dimensão e heterogeneidade, o que implica a sua redefinição, tal como a classe alta se altera pela ascensão da anterior, que obriga à divisão entre "os de origem" e "os novos". Os primeiros, de origem, correspondem a indivíduos e/ou famílias tradicionais na sociedade regional ou nacional; ou pertencem à classe superior há gerações suficientes para não recordarem a época, ou o meio, pelo qual aí chegaram. Os segundos, são os que há pouco deixaram a classe média e são aceites por compromissos assumidos, ou por se lhes reconhecerem atributos, nomeadamente poder político ou dinheiro; são designados de novos ricos, "patos bravos" ou arrivistas.

Por outro lado, a expansão do fenómeno urbano não ocorre ao mesmo ritmo em qualquer tipo de estrutura social. É nas sociedades em que a classe média tem uma presença significativa e activa, em que consequentemente a mobilidade social é viável e o poder é passível de "mudar de mãos", que a urbanização acontece de modo evidente, pela via de um processo de modernização cujas vertentes são quase invariavelmente fruto da citada classe média.

Retomando a questão do conceito, do ponto de vista de Jean Rémy⁽¹⁰⁾ este tema implica uma consciência de classe, da sua pertença a um grupo de homens cujas condições de existência são mais ou menos semelhantes. Quer dizer que uma classe social assenta num leque mais ou menos limitado de profissões, ou níveis hierárquicos equivalentes nas diferentes profissões, em interesses com algumas afinidades, em capaci-

dades económicas não muito diferenciadas ou, pelo menos, materializadas em consumos que oscilam em intervalos mais ou menos definidos. Em última análise, significa que uma classe se identifica por quanto a distingue e a separa das outras, situando-se frequentemente em oposição a quantas têm um projecto diferente do seu; e assenta em factores normativos definitivos (valores, crenças, normas) se é baixa; e em factores socio-psicológicos temporários suportados pelas necessidades e aspirações, se é uma classe alta.

Numa sociedade em que a estratificação é profunda, em que a estrutura assenta na existência de duas classes claramente distanciadas pela situação económica, pelos interesses quer de natureza social, como política, a consciência de classe é implícita porque, independentemente da sua maior ou menor aceitação, as diferenças são por demais reconhecidas pela sua evidência.

Contudo, sempre que a sociedade tende a evoluir para uma situação em que a mobilidade social é determinante de uma faixa gradualmente mais alargada que, em relação aos dois estratos referidos, se pode designar de intermédia, a identidade, ou melhor, a consciência de classe, tende a diluir-se devido à indefinição dos limites em que se move a referida classe. Aliás, a acrescentar a essa indefinição há toda uma dinâmica no âmbito da mesma faixa, em que as variações, as trocas de posições, os projectos sucessivos, a confusão entre a realidade que se é e o modelo que representa o que se queria

ser, estão na origem de uma falta de identidade que, se permite que a maioria substancial da população aceite nivelar-se na classe média, faz da mesma uma classe de alguma forma incaracterística. No entanto, a extensão, como a heterogeneidade da classe média, podem provocar o seu fracionamento, que pode concretizar-se em oposições mais ou menos latentes, em projectos irreais, em processos de ruptura com a origem; situações que "caiem" na mesma designação genérica, porque não ocupam qualquer das classes extremas da hierarquia social. E a consciência de classe existe, mas apenas ao nível da fracção que integra, nunca da imensa classe média não só incaracterística como, em última instância, insusceptível de se definir como classe.

Em síntese, as eventuais mudanças na estrutura social no que concerne ao aparecimento de uma classe média, ou às variações do seu peso relativo, ou á sua capacidade para alterar a própria sociedade, que ocorrem simultaneamente com mudanças no ritmo do processo de urbanização, coincidem com alterações no conceito de classe em termos teóricos. Este passa a designar um conjunto de indivíduos que, independentemente da sua consciência ou não de pertença a uma classe determinada, pode ser identificado com ela a partir de fora, na medida em que cabe dentro dos limites que a definem.

É esta forma de identificação que nos permite distinguir os "notáveis". De um modo geral figuras cuja origem eram famílias tradicionais, associando posteriormente essa condição a qualidades que lhes permitiam ocupar funções de prestígio, os

notáveis têm sido substituídos, não só no que diz respeito aos homens, como no que se refere ás referidas funções.

Creemos que tal se deve ao facto de a sociedade valorizar hoje atributos, bem como funções, diferentes e em consonância com os valores que a classe média, que referimos gradualmente mais significativa, vem impondo, apoiada no processo de urbanização que passa necessariamente pela expansão desses mesmos valores.

Numa região em que até há bem poucas décadas a estrutura social assentava em duas classes, a primeira restrita em termos quantitativos e detentora do poder económico, logo dos social e político, a segunda muito numerosa e na quase totalidade composta de assalariados; numa estrutura que era resultante de uma economia quase exclusivamente agrária e baseada numa prática agrícola extensiva, em grandes unidades de exploração que coincidem com grandes propriedades; e sem funções na cidade que permitissem á escassa população que desempenhava as poucas existentes uma posição económica relativamente confortável, as cidades do Alentejo apareciam como sistemas de fácil caracterização, eminentemente rurais e inseridas num contexto cuja identidade ajudavam a perpetuar.

O conhecimento recíproco dos seus habitantes era característica inerente, pelo menos ao nível de vastas zonas das cidades; as relações pessoais diluíam, pelo menos aparentemente, as dependências existentes; contudo, nada disto excluía numa nítida diferenciação dos estratos sociais. Destes emergia

sem grande convicção uma classe média específica; que era no entanto uma realidade cuja influência, se não ia além do âmbito local, encontrava neste um espaço para o exercício do seu poder limitado, mas "cómodo" para a classe superior, ao mesmo tempo apoiada e aliviada das funções integrantes desse poder menor. A saúde, a educação, a religião, a segurança, bem como os cargos administrativos ligados a essas actividades como a função pública, representavam o "contingente" essencial de uma camada da população à qual se associavam alguns profissionais liberais e pequenos comerciantes.

Sem ligações óbvias ao poder central, era a classe superior que tinha acesso a esse nível de poder, porquanto era ela que colocava os seus representantes nos lugares-chave regionais (governo civil, câmaras, etc), como eventualmente tinha elementos seus em cargos próximos do governo (deputados à União Nacional, Ministérios da Agricultura e da Justiça, por exemplo), sem poder de decisão notório no âmbito das políticas de desenvolvimento regional ou sequer local, era porém um grupo com capacidade, no caso particular dos "funcionários", para incrementar ou boicotar qualquer processo. As profissões liberais representavam, no seio da mesma classe, uma camada da população cujos rendimentos, algumas vezes bastante elevados relativamente à região, a posicionavam hierárquicamente bem na escala social; dela saíram com frequência alguns "notáveis" - eventuais agentes de ligação com o exterior como juizes, bispos, professores, médicos, autoridades militares ou paramilitares, por exemplo; e cujo acesso ao relacionamento com os

grandes proprietários mais tradicionais, de algum modo notáveis pela origem, veio ficando, ao longo do presente século, cada vez mais fácil, porque gradualmente mais vantajoso para ambas as partes. Os primeiros tinham como objectivo um prestígio que esse relacionamento facultava; os segundos, por convicção passivos e conseqüentemente afastados de quaisquer funções executivas, recebiam como moeda de troca serviços ou, no mínimo, maior celeridade na resolução dos seus assuntos de natureza burocrática e/ou administrativa.

Daqui advinha uma certa competitividade resultante da tentativa, por parte dos primeiros, de reproduzirem atitudes e práticas dos últimos, os quais, de modo inconsciente mas sistemático e instintivo, recriavam sucessivamente novas diferenças ...

Neste contexto, a mobilidade vertical era, todavia, incipiente, quase inexistente a determinados níveis.

Apesar da generalização possível destas considerações ao âmbito das várias cidades da região, diferenças há que, nomeadamente em quanto diz respeito à classe média, nos deixam concluir pela existência de especificidades locais que são simultaneamente conseqüências e eventuais factores de divergências na perspectiva do processo de urbanização.

Existe efectivamente nas cidades do Alentejo uma classe média que, embora quantitativamente pouco expressiva até há poucas décadas, manifesta de há algum tempo a sua presença. No entanto, em Beja a referida classe não foi o resultado de um

processo de industrialização e/ou modernização, integrador quer da criação de novas actividades como do incremento do nível geral de instrução; não poderemos pois, a partir daqui, falar de fenómeno urbano de facto. Mesmo fases de maior crescimento económico como o foram a Campanha do Trigo e a fase inicial de mecanização da agricultura, não constituíram senão um reforço da bipolarização social que existia, ao mesmo tempo que cimentaram, nas cidades, o poder efectivo dos agricultores que cada vez mais aí passavam a residir.

Em Portalegre, porém, a industrialização ocorreu, sem no entanto se traduzir num processo real de modernização; o que em Évora, aliás, as multinacionais também não conseguiram⁽¹¹⁾.

Verificámos a bipolarização mencionada, aliás, para o conjunto das cidades em análise. Do mesmo modo, a mudança referida na alínea anterior de uma situação agrária de sobrepopulação para uma outra, (Quadro nº 29) em que a população tende a "passar-se" para o sector terciário, ainda que sem a conveniente preparação, significa também genericamente e na prática, a urbanização das actividades; mas que é só teóricamente a de uma parte restrita da população que passa a trabalhar na cidade. Esta população mantém na generalidade não só os valores, como as práticas aos mais diversos níveis.

Todavia, a mesma população ganha, enquanto proprietária do seu novo pequeno estabelecimento comercial, ou como detentora de um novo trabalho agora "limpo", um estatuto necessariamente diferente; e este distancia-a de uma origem que, na maioria das vezes, não é proveitoso recordar. Trata-se de uma

nova camada social, mais identificável pela profissão-ocupação que pelo nível de rendimento, que nas primeiras gerações pouco ascende além da base de uma classe média local recente⁽¹²⁾.

Segundo o autor, trata-se da *lumpen-burguesia*, constituída essencialmente de pequenas empresas em que trabalham pouco mais que o proprietário e os seus familiares, frequentemente fora de horas e com vencimentos irrisórios.

Surtem contudo, neste contexto, algumas diferenças mais ou menos notáveis entre as cidades alentejanas.

Em Beja temos verificado a tendência para a consolidação de uma classe comercial, cujos estabelecimentos locais de dimensão média não só sobrevivem, como se reforçam; deve-se isto ao facto de a área de influência directa da cidade, seja a grande maioria dos concelhos do distrito, ser realmente dependente de Beja, bem como, especialmente, a que a população residente não tenha o hábito de se deslocar a outras localidades para fazer compras, pelo peso de uma tradição construída de acessos difíceis, nomeadamente a Lisboa.

Em Évora, até 1980 os estabelecimentos comerciais de boa dimensão não se puderam implantar porque, ao contrário de Beja, sempre foi característica das camadas sociais com maior poder de compra deslocarem-se a Lisboa para a materialização das suas ambições em matéria de consumo.

Há um outro aspecto notável de âmbito local: a existência e nos últimos anos a profusão, de um comércio sem qualidade em Elvas, destinado a um público consumidor espanhol, cujo

poder aquisitivo o justifica cabalmente; aqui, os comerciantes são identificáveis como classe média não pela profissão/ocupação — frequentemente trabalham no vão de uma escada, mas pelo nível dos seus rendimentos e, conseqüentemente, pelos seus consumos.

A classe média inclui, porem, na totalidade destas cidades, os novos "funcionários", que dos seus antecessores apenas guardam as funções; o antigo poder, mais ou menos discreto, de manipulação dos diversos processos, restringiu-se em termos quantitativos e viu-se substituído por um outro poder, assente cada vez mais em alianças e compromissos de natureza essencialmente social e política. E se no Alentejo, na última década em análise, se começou a assistir a uma descaracterização em termos de imagem dos funcionários tradicionais, (que passaram do "guarda-pó" em algumas escassas circunstâncias e das quase inevitáveis "mangas de alpaca", ao uso recente quase obrigatório do fato e gravata, a que a pasta mais recente acrescentou o último elemento da imagem conhecida do "executivo"; imagem que era sustentada pelo facto de as referidas alianças terem implícito um projecto de identificação, pela semelhança com as camadas superiores), as cidades, mais recentemente, vêm-se confrontadas com a presença de um novo funcionalismo, fundamentalmente constituído em termos de impacto por "quadros" médios e eventualmente superiores.

Em Beja, Elvas e Portalegre, mas mais concretamente nas duas primeiras cidades, o funcionalismo fez-se de elementos importados; mas na totalidade da região vive de uma imagem que

cabe na designação de Wright Mills de "colarinhos - brancos"(13).

Detentores do ensino secundário no que diz respeito ao grau de instrução, começa a surgir, no início dos anos 80, a sua ascensão a um nível de instrução superior, sem que, contudo, o seu *status* aumentasse para uma posição equivalente. Aqui marca a região uma característica rural-tradicional, poquanto o obstáculo a uma potencial ascensão mais rápida reside na origem social; que é, posto isto, também um entrave à efectivação de uma urbanização clara em que a classe média, quantitativa como qualitativamente, tenderia a absorver uma camada superior da população que se reservaria um papel simbólico na existência das cidades.

Rural - tradicional é nas várias vertentes a componente menos representativa dessa classe média. Do campo enquanto agricultores, residem na cidade sem que a sua presença tenha expressão. Na maioria pequenos ou médios agricultores(14), a sua falta de dinamismo no âmbito das questões locais e regionais, a sua ineficácia devida à falta de instrução, não têm permitido à grande maioria destes individuos ascender para além de uma faixa da classe média que se limita a ser o suporte dos detentores do poder. Detentores de uma personalidade calculista associada a uma forte necessidade de afirmação, chegam por esta via algumas vezes a um sucesso financeiro que a sociedade reconhece, mas discrimina, relativamente ao mesmo sucesso em profissões de outros sectores. É prémio vulgar

apenas para os cidadãos do dinheiro novo um convite para uma qualquer direcção de carácter associativo a precisar de reforços materiais⁽¹⁵⁾...

Naturalmente que, na mesma perspectiva do fenómeno da urbanização, o aumento do grau de instrução não pode deixar de ter um significado essencial, até devido ao modo como vem ocorrendo. Assenta, por um lado, num grupo mais ou menos reduzido de intelectuais que com o incremento da universidade, em Évora, são facilmente reconhecidos como os representantes do saber. A sua aceitação pela classe social superior das cidades não é fácil, ou não ocorre, se bem que a menor quantidade seja sinónimo de maior prestígio; e a aproximação em termos sociais acontece com o poder político local e/ou regional.

Pela diferença, seja o conjunto de elementos que fazem dos referidos intelectuais uma categoria social específica, como pela influência que detêm, tanto pela via da expansão do conhecimento como, de certo modo, das ideias, os intelectuais integram, quando se destacam do ponto de vista da hierarquia no seu próprio contexto, os "notáveis"⁽¹⁶⁾. Estes incluem actualmente, em substituição do padre, do professor ou dos representantes da justiça, "quadros" ou empresários cujas ligações políticas, mais que as funções desempenhadas ou o dinamismo desse desempenho, lhes conferem posições que, independentemente e acima do prestígio, lhes asseguram uma influência e um poder consideráveis.

Em conexão com o prestígio, mais explicitamente com o seu carácter subjectivo, existe uma outra categoria de intelec-

tuais, cuja presença se materializa em práticas cujos objectivos são de natureza artística e/ou cultural. Os centros culturais, os artistas plásticos, alguns artesãos, os profissionais da informação, pese embora a leitura subjectiva da sua qualidade, são sustentados por uma "burguesia"⁽¹⁷⁾ ávida de uma afirmação social que crê ver concretizada, através da demonstração aos mais diversos níveis; de entre, estes o efeito da "cultura" é fundamental, na medida em que esta é ainda, no Alentejo, uma "novidade".

Do ponto de vista que citámos da notabilidade, se a mesma é relativamente transitória no plano individual, tende entretanto, na região e enquanto se mantiver um processo de urbanização que aparece lento, a persistir como integradora de um conjunto de valores específico. Isto porque cada vez é mais importante o papel dos notáveis na ligação ao exterior. E neste contexto, o Alentejo "digere" a inclusão das mencionadas famílias simbólicas a quem vai, obviamente, buscar o prestígio difícil de alcançar e que é, numa parte substancial, sustentado pelo mesmo conjunto de valores.

Para além das especificidades locais, as cidades constituem-se assim, na região, como uma estrutura em que os extremos da hierarquia social, reduzida a sua importância real, são, e pela inexistência de um poder/influência mais ou menos definitivo, peças fundamentais e parcialmente periféricas de um xadrez em que o "canibalismo" é garante da sobrevivência; e que tende a usá-las, com finalidades necessariamente opostas,

como bastiões de uma situação sociológica que é sinónimo da sobrevivência das próprias cidades. Outra realidade poderia significar cidades diferentes... a alteração mais ou menos profunda do quadro de valores e formas de relação entre as cidades e o campo também diferentes.

6.4 - Valores Urbanos e Valores Rurais

"A parte do ambiente criada pelo homem"⁽¹⁸⁾ inclui necessariamente os aspectos materiais e os que, não materiais, lhes são subjacentes. Cada casa, cada rua, o conjunto das vias que constituem cada cidade, foram determinadas por formas específicas de estar na vida, de a entender, por um querer esta e não outra cidade, por um projecto que não é casual mas é, também ele, resultado do entendimento que fazemos da vida...

Este varia no tempo, como difere de um espaço para outro distinto; porque cada época como cada localização, seja cada situação conjuntural, está na origem de uma multiplicidade de técnicas, de regras, de direitos e costumes; ainda de valores, de modos de pensar, de atitudes e expectativas próprias que, em última análise, consubstanciam a cultura⁽¹⁹⁾.

Esta pode ser analisada de forma mais genérica ou mais particularizada; referiu-se respectivamente a áreas e/ou períodos mais ou menos alargados, a mais ou menos situações semelhantes a um modelo comum. E se é possível identificar áreas e/ou épocas culturais diferentes, por vezes consistindo essas diferenças apenas em elementos de carácter restrito, quando se trata de subculturas, são mais evidentes as divergências, eventualmente as contradições, entre ambientes cujas disparidades são profundas, seja do ponto de vista económico como geográfico.

Cabe neste último a situação em análise, porquanto se

refere à distinção entre a cidade, aqui coincidente com o urbano, e as zonas rurais que a envolvem. O facto de evoluírem normalmente a ritmos diferentes permite que, nos casos concretos das sub-culturas de uma qualquer cultura nacional, por exemplo, essa distinção se faça com maior nitidez.

Não é relevante aqui a questão da oposição cidade-campo⁽²⁰⁾, ou a do continuum rural-urbano, de que a cidade e o campo constituem os dois extremos, o primeiro resultante da evolução ecológico-cultural gradual do segundo. Mesmo as especulações de natureza eminentemente política, de autores para quem a designação de cultura urbana existe para legitimar a sociedade capitalista ocidental, ou as ideologias em geral, não são pertinentes numa análise que parte da existência de uma cultura específica de uma forma particular de vida, que é a materialização do fenómeno urbano. Naturalmente que há sub-culturas de uma cultura urbana; contudo, há essencialmente um quadro de valores ou, quiçá, um sistema que assenta na degradação ou na eventual ausência de valores, que teòricamente aponta no sentido da sobrevalorização do colectivo e efectivamente se constitui do mais puro individualismo, e que persiste na generalidade das formas ecológicas designáveis como urbanas.

Wirth⁽²¹⁾ justificou essas formas pela densidade e a heterogeneidade excessivas e sintetizou-as na superficialidade, no anonimato, na transitoriedade das relações interpessoais; na falta de participação e na anomia; no utilitarismo

das relações e das práticas sociais e na sua segmentação; por fim, na divisão e especialização das funções. Acrescidas, no conjunto, do consumismo, da sobrevalorização dos aspectos materiais, da mobilidade crescente na sociedade actual, cada uma destas características terá necessariamente um peso relativo diferente consoante o grau de urbanização, o ritmo a que esta ocorre, a maior ou menor concentração populacional, por exemplo; tal como cada uma das situações concretas que lhes correspondem, pode determinar que as mesmas características coexistam ou surjam de modo aparentemente mais ou menos isolado.

É evidente que, tratando-se de uma sociedade que "desvaloriza" genericamente o que habitualmente entendemos por valores, a sua caracterização vem por via da oposição à sociedade que assenta nesses valores. Tradicionalmente, com gradações embora diferentes, a sociedade rural encontrou a sua designação na necessidade de separação teórica relativamente ao novo modelo urbano.

E é da desagregação da primeira em termos de valores que nasce este último; ou, de outra perspectiva, o fenómeno urbano tem implícita para o seu desenvolvimento a desagregação dos valores rurais/tradicionais.

No contexto do quadro de valores e partindo da negativa que é a sua ausência nas "formações" urbanas, consideramos que são valores rurais a personalização das relações sociais, a participação na vida colectiva, a entre-ajuda, o reconhecimento das hierarquias, o enraizamento de usos e costumes que se

auto-justificam, ao nível da estagnação da sociedade, pela necessidade da sua própria sobrevivência.

Pomos a questão, nesta óptica, de saber se a expansão de valores própria do urbano, que referimos, traduz de facto um fenómeno de expansão; ou se não é mais que a desagregação de um quadro de valores, a descaracterização do que resta da sociedade tradicional, para desembocar na heterogeneidade mais ou menos incaracterística que é o fenómeno urbano ... Daí admitirmos que há uma multiplicidade de realidades urbanas.

Pode ainda aqui o Alentejo facultar uma abordagem relativamente esclarecedora da problemática em causa. A ela está, porém, associada uma outra vertente, que se prende com o simbolismo de um outro tipo de sociedade. Atendendo à classificação teórica dos símbolos, à forma de ligação que estabelecem entre os indivíduos e a realidade, se a disciplina necessária ao funcionamento da cidade está na base da profusão de novos símbolos, estes têm, no entanto, um carácter de tal modo generalizado que, resultantes da dinâmica urbana, integram o quotidiano da totalidade dos indivíduos que "usam" ou não a cidade, que aí residem ou não. E embora vivam da memória dos indivíduos, a sua persistência confere-lhes um carácter de tal modo evidente e imediato que a sua vertente metafórica já é sensível. Significa isto que tende a desaparecer toda a carga emocional e afectiva dos símbolos, para se acentuar o seu contributo na formação de uma memória colectiva.

A justificar parcialmente a ideia antes explanada da

expansão dos valores urbanos, pela interiorização que determina de uma disciplina que é a negação da criatividade, da espontaneidade, o simbolismo em questão não reduz o significado social da carga simbólica que sustenta a sociedade rural enquanto sistema de valores. Constituída de comportamentos e de práticas individuais e sociais aos níveis mais diversos, o seu enraizamento é a garantia da preservação de uma imagem e do reconhecimento de uma cultura cujo âmbito, mais ou menos restrito, lhe assegura a sobrevivência. As citadas práticas são ritualizadas, são atitudes manifestas que, pese porem a sua eventual racionalização, se prendem de algum modo com o imaginário colectivo da população.

Acrescido de elementos perfeitamente diferenciáveis, dos quais muitos povoam o quotidiano de uma parte representativa da população dita rural, o simbolismo em referência pode ter um significado socio-político bastante profundo; e que, consequentemente, pode ser determinante da dinâmica não só do processo de urbanização como, lógicamente, das relações existentes entre o campo e a cidade.

Temos vindo a analisar uma região determinada, em que identificámos as cidades no contexto que considerámos da coincidência com um fenómeno urbano definido pelo critério socio-demográfico. Carcaterizámos cada uma dessas cidades nas suas especificidades objectivas, o que, sem alterar a ideia anterior de uma certa homogeneidade, nos permite falar de algumas diversidades mais ou menos evidentes. É um reforço da ideia de homogeneidade regional o facto da integração sensível

e global no Alentejo, que está na origem do vasto número de "histórias" correntes que constitui um anedotário sobejamente conhecido.

Advém essa integração de respostas idênticas para estímulos semelhantes, de comportamentos generalizáveis. Mas cada cidade, como cada "sub-região", tem os seus próprios pontos de referência, feitos de figuras humanas, monumentos, factos, festas, que preservam imagens particularizáveis no conjunto de uma realidade regional mais vasta.

Podemos considerar as cidades no Alentejo com valores enraizados, os quais, no entanto, não são seu apanágio enquanto cidades; tal como a carga simbólica que em alguns casos os reflecte, esses valores cabem no que em termos gerais podemos chamar a "cultura alentejana".

Inegável no que respeita não só a sua existência real, como o seu reconhecimento do exterior, haja em vista o anedotário mencionado que procura retratar a personalidade do povo da região que em parte é o resultado do ambiente, o quadro de valores em que a citada personalidade se desenvolve varia essencialmente nas gradações dos múltiplos aspectos que o constituem, que aparecem com maior ou menor intensidade nesta ou naquela zona e seja qual for a sua extensão.

Deste ponto de vista, Beja ganha em identidade o que paga em estagnação; a sua interioridade funcionou até há poucos anos como um poderoso factor de isolamento e, consequentemente, um obstáculo à eventual permeabilidade a novos valores.

Não podemos falar, relativamente á cidade, do quase monolitismo cultural que caracteriza algumas aldeias da região; a heterogeneidade é inerente à diversidade de zonas que integram a cidade, que são geográfica mas também socialmente distintas. Porém, persistem as relações pessoais assentes no conhecimento recíproco, o que actua no sentido da reprodução dos modelos de comportamento.

Sempre que a intensidade das relações referidas é mais significativa, a coesão do grupo tende a fortalecer-se... Em Beja, isso acontece apenas ao nível de grupos limitados e como um reflexo de um remoto instinto de sobrevivência; as camadas superiores da população retomam práticas cujo caracter restritivo, e crescente em termos de intensidade e frequência, conduz ao reforço da unidade dessas camadas como classe. Como exemplos, as caçadas, os *raids* hípicas, as romarias, os jantares semanais...

A cidade no seu conjunto tem a dinâmica normal das deslocções entre a casa e o trabalho, da troca de informações e experiências; suporta sistematicamente e como outra qualquer cidade, o impacto dos meios de comunicação e de difusão cultural, que fazem com que a proximidade espacial, factor da unidade referida, deixe de ter o mesmo significado. E do "cruzamento" permanente dos valores mais e dos menos urbanizados, de modelos de comportamento diferentes, de situações de maior e menor enraizamento cultural, Beja começa a assistir ao desenvolvimento de um modelo cultural cujas contradições se materializam no retomar de um simbolismo de classe que em toda

a região é revelador, apesar de todos os compromissos de natureza eminentemente política, de um recrudescimento de alguns valores rural/tradicionais. O uso dos símbolos mencionados é, nesta perspectiva, absorvido pelas camadas médias superiores, porquanto espelha o prestígio que foi exclusivo da gente da "terra"; mas, entretanto, há uma absorção generalizada de atitudes que Beja assimila das situações urbanizadas, que se deve tanto aos meios de comunicação como à mobilidade crescente dessas camadas médias, ou à mobilidade específica dos alemães residentes⁽²²⁾, as quais, todavia, não parecem suficientes para descaracterizar a cidade.

Portalegre tem os mesmos custos de interioridade, sem a presença de estrangeiros que, em qualquer circunstância, são inevitavelmente portadores de novos quadros de referência e, conseqüentemente, novos valores. Tem, porém, uma componente industrial que lhe conferiu mais cedo características de emancipação das mulheres, mobilidade geográfica, diferenciação e especialização de funções, que são elementos por natureza urbanos. Mas parece ser a presença de uma classe "intelectual" que pode, tal como em Beja, vir a dinamizar potenciais mudanças culturais muito ou pouco importantes, dependendo a sua eficácia a este nível da sua capacidade de penetração social local o que, ao nível das classes locais dominantes, encontra obstáculos notáveis.

Neste âmbito, Évora conta com uma classe intelectual já mencionada, cuja "entrada" na sociedade local tem sido difi-

cultada por situações diversas e inerentes umas à cidade, outras à dita classe intelectual. Relativamente à primeira, vive-se num contexto em que cresce a influência de uma classe média cujo sistema de valores privilegia o individualismo, a competitividade, o nível de rendimentos, o consumo, o grau de instrução enquanto susceptível de valor económico e social, a demonstração como justificação do citado quadro de valores. A par desta classe média, acontece o ressurgimento da classe superior tradicional também já caracterizada, e em que a competitividade e o individualismo são atenuados por um retomar de práticas ligadas ao significado da família, à agricultura, ao lazer associado ao mundo rural, à importância atribuída à origem social e à história; a maior repressão, o nível da educação e o retorno a uma actividade religiosa visível, podem ser factores de diferenciação, como de renascimento, de um status menos definitivo.

A designação classe "intelectual" é, nos seus constituintes primeiros e de maior prestígio, um conjunto de indivíduos que, em termos de origem, não tem na globalidade e necessariamente ligações com a região. Com uma passagem mais ou menos importante por África, em Évora trata-se de uma população cujos valores de origem estão de alguma forma presentes, tendo mesmo sido o suporte da sua implantação numa região de escasso nível de instrução e por isso forte passividade no que toca a uma possível resistência a essa implantação, ou às formas por ela adoptadas.

Neste contexto, aconteceu uma fixação no início aparentemente fácil e, com a "ressureição" de uma classe superior a lutar pela sobrevivência, realmente inviabilizada para além dos limites do preenchimento de um espaço e de uma função determinados.

A classe média local oscila entre o poder real de uma universidade com influências indiscutíveis, e a hegemonia simbólica, cujos sinais distintivos adoptou, de uma "sociedade" cujo poder assenta num prestígio inegável que se materializa em práticas também simbólicas reconhecidas. Privilegia, em última instância, os aspectos utilitários da relação possível com cada uma das duas classes, mais fácil com os intelectuais, até pela frequente semelhança de origem, deixando estes, como consequência, sem possibilidade de opção.

No que respeita à heterogeneidade ou à descaracterização de valores, em Évora as multinacionais existentes não mudaram substancialmente nada, até pela distância entre os seus quadros estrangeiros e os empregados portugueses. A maior mobilidade em Évora, a quantidade e a constância das deslocações de e a Lisboa, porque fundamentalmente são de natureza profissional não deixam, a curto prazo, marcas profundas ao nível dos valores.

Também em Elvas a interioridade, se bem que teórica porque geográficamente mais grave que em Beja, se faz sentir de maneira mais ténue. A localização na fronteira com Espanha, concretamente junto a Badajoz, vem descaracterizando, pela via

dos contactos permanentes, uma população para quem a casa passou a ter uma importância secundária; para quem a música, os hábitos alimentares, o próprio vestuário reflectem uma falta de identidade, que se concretiza na tentativa de identificação com uma sociedade que não é a sua.

Apenas no contexto da chamada "alta sociedade" a perda de identidade não se verifica tão acentuadamente, porquanto as suas ligações com Espanha, que se processam em aspectos de carácter quase só simbólico, não deixam resíduos, na medida em que os elementos de contacto ou são supra-nacionais, ou não constituem mais que palcos pontuais das relações sociais⁽²³⁾.

Há, portanto, elementos que conferem alguma especificidade no campo dos valores a cada uma das cidades, que advêm de uma evolução descompassada da região e que, por ter implícitas alterações aos vários níveis, se faz sentir com maior acuidade na classe média, aquela que, por condição é mais receptiva às mesmas alterações. Ou que, em alguns casos, é a própria promotora da evolução, nomeadamente quando esta chega por via da modernização.

Caracterizada a modernização como sinónimo de mudança social, esta pressupõe adaptações e readaptações constantes pela sucessão dos contactos referenciados, como a troca de ideias e experiências subjacentes a qualquer situação de mudança, o que redundará num processo dinâmico e contínuo, que é a transição de um para outro modelo de sociedade.

No Alentejo, persistem elementos da sociedade rural/tradicional, a par do processo de transição encetado; desta simultaneidade que define uma formação social, resultam desequilíbrios e tensões, que são mais intensos quando à modernização se opõem resistências mais eficazes ou, pelo menos, mais consciencializadas. Assim, Beja e Portalegre, em que é maior o enraizamento do conjunto de valores dito tradicional, mais evidente em Beja porque os fluxos com Lisboa foram sempre tradicionalmente menos representativos, surgem como as duas cidades em que o processo de modernização, que envolve a menor quantidade de população local, é não só mais lento como menos definido. E factores como os "*mass-media*", que poderiam alterar esta realidade, tendem a agravá-la, porque a população das classes sociais mais baixas privilegia largamente as rádios e jornais locais, que obviamente privilegiam hoje, por sua vez, as notícias também locais. Não é a maior acessibilidade das vantagens da cidade, a facilidade na aquisição de aparelhos de rádio e de televisão, que promovem a mudança de valores de uma população que apenas ouve o que lhe permite referências concretas e objectivas com o meio em que vive; e quase só vê programas que lhe inviabilizem a menor tentação de pensar.

Indicador de crescimento económico, o acesso mencionado aos instrumentos de comunicação só o é de desenvolvimento se a utilização desses instrumentos puder promover mudanças no sentido da modernização da sociedade.

Esta, que assenta na aceitação genérica de inovações nos mais variados campos, pode também não se traduzir senão em crescimento físico das cidades, sem urbanização; o aumento demográfico que provem da atracção que a cidade exerce e os "*media*" incrementam, pode levar à ocupação, pela mesma cidade, de novos espaços, sem no entanto expandir um novo quadro de valores que ela própria pode não ser capaz de se constituir.

6.5 - O Caso de Évora

a) A Expansão da Cidade

Referidos em termos quer de continuum⁽²⁴⁾, quer de interdependência⁽²⁵⁾, a cidade e o meio envolvente não podem, pelo menos do ponto de vista da investigação, deixar de ser analisados como realidades distintas.

No seu processo inevitável de expansão a cidade mantém necessariamente relações com o meio que é um pressuposto da sua existência, mas que tem a sua própria identidade. E esta tem como suportes uma forma, uma densidade, um volume, bem como uma dinâmica que actua no sentido de manter ou alterar essa forma, essa densidade, esse volume. É a dinâmica referida que, por sua vez, está subjacente às relações que a cidade mantém com o exterior; alterações ao nível da forma, da densidade ou do volume, condicionam a expansão para novos espaços, implicam a absorção e/ou a libertação de pessoas, redundam, em suma, em interferências diversas num meio circundante relativamente próximo.

Reside na interacção destas interferências e das respostas que suscitam, a dificuldade de estabelecer de modo claro as fronteiras da cidade. De outra perspectiva, é essa interacção que integra a multiplicidade de aspectos que as relações entre a cidade e o meio que a envolve podem assumir.

Têm estas sido caracterizadas, em termos gerais, como a função regional da cidade⁽²⁶⁾. Se a ocupação de novos espaços

cabe no âmbito dessa função, a designação é, todavia, demasiado limitada, por um lado, e demasiado abrangente, por outro: primeiro, porque as relações entre a cidade e o meio ultrapassam o campo envolvente, estendem-se para além dos limites da própria região até outras cidades e podem ser determinantes do relacionamento destas com o meio circundante⁽²⁷⁾; segundo, na medida em que essas relações não se processam com a mesma intensidade, não ocorrem simultaneamente, nem do mesmo modo, em todas as suas múltiplas formas, sendo assim susceptíveis de ser adstritas a contextos mais ou menos restritos, podendo atingir uma dimensão regional apenas num ou noutra aspecto particular. (Devemos acrescentar que a própria dificuldade na definição de uma qualquer região, a possibilidade de alusão a sub-regiões, micro e/ou macro regiões, é também um obstáculo à aceitação, sem reservas, da caracterização referida).

Em qualquer caso, a ocupação referida de novos espaços é crescimento e desemboca na invasão de áreas mais ou menos vastas dos espaços que envolvem as cidades. Esta invasão traduz-se naturalmente em situações diversas ao nível da expressão, no terreno, da implantação das novas populações. Significa isto que se trata de uma expansão com direcções preferenciais, que depara com mais ou menos impedimentos e pressupõe eventuais maiores ou menores descontinuidades no povoamento que determina. Que se traduz em formas materiais que separam ou ligam a cidade aos territórios exteriores, como que relegados para mais longe; os bairros e as zonas de povoamento disperso que podem seguir-se-lhes constituem, efectiva-

mente, a concretização, no espaço, da dita expansão ou de uma forma de contacto entre a cidade e o seu meio. São ainda palco de uma parte importante de quanto integra a componente demográfica do contacto em causa: o êxodo rural marca profundamente algumas dessas zonas, de que é mesmo origem; e o território que as suporta é inevitavelmente afectado pela mutilidade crescente e as deslocações diárias da população; é a nova dispersão, que se segue à concentração na cidade e condiciona, entre outros aspectos e de forma notável, a estrutura da rede viária e a organização dos transportes intra e inter-urbanos.

Numa outra abordagem, podem os contactos entre o meio e a cidade ser avaliados em termos de fluxos de capitais. É evidente que uma quantidade substancial desses contactos se traduz em serviços prestados pela primeira, quer de âmbito administrativo, como social; em intercâmbios de natureza comercial, de que são de considerar os fornecimentos de alimentos e matérias primas pelo campo; sendo de algum modo também as próprias deslocações entre um e outro meio passíveis de um valor de natureza material.

Porém, há uma componente significativa das interrelações em questão que não pode ser avaliada do ponto de vista dos custos e benefícios económicos; pode, quanto muito, influenciar directa ou indirectamente alguns dos aspectos quantificáveis referenciados. É o que diz respeito às trocas de valores, qualquer que seja o seu sentido; e o que se inclui no que globalmente designamos por informação.

A este como a qualquer nível considerado, é fundamental lembrarmos que, pela sua vocação, a cidade tem uma dinâmica de expansão; as facilidades de transporte e os meios de comunicação em geral levam a cidade, quer de uma perspectiva material como cultural, até às zonas que a rodeiam, eventualmente até outras cidades com menor capacidade de crescimento. Isto quer dizer que a cultura urbana tende a transmitir-se por forma a assegurar a sua própria reprodução.

Contrariamente ao que acontece para os valores urbanos, a cultura ou as culturas rurais (considerados os valores mais ou menos genérica e globalmente) apenas sobrevivem se se mantiverem num contexto territorial, como social, relativamente restrito. Daí que, como dissemos, a troca de valores se consubstancia, nos seus aspectos maioritários e primordiais, antes como uma vertente da expansão das cidades. Esta vai até ao que Garnier chamou a "mentalidade monetária"⁽²⁸⁾: nas cidades, como hoje nos campos mais sujeitos à sua influência, "tudo se paga e os indivíduos estão atentos ao seu nível de vida e ao seu poder de compra". No mesmo sentido, a mobilidade aumenta e a autonomia dos homens do campo cresce enquanto diminui a dependência da terra em geral.

Em qualquer caso, há equipamentos do foro do comércio, da administração, da educação e da saúde que, "sediados" inevitavelmente nas cidades pela própria lógica da implantação das actividades, lhes continuam a reforçar o papel de "centros" de influência. Este papel é manifesto no que respeita às relações de poder, pesem embora algumas intercomplementaridades que

tendem a acrescentar-se; mesmo perdendo eventualmente a função tradicional de centralizadoras da administração, como da capacidade de decisão, as cidades conservam ainda a posição preponderante enquanto lugares de poder aos vários níveis⁽²⁹⁾.

Dessa situação de poder, bem como da dinâmica em que vem assentando a sua evolução e da qual é parte fundamental a mobilidade crescente, acontecem também gradualmente alterações ao nível das relações sociais rural-urbanas. A deslocalização da vida social no campo fica a dever-se a factores de ordem profissional ou ocupacional; e as solidariedades que aí persistiam fazem-se substituir por novas solidariedades sectoriais, ao mesmo tempo que o campo fica mais próximo de uma cidade que deixa de controlar os seus próprios limites.

Poderíamos continuar a teorizar com base nos autores consultados, sobre os múltiplos aspectos da expansão da cidade, da sua relação com o meio. No entanto, essa multiplicidade associada à diversidade de propostas de análise, ainda à constante que é a abordagem evolucionista, foi determinante da opção que fizemos de alargar o âmbito das ideias e aprofundar o seu campo teórico, circunscrevendo a análise a um objecto limitado e contudo exemplificativo da região.

É deste ponto de vista que sintetizamos para Évora a relação da cidade com o meio envolvente como uma noção genérica e global; as diferentes formas que abrange, com intensidades distintas, com carácter de maior ou menor reciprocidade, a diversidade de aspectos em que se desenvolve, são o suporte

dessa noção. E têm implícita, pela complexidade que encerram, a aplicação do critério socio-demográfico definido anteriormente.

É todavia fundamental a percepção do carácter espontâneo ou programado da expansão que é subjacente, cujas consequências no contexto do critério citado diferem de uma situação para a outra. No primeiro caso, há uma relação com o campo que resulta de um processo de urbanização "natural"; quer dizer que a cidade acontece enquanto fenómeno urbano sem que, para isso, seja estabelecido um programa prévio, ou sequer definida uma intenção. A cidade ganha gente e conquista espaço, como resultado da sua própria dinâmica; e esse crescimento gera alterações nas relações sociais, que se complexificam... Alteram-se necessariamente também as relações da cidade com o meio envolvente, as "respostas", num jogo de adaptações e readaptações sucessivas que apontam no sentido, se não de um equilíbrio, ao menos de um ajustamento.

No segundo caso, a relação a analisar é determinada, directa ou indirectamente, por uma urbanização planificada e, em alguns casos, uma coordenação da reacção das zonas que envolvem a cidade a essa planificação. Mais concretamente, a cidade pode ser objecto de um ou vários planos (enquadrados ou não noutros planos de âmbito mais alargado); daí, poder ver incentivados os seus crescimentos físico como demográfico ou poder, ao contrário, vê-los limitados por eventuais políticas de contenção. Naturalmente que os mecanismos desenvolvidos num ou no outro sentido são distintos e materializam perspectivas

divergentes do processo mencionado de expansão, das suas vantagens eventuais, dos seus riscos possíveis. Esses mecanismos podem não ultrapassar a dimensão da cidade enquanto actuates e as respostas das áreas envolventes só indirectamente são influenciadas por eles; ou podem os mesmos mecanismos ser accionados no sentido do equilíbrio "fabricado" entre os dois meios; ou apenas ser a envolvência da cidade o objecto de uma política destinada a preservá-la, face às agressões de um fenómeno urbano cuja dilatação é incontrollável.

O ordenamento é a forma mais corrente assumida pelo conjunto dos mecanismos mencionados, sendo mais frequente a sua acção precisamente para "defender" um campo eventualmente "agredido" pela urbanização, de um ponto de vista dos desequilíbrios e assimetrias que nascem da existência do binómio centro-periferia. No entanto, a relação entre o meio e a cidade pode ainda incluir as duas situações caracterizadas, de modo mais ou menos articulado ou com o predomínio de uma relativamente à outra. Isto ocorre sempre que há um plano sectorial na cidade, deixando que a mesma, ou o meio, ou ambos, respondam por si à conjuntura criada.

Quer a relação estabelecida seja espontânea ou construída, ela desencadeia inevitavelmente nos indivíduos de cada um dos meios em presença reacções que podem ir da satisfação à rejeição; que se materializam em atitudes e deixam transparecer sentimentos face a essa relação, que diferem de um para outro indivíduo, de um para outro grupo, de uma para outra

classe social. Advem daqui a possibilidade de analisarmos o sistema de relações em questão na sua vertente subjectiva, particularizável, como na sua vertente objectiva. Se a primeira consiste na maneira como o meio e a cidade pensam e sentem a sua reciprocidade, a segunda diz respeito, tão só, à descrição de um processo material.

Em qualquer caso, fica indubitavelmente nos actores sociais intervenientes uma sensação determinada, uma percepção de cada uma das realidades em causa, uma imagem particular; e esta resulta, em cada indivíduo, da interacção do seu próprio quadro de valores com o conjunto de valores mais vasto que o integra. Tem, portanto, um character subjectivo, que está na origem da existência de um elemento de natureza igualmente subjectiva ao nível das relações referidas; que se traduz em cargas simbólicas expressas em necessidades e/ou consumos, em efeitos de demonstração, em exercícios de poder específicos; e que condiciona as formas da expansão da cidade, como as políticas possíveis de ordenamento, que constituem a vertente objectiva da relação cidade-campo.

Poderíamos, numa forma ampla de ver a questão do crescimento em análise, privilegiar um ou outro ponto de vista, optar por um aspecto, um tipo, uma situação espontânea ou planificada no âmbito da dita relação, para o conjunto das cidades do Alentejo. Teríamos provavelmente aprofundado a problemática da unidade/heterogeneidade da região, embora com as limitações provenientes da escolha de apenas alguns aspectos integrantes da mesma relação. Porém, o Alentejo não é um

espaço fechado e a sua complexidade interna gera necessariamente um conjunto de relações igualmente complexo com o resto do país, nomeadamente com as regiões que lhe são próximas. E a vantagem de restringir o objecto é justificada pela possibilidade de aprofundar a análise. Se esta tem sido essencialmente comparativa, pela necessidade que é um suporte teórico sólido para possíveis generalizações no contexto regional, facto é que a unidade é relativa, se atendermos às especificidades que se acentuam sempre que a particularização é mais restritiva. Há efectivamente no Alentejo e concretamente no que diz respeito às cidades, como ao seu processo de expansão, todo um conjunto de semelhanças e pontos comuns sensíveis, a par, no entanto, de algumas diferenças mais ou menos importantes.

Contudo, o núcleo do presente estudo é o fenómeno da urbanização, que caracterizámos como uma realidade extremamente vasta e complexa. Uma abordagem cabal da mesma tem, pois, implícita a limitação do campo de análise na indicada perspectiva restrita de ver a questão desse mesmo fenómeno. Daí o estudo, tanto quanto possível exaustivo, de apenas uma das cidades da região nos diversos aspectos constituintes do conjunto das suas relações com a área envolvente.

Na linha então das razões que estiveram na origem da escolha do Alentejo como objecto genérico desta investigação, situa-se a definição de Évora como seu objecto particular. Uma cidade cujos pontos em comum com as restantes da região sejam mais relevantes que as suas especificidades; em que estas, a

existirem, sejam contributo válido para alargar e aprofundar o âmbito da investigação proposta; a tendência, ao menos aparente, pelo reconhecimento da Évora de há mais ou menos duas décadas nas restantes cidades, para que estas evoluam da mesma maneira, constituem os pressupostos que nos determinaram a escolha de Évora como alvo fundamental da análise.

Se os capítulos anteriores, especialmente o último, revelaram os pontos de contacto que são a base de alguma homogeneidade da região no que se refere às suas cidades, o facto de Évora ocupar no Alentejo uma posição central que, para além do ponto de vista geográfico, abrange o conceito de centralidade referenciado antes, é factor de algumas das diferenças existentes. Uma expansão física mais complexa; uma classe média mais eficaz; um conjunto de mobilidades que actuam no sentido de uma perda gradual da identidade a fazer-se substituir por uma urbanização crescente que referimos; um êxodo regional cultural e uma nova economia com ligação directa a Lisboa, não alteram os traços, comuns à região, de uma relação própria entre a cidade e o seu meio. Mas introduzem no estudo dessa relação novos dados, que não são só um contributo importante para um possível avanço teórico mas são, ao mesmo tempo, cenários possíveis que podem reflectir antecipadamente, para o resto da região, os resultados de um modelo de desenvolvimento encetado.

A expansão física da cidade é apenas uma vertente do seu crescimento, logo do processo de urbanização. Integra, porém, a ocupação pela cidade de novos espaços, sob formas distintas:

da constituição de bairros diferenciados pela densidade, o volume, o modelo arquitectónico dominante, a própria distância à cidade; até às "quintinhas" ou ao nascimento de unidades hoteleiras, comerciais e industriais na periferia, Évora revela uma expansão que determina uma relação complexa com o campo envolvente, que permite caracterizar o seu processo de crescimento.

Da perspectiva da expansão da cidade os bairros são, antes de tudo, o seu resultado imediato. Fruto de uma concepção unitária, cada bairro surge como uma unidade espacial, em que as características sociais comuns e a interrelação social permitem defini-lo através das formas de vida, do agir social, de uma história própria que não podemos esvaziar de aspectos políticos e ideológicos. São estes, aliás, que determinam o tipo de apropriação simbólica, a especificidade maior ou menor do bairro pela sua população, ou por uma qualquer função particular.

Os bairros significam, invariavelmente, consumo de espaço; e os aspectos referidos são factores das formas materiais desse consumo. O aumento da população subjacente ao mesmo consumo pode traduzir-se, por sua vez, num aumento relativo predominante da extensão da cidade, ou num acentuar relativo da sua espessura - seja na sua projecção física para o exterior, ou no seu "enchimento" dentro de limites fixados; a conjuntura que inclui um tempo, um desenvolvimento técnico, maiores ou menores disponibilidades e opções particulares nas

formas da sua aplicação e é suporte de uma ou da outra situação, é fruto, em última análise, dos ditos aspectos ideológicos e políticos.

Estes são também, directa ou indirectamente, condicionantes da afectação dos bairros a usos e populações determinados⁽³⁰⁾, tal como da construção das próprias populações, porquanto o jogo económico, jurídico e social da atribuição das habitações, cujo peso é inegavelmente importante, controla, ainda directa ou indirectamente e muitas vezes com mais efectividade que as leis do mercado, o tipo de população a fixar em cada zona de residência.

Há portanto e subjacente a qualquer tipo de opção, como que uma ideologia de bairro⁽³¹⁾, ou ao menos alguma influência de uma ideologia eventualmente em declínio, para a qual a existência do bairro se auto-justifica porque constitui a própria essência da cidade, da sua estrutura, logo o quadro natural da vida social reproduzido, pela dimensão implícita no conceito, à escala humana.

A eficácia inerente a qualquer ideologia pelo seu reflexo ao nível das práticas, confere neste caso ao bairro considerado genericamente não só existência real como, fundamentalmente, coerência. Esta parece-nos mesmo persistir para além da ausência, vulgar na maioria dos bairros, de aparelhos organizados, ou da capacidade de definição de valores; ainda para além do facto de as instituições, cada vez mais, o ultrapassarem e dominarem.

Na medida em que o bairro pode ter um caracter de comuni-

dade local, que pode ser promovido e assegurado pela distribuição intencional dos diferentes equipamentos, a sua sobrevivência enquanto elemento de ligação entre a cidade e a sua periferia, enquanto malha indispensável do tecido urbano, está de alguma forma garantida; do mesmo modo, prevalece a sua existência enquanto factor de estruturação do espaço da própria cidade, sem o qual esta se veria substituída por uma aglomeração incoerente.

Das suas coerência e unidade relativas, é proveniente uma identidade que se traduz, para a população, num sentimento de pertença, o qual se reflete numa espécie de efeito de bairro; este significa e integra a força maior ou menor com que o bairro é factor da organização da vida dos indivíduos que o habitam, o nível de apropriação de cada um, a capacidade ou não de constituir novas solidariedades. O bairro surge, deste ponto de vista, como um conjunto de referências comuns, que pode traduzir-se em práticas específicas no âmbito do lazer ou tão só concretizar-se em pontos ou acções de cariz mais ou menos simbólico. Em qualquer caso, são essas referências que transmitem aos habitantes de cada bairro a segurança que é parte essencial do seu quotidiano de residentes, porquanto significam a fuga à agressividade, à solidão, à falta de intimidade da cidade...

b) - Os bairros de Évora: o nascimento, a origem da população, a caracterização sumária do agregado

Os bairros nascem invariavelmente da expansão das cidades, materializando-se conseqüentemente na ocupação de novas parcelas de território. E normalmente numa primeira fase, as cidades veêm fixar-se junto das suas "fronteiras" novas populações, atraídas pelas mesmas cidades, ou simplesmente repelidas pelos seus lugares de origem.

Apesar da "afirmação" como da consciência da sua intenção de habitar as cidades, existe ao mesmo tempo como que a evidência da sua impossibilidade de aí "entrar"; e essas populações, diluída embora a distância física, conservam em relação à cidade uma distância social que tem implícitos no espaço limites de prudência recíproca. Estas novas unidades residenciais são "colagens" que as cidades podem ou não vir a integrar, que trazem o campo para mais perto no sentido de um maior contacto de valores. Vulgarmente "fecham-se" em si próprias, constituem mesmo a sua própria vida associativa, num puro instinto de sobrevivência.

Noutros casos e quase sempre numa segunda fase da dita expansão, as cidades rompem os seus limites tradicionais, constituindo então as novas unidades residenciais daí resultantes "prolongamentos" das próprias cidades, ao nível da realidade social que estas materializam. Quase sempre construídos junto das cidades, ao contrário das unidades anteriores, cuja

tas⁽⁴³⁾. Quatro delas constituem-se de população rural

AGRUPAMENTOS DE BAIROS PELO CRUZAMENTO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS

Variáveis utilizadas: | origem população
 | escalões rendimento
 | profissões
 | tempos livres
 | associativismo

1º Rur.	Pites Louredo Peramanca	5º Urb.	S. Miranda Forregda Leões Corunheiras	9º Urb.	Urbaniz. 1 F. Aleixo Tapada Vta. Alegre
2º Rur.	Sª Saúde 1 Fontanas Stª Antonico Torralva S. José Ponte Barraca Pau	6º Urb.	Ferroviários Fen. Perreira Gancho Machede Câmara	10º Urb.	Urbaniz. 3 Hª Delgado G. Resende Chaf. el Rei Caixas
3º Rur.	3 Bicos Sta. Maria Caeira Comenda Sª Carmo Frei Aleixo 1 Sto. António	7º Urb.	Sª Glória Sª Saúdes 25 Abril Nogueiras Sta. Luzia C. Picada Casinha Bacelo E. Bacelo W. Granito	11º Urb.	S. Aflitos Bª Médicos
4º Rur.	Almeirim Espadas	8º Urb.	Malagueira Baluarte H. Figueiras Cucos Antª Sérgio		

distância ao "centro" é por demais sensível, estes novos bairros são abertos por natureza e preservam fundamentalmente as suas relações com os aglomerados que os geraram.

Em ambas as situações e apesar das diferenças ao nível da origem geográfica e social dos habitantes e da sua capacidade económica; da arquitectura do bairro e dos equipamentos e infraestruturas, pensamos que os bairros são sempre a ligação física privilegiada entre cada cidade e o seu meio. Localizados entre uma e a outra realidades e ainda que os "prolongamentos" constituam parcelas da própria cidade do ponto de vista das suas características socio-demográficas, os bairros integram, com toda uma área periférica mais ou menos vasta com a qual podem ter uma relação de interpenetração, um território que envolve os limites físicos da cidade e desemboca gradualmente no campo.

Cabem neste território e no caso concreto de Évora, pequenas explorações hortícolas ou pecuárias, frequentemente avícolas, que tradicionalmente se destinavam ao abastecimento do mercado urbano próximo; "quintinhas" que são a residência ou a segunda residência de uma classe média alta⁽³²⁾, que se pode permitir sair, pelo menos periodicamente, do bulício da cidade; propriedades agrícolas de pequena ou média dimensão e mais ou menos divididas⁽³³⁾, que ficaram como resíduos de uma periferia agrícola da cidade inicial.

A cidade intra-muros atraiu, ou apareceu como solução, para uma população que o campo expulsou com a mecanização da

agricultura. "Colagens" mais ou menos próximas da cidade, os bairros construídos por essa população veriam interpor-se entre si e o "centro" outros bairros, "prolongamentos" de uma cidade cuja camada jovem tinha que procurar habitação. Do continuum urbano originado, esta nova área envolvente da cidade inicial designou-se por cidade extra-muros.

Parte da área urbana de Évora é também a "coroa de aglomerados periféricos"⁽³⁴⁾, que inclui os bairros suburbanos que, à volta da cidade, se estendem por um raio de aproximadamente três quilómetros a partir do centro histórico; os mesmos são, consoante a fase do seu nascimento, "colagens" idênticas aos primeiros bairros mencionados ou, mais recentemente, situações mistas em que predomina uma população de origem urbana, cujo baixo nível de rendimentos não lhe permitiu mais que a construção clandestina de habitação. Existem ainda, como elementos da mesma "coroa de aglomerados", bairros de construção ajudada⁽³⁵⁾ ou da responsabilidade de promotores, destinados a uma classe média de cujo processo de afirmação social faz parte a aquisição de casa própria. A ligação ao campo que os bairros integram acontece através de uma área de transição onde é dominante, no caso de Évora, o povoamento disperso constituído pelas "quintinhas", os "casais", uma ou outra "herdade" de pequena dimensão, pontualmente semeado de pequenas manchas de concentração, na maioria bairros cuja população é de origem rural (Évora, núcleo urbano e periferia).

Contudo, consideramos determinante o factor residência; e

é "urbana", apenas do ponto de vista da operacionalidade da análise, toda a população dos bairros de Évora que se distribuem por zonas mais ou menos concêntricas, designadas a partir do centro por zona extra-muros, coroa de aglomerados periféricos e, finalmente, zona de transição para o campo envolvente, contando a zona extra-muros com o maior número de bairros.

Naturalmente que os bairros não "nasceram" todos ao mesmo tempo, como não se devem todos às mesmas circunstâncias; e essas diferenças são notórias, mesmo para cada uma das zonas consideradas. A expansão física da cidade é posterior à implantação da República; e até 1930 tinham apenas surgido os primeiros quatro bairros e algumas habitações, que viriam a constituir outros dois. As plantas seguintes revelam as fases de crescimento, apenas com a alusão, em certos casos, aos clandestinos. Prolongamentos da cidade, os bairros do Ba-luarte, dos Ferroviários e o início do Chafariz d'el Rei para S/SE e os dos Leões e Tenente Pereira para NE, ficaram a dever-se, os primeiros ao caminho de ferro e ao desenvolvimento que o mesmo implementou, os segundos à instalação da fábrica dos Leões. Com uma população de origem predominantemente "urbana", diferiam do bairro de Nossa Senhora da Saúde iniciado na mesma fase e de construção clandestina, que concretizou a primeira tentativa de instalação junto da cidade de alguns habitantes provenientes de freguesias rurais, tal como ocorria para os bairros do Louredo e das Espadas, na zona chamada de transição.

A partir de 1930 e conforme a Planta nº 3, com um *boom*

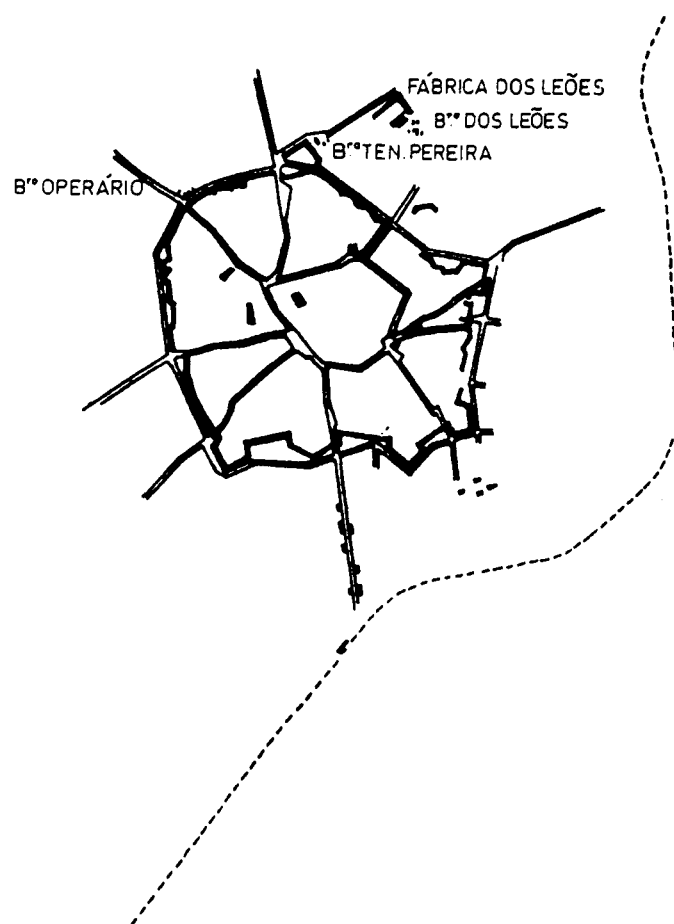
PLANTA 1
DÉCADA DE 1910



Fonte: C.M.E.

PLANTA 2

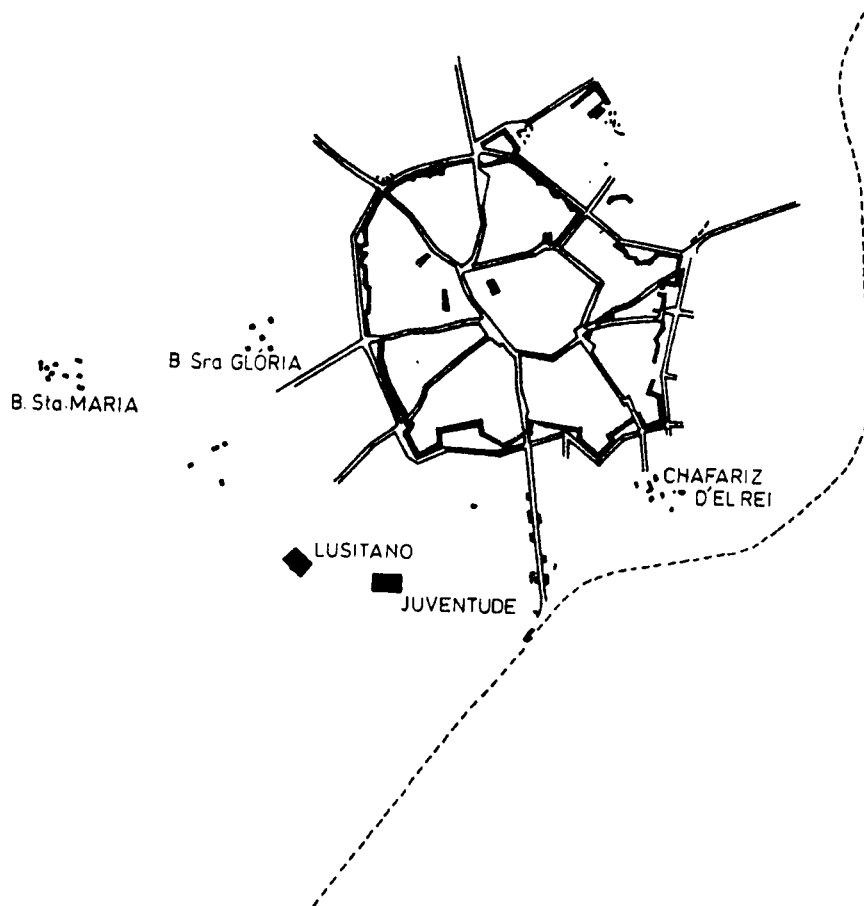
DÉCADA de 1920



Fonte: C.M.E.

PLANTA 3

DÉCADA DE 1930



Fonte: C.M.E.

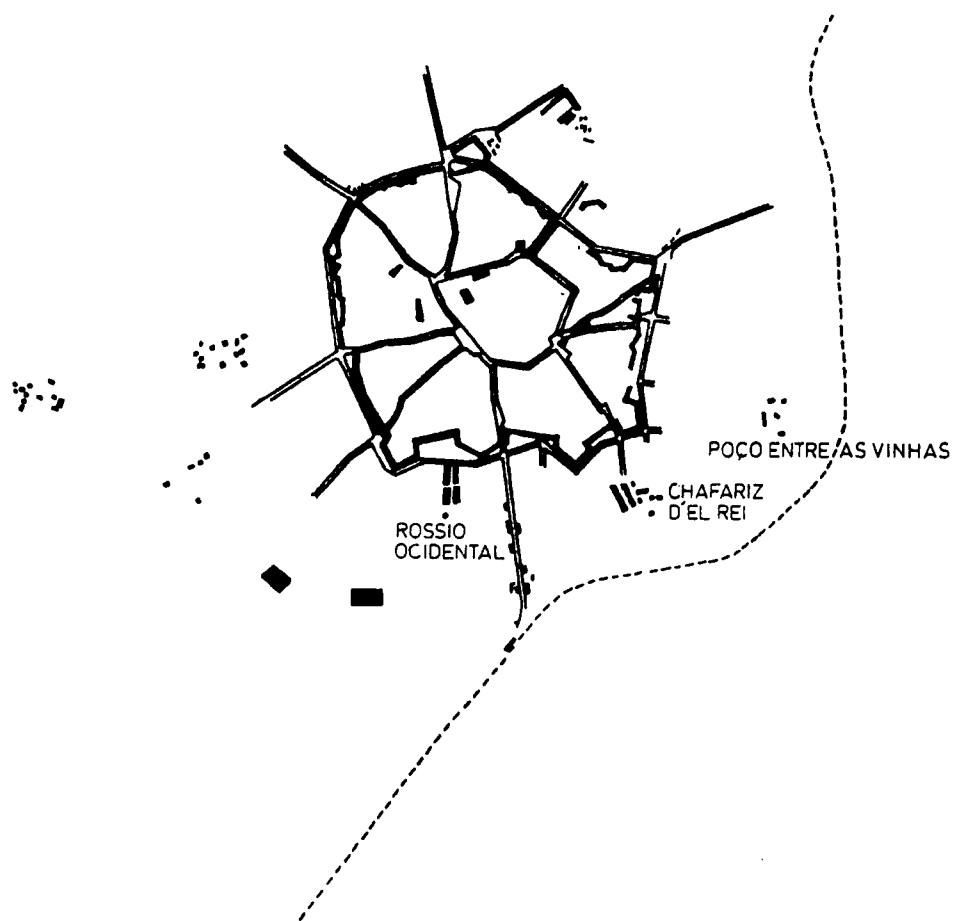
por volta dos anos 40/50, Évora viveu mais um período de franca expansão ao nível dos dois tipos de bairros referidos; entre 1930 e 1960 a cidade cresceu, forçando uma parte da sua população a procurar habitação fora do perímetro tradicional. Dos bairros que materializaram esse crescimento, apenas três ocuparam a actualmente designada coroa de aglomerados periféricos⁽³⁶⁾, enquanto os outros ocuparam uma faixa do território contíguo aos muros da cidade.

No entanto, as Plantas n.ºs. 4 e 5 revelam que entre 1940 e 1950 e devido à mecanização da agricultura e à consequente libertação de mão de obra dos campos, cremos que o afluxo de uma população rural e agrícola à cidade, na expectativa de melhores condições de vida, é ainda mais significativo que o facto anterior; e se uma parte dessa população se instalaria próximo da cidade, o *boom* citado de 1940/50 levou ao nascimento de sete pequenos aglomerados, a uma distância física do centro que a prudência que advem da distância social determina⁽³⁷⁾.

Contudo, o movimento da população "deslocada" do campo em direcção à cidade sofreria uma quebra acentuada, não tanto pelo eventual desencanto perante uma realidade que não deixava espaço exactamente para os projectos e os sonhos, mas porque no campo as condições de trabalho melhoravam substancialmente: a alteração do período laboral para oito horas diárias, como a substituição das funções sociais das Casas do Povo pela efectividade da Previdência para a população agrícola, terão sido factores importantes, segundo pensamos e no princípio da déca-

PLANTA 4

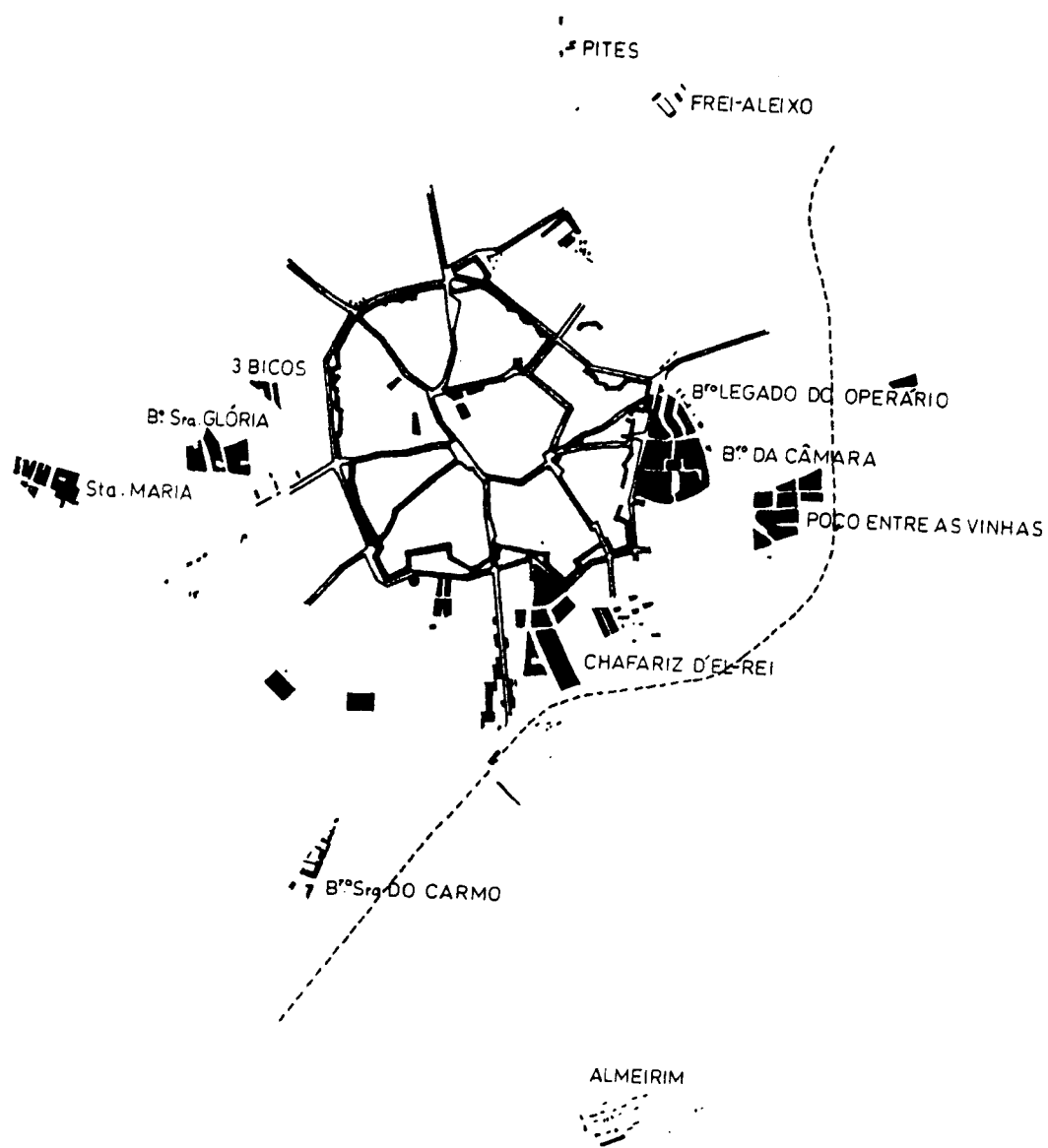
DÉCADA DE 1940



Fonte: C.M.E.

PLANTA 5

DÉCADA DE 1950



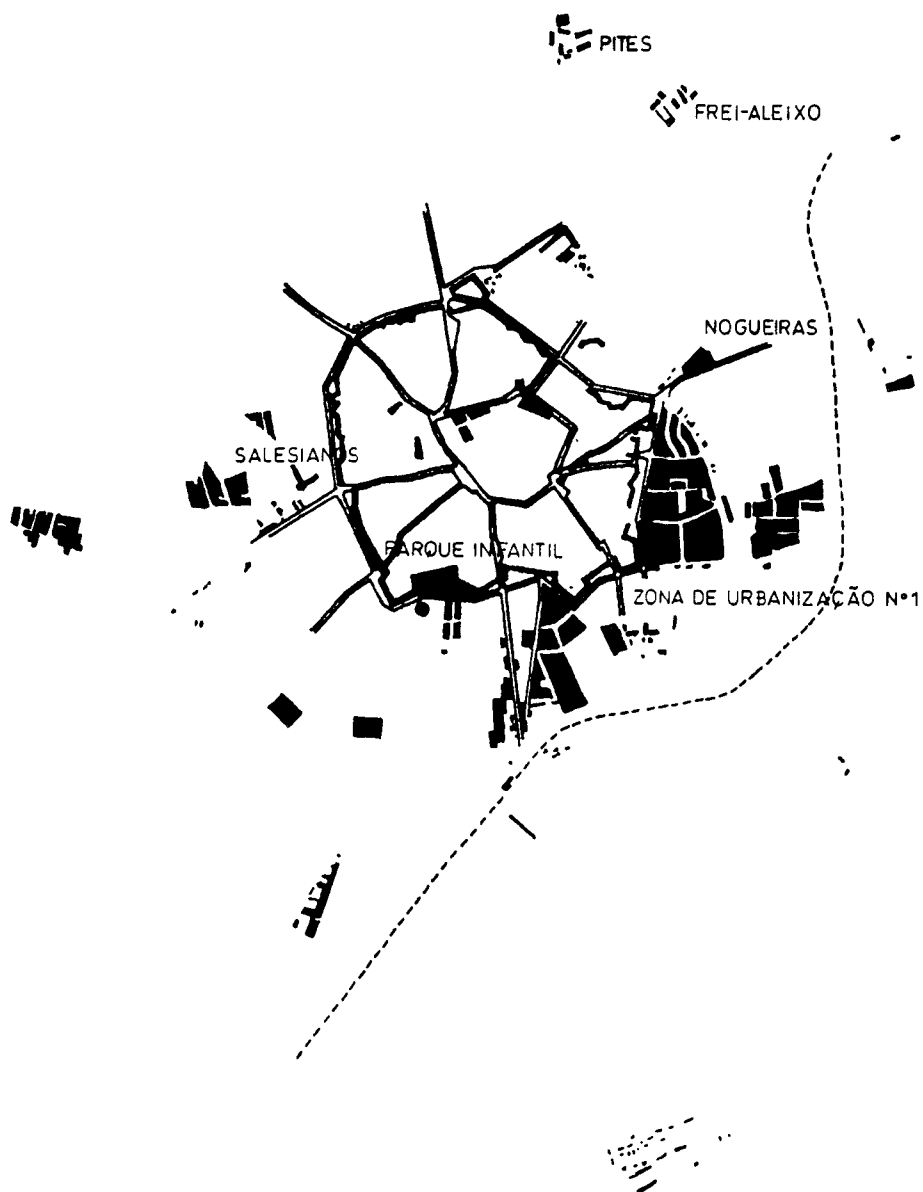
Fonte: C.M.E.

da de 60, da quebra referida (Planta nº 6). A ocupação de terras que se seguiu a 1974 actuaria no mesmo sentido, concretamente devido aos postos de trabalho que se criavam no campo. E durante o período em questão emergiram na coroa de aglomerados apenas dois pequenos núcleos, enquanto outros nasciam, basicamente constituídos por uma população excedentária na cidade, ou que buscava na periferia, não só a habitação condigna⁽³⁸⁾, como a concretização do desejo de ter casa própria (Plantas nºs. 7 e 8).

As Plantas citadas neste ponto demonstram esta situação, do mesmo modo que mostram o surto de novas unidades residenciais na zona extra-muros durante as mesmas décadas. É a fase durante a qual a cidade tem a sua maior expansão, na medida em que aumenta a população na maioria dos seus bairros periféricos e cresce a população do perímetro urbano em cerca de 10000 habitantes.

Uma parte desse crescimento ficou a dever-se ao crescimento natural, outra à atracção sobre as zonas envolventes por parte de uma cidade que começava nessa altura a acolher "quadros" e técnicos provenientes de outras cidades. Cremos que a origem urbana da maioria desta população determinou a sua fixação em verdadeiros prolongamentos de uma cidade em que o centro tinha o exclusivo da generalidade das funções comerciais e dos serviços; o poder aquisitivo de uma classe média nascente permitiu-lhe substituir a casa velha no interior da cidade, ou a potencial casa própria num bairro distante, pela garantia da melhor acessibilidade relativamente ao centro.

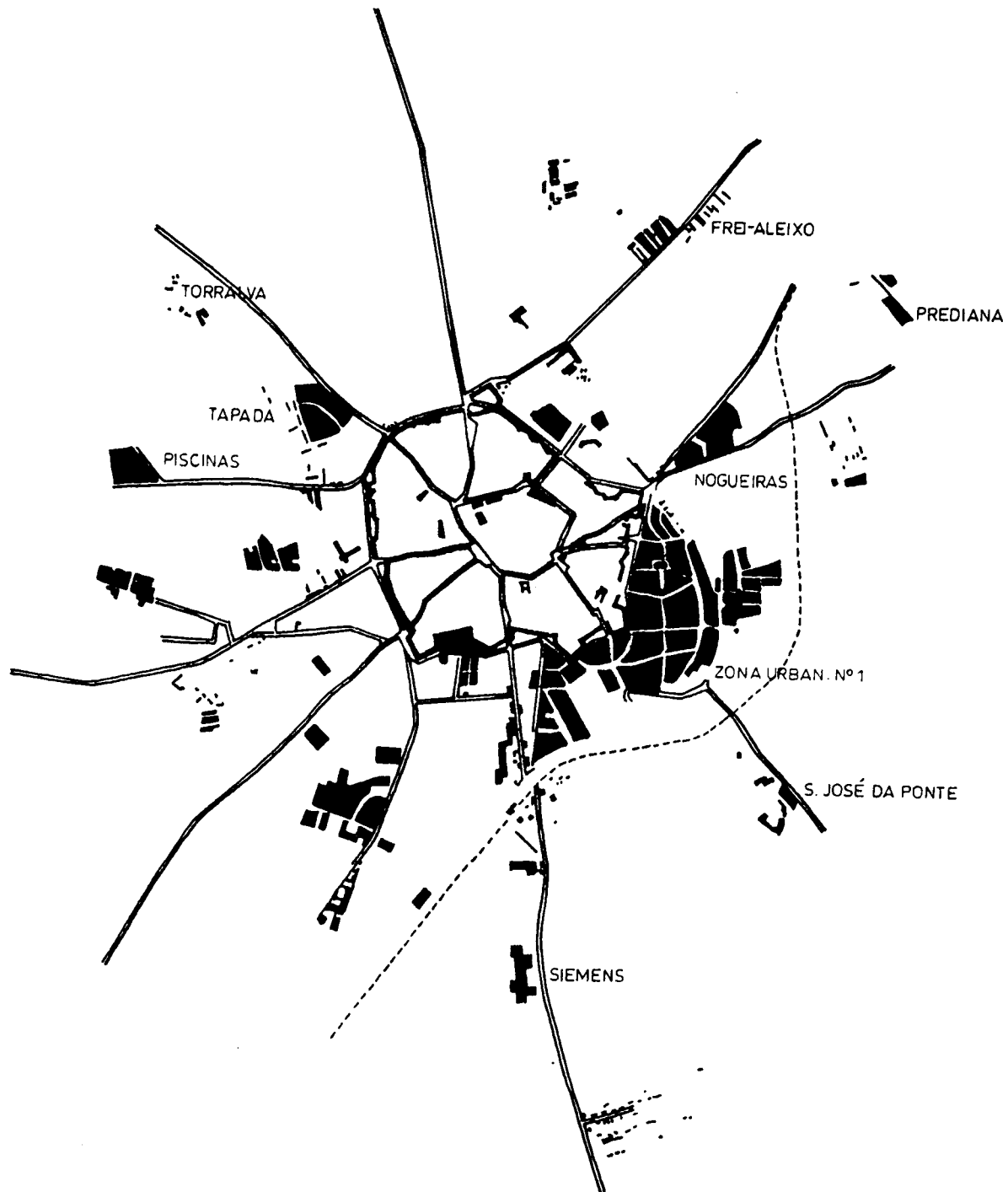
PLANTA 6
DÉCADA DE 1960



Fonte: C.M.E.

PLANTA 7

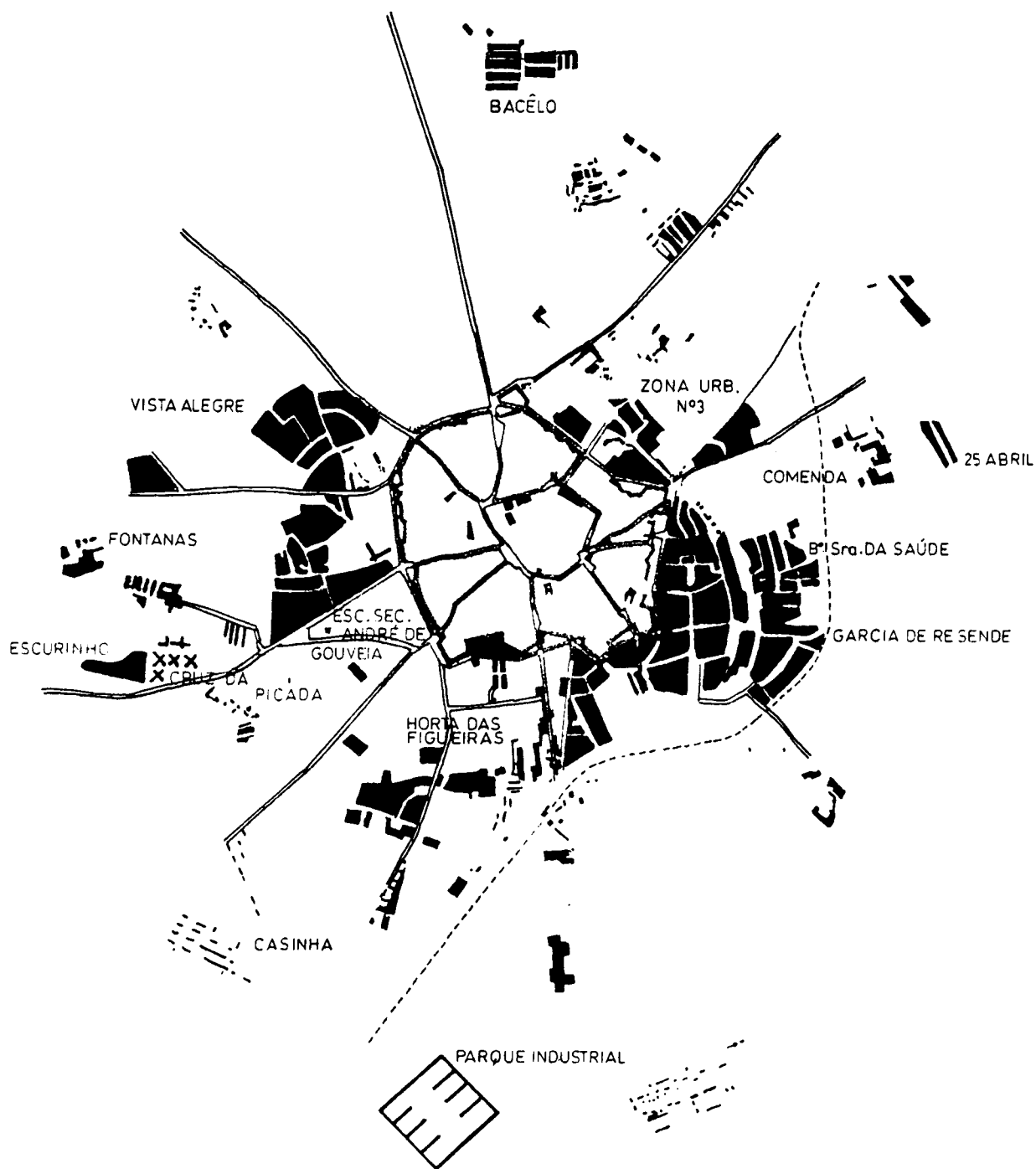
DÉCADA DE 1970



Fonte: C.M.E.

PLANTA8

DÉCADA DE 1980



Fonte: C.M.E.

Porém, até 1960 e de modo desagregado, muito embora os bairros da Comenda a NE, de São José da Ponte a Sul e de Santa Maria a W tenham praticamente tanta gente oriunda "do campo" como da "aldeia ou vila"⁽³⁹⁾, a componente rural surge claramente em maior percentagem nos bairros de Almeirim a S, das Pites a N e do Frei Aleixo nº 1 a NE. E a percentagem ainda de população rural no seu conjunto, é igualmente muito significativa nos núcleos do Chafariz d'el Rei e da Torregela, com menos de 10 % de diferença da sua população maioritariamente urbana no que diz respeito à origem.

Do intenso crescimento das décadas de 60 e 70 referimos já que só dois bairros tiveram origem rural; os bairros da Torralva a NW e das Fontanas surgem, além disso, com uma parte "campo" mais importante no primeiro e igual à cidade e à aldeia, no segundo. Dos restantes bairros, dos que se constituíram como colagens, sejam os da coroa de aglomerados, os de Bacelo a N e Santa Luzia a SE contam só com aproximadamente 20 % da população vinda do meio rural, no segundo caso maioritariamente do campo; e os bairros de 25 de Abril a E e da Casinha a SW com cerca de 30 %. A sua localização, bem como a origem clandestina, ficaram, porém, a dever-se a essa população, a que posteriormente se começou a juntar uma população mais jovem de origem urbana.

Contudo, esta época desembocou num período fértil na aglomeração de população junto à cidade, tendo surgido treze novos bairros. Destes, cinco não chegam a ter 20 % de população oriunda de zonas rurais⁽⁴⁰⁾; por sua vez, os bairros da

Cruz da Picada situado a SW, e da Horta das Figueiras a S, contam respectivamente com 26 % e 53 % de população rural; o primeiro, com presença significativa de trabalhadores rurais entre os seus habitantes e o último, como que nascido para acolher uma população que acorria a Évora vinda de localidades menores, na sua maioria de fora do concelho.

Acontece pois e de um modo genérico e global, que a expansão física de Évora desde 1960 se tem feito essencialmente a partir do crescimento da própria cidade, ou da forma assumida pelo mesmo, devendo-se este crescimento a um desenvolvimento recente. Igualmente significativo foi o menos recente movimento de população rural em direcção à cidade, nas décadas imediatamente anteriores a 1960; e a este ficou a dever-se a ocupação de vastas áreas, a uma distância do centro que determina a existência de "vazios" no território.

A origem diferenciada das populações que constituíram os vários bairros, como a sua distribuição mais ou menos aleatória no terreno, são determinantes da diversidade das unidades residenciais. Têm feito, enquanto têm subjacentes movimentações distintas, que o crescimento de Évora reflecta descontinuidades em termos de periodicidade, da semelhança e da eventual localização relativa dos bairros.

Naturalmente que tais descontinuidades se traduzem numa relação genérica, ou num sistema de relações entre a cidade e o campo, que é não apenas diversificado, como implica inevitavelmente desequilíbrios num eventual processo de desenvolvi-

mento da cidade globalmente considerada.

Se o êxodo rural é, por si só, uma das vertentes dessa relação, pode prolongá-la no âmbito da presença do campo quando reproduz no bairro o modelo rural, quer ao nível arquitectónico, quer ao nível dos modos de vida. Por outro lado, pensamos que a mesma origem rural aparece certamente como factor da distância social referida e que constitui um obstáculo à integração dos novos residentes na cidade.

Daqui advirá, como consequência, uma imagem específica da cidade..., bem como esta verá os bairros em causa de uma perspectiva de exclusão tendencial relativamente a uma identidade mais ou menos conscientemente assumida.

De outro ponto de vista, a alusão que fizemos aos vazios existentes num espaço urbanizado deixa antever a presença do campo e, essencialmente, a existência de elementos que interrompem a gradação equilibrada do centro da cidade até a uma zona de transição que desemboca no campo. E põe a questão do tipo de ocupação do território, do seu uso, enquanto factor de ligação ou separação entre a cidade e o campo.

Acrescentamos que o nascimento de cada bairro, seja do ponto de vista da época, como da população que esteve na sua origem, foi determinante, no caso de Évora, da sua construção clandestina ou legalizada.

Um bairro clandestino é a concretização da necessidade de habitar, a materialização de uma ou várias vontades, no sentido de se garantirem o seu próprio alojamento da forma mais fácil e independentemente dos obstáculos possíveis; é a con-

jugação de interesses na cedência de um terreno, na apropriação de um espaço, frequentemente no modo eficaz de ultrapassar a incapacidade de dar resposta à necessidade de uma casa, por parte das entidades responsáveis.

É evidente que a construção legalizada pressupõe custos imediatos mais elevados, tempos burocráticos que significam esperas às vezes incomportáveis, a sujeição a lugares e/ou modelos muitas vezes "normalizados", a partilha de um território que não escolhemos. Abordando, embora essencialmente, a perspectiva individual, foi esta que esteve presente numa longa primeira fase da expansão física de Évora; que esteve na origem das arbitrariedades na construção, da desordem na localização, da ausência de critérios. Contudo, permitiu de algum modo a reprodução de modelos tradicionais nos portões, nas casas térreas, nas aberturas das janelas, na cor, etc. Tal como deixou marcas importantes de uma certa leitura da cidade: a presença de elementos como o alumínio, os "vitrais", os azulejos exteriores; ou as alcatifas, o "jogo" de *maples* e a estante em casas profundamente rurais, são os sinais de um "cosmopolitismo" que era necessário demonstrar.

De todo este vasto período clandestino que se prolongaria pela década de 60, cuja fase fundamental se centrou nas décadas de 40 e 50, consideramos como elementos formais distintivos a estrutura rural dos aglomerados, como das próprias habitações; as casas térreas mencionadas, pintadas de branco com rodapé; os "buracos" na entrada e janelas; a frequência do

quintal com portão, em que se cultivam produtos alimentares e se criam animais.

Os muros baixos fazem dos quintais espaços apenas semi-privados, extensões da rua, que substitui o pátio do "monte", este comum a quantos aí residem. É a confusão entre o espaço público que a rua representa e o espaço colectivo⁽⁴¹⁾ que era o pátio, que faz da rua, neste tipo de bairros, um lugar importante de socialização. Espaço privilegiado de convívio, a rua do bairro tradicional de Évora é um espaço colectivo comum aos seus moradores; espaço público, é-o simultâneamente e enquanto espectáculo em que são intervenientes quantos a cruzam, e "pagam" esse direito pelo preço de um controlo social excessivo.

Contrapõe-se a coincidência, ou a simultaneidade referida, ao espaço individual que só vagamente é espaço privado. A apropriação de um território que esteve na origem da construção clandestina tem implícita uma individualização do mesmo, mas também a substituição de uma eventual privacidade por uma intimidade partilhada; pensamos que é essa partilha controlada que é suporte da afirmação social, pela exibição que promove.

A caracterização que sintetizámos não difere pelo facto de os bairros que a materializam se situarem na zona envolvente da cidade, extra-muros, ou na coroa de aglomerados periféricos, que denota a distância física pela distância social mais ou menos intuída que referimos. E é apenas parcialmente a origem predominantemente urbana da população que

está subjacente às eventuais diferenças. A época do seu nascimento, causa da sua clandestinidade inicial, constitui talvez o primeiro factor da sua estrutura aos vários níveis; enquanto reflexo de uma mentalidade que não diferia substancialmente das populações rurais para as classes "urbanas" que personificaram as primeiras fugas do centro da cidade, revela efectivamente que o factor primeiro da parcial uniformidade terá sido uma época específica.

No entanto, há no vasto conjunto de aglomerados que surgiu no período considerado algumas especificidades, que deixam estabelecer diferenças.

A menor distância física à cidade é condicionante da substituição gradual da casa-espaço individual pela casa-espaço privado, independentemente da origem da população. Dos bairros em análise, são os que ficam encostados à cidade aqueles em que tal substituição, pela presença excessiva da rua como espaço público, é de algum modo sensível. Por outro lado, os mais afastados são aqueles em que a absorção dos elementos materiais "urbanos" foi mais imediata; pela própria distância, viver na cidade tem sobretudo implícita a atitude de viver como na cidade.

Outras especificidades dos bairros da primeira fase, considerada esta até 1960 com base na inexistência de planificação do crescimento da cidade, situam-se, de um ponto de vista analítico, ao nível arquitectónico: todos os bairros cuja população é maioritariamente de origem rural, acrescidos dos

bairros Sanches de Miranda, da Torregela, dos Leões e das Corunheiras, são povoados por construções como a que mencionamos na caracterização do rural; os bairros do Tenente Pereira, dos Ferroviários, do Gancho, de Nossa Senhora da Glória, do Chafariz d'el Rei e da Câmara⁽⁴²⁾ são do mesmo tipo, no entanto os materiais usados em alguns deles são de melhor qualidade e, nos penúltimos, as casas têm maior dimensão. Parece-nos reforçada a ideia de que é a época que marca principalmente o tipo de bairro.

A década de 60, que na região foi marcada pela emigração para o estrangeiro, até aí praticamente imperceptível, teria como reflexo na expansão da cidade a presença de elementos estranhos à cultura tradicional. Na sua maioria bairros legalizados, a construção a cargo de promotores e da responsabilidade de desenhadores e/ou engenheiros, cuja actuação como arquitectos era incrementada pela crise económica, revelava abundantemente os modelos novos, de importação, mais "arrojados" que os tradicionais e com alguma ostentação. Os escassos clandestinos ensaiados na mesma altura integravam o tipo arquitectónico referido, todavia o jardim era, nestes casos, trocado vulgarmente pelo quintal, os materiais eram mais pobres e as cores menos vivas. Os bairros do Bacelo W, das Nogueiras, da Casinha e de Santa Luzia, também independentemente da sua situação ou não na área extra-muros, são exemplos, nas suas fases iniciais, desta situação; demonstram tentativas de reprodução dos prolongamentos evidentes da cidade os bairros que constituem a zona chamada da Tapada, os

quais materializam o tipo "rico" antes caracterizado.

Tratou-se realmente de uma época que, até perto do fim da década de 70, consideramos influenciada por uma cultura "urbana", de acordo com o conceito de urbano formulado pela leitura que a própria cidade fazia dessa realidade.

No fim da citada década, a tendência para a reposição, ou a reabilitação do modelo regional, começou a fazer-se sentir, nomeadamente a nível da construção ajudada e dos bairros planificados; o bairro António Sérgio recorre a elementos regionais e o bairro da Malagueira é uma estilização do tradicional, ambos a reflectirem uma ideologia da normalização. Destaque para o facto de tentarem impôr um modelo de espacialização que é próprio da cidade intra-muros, concretamente das camadas superiores da população, mas que cai fora do rural-tradicional que inspirou a sua construção. Os pátios interiores, intimistas, contrapõem à convivialidade dos bairros clandestinos da coroa de aglomerados periféricos um espaço-privado, que não é sequer complementado ou compensado pelo espaço-colectivo da rua; nos bairros em causa, a rua limita-se a cumprir a função de espaço entre as casas, vazio, à espera apenas de servir como local de estacionamento.

De construção igualmente recente são os bairros da Horta das Figueiras, de Humberto Delgado, da Cruz da Picada e de Frei Aleixo 2, ainda as últimas fases das zonas de urbanização n.ºs 1 e 3. Construído num contexto socio-económico de transição, o bairro de Humberto Delgado teve como objectivo

solucionar a questão da habitação e, como o bairro das Caixas, cabe na designação de "bairro social". Conjuntos de elementos arquitectónicos e paisagísticos incaracterísticos e essencialmente pobres, diferem dos restantes que, integrados no contexto estético mencionado do final da década de 70, se destinavam a uma classe média emergente e de maior nível de exigência, o que levou à utilização de cores e materiais de melhor qualidade. Pensamos que é importante o bairro da Cruz da Picada, que pretendeu introduzir a materialização de uma ideologia que apoiava a revolução. Um exterior igual, despido de criatividade, cada fogo é de boa dimensão e de aspecto consistente, mas de acabamentos pobres, na prossecução do mesmo processo ideológico. A sua posterior ocupação por uma população de origem social extremamente baixa, ainda as famílias do campo e um número considerável de "retornados" sem profissão, não teve a ver com o objectivo inicial de o construir para receber novos funcionários, de cuja presença o Município necessitava na altura.

A estrutura dos bairros, dependente de uma mentalidade própria e associada à componente origem da população, bem como à distância da cidade, permite que cada bairro constitua uma realidade socio-económica específica. Cada um dos aspectos citados e nomeadamente a sua interacção são, naturalmente, factores de uma forma particular e consequente de viver, para a qual contribuem também o nível económico genérico dos agre-

gados familiares, ou a situação geral face ao trabalho. É óbvio que uma população maioritariamente composta por reformados de baixos rendimentos não vive da mesma maneira que uma população constituída por "quadros", por profissões liberais com rendimentos relativamente elevados, e por uma componente significativa de elementos jovens.

No conjunto dos indicadores que usámos, o tipo de ocupação dos tempos livres, por cujo conhecimento optámos no âmbito das relações sociais, o grau de associativismo e consequentemente de participação, ou a eventual alteração ao nível do grupo de amigos com a vinda para a cidade, são alguns dos indicadores cujas diferenças permitem isolar os bairros. Da análise dos que correspondem genèricamente à população de origem rural, é notório o gosto por ouvir histórias antigas, a revelar uma cultura bastante enraizada; os que referem a população de origem predominantemente urbana mostram a importância da preferência manifesta por assistir a um espectáculo, por parte da população da classe média ascendente, seja a que vive nos bairros do modelo arquitectónico importado de características mais pobres. São também estes os bairros que, na linha de caracterização dos estilos de vida, contam com uma população mais participativa no que diz respeito à vida quer do próprio bairro, quer da cidade. Por sua vez, aqueles cuja população veio do campo não vão, na generalidade além da ligação a um qualquer clube desportivo, do qual se pagam as quotas e se aufere o direito de assistir ao futebol sem pagar

entrada. A rubrica "outras" no contexto das ligações associativas refere para estes bairros essencialmente corporações de bombeiros, por exemplo, ao passo que nas populações urbanas pela origem surgem associações culturais, religiosas e/ou políticas.

c) - **Categorização dos bairros: as situações tipo no processo de expansão da cidade**

Os indicadores utilizados podem ser suporte de uma formulação de categorias por agrupamento dos bairros idênticos, porquanto a sua repetição e coincidência em determinados âmbitos nos deixa concluir pela semelhança de alguns destes bairros. Os agrupamentos possíveis permitem-nos detectar a escassa influência da localização dos bairros em relação à cidade, enquanto reforçam a preponderância da época do nascimento dos bairros e da origem das populações na determinação de semelhanças e diferenças.

Estas podem ser definidas se analisarmos, a título de exemplo, a reacção das populações face à possibilidade de novas relações sociais.

Na generalidade das situações em que houve mudança para a cidade mantiveram-se as relações antigas, acrescidas de outras novas; mas nos casos da população dos aglomerados de classe média ascendente, ou sempre que uma população tem uma componente forte de autónomos no âmbito das categorias profissionais, as novas relações sociais posteriores à fixação em Évora assumem um papel muito mais importante, talvez pela necessidade de cortar com um passado de pouco prestígio.

Resultam portanto, e da interacção dos diferentes indicadores apontados, dez agrupamentos que correspondem a dez categorias de aglomerados mais ou menos homogéneas e distin-

(Quadro nº 26, em anexo), tendo nós posteriormente integrado a primeira e a quarta em uma única categoria, visto não haver mais que uma diferença sensível, que reside no facto de cerca de 20 % da população da categoria inicialmente designada com o número 4 ter profissões autónomas de baixo rendimento (Quadro referido antes). Assim e de entre os aglomerados de população de origem rural, temos uma primeira categoria em que, se bem que dentro de uma certa unidade dada pela origem, é importante como elemento específico a presença de trabalhadores rurais; uma segunda categoria, em que o elemento distintivo consiste na existência de cerca de 40% de profissionais autónomos; ainda uma terceira, em que quase toda a população está situada no escalão económico mais baixo de quantos considerámos e o anexo respectivo refere.

Relativamente aos agregados de população proveniente de meio urbano, formámos sete categorias a partir das mesmas variáveis. A primeira, quinta no cômputo geral, constituída apenas por bairros de população economicamente débil e na maioria reformados, data da primeira fase da expansão da cidade; a sexta integra bairros cujo escalão económico pode ir dos 50000 aos 100000 escudos mensais, conta com "funcionários" em número notável e as habitações são, frequentemente, do mesmo tipo arquitectónico que as anteriores e devidas basicamente à iniciativa de promotores (são exemplos concretos os bairros dos Ferroviários e da Câmara, ambos de natureza "social"). A sétima categoria é um conjunto de bairros que foram também na

sua maioria clandestinos, cujo tipo architectónico assenta em materiais sem qualidade e em formas de importação; com uma parte importante da população com rendimentos variáveis, contam no entanto estes bairros com um peso considerável de reformados, cujos rendimentos familiares se situam no nível mínimo considerado; os rendimentos designados como variáveis referem-se essencialmente a vendedores ambulantes, residentes nos bairros da Casinha, da Cruz da Picada e do Bacelo, Este e Oeste; e nos restantes bairros, correspondem a profissões cujos rendimentos podem ser eventualmente razoáveis ou altos, mas cuja posição hierárquica em termos profissionais é baixa, porque se trata de canalizadores, electricistas, "serventes", etc.; de notar, contudo, a percentagem de associados em cooperativas.

O oitavo agrupamento, de bairros planificados, integra uma população estritamente urbana de "quadros" e "funcionários", que se situa em escalões económicos entre os 150000 e os 200000 escudos, com uma quantidade considerável de profissões liberais no conjunto dos "autónomos"; do ponto de vista architectónico, podemos notar, na maioria dos casos, o peso sensível da ideologia citada da normalização. A categoria nº 9 tem o nível socio-económico mais alto e integra bairros sociologicamente semelhantes; a arquitectura é, todavia, diferente, de materiais caros mas em que se distingue o modelo importado do tipo "emigrante", na zona da Tapada do Ramalho; e noutros casos a réplica da casa do tipo português tradicional, como na envolvência da Avenida D. Leonor Fernandes, na Zona de

Urbanização n.º 1. Arquitectonicamente heterogénea, os bairros que a constituem são bastante semelhantes entre si e a heterogeneidade global é a soma das heterogeneidades particulares.

Cabe-nos referir a 10.ª categoria, com quintinhas da ordem dos 5000 m² e casas construídas pelos próprios proprietários; de grandes dimensões e materiais de boa qualidade, o bairro chamado "dos Médicos" a E da cidade tenta, em alguns casos, reproduzir elementos de um modelo tradicional, esporadicamente mais arrojado; e o bairro do Senhor dos Aflitos, a W de Évora, apenas trabalhou sobre as casas rústicas originalmente existentes.

Porque é o nosso objectivo primeiro o estudo do processo de expansão, e visto que os bairros são factores privilegiados desse processo, como constituem seus elementos; porque essa expansão se realiza na urbanização do espaço, por um lado, e dos homens, por outro, consideramos os bairros que materializam cada uma das duas situações. Daí que optemos por analisar, enquanto primeira situação, as categorias com os números 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11: e como veículos da urbanização dos homens as restantes, escolhendo para o efeito um bairro que, em cada uma, seja susceptível de chamar a si o conjunto de características que permitiram defini-la.

De reforçar que, para além de não se justificar, não nos era possível estabelecer uma tipologia pela localização dos bairros; a ter esta como ponto de partida, ou não estabelecíamos categorias ou, em alguns casos, teríamos que escamotear,

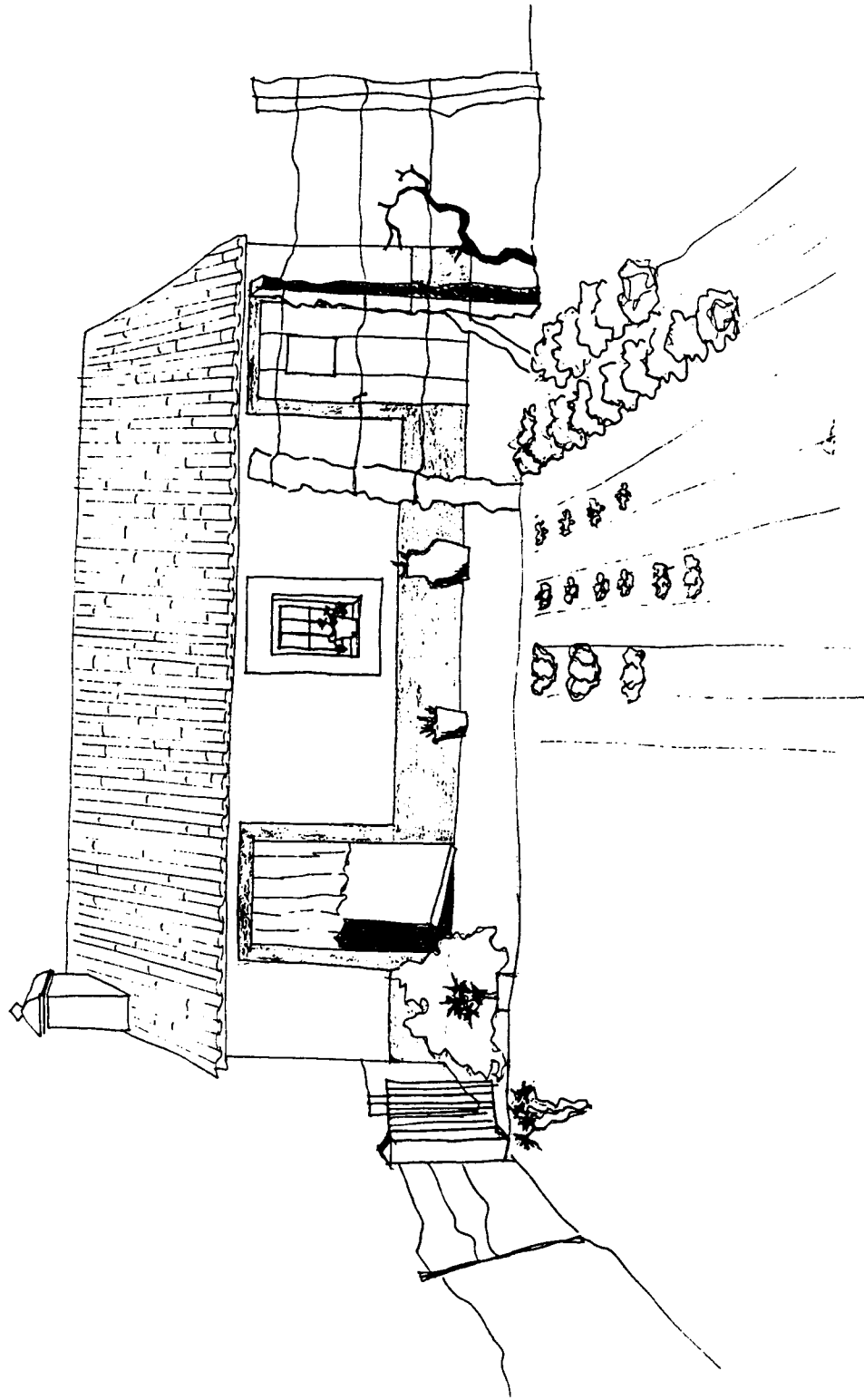
quando não ignorar, a realidade sociológica que cada bairro é essencialmente. Tentamos, em todo o caso e de acordo com as categorias ensaiadas, abarcar a grande maioria das possibilidades existentes.

Como ficou explícito, procurámos em cada uma das categorias constituídas analisar um bairro representativo das características que serviram de base a essa constituição. Deste modo, cada um dos casos estudados materializa as características enunciadas para a categoria que o integra; e, além disso, situa-se sempre que possível próximo da dimensão média do agrupamento a que pertence.

1) O bairro do Louredo (desenho nº 1) é um dos bairros que se situam na zona de transição, seja fora do perímetro urbano da cidade; entendemos que o mesmo é representativo da primeira categoria, ficando ainda próximo da média da mesma no âmbito da dimensão populacional.

Do tipo arquitectónico rural tradicional na região, o bairro do Louredo nasceu do êxodo rural subsequente à mecanização da agricultura, e traduziu a concretização do sonho "urbano" de assalariados rurais com problemas de trabalho, que vieram reunir-se aos que trabalhavam as quintas locais.

A falta de informação associada à ausência de instrução, como à consequente dificuldade de integração, foi determinante de uma localização que, facultando o acesso, permitia evitar a comparação e o confronto constantes com a cidade que dificultavam ainda mais essa integração; e a auto-segregação, instin-



Desenho 1 - Casa Típica do Bairro de Nossa Senhora do Carmo
(Agrupamentos 1, 2 e 3)

tivamente escolhida pelos recém-vindos, antecipava-se à segregação potencialmente imposta pela cidade e, por isso mesmo, mais violenta.

Com uma população fundamentalmente constituída por reformados, o bairro conta com um "contingente" representativo de trabalhadores rurais, na maioria eventuais, o que significa que trabalham onde e quando há trabalho. Desta circunstância, resulta o predomínio dos primeiro e segundo escalões económicos no âmbito do nível de rendimentos. E este pode ser condicionante do facto de, para além da preferência por estarem com a família e os amigos, os habitantes do bairro ocuparem os seus tempos livres a contar e ouvir histórias antigas. Tais histórias poderiam ser um elemento da relação com a cidade... contudo, e pela distância definida, cremos que antes mantêm os laços do bairro com o campo e com as suas origens. A relação com a cidade estabelece-a o próprio bairro, através de uma população que "usa" a cidade ao nível dos serviços, nomeadamente nos sectores da saúde e da educação; que se desloca ao campo para trabalhar e se garantir a possibilidade de utilizar os referidos serviços, como outras vantagens disponíveis.

Pelo relativo isolamento e pelas suas próprias características, o bairro é um espaço colectivo em que o inter-conhecimento é ao mesmo tempo gerador de segurança e conflito. O prolongamento da rua pelos quintais e eventualmente pelas cozinhas, forma de viver no campo que faculta a entre-ajuda, é também a partilha excessiva, traduzida na falta de privacidade que está na origem do conflito.

Envelhecido, porém, do ponto de vista dos seus habitantes, este envelhecimento é um factor de contenção da conflitualidade potencial; e as relações sociais predominantemente familiares abrangem mesmo o escasso número de famílias de proprietários agrícolas aí residentes. Estes habitam quintas, que são a alternativa à casa na cidade; e o que é distância material suficiente para aparecer como um travão ao estreitamento de relações do bairro com a cidade surge, para estes "urbanos", como uma proximidade que satisfaz a apetência crescente por espaços de convívio grandes, fora da confusão da cidade e livres dos problemas de estacionamento de viaturas. As deslocações frequentes a restaurantes instalados no Louredo e/ou as comemorações que a "cidade" realiza nesses espaços não cabem, no entanto, no conjunto das formas assumidas pela relação cidade-Louredo e/ou cidade-Louredo-campo. Esta fica-se, segundo concluimos do que citámos como a dependência do bairro relativamente à cidade, em matéria de bens e serviços; e a esporádica fraca dependência do campo envolvente face às disponibilidades comerciais do bairro, não é de modo algum uma dependência da cidade, na medida em que a zona de transição se encontra, a todos os níveis, excluída do perímetro urbano.

Esta exclusão traduz-se em solidariedades próprias, as velhas solidariedades do campo materializadas num bairro fechado, que guarda da cidade uma imagem feita de inacessibilidades; e de que destacamos a "unanimidade" na opção persistente pelo Partido Comunista. O bairro, limitativo para os

seus habitantes, mas simultâneamente espaço de apropriação e identidade, conseqüentemente de segurança, reproduz um modelo de vida genêricamente rural; as "intromissões" urbanas ao nível, por exemplo, de alguns comportamentos, nomeadamente a maneira de vestir das camadas mais jovens, não constituem factores suficientemente determinantes para que o bairro não possa estruturar-se como a unidade que é.

E o elemento fundamental da presença do fenómeno urbano, seja o conjunto dos residentes das quintas que materializam a presença da cidade no bairro, não altera a identidade implícita na unidade mencionada. Com uma dupla função no contexto das suas relações com a população, a distância social que por um lado é obstáculo a uma eventual integração, passível de desestruturar o bairro enquanto unidade, vê reforçada esta situação por um "paternalismo" que, aparentemente contrário à citada distância, acaba por acentuá-la por excesso.

2) De origem rural, apesar de uma parte importante da sua população provir de mal alojados da cidade, e simultâneamente clandestina, o bairro das Fontanas é, contudo, posterior a 1960. Basicamente do mesmo tipo e estrutura, numa primeira fase, que os bairros exemplificados pela alínea a), o bairro em epígrafe é parte de uma categoria em que, apesar de as motivações para o êxodo do campo serem diferentes, a maioria das condições referidas antes se repete: as casas de um piso, raramente dois, o quintal, a ausência de privacidade, etc. (Desenho nº 1).

No entanto é importante o facto de se tratar de um conjunto populacional situado na coroa de aglomerados periféricos, seja o limite da área urbana de Évora e cujos bairros se localizam vulgarmente a uma distância de cerca de dois a três quilómetros do seu centro.

Factor menos significativo na estruturação do bairro enquanto unidade sociológica, a distância à cidade pode ter maior impacto no contexto das relações entre esta e o campo.

Com uma população em que o escalão etário mais representativo se situa entre os 25 e os 40 anos, o Bairro das Fontanas, como a generalidade dos que se incluem na mesma categoria, integra a faixa mais jovem da cidade, mas conta, ainda assim, com um número elevado de reformados. Os assalariados rurais, que tinham algum peso na categoria anterior, deixam de existir e surgem em quantidade muito significativa autónomos de rendimento variável, frequentemente com pequenas indústrias familiares, alguns comerciantes também em unidades de exploração familiar e um número por vezes extremamente importante de vendedores ambulantes. Neste bairro é considerável a presença de pequenas indústrias, nomeadamente oficinas de diferentes actividades.

De outra perspectiva, associado a um nível de rendimentos satisfatório⁽⁴⁴⁾ como à estrutura etária referida, estará o facto de a maioria da população do bairro, como dos bairros seus semelhantes, mencionar o gosto por assistir a espectáculos como ocupação dos tempos livres; naturalmente que a alusão ao tipo de espectáculos poderia explicar essa pre-

ferência, porque se trata de uma população com uma componente importante cujo nível geral de instrução é relativamente baixo: apenas 1,6% tinha no fim dos anos 70 o ensino secundário e menos de 10% tinha o ciclo preparatório.

A proximidade relativa da cidade não confere, ao conjunto de bairros em análise, e nomeadamente ao bairro das Fontanas, uma frequência de contactos muito mais significativa que nos bairros anteriores. Note-se que muitos dos trabalhadores autónomos trabalham no próprio bairro e os vendedores ambulantes deslocam-se preferencialmente às freguesias rurais de dentro e de fora do concelho; a aquisição do material que vendem é feita vulgarmente em unidades fabris do norte do país e só muito raramente em revendedores locais. Trata-se, por conseguinte, de um tipo de relação com a cidade que não difere substancialmente do definido antes, até porque alguns bairros são também da zona de transição; no entanto, são frequentes as compras num bairro próximo situado na zona extra-muros.

A ligação com a origem mantém-se com visitas a familiares e amigos aí residentes; lembramos que, nesta categoria, não tem especial relevo a mudança de amigos com a vinda para o bairro, talvez pelo peso importante dos vendedores ambulantes no conjunto dos seus residentes.

Por outro lado, a sua distância social à cidade é idêntica à caracterizada antes, bem como a imagem que a cidade faculta não difere muito da anterior. Porém, a maior mobilidade da população, seja a maior frequência nas deslocações

quer à cidade, quer a outras freguesias, tem implícita uma não estruturação de um sistema de relações tão estável do ponto de vista interno quanto o do bairro do Louredo.

Todavia, as solidariedades tradicionais não se substituem por novas solidariedades devido à distância social da cidade... e o Partido Comunista mantém também aqui uma maioria aparentemente estável. O bairro é, portanto, para os seus habitantes essencialmente um local de residência em que a insatisfação não chega, porém, a destruir uma certa unidade.

3) O Bairro de Nossa Senhora do Carmo, de muito pequena dimensão relativamente à média dos bairros extra-muros, é um bairro mais antigo que o anterior, mais também que a média do agrupamento, datando o seu nascimento da década de 40. Acolheu, na sua fase inicial de crescimento, uma população cuja vinda para a cidade foi determinada pelas mesmas razões do bairro do Louredo. Trata-se, repetimos, de um bairro extra-muros idêntico simultâneamente aos da zona de transição e aos do agrupamento anterior, seja como um "compromisso" entre duas categorias diferentes (Desenho nº 1). No limite físico entre as duas zonas envolventes da cidade e com uma população mais envelhecida que o segundo agrupamento caracterizado, não conta, porém, com uma percentagem de velhos tão elevada como a do primeiro. Os autónomos que integram essa população, de modo diferente dos que permitiam rendimentos variáveis no bairro das Fontanas, são nesta categoria operários, trabalhadores terciários cuja actividade se exerce no próprio bairro, quase

sempre com salários relativamente baixos. Em média, o agrupamento revela uma maior aproximação material da cidade, porquanto conta com alguns bairros extra-muros. Daí as deslocações mais frequentes, bem como uma mudança notável nas relações sociais após a vinda para o bairro, o que pode dever-se também ao tipo de profissões existente. Cremos que esta ideia pode ser reforçada pelo facto de em alguns casos, e para além da normal ligação a uma associação desportiva, surgir a presença de associações de carácter profissional e político.

Porque se trata de um bairro da primeira fase de expansão da cidade, o que acontece com quase todos os restantes da mesma categoria, a escassez de equipamentos e infraestruturas coloca-o a uma distância real da cidade que não coincide com a distância física. A baixa qualidade de vida de uma população que procura diariamente o centro de Évora, não só para trabalhar, como frequentemente para compras e serviços, torna a diferença entre as duas realidades muito mais evidente que nas situações anteriores.

Como resultado, a imagem de inacessibilidade que a cidade deixa, que no entanto é impeditiva da reprodução, no bairro, de um modelo de vida rural, pelas razões que apontámos da juventude relativa e dos contactos fáceis da população com a cidade. As mesmas razões determinam a heterogeneidade relativa em termos "ideológicos"...

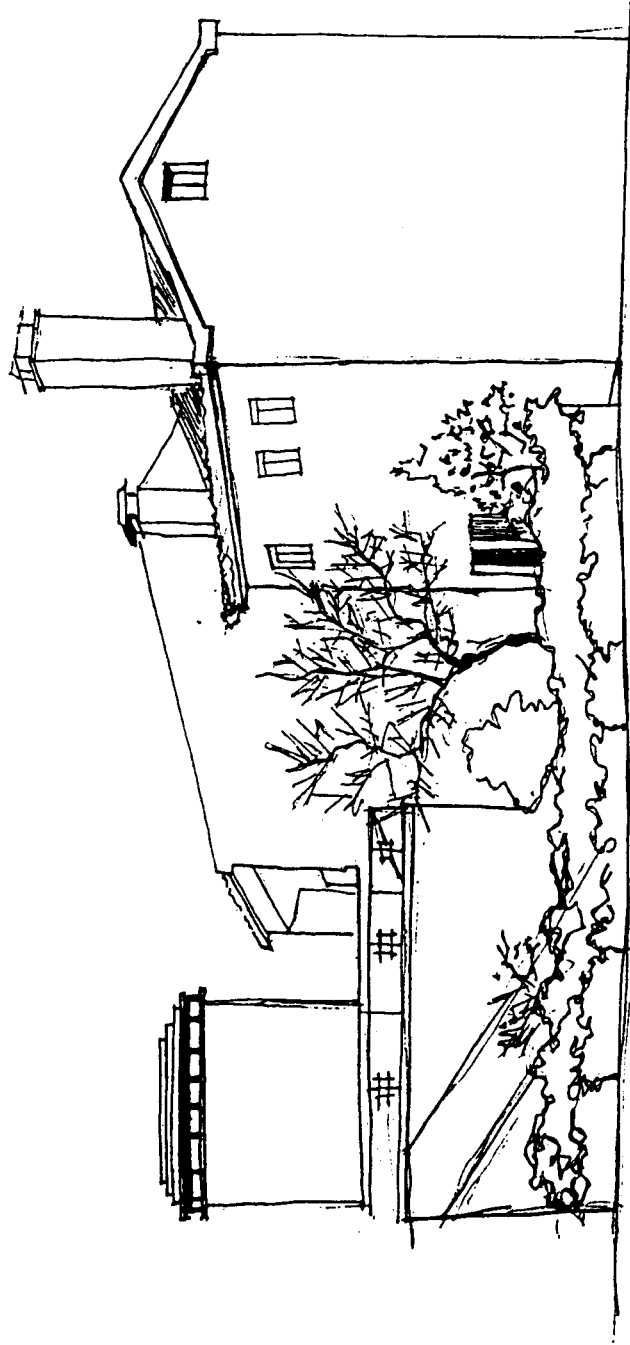
5) Na zona extra-muros, o Bairro de Nossa Senhora da Saúde aconteceu em duas fases distintas, e a sua origem urbana foi

antecedida de uma fase de construção clandestina nas décadas 1930 e 1940 devida a uma população rural que, sem trabalho no campo, procurava na cidade a sua sorte.

Deve-se a sua inclusão na zona extra-muros ao continuum cidade-bairro estabelecido recentemente pela zona de urbanização nº 1, facto que, aliado à presença mais representativa da população da referida segunda fase, marcou para a população rural e mais velha do bairro uma distância social ao centro que não deixa, porém, de ser uma realidade.

Significa isto, bem como a coexistência de dois períodos distintos e a simultaneidade de dois processos diferentes de urbanização — dos homens primeiro, depois do espaço —, que o bairro é, como os que incluímos na mesma categoria social, económica e, em consequência, politicamente heterogéneo. Esta heterogeneidade surge materializada na "coabitação" de um número importante de reformados, de funcionários, de uma quantidade representativa de comerciantes e autónomos, o que faz que os rendimentos oscilem entre os vários escalões propostos. E que tem como consequência a presença simultânea de modelos arquitectónicos distintos, bem como de estilos de vida que, em comum, não têm mais que a partilha dos mesmos espaços (Desenhos nºs. 1 e 2).

Todavia, mesmo ao nível da percepção desses espaços o bairro não tem unidade; e é fácil encontrar lado a lado o "quintal" aberto, numa tentativa de colectivização que se acentua na forma de utilização da rua, e o jardim no qual,



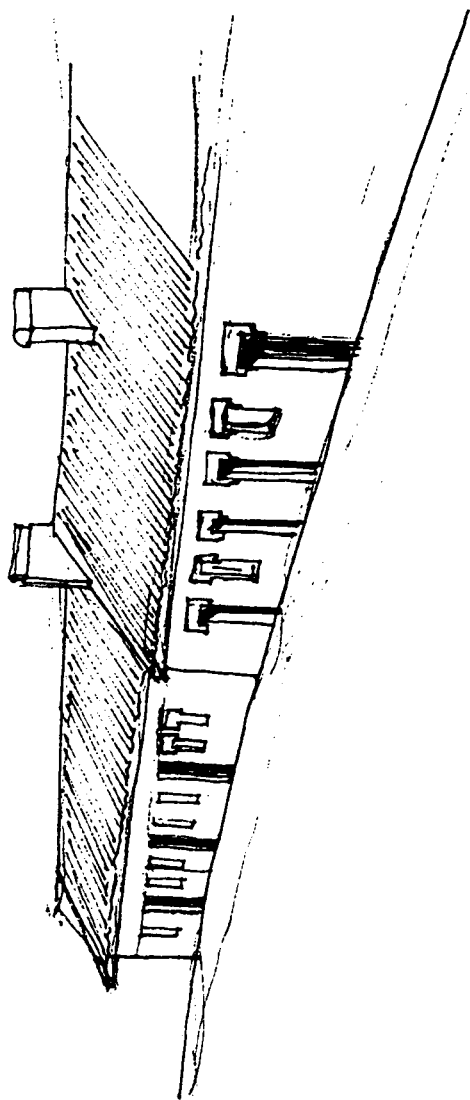
Desenho 2 - Casa típica do Bairro de Santa Luzia
(Agrupamentos 5 e 7)

apesar da pouca altura dos muros, o portão fechado é indicador de uma privacidade desejada.

A heterogeneidade social traduz-se, naturalmente, em relações preferenciais fora do bairro, o que a incapacidade de se criar os seus próprios equipamentos incrementa; e numa falta de unidade, que uma observação menos cuidada deixa aperceber.

6) Optámos por um bairro extremamente pequeno, dos Ferroviários, à imagem dos que, na mesma categoria, representam as primeiras fases de expansão da cidade. Constituídos fundamentalmente por uma população de origem "urbana", na sua maioria materializaram a percepção da vantagem de residir próximo do local de trabalho, numa cidade sem transportes públicos que obviassem à impossibilidade de ter transporte próprio, e constituíram alguns deles as primeiras situações de construção planificada (Desenho nº 3). Este, como os bairros que integram a mesma categoria, constituiu-se de um número relativamente escasso de casas cuja arquitectura seguia o modelo tradicional. Com escalões económicos predominantemente situados no primeiro nível considerado, são hoje bairros que viram a sua função inicial ser substituída pela função de abrigo de uma população de reformados; as famílias constituídas só raramente permaneceram no bairro, deixando aos "velhos" um espaço que vem acompanhando, ao longo do tempo, a perda gradual da razão da própria existência.

A rua, antes perfeitamente identificada como um espaço de



Desenho 3 - Casa Típica do Bairro dos Ferrovários
(Agrupamento 6)

utilidade comum e factor fundamental da situação de actividade da população do bairro, é hoje um espaço colectivo, em que o "vagar" se apossou gradualmente da posição do ritmo imposto por um trabalho nitidamente urbano.

As portas fechadas que a privacidade citadina impõe cedem o lugar, quando o tempo o permite, a uma convivência que assenta na partilha longa de interesses, objectivos, decepções...

A unidade do bairro não obsta, pensamos, ao seu contacto fácil com a cidade. As solidariedades que a carga ideológica deixa pressupôr e que a idade da população ajuda a cimentar não são, porém, afectadas por uma vivência "urbana" que se situa essencialmente no contexto das compras, das consultas médicas, de um passeio a pé sem mais consequências...

7) Santa Luzia constituiu-se de população predominantemente urbana, na sua maioria do interior da cidade, que se deslocou para a coroa de aglomerados periféricos para ter a sua própria casa. População escassa e na sua maioria jovem, que não cabia no centro, construiu casas inicialmente clandestinas; um modelo importado pelo emigrante português, mas de materiais relativamente modestos, com alumínios, pouca côr, normalmente dois pisos, quintal e garagem (Desenho nº 2).

O quintal é muitas vezes reprodução das hortas rurais, frequentemente jardim, de muro baixo mas excluída a função de convívio. A casa é fechada e constitui um espaço privado, enquanto a rua deixa de ser colectiva para se tornar espaço



público. Mais objectivamente, a rua é local de passagem e só esporadicamente pode ser local de encontro, nunca de convívio; não há mais apropriação pelos moradores de um espaço comum, a função socializante da rua tende a desaparecer, mantendo-se quase exclusivamente para os mais jovens.

A maioria da população trabalha no sector terciário na cidade, com uma percentagem também importante no sector secundário; auferem salários relativamente elevados, mas variáveis, porquanto se constitui, na maioria, de profissionais autónomos, concretamente agricultores, comerciantes ou proprietários de restaurantes, pequenos industriais "familiares", em alguns dos bairros também vendedores ambulantes. A sua mudança recente de residência tem implícito o facto de serem bairros novos; e a juventude da população é factor de um desenraizamento anterior, que determina a mudança significativa nas relações sociais que é devida à mudança de residência.

Por outro lado, os mesmos factores, como o nível razoável dos rendimentos, explicam, de outra perspectiva, que os espectáculos tenham o nível de importância que têm na ocupação dos tempos livres. E é também a idade da população que constitui o factor primeiro de ligação ao sector cooperativo, assim como as associações de índole profissional e política. Estas são, aliás, um dos elementos de contacto com a cidade, de que os bairros dependem totalmente, excepção feita para os bens de primeira necessidade e, em dois dos casos estudados, para os medicamentos.

A ligação entre a cidade e o meio envolvente, o campo,

acontece pela via dos poucos agricultores residentes no bairro, pequenos ou médios na totalidade, que são veículo de informação e conhecimentos provenientes da cidade e que trazem do campo inevitavelmente alguns aspectos que se articulam com o sistema de valores: o ritmo da vida, a ideia de hierarquia, a lentidão generalizada... que, no entanto, não chegam para descaracterizar uma situação relativa de urbanismo predominante.

Com uma distância social curta relativamente à cidade, trata-se, na maior parte, de bairros que surgem como uma segunda fase da gradação que teòricamente leva até à urbanização do campo, mas que tendem a tornar-se reproduções, enquanto modo de vida, do modelo urbano.

8) O Bairro do Alto dos Cucos é parte de uma categoria que deixa prever, pelas suas características, a inclusão de novas áreas residenciais. Integrado no projecto de expansão da cidade, o bairro foi naturalmente planificado, tanto do ponto de vista arquitectónico como da perspectiva dos futuros residentes, tendo esta condicionado, naturalmente, a utilização dos materiais como o modelo arquitectónico definido, enquanto "esvaziava de conteúdo" a questão da distância física da cidade.

É um bairro cuja morfologia reflecte claramente a já referida ideologia da normalidade, porquanto a imposição de regras relativamente rígidas para a sua edificação, se bem que privilegiando de algum modo o que podemos caracterizar como

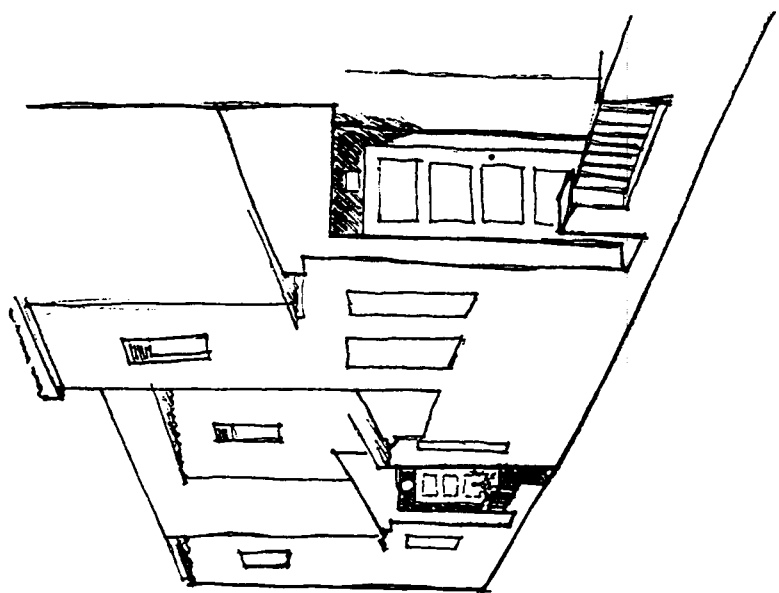
uma "actualização do modelo regional tradicional", não deixa espaço à criatividade dos habitantes, sequer ao seu direito à diferença.

O anonimato que normalmente vem associado à ideologia citada, é uma realidade presente, num tipo de bairro em que a ausência de surpresas não significa, contudo, um maior conhecimento. E as casas, em banda ou isoladas, têm uma estrutura em que a própria porta surge "protegida", como se pretendesse reservar-se o direito de escolher quem deve entrar (Desenho nº 4).

Pode o desejo de privacidade, que é parte da qualidade de vida, ser factor determinante do tipo de habitantes dos bairros em questão. Elementos de uma camada social com um montante de rendimentos relativamente alto e um nível de instrução elevado, conferem aos bairros, do ponto de vista social, uma homogeneidade que a sua estrutura deixava antever.

Porém, é a mesma estrutura que reflecte a inexistência de solidariedades, conseqüentemente de conflitos... É todavia a homogeneidade que prevalece ao nível das opções de fundo, nomeadamente de carácter político, a traduzirem uma consciência de classe que, com o lugar de residência, apenas tem como relação a opção consciente.

9) O bairro da Quinta da Vista Alegre data da década de 60, tendo-se destinado a sua primeira fase de construção a uma camada da população ligada ao sector primário, que antes resi-



Desenho 4 - Casa Típica do Bairro do Alto dos Cucos
(Agrupamento 8)

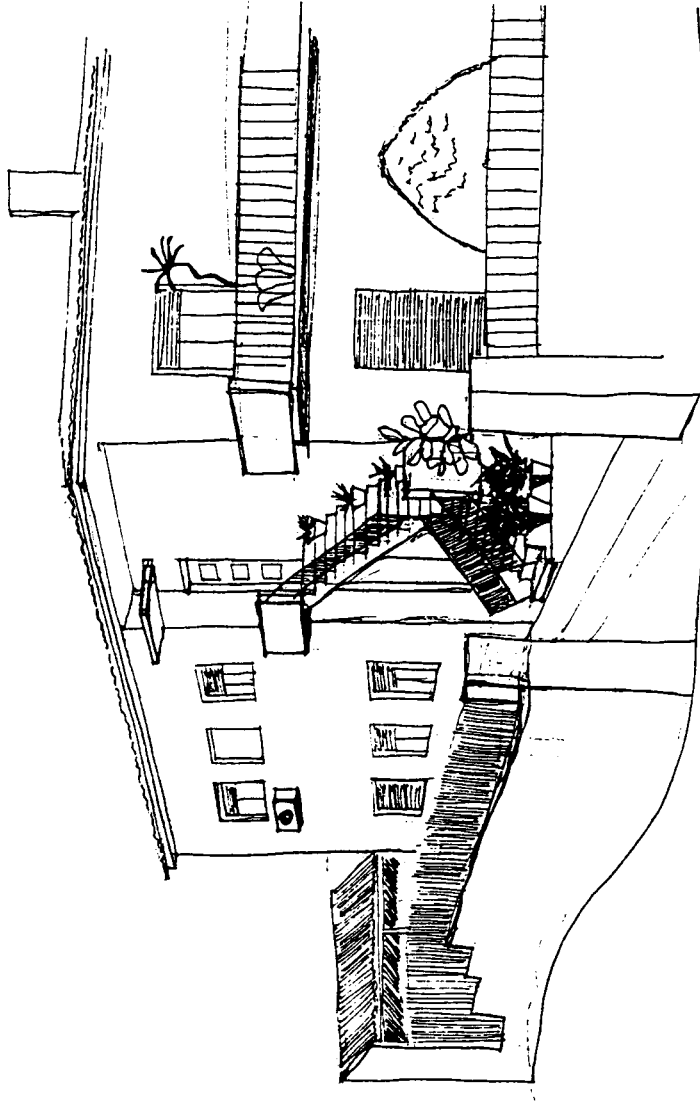
dia em casas velhas no centro da cidade ou em "montes", ou mesmo em aldeias ou vilas fora do concelho.

A Quinta da Vista Alegre integra uma categoria em que apenas dois bairros são architectónica e estruturalmente diferentes, sejam o de Frei Aleixo II e o da Zona de Urbanização nº 1. Os restantes constituem um espaço bastante homogéneo e contíguo, extra-muros, que não faz naturalmente a ligação directa ao campo, porquanto toda a sua população é essencialmente urbana, mesmo os agricultores que se incluem nos seus residentes.

Com uma das populações mais escolarizada do conjunto dos bairros e com os níveis de rendimento globalmente mais elevados, no agrupamento em causa e concretamente na Quinta da Vista Alegre predominam "quadros", e liberais de rendimento variável, médicos e advogados na sua maioria, bem como alguns agricultores de "dimensão" e posição hierárquica importante.

O jardim substitui em quase todas as situações o quintal e a garagem é elemento praticamente indispensável. As casas, individuais ou geminadas, são espaços perfeitamente privados, e os muros baixos nos jardins trazem à evidência a qualidade (Desenho nº 5).

A rua é, em alguns pontos privilegiados, a reprodução do espaço colectivo de outrora, que o bairro procurou restituir-se; na mesma perspectiva, as esplanadas e/ou os cafés de paredes de vidro são, efectivamente, a concretização de um modelo de espacialização que aponta no sentido da colectivação de uma parte do quotidiano, ligada fundamentalmente ao



Desenho 5 - Casa Típica do Bairro da Tapada do Ramalho
(Agrupamento 9)

lazer; passar o tempo com os amigos é aliás, nestes bairros, uma das formas de lazer referenciadas nas preferências.

Se acrescentarmos a isto que os amigos provenientes da mudança para o bairro são normalmente poucos e não vieram, na quase totalidade dos casos, senão aumentar o número dos já existentes; se atendermos também ao facto de que se trata de relações que se prendem, para além do factor residência, frequentemente com a convergência de interesses de âmbito profissional, muitas vezes com a situação de vizinhança, podemos concluir que são bairros que reproduzem de forma evidente o modo de vida urbano, não necessariamente próprio de Évora, bem como se estruturam o seu próprio sistema de relações e criam, pelos equipamentos, uma certa independência.

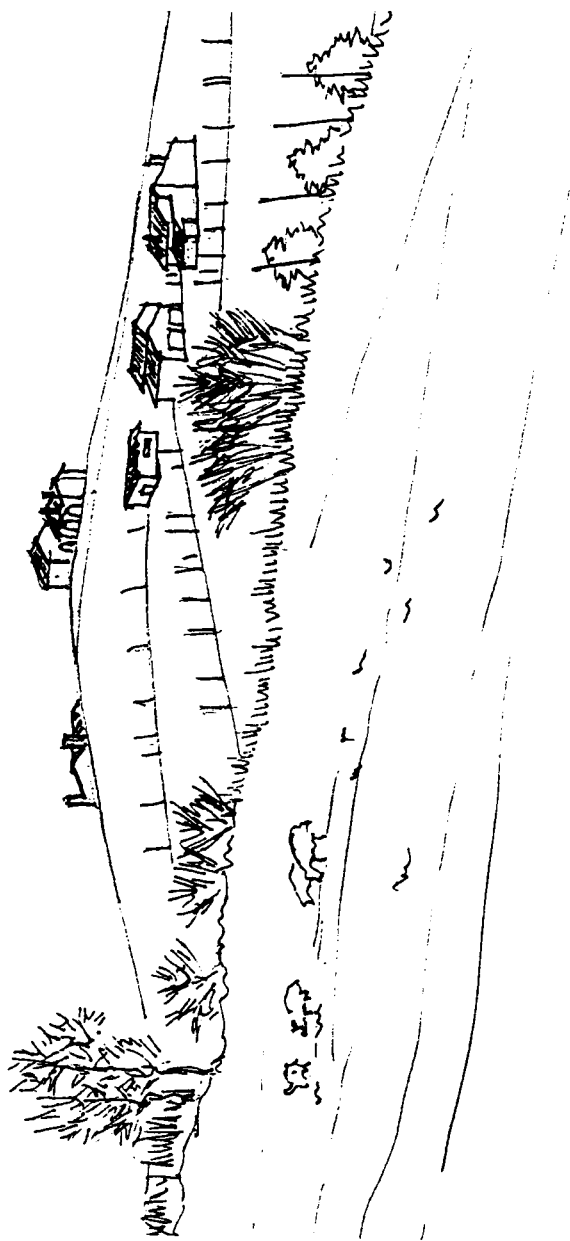
Este é um aspecto que confere aos bairros em análise, nomeadamente à Zona de Urbanização nº 1 e mais ainda aos bairros que constituem a área residencial designada de Tapada (mais Santa Catarina e Quinta da Vista Alegre) uma imagem que os distancia dos outros; com uma unidade interna inegável e uma identidade evidente, os bairros são áreas sociais "vistas" como privilegiadas e a aproximação a outros bairros não vai além da dependência destes últimos ao nível dos bens e serviços disponíveis nos primeiros. É, aliás, aí que a população vê de alguma forma materializada uma segregação que é mais sensível quando se está mais próximo.

Porém, o papel dos cafés, que podem reflectir a segregação referida, aparece com um efeito contrário em relação aos jovens, para quem os mesmos cafés actuam como factor de inte-

gração social. São, até, elementos de identificação, no contexto de Évora considerada globalmente, de zonas determinadas, assim como de verdadeiros "bandos" com características de certo modo simbólicas.

Este é também um aspecto que confere aos bairros em questão a sensação de segurança que transmitem aos seus habitantes, a qual, como factor de identificação que é, contribui para que os referidos núcleos deixem de si a imagem de unidades sociais fechadas. Trata-se, deste ponto de vista, de uma situação que é predominante no bairro/área residencial da Tapada e que, sentida, como assumida, pela camada jovem da população, contradiz a realidade que a distância física e/ou social não significativa em relação à cidade normalmente promove de um bairro aberto. São-no, efectivamente, no que diz respeito aos fluxos constantes que substanciam a mutabilidade; no entanto, a possibilidade de se estruturar em torno de um tipo de relações sociais específico é parte de uma realidade social fechada...

10) Iniciado a partir da compra de lotes de 5 000 m² disponibilizados pela Câmara Municipal, por um grupo de médicos a trabalharem em Évora, o bairro é de origem e constituição urbanas. Heterogéneo do ponto de vista da construção, porquanto esta não obedece a quaisquer directivas e depende apenas do gosto de cada residente, o facto de se constituir de "quintinhas" estará na origem da também heterogeneidade no âmbito da utilização do terreno envolvente de cada habitação (Desenho



Desenho 6 - Paisagem Típica do Bairro dos Médicos
(Agrupamento 10)

nº 6). Desde o "*green*" com piscina, à horta, ou mesmo a uma pequena vinha, o bairro revela, pelos projectos elaborados e apesar do nível genericamente elevado de instrução, como de rendimentos, dos seus habitantes, algumas diferenças no que diz respeito à origem social dos mesmos... É, todavia, uma área cuja distância física à cidade nada tem a ver com a distância social, na medida não só da total dependência do bairro como, principalmente, pelo facto da forte mobilidade dos seus moradores.

É um bairro com características específicas, que integra a presente categoria tão só devido ao facto de se constituir de "quintinhas": o bairro do Senhor dos Aflitos, a Oeste da cidade e a uma distância física ainda maior, a rondar os 6 ou 7 Kms, tem de comum com o primeiro apenas a origem urbana da população, bem como o seu nível socio-económico e de instrução. Tradicional do ponto de vista arquitectónico, ter-se-à limitado a recuperar as construções existentes, o que confirma as diferenças relativamente ao bairro anterior. Contudo, o paralelismo da dimensão como da distância, do nível até dos residentes, como da impossibilidade de inserção em outra qualquer categoria, estiveram na origem da sua inclusão numa categoria comum.

d) - A Integração das Novas Populações ou a Urbanização dos Homens

Os primeiros bairros, que caracterizámos como "colagens", são, numa primeira fase, um indicador do fenómeno de concentração populacional que é a urbanização tradicional, porquanto acrescentam essa concentração. Os outros, podem constituir indicadores da eventual dispersão que caracteriza uma outra fase do mesmo processo.

Podemos entender, em qualquer das circunstâncias, que os bairros são globalmente uma consequência lógica da expansão das cidades, na medida em que são a sua materialização. E traduzem, pela conquista sucessiva de novos espaços, o afastamento de um centro aglutinador que era o foco da vida na cidade inicial, o que gradualmente acentua as distâncias física e social entre os habitantes do centro e os da periferia. E que é, como tal, sinónimo de desagregação da cidade, ao mesmo tempo que é para os seus residentes a dissociação entre os lugares de habitação, trabalho e urbanidade.

Pensamos que pode ocorrer, em jeito de resposta, a revitalização do centro enquanto realidade administrativa, histórica, comercial, simbólica, por e para uma população que se procura, instintivamente e na busca de uma identidade, referências comuns e espaços de contacto.

Esta situação poderia significar a integração dos bairros, também aqui pela mesma reacção a uma distância física que

se reflecte na distância social. Contudo, referimos a heterogeneidade da composição da população da periferia urbana, tanto pela origem, como pela diferenciação social, como, em consequência, pela diversidade e eventualmente a oposição de interesses e modos de vida que a constituem. Daqui que, mesmo que aconteça um reforço temporário do centro enquanto tal, mesmo que este chame a si um conjunto de funções que fomentam a necessidade de contactos entre os moradores das várias zonas da cidade, a integração não vá além de um processo linear de solidariedade orgânica. A falta de coesão, os objectivos contrários ou até conflitivos, a inexistência de uma consciência colectiva, apenas permitem uma interdependência que não é mais que de natureza funcional.

A mesma heterogeneidade tem como resultado material uma distribuição diferenciada das residências, que advem da maior ou menor capacidade económica: a estratificação urbana, sempre que atinge uma expressão espacial importante, que traduz necessariamente uma distância social manifesta, desemboca em situações claras de segregação urbana.

Esta pode ser a tendência para organizar o espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e diferentes das outras, tendo esta diferença significado hierárquico.

Não é, no entanto, o resultado apenas de um factor, mas antes da convergência de diversos factores, sendo de considerar, por exemplo, a interacção dos aspectos económicos, políticos e ideológicos que condicionam a planificação, reflectin-

do-se quer na simbólica, como na criação eventual de fronteiras ecológicas.

Enquanto processo espontâneo, são normalmente as categorias socio-profissionais mais desfavorecidas as que se mantêm no centro das cidades ou procuram os seus bairros mais afastados. Isto porque o princípio que determina a distribuição das residências se prende com o prestígio social, e as zonas referidas são, a primeira geralmente a mais degradada do ponto de vista habitacional; os bairros mais afastados, aqueles em que as casas são mais baratas, frequentemente de construção clandestina na origem; e as leis do mercado condicionam inevitavelmente a acessibilidade ao espaço.

É, aliás, nas categorias sociais extremas que ocorre o maior índice de segregação espacial, também devido à preferência, pela segurança que daí advém, de vizinhos tão semelhantes quanto possível — e a classe média é evidentemente a mais heterogénea. Contudo, não podemos falar de uma lei geral das regularidades, geográficas ou outras, e a localização das residências articula-se com a especificidade de cada aglomeração.

A dinâmica social constitui-se da interrelação de factores como o nível económico, o nível político-institucional, o nível ideológico, eventualmente o nível da luta de classes. É o carácter conjuntural dessa dinâmica que determina a não existência de espaços definitivamente privilegiados... Que no entanto, em Évora, tendem a ganhar uma certa permanência, que

é condição da imagem que projectam e provem da ausência de flexibilidade da mesma dinâmica. A ainda escassa mobilidade social, pela falta de objectivos da classe média; o poder local que, ao "perpetuar-se", tende a reproduzir as desigualdades existentes, fazendo prevalecer a sua própria função político-institucional à função ideológica que lhe é inerente; a inexistência de uma luta de classes, mesmo só da perspectiva de uma potencial reacção por parte das classes dominantes, são condições de estabilidade de uma estrutura social que a segregação espacial na cidade materializa de forma notável.

Os bairros que integram as duas primeiras categorias, caracterizadas no ponto anterior do presente capítulo, são habitados pela camada mais baixa da população, cujos recursos lhe não permitiram, à "chegada" à cidade, o acesso a outras áreas residenciais; "pobres" por definição, a sua distância física à cidade é obstáculo fundamental à integração de populações que, sem se marginalizarem, se auto-isolam.

Na terceira categoria proposta, as unidades residenciais estão materialmente mais próximas da cidade; no entanto, a "antiguidade" que as caracteriza tem implícita uma escassez de equipamentos e infraestruturas que as relega para uma distância social idêntica à dos anteriores bairros, mais evidente talvez pela proximidade do centro, que inviabiliza o auto-isolamento. É a idade da população que actua como elemento neutralizador de possíveis consequências para uma segregação social que é uma realidade.

Também relativamente homogéneos são os bairros que

constituem a sexta categoria; no entanto, a origem "urbana" das suas populações, bem como o tipo de profissões a que a raridade, à época do seu início, conferia uma imagem de grande nível de especialização, estarão na origem de uma "convicção" bairrista que quase se assemelha à consciência de classe, acentuada pela nova função da rua-espço de convívio e pelas deslocções fáceis à cidade, que não os "atemoriza".

Heterogéneos, os bairros da categoria antecedente, cuja construção remonta a épocas diferentes e se deve a populações de origem distinta, promovem, contudo, a integração, no contexto urbano, da sua população rural. O "efeito de contágio" inevitável, por outro lado a inexistência de unidade, a inviabilizar os contactos sociais locais, que "empurra" para fora do bairro, são fatores dessa relativa integração.

Obviamente que, nas áreas residenciais que incluímos nas restantes categorias, não se faz sentir o problema da maior ou menor integração das populações que, pela origem, são urbanas e, pela atitude, são "responsáveis" pela própria dinâmica da cidade. Todavia, a imagem de prestígio associada nomeadamente aos bairros inseridos nas últimas duas categorias referidas, é resultado da mencionada ineficácia da mesma população para alterar uma estrutura de certo modo cristalizada.

Não há uma consciência de classe suficientemente interiorizada, que nos permita levantar a hipótese de uma intencionalidade assente no instinto de conservação do privilégio de morar, por exemplo, na "Tapada", a explicar essa falta de

eficácia... Porém, há um conhecimento sensível da segregação que daí advem para outras populações, exacerbado ao nível de uma competição que tem como objectivo a expansão dessa situação segregacionista.

E esse conhecimento, bem como a tendência "expansionista" do sentimento de segregação, são "apoiados" pela evolução da população urbana, que decresce intra-muros para aumentar nos bairros, com um crescimento relativo superior nas áreas residenciais citadas⁽⁴⁵⁾. No mesmo sentido, a estrutura socio-demográfica dos bairros, com a maior percentagem de activos e o nível de escolaridade mais elevado para as mesmas zonas, que constituem factores, obviamente, da percepção das diferenças existentes⁽⁴⁶⁾.

Conclusão

Do presente capítulo fica-nos a ideia de que a cidade cresceu. E esse crescimento, criação e inovação, ou tão só e mais frequentemente, ausência de criatividade, arrastou consigo mudanças, destruições... Tem-se constituído por fragmentos, de acordo com conjunturas, modas, interesses e oportunidades; vem obedecendo a dinâmicas que são de crise, uma ou outra vez de prosperidade; inevitável e materializado frequentemente em adulterações ou erros, no esquecimento dos valores históricos, na falta de sentido estético e eventualmente de bom senso.

A cidade cresceu à custa, de certa forma, de uma região que se esvazia quase diáriamente da sua gente; e tem vindo, sucessivamente, a encher de casas, antigas hortas periféricas, algumas quintas, parcelas mais ou menos importantes de herdades que a rodeiam. Tem vindo, em suma, a levar para cada vez mais longe do seu centro nevrálgico o que se designa por periferia da cidade... Uma periferia que constitui no seu conjunto com a cidade uma aglomeração, seja uma cidade envolvida por arredores que integram, no caso em questão, núcleos múltiplos.

Cresceu ainda porque, mais recentemente, a política de defesa e preservação do património encarece o processo de reabilitação e/ou reconstrução das habitações no interior da muralha; e o facto de a cidade ser monumento nacional era já, por si, factor do aumento dos custos de morar no centro histó-

rico. cremos que, daí, a necessidade, por parte dos seus residentes, de procurar habitação onde as vantagens económicas ou os custos fossem, respectivamente, maiores ou menores.

Podéria este crescimento ser analisado de uma diversidade de perspectivas: a localização de novas zonas edificadas, a época das construções, a identificação de "promotores", por exemplo, poderiam ter estado na origem da constituição de agrupamentos de bairros que, atendendo ao elemento subjacente a cada um deles, por certo nos facultaria uma categorização diferente. Porém, após análise cuidada de cada bairro optámos, como dissémos antes, por considerar essencial na tipificação das unidades residenciais um ou vários factores que contribuissem, de modo directo e inequívoco, para as suas eventuais semelhanças.

Assim, construída a tipologia e escolhidos os bairros-tipo para um estudo mais centrado na questão da expansão da cidade, verificamos que esta diverge e surge, da mesma forma que o próprio crescimento estritamente físico da cidade, como um processo que prima pelas descontinuidades.

Cada uma das fases que foram os períodos mais significativos da expansão ficou a dever-se a causas específicas, mas extensíveis a um conjunto de situações cuja lógica, apesar das diferenças inevitáveis, condicionou de maneira idêntica populações com origens semelhantes, logo com problemas e anseios comuns. Fica reforçada, portanto, a ideia da época como

factor de agrupamento das unidades residenciais periféricas de Évora.

A distribuição, no território, dessas unidades, denota, com frequência, a sujeição à existência de parcelas disponíveis; daí, como dos aspectos que citámos ao longo da análise, a impossibilidade de termos em conta, na construção da tipologia que esteve subjacente a esta parte da investigação, a localização geográfica dos bairros.

Cresceu pois a cidade... Porque cresceu de facto. Ou porque chamou a si uma população rural de escassos recursos, para quem as vantagens urbanas, pouco acessíveis embora, se explicavam ainda assim como vantagens pelo simples facto de existirem. Cresceu também porque "despejou" uma parte daqueles que, conscientes do custo de morar numa cidade essencialmente para ver, alienaram o direito de ser pobres no centro histórico para ser menos pobres na periferia.

Quando absorveu população do campo, ou quando permitiu que a mesma se fixasse no seu perímetro próximo, e é o caso das três primeiras situações, Évora exerceu, no processo de relações potenciais entre os dois meios, a supremacia originada pela sua situação dominante. Quando actuou no sentido de alargar o seu território para esvaziar o centro, a mesma supremacia permitiu-lhe ter direito de opção na ocupação de parcelas de território que o campo, por incapacidade relativa, se limitou a perder.

Todavia, seria demasiado linear e genérico limitarmos a

uma outra zonagem, radial, no âmbito da ocupação do território, o fenómeno repetir-se-ia.

Da total ausência de planificação inicial, da falta de uma visão integrada após a introdução dos primeiros planos, essa periferia sem unidade é a desorganização que esteve na origem de uma série de categorias, ou agrupamentos, em que poucos bairros em cada categoria têm poucos aspectos em comum. E as semelhanças provêm, como referimos, da convergência de factores que marcaram tempos determinantes de formas de expansão específicas.

Porque a ocupação do território respondia às disponibilidades mencionadas, a custos económicos relativos, em cada tempo de crescimento podem surgir distâncias físicas distintas dos novos bairros ao centro da cidade. Daí, a diferença no processo de relação com a mesma cidade, necessariamente um posicionamento também diferente enquanto elemento que cada bairro é do processo de urbanização.

Factor de especificidade do bairro, este aspecto condiciona naturalmente a imagem que o mesmo tem da cidade, como a que os residentes fazem do seu próprio bairro. Porque estrutura, como limita, um processo de simbolização que se prende, nas categorias que os exemplos 1, 2 e 3 materializam, com uma certa relutância em assumir o local de residência; e nos bairros das categorias 7, e muito especialmente 8, com o orgulho de habitar uma zona socialmente privilegiada. Estabelece pois, como consequência, os parâmetros dentro dos quais

ocorrem as múltiplas relações de cada bairro.

Porque cada categoria não inclui, explicámos, bairros equidistantes do centro da cidade, sequer situados na mesma zona de crescimento, a relação dos bairros com a cidade, ou a articulação que estabelecem entre si, acontece de maneira desconexa e desequilibrada no território, quer no que respeita à intensidade como ao âmbito dessa relação. E reflecte, pela relação ou a presença em alguns casos significativa do campo, um processo de urbanização que consideramos mal consumado e que, em certas situações, não vai além da utilização, pelos homens a urbanizar, de objectos de consumo urbanos que não chegam, sequer, a impôr-se como símbolos.

Évora é, na realidade, uma cidade que atravessa um processo de expansão. É, porém, uma cidade cuja expansão física excede de alguma forma os limites que corresponderiam ao seu crescimento populacional. Esta situação reflecte um processo de urbanização que, próprio das sociedades ocidentais, porquanto assente na concentração crescente da população, pode vir a tornar-se um processo invertido. O esvaziar do centro que anteriormente deixámos apercerber, a eventual capacidade de criação de estruturas próprias que viabilizem novas centralidades, nomeadamente em alguns bairros e à imagem dos que integram a categoria nº 9, podem actuar como factores de uma nova dispersão, que descaracteriza a urbanização referida. Podem significar um novo processo que, associado ao êxodo regional que se materializa na perda sistemática de população pela região, seja fundamentalmente uma urbanização dos espaços

a par de uma urbanização dos homens. Porque a inaptidão para se criar uma unidade, tanto pelas situações referidas de não integração das populações de origem rural, como pela diferenciação social assumida e que a cristalização da estrutura social "justifica" na população de origem "urbana, fazem da cidade um todo a cuja não articulação o centro não chega a obviar.

NOTAS AO TEXTO

Capítulo VI

1. Simões Lopes, ob. cit. pgs. 88-95.
2. Entorno refere o espaço/território directamente envolvente da cidade, independentemente da sua vastidão e considerando-o sem interrupções.
3. A. Smailes in "A cidade em Portugal", Teresa Barata Salgueiro, Ed. Afrontamento, Porto 1992, col. A Cidade em Questão, pg. 31.
4. Conderência Europeia de Estatística, Praga, in "La cuestion urbana", M. Castells, ob. cit. pgs. 15-27.
5. R. Redfield, "The cultural role of cities", 1954, in M. Castells, ob. cit., pg. 99.
6. Manuel Castells, ob. cit. pgs. 95-106.
7. Manuel Castells, "La question urbaine", Ed. François Maspero, Paris, 1977.
8. Duby, Georges, "Histoire de la France Urbaine", vol. 4.
9. Designação presente em documentos preparatórios do Plano Director de Beja.
10. "La Ville et l'urbanisation", Jean Rémy, Liliane Voyé, Collection Sociologie Nouvelle-théories, éditions Duculot, S.A., Gembloux 19+4, pg. 137 e seguintes.
11. A Finicisa, antes Fábrica de Lanifícios de Portalegre, só recentemente passou a ter significado como empregadora ao nível de quadros recrutados de entre os potenciais elementos locais. Em Évora, a Melka, a Lee ou a Siemens recrutaram sempre os seus quadros superiores nos seus países de origem, abrindo apenas localmente a possibilidade a uma escassa "meia dúzia" de chefes de secção".
12. Wright Mills, "A Nova Classe Média", biblioteca de Ciências Sociais, Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1976.
13. Wright Mills, "A Nova Classe Média", biblioteca de Ciências Sociais, Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1976.
14. A designação prende-se hoje com o prestígio social do indivíduo, embora na base desse prestígio tenha estado uma dimensão que já não é relevante.
15. Nas últimas décadas, com maior incidência a partir de 1974, os clubes desportivos, as associações recreativas ou culturais, vêm tendo nas suas direcções presidentes que são

comerciantes ou construtores civis com dinheiro recente, que sustentam simultaneamente essas associações e a sua necessidade de afirmação social.

16. Veja-se por exemplo as figuras do Reitor, do Director do Colégio, do Chefe de Relações Públicas na Universidade; ou os Directores nos Institutos Politécnicos; ainda elementos dos respectivos corpos docentes com participação activa em áreas do interesse da classe superior local ou regional.
17. Entenda-se a nova classe média caracterizada, na gíria regional conhecida como burguesia devido à sua capacidade de consumo recente e independentemente das conotações pejorativas ou elogiosas do termo. Terminologia do período posterior a 25 de Abril de 1974 e interiorizada pela população.
18. Melville J. Herkovits, *Antropologia Cultural*, "Man and his Works", in "Introdução às Ciências Sociais", Oscar Soares Barata, Bertrand Editora, Venda Nova 1989, vol. , cap.1, 11).
19. Daí que possamos falar de "modelos culturais"; a ligação de cada um a uma estrutura social específica dá-lhe a autonomia devida em relação à estrutura social que o produziu, que lhe permite viver a par de outros mais ou menos diferenciados.

Jean Rémy, Liliane Voyé, "La ville et l'urbanization, Ed. Duculot, Gemboux 1974.
20. Simmel, in "La Cuestion Urbana", Manuel Castells, Siglo veintiuno editores, S.A. Madrid 1976.
21. Louis Wirth, "Urbanism as a way of life", idem (2), Cap. I.
22. A existência da Base Aérea Alemã em Beja trouxe à cidade uma população que, numa proporção de poucos oficiais e raros quadros para muitos militares e mecânicos de baixa patente e funcionários menores, auferem contudo de vencimentos que lhes permitem consumos próprios de níveis sociais superiores e o relacionamento com a classe média bem posicionada de Beja. A sua mobilidade é a que ocorre com as forças armadas em geral, de substituição periódica dos seus diferentes elementos. Um ou outro casamento em Beja, ou a situação económica, não são todavia "livre-trânsito" para o acesso à classe superior local.
23. As "batidas" e as "montarias" são caçadas que, embora contem hoje com uma presença considerável de uma classe média com dinheiro, são por natureza práticas de uma sociedade fechada e que as "abriu" como possíveis fontes de rendimento. Os "tours", com características nacionais específicas, ou as feiras do tipo de Sevilha, Jerez de la Frontera, Santarém, Golegã, etc., se contêm em Portugal elementos de "importação", não são mais que "mostras" pontuais de intercâmbio social.
24. R. Redfield, "The Folk Society", *American Journal of Sociology*, 52, Chicago, 52, Chicago 1947, in Placide Rambau "Société Rurale et Urbanization", Ed. Seuil, Paris, 1969.

25. R. Dewey, "The rural-urban continuum: real but relatively unimportant", *American Journal of Sociology*, 66, Chicago 1960, in P. Rambou, ob. cit.
26. Jacqueline Beaujeu-Garnier, "Geografia Urbana", Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1980, (trad. Raquel Soeiro de Brito).
27. Lisboa, por exemplo, excede largamente o âmbito regional; isto conduz a que o "campo" possa incluir as cidades menores, e implica impedimentos ou incentivos a determinantes formas de relação entre estas e o campo que lhes é próximo. O caso da dependência de uma qualquer cidade relativamente a outra maior, no âmbito por exemplo da saúde ou da educação, "dilui" inevitavelmente parte da sua potencial influência regional.
28. Jacqueline Beaujeu-Garnier, ob. cit. pg. 391...
29. A tecnologia, como o desenvolvimento que dela advém para os campos, são factores de maior homogeneidade entre estes e as cidades nos países ditos mais desenvolvidos. No chamado Terceiro Mundo a administração, a polícia, os equipamentos voluntários (saúde e educação), os equipamentos induzidos (comércio e serviços), os equipamentos selectivos (transportes), o próprio dinheiro e a capacidade de alterar as estruturas "residem" na cidade.
30. George Duby, ob. cit., Tome 5, 5, "Construction Sociale des Populations", pgs. 441 e seguintes.
31. "Espacio y Política", Henri Lefèbvre, ed. Península, Barcelona 1976.
32. Entenda-se o relativismo da classificação, porquanto a classe média alta numa cidade de província não corresponde necessariamente à mesma classe nacional.
33. Frequentemente são parcelas que antes integraram propriedades maiores, desagregadas agora pelo regime de heranças (no caso do Alentejo).
34. Utilizou-se para maior facilidade no estudo dos documentos existentes a terminologia usada pela C.M.E. na elaboração do plano Director da cidade.
35. Georges Duby, op. cit. Tome 5, 3. "Production de la ville et du bâti", pgs. 281 e seg.
36. Pites, Frei Aleixo e Santa Maria.
37. A não referência no conjunto de Anexos que se reportam ao presente capítulo deve-se a serem totalmente clandestinos, como referimos antes.
38. O parque residencial de Évora está bastante degradado há algumas décadas, em algumas das suas zonas, nomeadamente as que correspondem à Mouraria e à Judiaria (NE e E), sem que as rendas pagas pelos inquilinos permitam a sua recuperação por parte dos senhorios.

39. Inquérito anexo realizado na totalidade dos bairros que integram a freguesia da Sé.
40. Bairro da Malagueira a W, com cerca de 10%; Bairro António Sérgio na mesma direcção com 12%; Bairro Humberto Delgado a S com 13%; Bairro das Nogueiras a E com aproximadamente 19%; e Bairro de Urbanização nº 3, a NE, com 16% de população de origem rural.
41. Filomena Silvano, in "Espace et Developement", CRAAL-UNESCO, Genève 1986, Tome I, Caps. VI e VII, coordenação P. Pellegrino.
42. O bairro da Câmara é um bairro social mandado construir obviamente pelo Município, obedecendo as suas arquitectura e estrutura ao modelo tradicional rural da região; e, pelo facto de ser social e na filosofia da época, trata-se de um bairro de aspecto ostensivamente modesto.
43. O número vasto de categorias ficou a dever-se ao facto de termos optado pelo rigor na detecção de diferenças que, referentes embora a um número escasso de indicadores, podem ter influência nas relações entre a cidade e o campo.
44. De um ponto de vista relativo, os rendimentos diferenciados referidos em anexo são valorizados de um modo diferente por cada bairro; essa valorização pode afastar-se da que se baseia nos seus valores absolutos.
45. Plano Director Municipal, Relatórios nºs. 4 e 9.
46. Idem 45., Relatório nº 10.
47. Porque a incapacidade de responder à necessidade crescente de habitações e a consciência dessa incapacidade justificavam que as Câmaras não se apercebessem "a tempo" da construção clandestina; apenas, consumada essa construção, a "aprovavam" através da infra-estruturação necessária...
48. "Histoire de la France Urbaine", Tome 5, 3. Production de la Ville, George Duby, Ed. du Seuil, Paris 1985 "... que esterilizou a invenção..."
49. Idem (48) "... que conduziu a um miserabilismo plástico".
50. Vem sendo "política" da Câmara actual "atar" os bairros existentes por forma a atenuar as suas diferenças e a restabelecer o equilíbrio, numa paisagem em que é chocante a falta de unidade. (Plano Director Municipal: a filosofia subjacente).

CAPÍTULO VII

AS RELAÇÕES ENTRE A CIDADE E O CAMPO NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Introdução

A urbanização pressupõe a existência de uma realidade que não a urbana; realidade que, na dicotomia terminológica urbano/rural ou cidade/campo, corresponde necessariamente aos segundos termos das formulações propostas; e que a transferência crescente de modelos da cidade, como a interacção cada vez mais acentuada, não chegam para eliminar enquanto materializada numa maneira de viver específica, numa forma diferente de ocupação e utilização do território que lhe corresponde.

A urbanização dos homens, como a dos espaços, traduzem esta interacção, ou a sua vertente mais importante. Como expansão, e conseqüentemente absorção, de valores e comportamentos - a urbanização dos homens, ou como "invasão" e "aproximação" de novas parcelas de território - a urbanização dos espaços, a inclusão do campo no processo em questão está implícita, porquanto se trata do segundo termo de uma relação.

Assim, a relação entre a cidade e o campo no Alentejo como elemento do processo de urbanização, constituindo-se ao mesmo tempo como factor e consequência do modo como a região tem evoluído, do seu maior ou menor desenvolvimento; extensiva esta noção às eventuais transformações da estrutura social, da distribuição fundiária, das práticas simbólicas, da forma como as localidades e nomeadamente as cidades se acrescentam sucessivamente novos espaços e novas construções.

Inclui a relação em causa formas de contacto, trocas de

valores e informações, que vão da procura de trabalho à utilização de serviços na cidade, à comercialização de uma parte da produção, ao uso dos tempos livres, à formulação de imagens cuja "leitura" é determinante, segundo cremos, do prosseguimento, como do sentido e do conteúdo da mesma relação. Serão ainda parte desta os jogos de interesses ou de poder, em que a tutela da cidade se faz sentir genèricamente dos pontos de vista administrativo, político, económico e demográfico e em que as vertentes histórica e cultural dessa tutela reflectem uma supremacia apenas sensível do campo, através do uso de alguns valores e símbolos que a cidade tende a recuperar. É, aliás, no âmbito da simbólica que procuraremos aprofundar a análise.

Trata-se, pois, de uma relação de forças naturalmente desequilibrada, como se fosse inevitável a urbanização... em que as vertentes referidas da relação cidade-campo acabam por interpretar essencialmente alterações que a cidade promoveu dos conceitos de trabalho, mercado, energia, consumo; em que a separação dos conceitos de propriedade e gestão parece ter sido inventada para deixar transparecer que hoje a cidade é a proprietária da terra.

A relação, ou o conjunto de relações em análise, não tem sido, no entanto, linear e associa-se frequentemente a uma troca de solidariedades ou oposições, apoios ou conflitos, materializada quer na incapacidade de integração das novas populações, como nas descontinuidades ou nas incoerências da perspectiva da utilização de novos espaços, que vem trazendo à

evidência a ineficácia do processo de urbanização.

Pensamos que esta relação pode ser entendida a dois níveis diferentes e a mesma dicotomia terminológica referir outras dimensões. Porque urbano e rural não são conceitos absolutos, se as cidades em análise são urbanas, enquanto confrontadas com uma realidade rural fisicamente próxima e para a qual significam concentração, como simultaneidade e complexidade de processos, que lhes conferem uma dinâmica própria, as mesmas cidades assumem a sua carga de ruralidade relativa, nas relações com quantos centros urbanos as antecedem na hierarquia da rede urbana nacional. E cada situação de maior complexidade, de mobilidade mais efectiva pela disponibilização de vantagens mais raras e a criação de novas acessibilidades, é a inscrição, nas formas de vida, de uma urbanidade que assegura a esses centros a tutela, em relação às cidades da região, que estas demonstram face ao campo envolvente. Cada cidade é, então, o embrião de um processo em crescendo, a transição para a consumação do mesmo processo, ou tão só o recurso a que uma população, pelo excesso de ruralidade, atribui a categoria de urbano.

Lisboa foi, durante todo o período a que se reporta o presente trabalho e na relação com estas cidades, a concretização das vantagens mais significativas, das acessibilidades mais ambicionadas; por conseguinte, a justificação da mobilidade crescente que vem caracterizando a mesma relação. Mas Lisboa-cidade não só comporta obviamente os fluxos unidirec-

cionais com caracter mais ou menos definitivo, como responde às deslocações ocasionais que constantemente a assolam na busca de soluções pontuais. Lisboa absorve sucessivamente novos espaços, que se reserva num perímetro alargado até à distância suportável por uma população cujo objectivo, ao partir, era, em última análise, a grande cidade.

Pensamos, pois, que a "grande Lisboa" funciona como uma vasta área urbanizada, cuja nova dispersão confirma a presença de um fenómeno urbano que é, por natureza, expansionista; e que é gerador de um processo de urbanização que é mais ou menos conseguido, consoante a "resistência" das populações que são seu objecto. E se o Alentejo, como de certo modo as suas cidades, parecem encaminhar-se gradualmente para uma "grande Lisboa" que não é senão uma parte importante do litoral urbanizado, muitos dos que percorrem o caminho suspendem-no, numa fase em que a urbanização é ainda incipiente.

7.1 - As Trocas Populacionais e a Mobilidade Urbana

Entendemos aqui o peso relativo dos fluxos populacionais que ocorrem entre a cidade de uma perspectiva genérica e a sua periferia rural, bem como, a outro nível, entre o centro e os bairros. A exiguidade dos dados existentes e a incapacidade material para realizar uma cobertura exaustiva da mobilidade em causa, foram condicionantes da opção que fizémos por uma análise que é essencialmente qualitativa, mas que assenta, no entanto, num número que nos pareceu suficiente de elementos quantitativos, como garantia da objectividade necessária.

Em qualquer das duas situações a analisar, o afluxo de população às cidades faz-se predominantemente para trabalhar. Cada uma delas situa-se num ponto estratégico da articulação de eixos de comunicação importantes, como sejam as ligações Lisboa-Espanha, e Norte-Sul pelo interior. Tem, além disto, uma área de influência que se estende, concretamente no caso de Évora e em alguns aspectos, a toda a região.

Daqui, a existência de contactos diários significativos de cada cidade com localidades do seu entorno, através da circulação de veículos que se distribui como exemplifica o Quadro nº 30. Pensamos que é fundamental referir que a maioria deste tráfego é de "ida e volta", porquanto, também a maioria, chega de manhã à cidade para sair à tarde.

QUADRO 30 - TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO

1980/82)

POSTOS DE CONTAGEM	Nº DE VEÍCULOS
LISBOA/MONTEMOR-O-NOVO	3663
ALCÁÇOVAS	2783
REDONDO	2764
REGUENGOS DE MONSARAZ	2762
ARRAIÓLOS	1540
ESTREMOZ	1384

FONTE: Câmara Municipal de Évora, trabalho para integrar projecto de desenvolvimento da cidade

Uma parte considerável destes movimentos, que afirmámos, na sua componente preponderante, para trabalhar, tem como objectivo fundamentalmente o sector terciário.

Pensamos tratar-se de um processo que promove a transferência de valores pela comunicação inevitável dos que vêm, com os da cidade; valores que, pela natureza expansionista já citada do fenómeno urbano, são essencialmente urbanos, numa relação que é de algum modo desigual porque é unilateral.

Relativamente aos bairros periféricos, cada cidade conta com a quase totalidade da população activa residente dos mesmos a "povoarem" durante o dia o seu centro. Também os

jovens em idade escolar se deslocam entre esse centro e uma periferia mais vasta; e a este nível, cabe-nos considerar que as deslocações se fazem no sentido inverso, visto que os estabelecimentos de ensino se encontram, na sua maioria substancial, fora dos centros históricos; é mais significativa ainda, neste âmbito, a circulação que se estabelece entre os vários bairros, na medida em que estes contam com uma parte extremamente importante da população de cada cidade⁽¹⁾.

Temos que contar ainda com uma parte representativa da população dos bairros que procura nas cidades a satisfação de inúmeras necessidades, quer do ponto de vista do consumo, como dos diversos serviços disponíveis.

A circulação recente tem uma componente marcante, que advem da instalação de agências bancárias fora de cada centro tradicional; por outro lado, os novos "centros" que a dispersão/expansão das cidades determinou atraem, embora numa percentagem apenas da ordem dos 10 a 16% dos seus utilizadores, uma parte das populações que habitam os centros.

As grandes superfícies comerciais, instaladas, à imagem das cidades europeias, fora do centro das cidades e eventualmente mesmo fora do seu perímetro urbano, são também responsáveis por uma parte das deslocações que se fazem entre cada centro e a sua periferia. São, aliás, as mesmas grandes superfícies que determinam uma parte dos fluxos populacionais que acontecem entre as cidades e as localidades de menor dimensão de toda a sua área de influência, e que se constituem

de alguma forma como factores de urbanização destas últimas. Associada a este aspecto, a aquisição de alguns bens não é tão significativa quanto a utilização de serviços ao nível da saúde, ou mesmo de natureza administrativa, concretamente no que diz respeito às localidades maiores para as quais, além disso, dispomos de elementos de controle mais ou menos preciso e, novamente a título de exemplo, do volume de tráfego que liga algumas dessas localidades com Évora.

As localidades menores utilizam as cidades, fundamentalmente, para a aquisição de bens de consumo que não têm disponíveis, para além dos serviços de saúde e/ou de instrução. Estas diferenças prendem-se naturalmente com a questão das necessidades e da sua evolução, pelo que obedecem à lógica que esta questão determina.

Devemos referir ainda, no contexto das relações de cada cidade com a envolvência mais ou menos vasta, o nível de tráfego. É evidente que o volume de trânsito, indicador que é do nível de vida da população, nesta situação o é também da distância das deslocações. Isto porque as deslocações a pé têm um peso razoável na relação entre cada cidade e os bairros periféricos. O quadro nº 31 do ponto presente indica, para o caso concreto de Évora, as percentagens, aproximadas também, da utilização dos diferentes tipos de meio de transporte. Para além do facto de o transporte individual, que radica numa situação cultural que, pensamos, é de individualismo e liber-

**QUADRO 31 - COMPOSIÇÃO DO TRÁFEGO
NA CIDADE E NA ÁREA
ENVOLVENTE 1980/82)**

TIPO TRANSPORTE	%
INDIVIDUAL	73
LIGEIROS MERCADORIAS	13
DUAS RODAS	7
COLECTIVOS	5
OUTROS	2

FONTE: Câmara Municipal de Évora, trabalho para integrar
projecto de desenvolvimento da cidade

dade de movimentos, ser ao mesmo tempo a consequência de uma deficiente distribuição dos transportes colectivos, é importante a percentagem de veículos ligeiros de mercadorias; este movimento traduz as interdependências, na sequência lógica do exemplo utilizado, entre Évora e uma periferia vasta em que Alcáçovas, Redondo e Reguengos de Monsaraz têm um papel importante no que respeita à troca de mercadorias/produtos.

Pensamos, de quanto nos foi dado analisar e pese contudo a exiguidade dos elementos de análise disponíveis, que cada cidade e especialmente Évora, se acrescenta na região próxima uma preponderância considerável; na sua relação com a área imediatamente envolvente, sejam os bairros, a tentativa de dispersão de uma centralidade culturalmente muito incidente

não têm funcionado; e apenas algumas zonas comerciais, como em Évora a da Nau, na Zona de Urbanização nº 1, têm actuado de maneira eficaz no sentido da satisfação cabal de necessidades primárias — alimentação, farmácia, retrozaria e "café", por exemplo, das populações dos bairros limítrofes da sua localização.

Por outro lado, a mesma centralidade reflecte-se na localização preferencial, mesmo das actividades de lazer (nomeadamente aquelas que se dirigem aos jovens, como bares, discotecas, etc.), nos centros tradicionais. No contexto da expansão das cidades cremos que, se não acontece o incremento da urbanização dos espaços, porque a profusão de habitações não é por si só razão suficiente da urbanização, embora seja uma sua vertente, pode eventualmente promover a urbanização dos homens; pela diversidade de situações de cariz "urbano" com que se confronta no interior das cidades quem aí se desloca, especialmente das localidades menores, nomeadamente as camadas mais jovens que acorrem nos fins de semana à noite. A este nível há, também, um intercâmbio que cremos ser fruto da mobilidade crescente da população mais nova e que funciona, pela profusão de contactos, como veículo da urbanização dos homens.

7.2 - O Abandono das Cidades: Regiões de Destino e Contactos com a Origem - O Caso Particular de Évora

De acordo com o que analisámos anteriormente, a região considerada de um ponto de vista global tem vindo, nas últimas décadas, a perder população. Apenas algumas localidades mantêm níveis de crescimento que, sem serem muito importantes, nos permitem concluir pela sua capacidade de atracção relativamente a uma área envolvente mais ou menos vasta, em que são deficientes as condições de fixação das populações.

Évora conta-se no número reduzido dessas localidades, a assegurar-se uma supremacia regional que lhe tem sido ao mesmo tempo factor de um certo desenvolvimento. No entanto e ao nível do distrito, o fenómeno de abandono da região tem acontecido, como para a generalidade do Alentejo; e esse abandono, precedido quase sempre de uma primeira fase de um êxodo rural que era de âmbito regional, ou seja, factor de concentração populacional nas localidades de maior dimensão, vem acontecendo, como referimos também, no sentido Évora - Lisboa.

Se bem que com saldo positivo, do qual é primeiro responsável a atracção que a cidade exerce sobre toda uma área de influência que de alguns pontos de vista se estende à região, Évora perde, contudo, população para regiões ou cidades cujas vantagens surgem, pelo menos aparentemente, como um cenário

atractivo. Parece-nos importante distinguir dois tipos de situações porque, ainda que uma grande parte da população seja escassamente qualificada e procure substituir o seu trabalho no campo, outra há cujo nível de qualificação a incentiva a procurar trabalho numa cidade cujas possibilidades, pelas funções existentes, são melhores da perspectiva do próprio trabalho, como da sua compensação material.

Como para as outras cidades da região, a saída da maioria da sua população acontece em direcção à grande Lisboa, eventualmente a áreas "promissoras" no contexto da capacidade de criação de emprego. Mas não é naturalmente Lisboa-cidade que absorve toda a população em causa, sendo mesmo extensa a área envolvente da capital que acolhe, por exemplo, os eborenses. Posto isto, cremos pertinente uma alusão às principais localidades de destino dessa população, no sentido de avaliar das possibilidades que de alguma forma determinaram a sua escolha, ou das vantagens existentes, em última instância das acessibilidades que, pela sua localização geográfica, asseguram.

O Quadro nº 32, revela que foi a "grande Lisboa" que absorveu até aqui a maior parte da população de Évora, seguida do Ribatejo, nomeadamente da zona de Santarém, com pouco mais de metade da quantidade anterior. São realmente as duas situações com expressão no que se refere à fixação de eborenses, porém nas duas áreas em causa a distribuição dessa população não se faz de forma regular.

**QUADRO 32 - PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO A RESIDIR
NAS DIFERENTES ÁREAS DE DESTINO**

ÁREAS DE DESTINO		Nº	% NAS ÁREAS DE DESTINO	% NO TOTAL
GRANDE LISBOA + SETÚBAL	MARGEM SUL+SETÚBAL	139	23,5	13,3
	LINHA CASCAIS	53	9,0	5,0
	LINHA SINTRA	98	16,6	9,4
	OUTROS	11	1,9	1,0
	LISBOA CIDADE	290	49,0	27,7
RIBATEJO	SANTARÉM	237	97,1	22,6
	TOMAR, ABRANES	7	2,9	0,7

No que diz respeito à zona de Lisboa, a própria cidade absorve quase 50% dos que aí acorrem, o que corresponde a cerca de 28% do total de quantos saiem de Évora; a margem Sul do Tejo tem também papel importante, nomeadamente Almada, o Barreiro e o Seixal, no que toca ao acolhimento da população em análise, tanto no que diz respeito à zona como ao total geral, com valores de 23,5% e 13%, respectivamente; havendo ainda um número significativo de novos residentes na chamada "Linha de Sintra", designadamente na Amadora. Devemos uma referência especial também à zona de Santarém, a absorver 22,6% do total da população que deixou Évora para se fixar em outras regiões.

Em causa está, obviamente, a falta de oportunidades, numa cidade que não se industrializou, cujos serviços tendem gradualmente a exigir uma maior qualificação, exigência que acom-

panha o processo de urbanização e fomenta a maior supremacia regional da cidade. São factores que dificultam a fixação de toda uma população que deixa o campo, para se procurar alternativas em matéria de trabalho para as quais não tem quase nunca a menor qualificação. Por outro lado, o escasso crescimento da cidade não torna atractivo o sector da construção civil, esgotando-se as oportunidades na instalação de cafés e/ou restaurantes de baixo nível.

A população que Évora não "suporta", procura então localidades cuja imagem de prosperidade lhes é conferida por uma expansão real e uma "tradição" que releva do testemunho de quantos aí se radicaram antes. E a zona do Ribatejo, nomeadamente a envolvência de Santarém, não só detem um sector próspero na construção civil como pode utilizá-lo para escoamento de uma população que, durante alguns meses, tem trabalho rentável num sector primário naturalmente rico.

Da mesma população pouco qualificada, uma quantidade substancial não chega a cortar o "cordão umbilical" que a liga a Évora; ficar do lado de cá do Tejo pode ser a garantia, ou ao menos a convicção, de não desenraizamento. É parte da população que faz mover todo um sector secundário que se instalou a Sul de Lisboa, e que pela residência se garante a proximidade das vantagens da grande cidade como, por outro lado, fica perto de "casa" ... Curioso que as vantagens urbanas podem não se concretizar senão numa acessibilidade jamais utilizada e tão só factor da segurança que a sua certeza permite.

Outros há para quem o sector terciário é a oportunidade, numa zona em que o "servir à mesa" ou o "ajudar na cozinha" parecem desmentir a aversão cultural dos homens alentejanos às tarefas domésticas; na Amadora, os naturais de Évora trabalham frequentemente em restaurantes, enquanto as mulheres "vendem" trabalho "a dias".

Lisboa recebe a maior parte da população que deixa Évora; e se as actividades que mencionámos surgem ainda aqui como "saídas" profissionais, há toda uma componente de funções para as quais a qualificação exigida, embora só esporadicamente associada a um elevado nível de instrução, é quase sempre garantia de acesso a algum lugar como "quadro" médio ou superior.

É evidente que toda a relação descrita caracteriza a assimetria num processo de comunicação em que a "grande cidade" sai com vantagem. O mesmo processo é sinónimo de uma urbanização mais ou menos conseguida dos homens que Évora perdeu ... E porque é inevitavelmente troca de informações, de experiências, de valores, dele resulta em última análise a expansão de uma cultura urbana, até ao ponto de origem dos que, carregando embora consigo para Lisboa uma herança no mínimo feita de referências, se assumem, pela necessidade de demonstração/justificação de um novo status, como veículos de transmissão dessa mesma cultura.

A análise implica, todavia, uma profundidade que passa pela investigação no âmbito da eventual preservação de uma

identidade que os contactos frequentes e intencionados com Évora podem assegurar.

O Quadro respectivo com o nº 33 permite-nos concluir que o afluxo de naturais de Évora a Lisboa e/ou Santarém foi o mais intenso, não facultando, porém, uma informação rigorosa que não considerámos essencial para a verificação das questões em estudo.

**QUADRO 33 - ÁREAS DE DESTINO DA
POPULAÇÃO QUE DEIXA
ÉVORA**

ÁREAS DE DESTINO	Nº	%
ALGARVE	49	4,7
BEIRA INTERIOR	42	4,0
LITORAL	58	5,5
ILHAS	3	0,3
LISBOA+SETÚBAL	591	56,4
PORTO	61	5,8
RIBATEJO	244	23,3
TOTAL	1 048	100

No entanto, aponta-se no sentido de laços evidentes e intensos com a cidade de origem, a justificarem provavelmente o número de visitas que os eborenses parecem não deixar de fazer, nomeadamente nas épocas em que a falta de referências fica mais perto do sentimento de insegurança. A deslocação a Évora

para festas de âmbito familiar, é indicador de uma ligação cuja intensidade não é necessariamente traduzida pela frequência das visitas. Porém, o facto de 14% dos inquiridos se deslocar mensalmente a Évora denota a necessidade de manter uma relação estreita com a origem (Inquérito à população residente fora de Évora), em anexo.

E se bem que um número significativo tenha indicado preferir não voltar a viver no Alentejo, o facto de idêntica percentagem manter a sua posição de associado em clubes desportivos, sociedades recreativas, como a própria assinatura de um jornal local, revela também a intenção de manter viva a presença da sua cidade; a constituição de associações de alentejanos fora de Évora é, por si só, o sintoma de que estes procuram a proximidade dos seus conterrâneos, preservando uma identidade que, mesmo que não seja consciencializada ou sequer assumida assenta, porém, na segurança que faculta.

7.3 - Transferência de Valores: Os Valores de Transição e as Práticas Simbólicas

Entendemos por valor quanto os actores sociais aprovam ou desaprovam, apoiam ou rejeitam, e as transferências de valores pressupõem aceitação dos valores "exportados" pela população a quem os mesmos se destinam. Naturalmente que estas transferências não ocorrem sempre no mesmo sentido; as trocas de valores não são todavia simétricas, porquanto integram o conjunto de relações entre a cidade e o campo e estas são invariavelmente hierárquicas e determinadas pelas áreas de influência maiores ou menores, as supremacias existentes a qualquer nível.

A presente análise reforçou o pressuposto da vocação expansionista do fenómeno urbano. Vocação que se estende aos vários aspectos do mesmo fenómeno, da sua vertente material à componente não sensível. Tal significa, segundo cremos, que na mesma relação em que a tutela é da cidade, esta tende naturalmente a fazer chegar ao campo os seus quadros de valores, modos de pensar e agir...

A dinâmica da interacção cidade-campo, no entanto, bem como o carácter subjectivo dos próprios valores, implica por vezes a sua classificação como a sua atribuição objectiva a um meio concreto. Cremos que é, porém, evidente que o campo, como a cidade, com características específicas de povoamento, promovem formas de viver próprias, às quais estão associados

valores que têm origem na repetição de modelos, mas que, numa relação de reciprocidade, os sustentam.

Os que foram gerados pelo campo, pelo seu modo de vida, pela sua identidade, constituem o que resta de uma cultura rural nas cidades do Alentejo, próxima relativamente de um sistema de valores tradicional. São, na sua maioria, valores estruturantes e centrais, numa sociedade que transcende o campo para se estender de certa forma à região. E foi em torno do conjunto de critérios que estiveram na base dos referidos valores que se organizou um modo de vida que, pela inexistência de uma classe média capaz de promover a mudança na cidade, talvez pela sua juventude excessiva, ou pela sua origem rural recente, ganhou uma estabilidade que quase podemos entender demasiada. Esta estabilidade reside no facto de, apesar da dinâmica das interacções existentes, da sua associação com a urbanização regional que é simultaneamente expansão de uma ideologia ligada a direitos e liberdades novos, cada cidade não ir além da função de importador e veículo de expansão de um sistema cujos valores, por não lhe pertencerem, actuam tão só como variantes e sobrevivem paralelamente aos critérios tradicionais, que não substituem. Critérios que, periféricos em muitos casos, começam contudo a ser determinantes de alguns aspectos da vida social, se bem que sem eliminarem os valores que garantem a preservação de uma cultura "rural".

Consideramos que os novos factores de prestígio merecem uma referência especial, quer pelos acessos que possibilitam, como pelas solidariedades que promovem; e a diluição social

das hierarquias é factor importante da mobilidade. São factores recentes de prestígio o nível de instrução, a profissão, o cargo político, por exemplo; e a sobrevalorização de alguns desses factores, ou a substituição de outros, ou a sua simultaneidade, são a causa de um sistema de valores que se caracteriza pelas cedências recíprocas, os objectivos imediatos, que se pode designar de transição, embora lhe conheçamos apenas a origem.

É a mesma transição que se reflecte na diversidade de práticas simbólicas que empiricamente parece significar o ressurgir de uma sociedade em extinção ... Entendemos aqui o conjunto de símbolos que, directa ou indirectamente, são elementos ou factores da relação em estudo.

São, na generalidade, símbolos cuja conotação com os objectos a que se reportam se estabelece por via indirecta, dado que as semelhanças com os mesmos objectos se estabelecem ao nível metafórico. Queremos significar com isto que os referidos símbolos apelam para o sentido, mais que para a expressão da realidade. E apontam, por isso mesmo, para a fixação de comportamentos, atitudes, modelos culturais, dada a integração que promovem de cada indivíduo no grupo, enquanto definem os intervalos dentro dos quais cada um se deve movimentar nesta ou noutra circunstância. São, em qualquer caso, sinais exteriores e a sua assimilação, possível quando o conhecimento do código subjacente permite a sua interpretação, é determinante da aceitação dos intervalos referenciados.

Pensamos que a relação entre a cidade e o campo pode, tal como o processo de urbanização que integra, analisar-se aos mais diversos níveis; a simbólica está presente em cada um dos níveis dessa relação. E se não é uniformemente persistente, se apenas alguns símbolos se podem considerar estruturantes na medida em que constituem factores essenciais de um modo de vida, como de uma mentalidade, é contudo evidente a reciprocidade, no âmbito da utilização de alguns símbolos por cada um dos meios em presença.

Em qualquer circunstância, são sinais que actuam ao nível das "regras do jogo" de um quotidiano cuja estabilidade, na cidade como no campo, é o reflexo da assimilação de práticas sociais que a generalização de certos comportamentos, em certos grupos ou situações, deixa transparecer. E se no contexto das mesmas situações e dos mesmos grupos, seja na relatividade do seu carácter genérico devida à multiplicidade de códigos culturais, geram consenso, ou radicam a legitimidade das práticas sociais mencionadas, a sua função tem subjacente todo um processo de comunicação que assenta na tradução do código em causa e que permite a aceitação ou a rejeição das práticas citadas, mas em qualquer caso a sua interpretação.

Julgamos evidente que a aceitação depende da capacidade do grupo gerador ou detentor do código, como dos modelos transmitidos, para fazer impôr a ideia da vantagem dessa aceitação, o que se prende novamente com o problema da legitimação mencionado antes.

Creemos que é o código individual que confere a cada um a

possibilidade de fazer da realidade uma leitura de que resulta uma imagem própria. E é, por outro lado, a capacidade de legitimação de certas práticas e da consequente legitimação dos símbolos que lhes estão associados, que assegura ao campo, como à cidade, enquanto meios físicos e sociais específicos, a possibilidade de gerarem uma imagem própria.

A cidade, seja o urbano enquanto estrutura, é por natureza complexa e a diversidade de funções existentes, de processos, a sua simultaneidade, como a variedade de papéis que eventualmente cabem a cada indivíduo, pressupõem uma ordem própria que advem da correspondência genéricamente admitida entre os diferentes aspectos da realidade e os símbolos com que se articulam. Trata-se de uma ordem que implica uma regulação de facto, se a legitimação das práticas, como dos símbolos correspondentes, for geralmente aceite.

A necessidade de integração na ordem referida, que se traduz pela sobrevivência na cidade, tem implícita a absorção de todo o simbolismo associado à disciplina e à organização urbanas. São a capacidade de resistência das populações, que mencionámos, ou os mecanismos de resposta à ameaça de uma quebra da identidade, que é apenas intuída e se concretiza na perda de pontos de referência, que condicionam a forma e a efectividade da integração citada.

A cidade impõe-se por outras vias, e a legitimação da sua supremacia acontece pela "oferta" de vantagens, que mais não é que a disponibilização de um sem número de potenciais consumos

de que o beneficiário real é a própria cidade. O campo compra-se o direito à sua utilização, por um preço cuja parcela mais importante é exactamente a que se reporta às práticas e/ou ao simbolismo que é o pressuposto desse direito. A procura na cidade, ou a reprodução no campo, de um número mais ou menos significativo dessas vantagens, conduz à interiorização dos símbolos propostos, à sua descodificação, o que, em última análise, representa uma vertente da urbanização.

A relação cidade-campo é de reciprocidade e as assimetrias possíveis não invalidam a interacção que a materializa. O campo é, desta perspectiva, o outro lado da mesma realidade. E enquanto receptor não deixa, pela dinâmica da própria interrelação, de ser ao mesmo tempo emissor ...

A ausência de uma ordem visível, e aparentemente da regulação que é seu pressuposto, não anula a possibilidade de transmissão de sinais determinados. Porém, destinam-se os mesmos a uma população mais restrita, visto que se movem num código mais "elaborado"; população para quem a racionalização se substitui a uma aceitação que tem por objectivo a sobrevivência na cidade.

No Alentejo, as cidades habitam uma região onde consideramos que a posse da terra continua a ser factor fundamental de prestígio; onde são sinais de conotação positiva, no mesmo âmbito, todas as práticas que, sem caracter de obrigatoriedade, significam uma qualquer ligação com a terra. E as mesmas cidades adoptaram conscientemente toda uma carga simbólica que permite, ou ilude, a identificação das suas camadas sociais

mais representativas com as actividades de lazer que o campo inventou. E desde a forma de vestir, ao veículo utilizado, ou à ocupação de tempos livres, a recuperação pelas cidades de elementos distintivos do campo, mais que a potencial absorção do seu quadro de valores, é um meio de expansão das próprias cidades; estas vestem-se de um prestígio que "pagam", nas suas deslocações ao campo, com a cedência de modelos de comportamento, maneiras de agir, toda uma linguagem, em suma, que se concretiza no incremento, no próprio campo, do processo de urbanização dos homens.

Conclusão

Admitindo ainda as duas perspectivas da relação entre o campo e a cidade, ou as duas dimensões a que a mesma pode ocorrer, é óbvio que as conclusões possíveis, convergindo embora, não podem ser coincidentes.

Pensamos ter deixado a ideia de uma relação de cuja assimetria resulta o processo de urbanização, o que significa que a mesma relação põe em confronto dois meios cuja capacidade de expansão é profundamente diferente.

A cidade absorve, com caracter definitivo ou tão só temporário, ainda com uma periodicidade regular, população que, vinda do campo, transporta consigo a carga de valores que esse meio gerou. Poderia a integração dessa população incluir a transferência, bem como a consequente assimilação desses valores pela cidade; porém, essa integração está associada e é determinada por um processo que se prende com a própria sobrevivência na cidade, porquanto a não apreensão dos novos valores é condicionante de uma auto-marginalização que é o reflexo da incapacidade de integração. O homem que vem do campo tem que interiorizar, tão cedo quanto possível, um conjunto de valores condição da automatização dos comportamentos, que não era o seu, mas é a "passagem" para um mundo novo. Tem ainda, e principalmente, que exteriorizar, ou revelar essa interiorização, pelo uso de sinais que dela dão testemunho, porque a integração passa inevitavelmente pelo grau de acei-

tação que o novo meio lhe concede.

Não é, no entanto, apenas a este nível que a relação é desigual: a população que sai da cidade em busca de um campo cuja "qualidade de vida", objectivo ultimo, pode apenas "assegurar" a sobrevivência de um qualquer urbano, durante um tempo relativamente escasso, não obsta a que todos os dias a cidade receba um número extremamente elevado de trabalhadores residentes na sua periferia, bem como outros que, em quantidade sensível, chegam de um campo mais ou menos "inóspito" para se fixar.

E é a cidade que pesa mais no contexto da relação em estudo, conotada a ideia de peso com a supremacia caracterizada. E o afluxo, mais concretamente a permanência sistemática na cidade e sobretudo a fixação das novas populações, são factores de uma urbanização dessas populações que advem da sua própria e já referida necessidade de integração.

Qualquer situação de aparente inversão do processo, nomeadamente no que diz respeito à utilização pela cidade de de uma carga simbólica "rural", não significa sequer uma recuperação, pelo campo, do terreno perdido ... É pelo facto de ser a população mais urbanizada dos meios rurais, que caracterizámos como a que, de um ponto de vista tradicional, terá maior prestígio socio-económico, a utilizar tais símbolos, que a cidade, mais concretamente a classe média em ascensão, os partilha, ou os apropria, com o intuito de uma potencial inclusão na camada social mais conceituada.

Neste âmbito, permitimo-nos uma reflexão àcerca do simbo-

lismo nas cidades do Alentejo, extensiva aos mercados que, aos níveis mais diversos, acontecem nessas cidades. Interação cidade-campo, ainda que em alguns aspectos esta se materialize apenas na cedência de um espaço pela cidade, os mercados constituem um palco privilegiado dos contactos entre os dois meios. E facultam a verificação de que os símbolos de conotação rural são hoje elemento da maior urbanidade na região, enquanto distintivos de uma classe social e porque a cidade os tem vindo a recuperar. Esta situação radica-se no facto de serem os urbanos aqueles cuja informação pode permitir, de certo modo, a racionalização do simbolismo e a sua consequente intencionalidade. A aparente resistência ao processo em causa, mais linearmente a não apreensão do código em presença, pode fazer de quanto referimos um obstáculo a uma urbanização mais efectiva daqueles que nestas circunstâncias, procuram a cidade ao "aceitarem" a deslocação, que é consequência da localização lógica das actividades, não só não "interiorizaram" as suas formas de negociar, urbanas, como deram às suas próprias deslocações para esse fim o carácter estritamente utilitário, que se deve ao facto de a centralidade que cada cidade garante ser o primeiro factor do maior número de contactos (negócios).

Consideradas as mesmas cidades como etapas de um caminho mais longo para Lisboa, cremos que ainda a relação rural—cidades do Alentejo/urbano—Lisboa é uma relação desigual. Significa esta desigualdade que será cada cidade quem, na

relação citada, maiores riscos corre de se descaracterizar pela substituição gradual de toda uma carga simbólica, cuja maior universidade, gera a menor individualidade... e a descaracterização, pela simultaneidade que a origina, é elemento do fenómeno urbano.

É pela sua vertente qualitativa que a análise se revela passível desta conclusão, como é pela mesma vertente que pensamos ser a camada mais informada de entre a população que procura Lisboa, aquela através da qual a descaracterização das cidades se faz, na região, de forma mais "eficiente". Mesmo em cada "transacção" determinada por Lisboa, em cada extensão que a "grande cidade" faz chegar às cidades em questão, é o fenómeno urbano que vende ou empresta escassas vantagens pelo preço da garantia de que se o deixa fixar.

A análise que particularizámos para Évora, na perspectiva do que fizemos no capítulo anterior e assente nos mesmos pressupostos, reforça, por um lado, a inclusão no estudo da relação cidade-campo, e por outro, confere às possíveis conclusões na análise da mesma relação a objectividade que a quantificação pode assegurar.

NOTAS AO TEXTO

Capítulo VII

1. Cerca de três quartos, no caso particular de Évora.

CONCLUSÃO

O Alentejo surge, ao longo de toda a análise, como uma região cujo processo de desenvolvimento vem ocorrendo a par de uma urbanização gradual, embora incipiente, que consideramos ser mais dos espaços que dos homens.

Apoiada a sua escolha no facto de ser uma região cujo processo de urbanização nos aparecia de certo modo específico, embora reprodutivo, era fundamental que a mesma escolha fosse cabalmente apoiada. A natureza desse apoio, complexa pela diversidade dos factores envolvidos, acabou por ser o processo mais ou menos vasto que consistiu na concretização do estudo.

Todavia, o mesmo estudo tinha que ter como suporte uma série de pressupostos teóricos que integram naturalmente alguns conceitos essenciais. Pareceu-nos, assim, importante enunciar os que considerámos principais, bem como referir a metodologia utilizada na realização do trabalho.

Caracterizada que foi, primeiro, a urbanização dos homens, entendemo-la, de um ponto de vista genérico, como a absorção pelos mesmos homens de um quadro de valores dito urbano, de modo a que tais valores sejam determinantes da mudança da maneira de pensar, ou do conjunto das suas atitudes.

A urbanização dos espaços constituiu-se como a sua ocupação pela expansão material das cidades, mais concretamente pela edificação, quer de habitação, como de construções destinadas a actividades ditas urbanas.

Numa abordagem que tem subjacente o conjunto das relações

entre a cidade e o meio envolvente, a escolha de uma perspectiva de análise sócio-demográfica ficou a dever-se à agregação inevitável das perspectivas possíveis para a investigação da problemática em causa, que começámos por articular por forma a construir eixos de análise estruturantes. A coerência destes eixos não era condição da sua suficiência na prossecução do objectivo que nos havíamos proposto. Cada um dos eixos referidos permitia-nos analisar, de modo mais ou menos exaustivo, é certo, apenas uma parte muito limitada da realidade e pretendíamos uma pesquisa global. Assim e porque entendemos que a análise sociológica é abrangente, pensámos que a complementaridade entre os pontos de vista qualitativo e quantitativo correspondia a essa visão totalizante.

Daí, a articulação dos quatro eixos que constituímos como fundamentais na elaboração de um critério único de avaliação - entendida esta no sentido lato que inclui a medição - do fenómeno urbano, o critério que designámos como sócio-demográfico e cuja aplicação nos permitiria, mais que testar a sua validade, concluir realmente sobre o estágio do processo de urbanização na região escolhida.

Pensamos, contudo, que é importante referir que a construção do critério em questão passou por fases distintas, de que destacamos, para além da fase inicial de agregação de abordagens convergentes, a desagregação do eixo demográfico da análise nas suas diversas componentes de âmbito do urbano.

O relevo aparentemente dado à vertente demográfica, na

segunda fase que foi de elaboração do critério, é mais do foro da designação que da própria análise; e deve-se ao facto de ser esta que integra basicamente a parte quantitativa da investigação. Daí, que tenhamos privilegiado os indicadores demográficos que se articulam directamente com a urbanização como fenómeno sociológico, aplicando o cálculo dos índices às localidades da região em estudo. E que a não utilização de outros possíveis indicadores, igualmente referenciados antes, se deva à natureza limitada do objecto, seja à exiguidade dos números, como das situações; pelo que o uso citado conduziria inevitavelmente a resultados desnecessários, pretenciosos e distorcedores da realidade.

A avaliação pressupõe, no entanto, uma visão mais alargada; e a enumeração do que considerámos os aspectos passíveis de a integrar foi determinante, no sentido da conclusão pela insuficiência de uma vertente demográfica. Concretizou a opção por um critério socio-demográfico a forma de colmatar essa insuficiência.

Os resultados obtidos ao longo da avaliação citada, revelam uma homogeneidade relativa, no âmbito da divisão administrativa tradicional em distritos; deixam, porém, patente a existência de alguns desequilíbrios internos, num contexto regional global cuja rede urbana é desigual e em que a concentração populacional surge como o primeiro factor dessa desigualdade.

São as cidades que a análise citada da região nos permitiu identificar, nomeadamente as capitais de distrito, e Elvas

pela sua situação geográfica, que "ganham" com um êxodo rural que fomenta a concentração gradual, acentuada essencialmente em Évora, cidade relativamente à qual se vem esboçando uma situação de maior intensidade dos diversos fenómenos.

A insuficiência comentada da perspectiva em questão "inspirou" uma outra abordagem, que consistiu na caracterização do Alentejo de um ponto de vista mais vasto e não susceptível de quantificação; saiu reforçada a ideia de homogeneidade relativa, pela semelhança de "comportamentos", para os centros urbanos identificados como tal.

O sentido do êxodo rural caracterizado, a evolução da sua percentagem urbana bem como a situação supra mencionada, são indicadores, aliás, de um processo encetado de urbanização que é tendencialmente da região inteira...

Julgamos que é fundamental, por outro lado e no que respeita à análise da rede viária, agudizada a situação pela "política" de transportes, mencionar que os fluxos de tráfego mais importantes ocorrem entre Évora e Lisboa ou, mais correctamente, uma área envolvente desta última cidade; de modo idêntico, os restantes centros urbanos designados para o contexto do Alentejo têm também como ligações privilegiadas quantas se encaminham na direcção de Lisboa, para apenas numa segunda posição aparecer Évora como objectivo dessas ligações.

Em síntese, a concentração populacional que resulta da atracção sobre o meio rural, eventualmente da repulsão exercida por este, constitui factor da urbanização, entendido o

modelo de expansão do fenómeno urbano próprio das sociedades ocidentais industrializadas; e a rede viária, na tendência mencionada e embora numa fase posterior, acaba por se tornar factor da mesma urbanização.

A evolução das cidades, no entanto, não se esgota no seu crescimento demográfico. A resposta óbvia a esse crescimento, é a ocupação de sucessivos espaços periféricos pelas cidades, numa tentativa de solução para a necessidade crescente de habitação, a reflectir-se inevitavelmente na morfologia como, essencialmente, na estrutura urbana.

Esta vem evoluindo para uma complexidade continuamente acrescentada, que advém da heterogeneidade cada vez maior da população, como dos modos de pensar, até de "morar" e ver a cidade... O facto só da mudança implícita de trabalho com a vinda para a cidade significa, para cada um, a sua inclusão num novo grupo, numa nova actividade, em última instância, num novo conjunto de valores. E se as cidades são, no Alentejo, cenários de um sistema de valores em que coabitam o rural e o urbano, a inclusão referida tende a desembocar numa adaptação que é gradual e que, vista da perspectiva da cidade, passa por um quadro de valores que não são rurais, mas não são, todavia, urbanos e designam-se como valores de transição. Refere-se o termo a um processo de mudança que é a substituição sucessiva de um quadro de valores rural por um outro, urbano; e a presença do primeiro é menor à medida que o fenómeno urbano avança; para além disto, o processo não é linear, pelo que interrupções e descontinuidades são susceptíveis de acontecer.

A transição pressupõe, por natureza, uma dinâmica própria, que é a garantia da evolução de um para outro estágio. Essa dinâmica, que é aqui da interacção dos homens, destes com o espaço, é também a adesão a novos valores e reside na capacidade de uma classe social para se reproduzir; é esta que faz a triagem dos valores, os adapta e se adapta, por forma a que a sua cidade se aproxime cada vez mais de uma cidade que é de referência.

Para a região estudada, a homogeneidade, ou melhor, a semelhança no âmbito da sua evolução recente e logicamente da transição, não só são reforçadas, como trazem à evidência a posição relevante de Évora. É a cidade que no contexto regional aparece detentora de uma classe média capaz, efectivamente, de "exportar" um sistema de valores. Aliás, Évora terá gerado os seus próprios valores, que resultam da coexistência de uma nova camada social urbana de "quadros" e técnicos e uma ruralidade (mais urbana) que a simbólica prestigia.

A situação citada, como a análise da expansão física dos centros designados como urbanos, permitiu-nos concluir que o processo de evolução de cada um deles vem sendo sensivelmente a reprodução dos outros. Na sua vertente ocupação de novos espaços e relação implícita da cidade com estes e com uma periferia cada vez mais longe do centro, o estudo da expansão dos mesmos centros seria, além de extremamente longo, sobretudo o decalque desnecessário de uma mesma situação.

Significa isto o suporte que julgámos suficiente para a

decisão de aprofundar, ao nível mencionado, apenas uma cidade na região; e os resultados concretos da análise em causa justificam a opção por Évora, porquanto a cidade viu reforçada, da leitura dos mesmos resultados, a sua posição de precursora do que nos permitimos chamar um modelo de urbanização regional.

Deste ponto de vista, avançamos que a cidade associou à maior ou menor capacidade para exportar os seus valores a criação de novos espaços, como a atracção sobre novos habitantes... como se se tratasse de garantir que a própria expansão encontraria um destinatário. Assim, o nascimento dos bairros ficou a dever-se a um processo que foi o resultado quer da chegada à cidade de rurais no caso das "colagens", como da saída dos naturais para áreas envolventes do seu perímetro inicial, para os "prolongamentos".

O trabalho de análise de cada bairro conduziu-nos, após a detecção de diferenças que vão da composição da população, às suas ocupações, à forma de habitar, até à imagem que se formulam da cidade e do próprio bairro, à construção de categorias cujo objectivo foi o de racionalizar a continuação da pesquisa. Desta ficaria, em jeito de conclusão parcial, a ideia de um processo de urbanização que é, ou não é, dos espaços e dos homens, mas por vias diferentes; e que não é conclusivo em qualquer das situações, como se se materializasse num processo permanente de transição.

Trata-se, na realidade, de um fenómeno cuja expansão no espaço ocorre de maneira irregular, com "brancos" irremediá-

veis num território em que as ligações possíveis são "enxertos", que não chegam a estabelecer efectivamente uma comunicação que, pela natureza diversa dos próprios bairros, fica dificultada. E que não acontece para os homens, que não se integram, que apenas são figurantes de um espectáculo cuja dinâmica não entendem, revelando situações de auto-marginalização, quando não de segregação social pela dita ausência de comunicação.

No entanto, os bairros constituem o elemento fundamental da ligação material da cidade com o campo; constituem, mesmo, o espaço por onde passam as formas materiais dessa ligação; são, em suma, parcelas de um território que foi campo e cuja função hoje não é necessariamente de cidade. São o cenário da relação cidade-campo, que no entanto transcende largamente a dimensão física desse território; que é de trocas de valores, de simbolismos, de fluxos populacionais...

Se as trocas de valores, como a comunicação ao nível das cargas simbólicas, reflectem uma relação em que há reciprocidade, deixam, contudo, adivinhar um processo em que cada cidade sai a ganhar, pela necessidade de "integração" de uma população vinda do campo e cuja sobrevivência depende da sua capacidade para atingir os "mínimos" desejáveis dessa integração.

A outro nível, o processo de "trocas" implícito aparece eventualmente como um ressurgimento do campo, através da simbólica que a cidade recuperou. Fundamentalmente a caça, também as actividades de lazer em que são participantes indispensá-

veis os cavalos e/ou os touros, constiuem cada vez mais formas de preencher, ou "vestir" os tempos livres, numa intenção clara de parecer "da terra".

É de certo modo o campo que se impõe; com o uso de uma rusticidade perdida, que a classe média ascendente reproduz no interior das suas residências. Contudo, elementos intrínsecos de um grupo que era dos grandes proprietários rurais, logo também rurais pela origem julgamos, por essa mesma razão, poder considerá-los urbanos, porquanto o mesmo grupo integrava a classe mais urbanizada das cidades.

Assim, são ainda aqui as cidades que se reiventam uma ruralidade que exportam para o campo; simbolismo só aparentemente rural, funciona na realidade apenas como um acessório com que se mascaram valores que o espaço acaba por absorver. Se a urbanização não acontece, o campo não chega certamente a impôr-se à cidade.

Resta a situação pouco significativa dos mercados e das feiras, em que as cidades são palco de negócios que às vezes envolvem apenas o campo, porque as cidades se limitam a servir como o melhor local, de um ponto de vista estratégico.

No entanto as feiras, nomeadamente a feira anual de cada cidade, traz uma população cuja carga rural, se não é integrada, não é, também, alterada; dela ficam tão sómente aspectos que cada cidade compra pelo prestígio urbano de demonstrar alguma relação com o campo, ao nível, pelo menos, de um apreço condescendente. Da incipiência da mesma relação, o facto de não termos aprofundado esta vertente.

A inclusão que fizemos de um posfácio para análise do Census 91, no âmbito, naturalmente, dos objectivos que nos propusemos, não alterou resultados decorrentes da investigação anterior.

Reforçada a ideia de homogeneidade, ou antes de uma semelhança, no contexto da evolução das principais localidades da região, a opção que foi a de pormenorizar a análise do processo de expansão de Évora volta a parecer-nos suficientemente justificada.

Por outro lado, pensamos que situações como a de Sines, por exemplo, ou a de Santiago de Cacém, as localidades que cremos estarem mais próximas de uma hipotética reclassificação lógica, não cabem no âmbito que definimos para a análise do processo de urbanização pelas razões que ressaltam do próprio estudo; Sines e Santiago de Cacém constituiriam, se reunidas, eventualmente um centro urbano de facto.

Além disto, a reprodução aproximada de um modelo de expansão tem como consequência uma relação idêntica entre a cidade e o campo.

Por tudo isto, a urbanização dos espaços e a urbanização dos homens arrastam-se, no Alentejo, num longo processo que pode arrastar as cidades.

Estas crescem sem intenção; os espaços que se acrescentam hoje são a resposta, em jeito de antecipação, à possibilidade de se confrontarem de novo com um surto de clandestinos sem controle.

Contudo, é como se alguma clandestinidade tivesse ficado do tempo antigo, apenas deixadas para trás a imaginação e a criatividade individuais. As cidades assistem ao próprio crescimento e não podem fazer nada; cada novo elemento acontece como se nada houvesse, como se cada cidade fosse nascer nesse momento.

E é desarticulada a periferia das cidades, fruto da clandestinidade velha que se vê substituída por uma planificação em "solavancos". A evolução recente conta de uma população que paga, seja de facto um centro histórico "de facto", seja um centro de fortes tradições, com a sua qualidade de vida; a expansão materializa-se numa sucessão de casas e na ausência de espaços que lhes confirmam unidade, articulação; ruas sem cor nem vida, a preencherem apenas o vazio potencial, são o "território" destinado a toda uma população para quem parece ter sobrado tão só o direito de morar. Cada bairro responde a um projecto pontual, a uma vontade isolada, e é como se não se destinasse a ninguém. As cidades esvaziam-se da própria alma e à volta acontecem pedaços de outras cidades, que apenas esboçam um corpo.

Évora e Beja, como Portalegre e Elvas, ocupam todos os dias novos espaços que não se conhecem, que as cidades não reconhecem sequer como seus. Não logram transmitir-se e a urbanização é apenas um encher de casas, que nada, jamais, poderá reproduzir; ficaram nas cidades os valores, e cada bairro fabricado não é senão que um prolongamento urbano quase

sempre sem urbanidade. É, pois, no âmbito da expansão das cidades que a urbanização dos espaços acontece; sem urbanidade, os novos espaços falam da ineficácia dessa urbanização.

No entanto, cada cidade continua a chamar a si, ou a receber, os homens a quem o mundo rural parece ter hostilizado. Complacente, deixou-os em tempos ficar por perto, sem nunca se colocar ao menos a questão da sua entrada efectiva.

Os bairros da gente do campo foram inicialmente os "clandestinos desordenados", "colagens" à cidade, onde cada um deixava, no entanto, reflectida uma parte do seu imaginário. A reposição de um modelo rural pela colectivização do espaço individual - abertas as portas para quintais de muros baixos e portões também abertos -, ou do espaço público que é a rua e todos partilham, na ocupação de um tempo que é igualmente o tempo de todos os encontros. A segurança implícita nos contactos com os iguais era factor da não urbanização real dos homens, que apenas faziam uso da cidade.

Térreas quase sempre, as casas dos cidadãos do campo reproduziam o estilo arquitectónico que hoje, "estilizado", pretende ser o emblema de uma identidade cultural preservada e destinada aos homens da cidade que o centro obrigou a sair. Podemos considerar que se trata de uma adopção; não cremos, contudo, que signifique a integração, pelas cidades, de quaisquer tipos de valores rurais; os pátios são fechados, intimistas, as portas não têm sequer o postigo tradicional e o espaço individual é a defesa contra um espaço público, a rua, em que

a ausência de partilha-colectivização se traduz em agressividade.

Descaracterizados pela simultaneidade, pela coabitação de elementos contrários, os bairros novos do Alentejo contam eventualmente com algumas das presenças que tradicionalmente ficavam pelos primeiros bairros. Porém, a excessiva nova individualização do espaço, a que cada um associa uma privacidade que é privação de contactos, inviabiliza de modo sensível a urbanização dos homens que vierem do campo.

Todavia, as cidades crescem e ocupam espaços novos, e ganham em heterogeneidade o que perdem em identidade. Para além da componente urbanística que é a resposta lógica do "poder" a esse crescimento, materializada em equipamentos indispensáveis e de todos os géneros, a evidência do fenómeno urbano é indiscutível, de um ponto de vista material; é-o, ainda, na perspectiva dos valores ou da importância crescente da classe média...

Porém, a urbanização que é das cidades industrializadas vive no Alentejo a contradição da inexistência de indústrias; e o processo ganha ritmos novos e formas próprias. A multiplicidade de variáveis utilizadas, que integraram necessariamente o critério que nos orientou a investigação, ter-nos-à permitido despoletar cada ritmo, cada forma, a sequência, ou as interrupções e descontinuidades, de um processo que defendemos ser específico: de uma urbanização dos homens e dos espaços provavelmente, porém por vias diferentes, como se se tratasse

de processos distintos, sem a interacção susceptível de concretizar uma urbanização real que, se acrescenta, é apenas o caminho de Lisboa.

POSFÁCIO

**A REGIÃO NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS - A EVOLUÇÃO
DA EXPANSÃO URBANA**

Introdução

Na sequência da aplicação à região alentejana do critério socio-demográfico que escolhemos como o modelo mais eficaz de análise da questão urbana, na sua vertente fundamental que é a avaliação do fenómeno urbano, considerámos indispensável uma leitura dos resultados provisórios do Censur 91, pela susceptibilidade de os mesmos poderem alterar anteriores conclusões.

Esta perspectiva é, necessariamente, complementada com a abordagem dos mesmos resultados do ponto de vista da unidade ou da heterogeneidade da região em causa, na medida em que o conhecimento empírico da realidade, na sua componente crescimento económico versus capacidade de consumo, nos poderia suscitar dúvidas sobre a tendência que se verificou até 1981 para se manter uma certa unidade estrutural.

E justifica-se, além disto, o seu carácter genérico pelo facto de, dado dispormos dos elementos em causa quando o trabalho estava praticamente concluído, os utilizarmos apenas por curiosidade científica e para obviar à possibilidade de virmos a deparar, mais tarde, com inversões num processo que nos parece ter uma sequência lógica.

1 - Evolução Recente da População do Alentejo: 1981-1991

A partir do Quadro-resumo anexo, com o nº 1, podemos concluir pelo decréscimo generalizado da população alentejana na última década. No conjunto dos concelhos que integram a região, e cuja população era em 1981 de 578 452 habitantes, a perda de 30 539 pessoas é significativa, de 5,3%, mesmo atendendo ao facto de o Alentejo, concretamente o distrito de Portalegre, ter "perdido" o concelho de Gavião pela nova divisão administrativa regional⁽¹⁾.

A quebra generalizada traduziu-se, de um ponto de vista da desagregação dos grandes números, em descidas do valor da população para os distritos em causa e para o conjunto dos concelhos do distrito de Setúbal, da ordem de 10,8% para Beja, 3,7% para Évora, 4,6% para Portalegre e um aumento de 3,8% para os restantes quatro concelhos; na década anterior, os valores tinham sido de um decréscimo de 10,4% para Beja, aumentos de 0,9% para Évora e 9,9% para Setúbal e, finalmente, uma quebra de 2,1% para Portalegre.

Significam estes valores, naturalmente, que a tendência para o abandono da região considerada globalmente se vem acentuando, incidindo mesmo na última década nas zonas que entre 1970 e 1981 pareciam poder corrigir a mencionada tendência.

Beja, numa visão de conjunto dos últimos vinte anos, é o distrito cuja situação nos parece mais grave, com a média de

10,6% de decréscimo da sua população residente. Enquanto Évora apenas diminuiu nas duas décadas referidas em 1,4%, sendo, contudo, de notar que os últimos dez anos registaram uma descida acentuada, o distrito de Portalegre viu agravar-se o ritmo de perda de população na segunda metade do período em análise, tendo sofrido, ao longo dos vinte anos, uma quebra da ordem dos 3,4%. Os concelhos de Setúbal, cujo aumento fora extremamente importante entre 1970 e 1981, ocasionando para os vinte anos em estudo uma média de 6,9% de crescimento do número de residentes, sofreram depois e até 1991 uma contracção do crescimento, quiçá numa aproximação ao movimento generalizado do Alentejo no sentido de um abandono gradual.

Por concelhos, o distrito de Beja perdeu população nos dez últimos anos em todos os concelhos, com excepção para o concelho de Castro Verde; uma aumento pouco significativo, da ordem das duzentas pessoas, ficou a dever-se ao início de laboração da mina de pirite de Neves Corvo.

No distrito de Évora, embora Vila Viçosa, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas tenham sofrido perdas praticamente insensíveis, foi apenas o concelho de Évora aquele em que a população residente aumentou, concretamente em 4,8%, relativamente ao seu volume em 1981.

Quanto ao distrito de Portalegre, o concelho de Campo Maior teve uma descida de 0,2%, e nos concelhos de Castelo de Vide e Ponte de Sôr a perda de população residente não atingia os 2%; no entanto, trata-se de um distrito em que, a partir de 1981, todos os concelhos têm visto, invariavelmente, reduzir-

se a sua população, sem que todavia a situação global seja aparentemente tão crítica quanto a do distrito de Beja.

Finalmente, uma avaliação sintética da situação nos concelhos do litoral, nomeadamente os que integram o distrito de Setúbal. Enquanto no seu conjunto o aumento da população os distanciava do resto da região, os concelhos de Sines e Santiago do Cacém assistiram ao crescimento do número dos seus residentes, o último concelho a um ritmo de 8,1% em dez anos. Se na década anterior os mesmos concelhos podem ter contribuído para a "sangria" da população em alguns concelhos próximos do distrito de Beja, pensamos que nos últimos dez anos, persistindo embora um fluxo migratório na mesma direcção, este não chegou para colmatar a retracção no crescimento da zona litoral referida, talvez pelo "peso" de outras zonas com maior disponibilidade de vantagens, como a margem esquerda do Tejo.

Devemos acrescentar, ainda, que o crescimento substancial da população do concelho de Santiago de Cacém se ficou a dever, na sua quase totalidade, ao afluxo de trabalhadores exigido pela reactivação do complexo de Sines, concretamente para a cidade Nova de Santo André.

De um ponto de vista global, a evolução recente da população na região alentejana vem-se materializando no êxodo não já tendencial, mas real, com excepções pontuais para os polos industriais de Sines e Castro Verde e o reforço crescente da situação de Évora como capital regional.

2 - Concentração Populacional

- O Grau de Urbanização

A quebra de cerca de 30 000 habitantes pela região não inviabilizou, na última década, a continuidade do processo de concentração da população nas localidades hierárquicamente mais importantes. Este fenómeno significa que o decréscimo mais evidente se verificou, para a totalidade dos concelhos, ao nível da sua população dita rural; pode significar também que alguma dessa população vivia a primeira fase de um êxodo que, como dissemos, se inicia em direcção à sede de concelho mais próxima.

Nos últimos dez anos e segundo os Quadros n.ºs. 2 a 13 anexos, só dez concelhos revelaram menores níveis evidentes de concentração da população na sua capital, sendo de notar que cinco dos mesmos concelhos "sofreram" a reclassificação ou a criação de uma nova freguesia.

Évora, com uma descida escassa, surge também com uma nova freguesia rural subtraída ao perímetro urbano; a expansão da sua sede de concelho tem implícito o crescimento de algumas freguesias rurais suas limítrofes: esse crescimento reflecte uma reacção ao urbanismo⁽²⁾ que se materializa na procura de uma residência ou segunda residência afastada do centro da cidade; ou traduz ao mesmo tempo o encurtar da distância à cidade para novos residentes, cujo poder de compra não lhes permite viver no seu perímetro urbano.

De entre os outros, Odemira e Ferreira do Alentejo têm

como sedes localidades que não oferecem quaisquer vantagens a uma população que tem que deixar a agricultura. Estremoz e Montemor-o-Novo tendem, cada vez mais, a perder a capacidade de atrair a população dos seus próprios ou de concelhos adjacentes, que lhes advinha do desenvolvimento determinado pela localização nos eixos viários Évora-Lisboa e Lisboa-Caia e cujo impacto pode tornar-se gradualmente menor, devido ao futuro novo traçado da via Lisboa-Madrid. Campo Maior atingiu o limite da sua capacidade de atracção, numa área de influência em que a pouca população inviabiliza a continuação do crescimento.

É o caso de Santiago de Cacém aquele que pensamos ser mais importante isolar. A cidade⁽³⁾ perdeu cerca de 700 habitantes, o seu nível de concentração baixou em cerca de 4,1%; contudo, temos que considerar não só Santiago como também Santo André, não tanto pela sua dimensão em 1981 de 5778 residentes como, essencialmente, porque em 1991 ultrapassava largamente a sede do concelho em volume de população, com uma dimensão a caber na categoria de urbana⁽⁴⁾.

A concentração no concelho, medida pela população a residir nas localidades definidas como urbanas e abrangendo as duas localidades supra-citadas, aumentou numa abordagem imediata de cerca de 43% para aproximadamente 53%, o que permite reforçar a ideia de um êxodo do interior para o litoral. Todavia e mantendo embora esta última ideia, os aspectos determinados pela divisão administrativa deixam de fazer sentido ao

contacto directo com a realidade em questão.

A cidade Nova de Santo André nasceu como resposta ao afluxo de uma população de "retornados" de África, que tinham em relação ao complexo de Sines expectativas de emprego; ao mesmo tempo, encontravam solução para o problema habitacional numa localidade em que o sector da construção ficava à margem dos problemas regionais, devido à mão d'obra obviamente crescente e aos custos que, em consequência disso, eram relativamente baixos.

A cidade tem pois, independentemente da sua inclusão no concelho de Santiago de Cacém, uma relação de dependência face a Sines que, de um ponto de vista das relações estabelecidas pelo factor trabalho, poderia levar à sua integração na população urbana do mencionado concelho; a percentagem urbana do concelho de Sines seria então da ordem dos 95,3%, a apontar para um grau de urbanização excepcionalmente elevado. Tal não vai, contudo, além de uma hipótese que a via da uniformidade do critério de análise, que definimos como a divisão administrativa leva a que não seja sequer explorada; não consideramos Sines e a cidade Nova de Santo André, portanto e em termos operativos, um continuum urbano susceptível de ser analisado como tal.

Porque a percentagem de população urbana, como o ratio urbano-rural, são indicadores do grau de urbanização e na medida em que ambos, pela sua natureza, variam no mesmo sentido, poderíamos pensar que o fenómeno urbano se expressa na região de modo mais intenso em Vendas Novas, Campo Maior,

Castelo de Vide e Sines, depois em Évora e Redondo. Pelo mesmo raciocínio, poderíamos atribuir-lhe a menor expressão em Marvão, Santiago de Cacém, Alandroal e Odemira, seguidas de Mértola, Serpa e Portel. São estes os dois conjuntos de concelhos que surgem, respectivamente, com os maiores e os menores valores registados para os indicadores do nível atingido em 1991 pela urbanização.

Porém, os concelhos de Vendas Novas e Sines contaram sempre só com uma freguesia, pelo que toda a sua população foi até 1981 "aparentemente" urbana; de notar, no entanto, o número de isolados e pequenos lugares habitados, a permitirem manchas de povoamento misto. A criação de uma nova freguesia em cada concelho na última década apenas alterou ligeiramente essa situação, mantendo na freguesia urbana uma quantidade significativa de população rural.

Campo Maior e Castelo de Vide conservam uma percentagem de população a residir nas suas sedes de concelho que quase não tem sofrido oscilações. No primeiro caso, a indústria do café e a proximidade da fronteira com Espanha foram factores de um crescimento que, como em Castelo de Vide, pode ter atingido já o seu máximo; neste último concelho, julgamos fundamental aludir ao incremento recente das actividades ligadas ao turismo, que foram "motor" de um aumento populacional que, tal como o afluxo de turistas, não cresce indefinidamente...

Évora justifica, pela sua situação de polo urbano numa região em que a urbanização é ainda incipiente, a concentração

de habitantes que lhe confere uma elevada percentagem relativamente às zonas envolventes. É aliás, e no conjunto dos concelhos referidos, o único para o qual os indicadores utilizados reflectem o grau efectivo de urbanização; isto porque o concelho do Redondo se localiza na área de maior concentração relativa e, por outro lado, a sua sede absorveu nas últimas décadas uma população agrícola "libertada" pela Portucel⁽⁵⁾.

De uma perspectiva integrada, o distrito de Beja conta com o valor global mais baixo de percentagem urbana, o que traduz os menores níveis de concentração populacional. Os concelhos dos distritos de Évora e Setúbal revelam, pelo contrário, um aumento do nível de concentração que se deve fundamentalmente aos perímetros "urbanos" de Évora, Sines e Santo André.

3 - A Perspectiva Sócio-Demográfica: Uma visão de conjunto

A concentração crescente é sinónimo da atracção exercida pelas localidades em que a mesma atracção aumenta sobre as zonas rurais-envolventes. Claro que os números antes analisados apontam no sentido de que, na região, essa atracção tende a estender-se a zonas tanto mais vastas quanto mais elevada é a posição hierárquica, no conjunto da região, da localidade que a exerce.

Da análise anterior pensamos que terá ficado claro que, no Alentejo, a eventual atracção não é globalmente mais que o resultado da repulsão exercida gradualmente pelos campos e as localidades menores. No entanto, mais importante é a questão dos centros cujas dimensão e imagem são realmente determinantes dos níveis de atracção. E à medida que as cidades "administrativas", ou reclassificadas recentemente, perdem população, a sua área de influência reduz-se, ou corre o risco de ser integrada pela de um centro maior; como exemplos, Estremoz e Montemor-o-Novo perdem para Évora e Moura perde para Beja.

Porém, houve cidades que nos dez anos considerados ganharam população; e se Évora e Beja encontram, segundo cremos, a explicação óbvia desse aumento no facto de serem capitais de distrito, a primeira, capital regional e a segunda, com uma localização geográfica "quase estratégica" enquanto ligação ao

sul, julgamos que é inevitável retomar os casos de Sines e Santo André, bem como Santiago de Cacém, pelas razões mencionadas nos dois pontos anteriores.

A construção do Porto de Sines despoletou a transformação da vila piscatória num polo industrial cujos primeiros técnicos, por falta de alojamento em Sines, residiam em Tróia, de onde eram diariamente transportados para o trabalho no porto e no complexo industrial que lhe sucederia. A vila industrializava-se a partir de factores e decisões totalmente exógenos, pelo que não gerava os mecanismos de resposta capazes de criar os equipamentos necessários à fixação dos novos trabalhadores.

Como referimos, a descolonização faria "desembarcar" em Sines, mais tarde, uma quantidade importante de mão de obra para quem Tróia ficava demasiado distante em termos físicos e económicos e que, pelas razões que mencionámos, encontrou na cidade Nova de Santo André a solução para o seu problema habitacional.

Por causas de natureza diversa e que consideramos exteriores ao âmbito deste trabalho, seguiu-se ao "*boom*" dos "retornados" um período de estagnação que correspondeu à "suspensão" do Projecto de Sines. A sua reactivação na última década fez, porém, que a população de Santo André crescesse para quase o dobro no mesmo período.

O facto de se tratar de uma população de quadros de nível intermédio e baixo, bem como de operários, é a causa principal da opção por Santo André, cujos preços são, de algum modo, condicionados pela sua escassa capacidade de oferta a outros

níveis. A "cidade" é, aliás, dependente de Sines em matéria de trabalho, mas simultânea e parcialmente dependente de Santiago de Cacém no âmbito de outras necessidades. "Dormitório" de Sines, não é exactamente seu "satélite", pelo que não integra realmente o que designamos pela região urbana da referida cidade⁽⁶⁾; a sua inclusão no concelho de Santiago de Cacém pode, além de mais, ser factor determinante da interacção recíproca.

De outro ponto de vista, pensamos que esta situação é de certa forma responsável pelo facto de Sines, praticamente auto-suficiente ao nível dos serviços, não incrementar as diversas vertentes da sua oferta, por não poder expandir a sua área de influência. Pode tratar-se de uma realidade específica, em que ao processo de urbanização de Sines se "opõe", pelo menos de momento, a posição central quase cultural de Santiago de Cacém. Todavia, não é nosso objectivo imediato avaliar a capacidade mais ou menos remota de a cidade vir a absorver a área de influência de Santiago de Cacém.

De uma perspectiva histórica, Sines evoluiu de uma localidade piscatória sem notoriedade e incluída no concelho de Santiago de Cacém, sendo esta última uma vila com relevância numa faixa litoral que constituía a sua zona de influência não só económica, como administrativa e social. Ao nível da população, Santiago de Cacém contou sempre com uma classe social bem colocada na hierarquia da região, porquanto integra proprietários agrícolas, e profissionais liberais, que

se assumiam e eram aceites como notáveis. Sines apenas contou, até à implementação do complexo petro-químico, com uma classe pobre de pescadores.

A evolução, apesar de tudo sensível em todo o Alentejo, arrastou o aparecimento de uma classe média que, à imagem da maior parte da região, em Santiago de Cacém é de origem local. Porém, em Sines não tem ligação com a cidade e constitui um quadro de valores independente e paralelo. Por outro lado, a cidade Nova de Santo André é povoada essencialmente por uma classe média de baixa extracção, que inclui alguns quadros médios cuja quantidade não lhes permite ser o elemento estruturante no âmbito dos valores. É, portanto, uma cidade sem identidade, em que sobrevivem valores de uma sociedade colonialista e/ou colonizada a par dos valores urbanos importados.

Neste contexto, Évora e Beja, as duas outras cidades cuja população cresceu na década em apreciação, independentemente do ritmo do processo têm vindo a urbanizar-se em torno de um eixo estruturante em termos de valores, o que, segundo pensamos, lhes assegura a identidade que, indubitavelmente, garante a centralidade.

Utilizados os indicadores que considerámos suficientes para uma primeira abordagem dos resultados do censo 91 no âmbito do Alentejo, a ilacção mais imediata vai no sentido de não acrescentarmos qualquer centro urbano ao conjunto de quantos havíamos designado como tal.

Considerando embora a elevação recente de algumas localidades à categoria de cidades, julgamos que o crescimento que

pode ter estado na origem da sua reclassificação se substituiu, na última década, por um período de abandono pela população residente, que se traduziu numa contracção do seu volume demográfico.

Moura e Montemor-o-Novo, bem como Santiago de Cacém, são os casos mais evidentes, enquanto Vendas Novas e Ponte de Sôr poderiam ser susceptíveis de outra leitura, na medida em que se viram confrontadas com um processo de reordenamento que lhes subtraiu a população que veio constituir as novas freguesias rurais. No entanto, a criação dessas novas freguesias correspondeu à materialização, em termos administrativos, de uma realidade socio-cultural e espacial que foi ocorrendo à margem da própria divisão administrativa.

Para além disto, Moura, Montemor-o-Novo e Santiago de Cacém, como Vendas Novas e Ponte de Sôr, não justificavam sequer, nos últimos anos, o incremento da oferta de bens e/ou serviços a uma área de influência que se mantém para cada uma das cidades e cuja população, tanto em termos absolutos como relativos, tem vindo a diminuir.

Sines é outra das localidades há pouco reclassificadas como cidades e aquela que, de forma mais notória, poderia implicar a sua "reclassificação" para o presente estudo. Porém, o ponto anterior terá deixado explícita a razão pela qual não aceitámos de imediato essa hipótese.

Estremoz, pela sua dimensão como pela área de influência que controla, integra também o conjunto das localidades que

poderiam produzir alterações na direcção de uma eventual sequência da presente investigação. Mas a sua posição hierárquica no mosaico urbano da região não tem sido, nos últimos anos, travão eficaz de um processo de desurbanização que é, para além da quebra acentuada do número dos seus habitantes, um agravar da dependência em relação a Évora.

Pensamos assim que, mesmo quando a percentagem urbana e o *ratio* urbano-rural traduzem, numa leitura imediata, um processo aparentemente nítido de urbanização, este não o é quando em praticamente nenhum caso corresponde à expansão das localidades a que se refere. É antes o resultado de um êxodo "típico" que caracterizámos e parece não vir a interromper-se.

Do ponto de vista da análise socio-demográfica por que temos orientado a investigação, as cidades citadas, à excepção de Vendas Novas, Ponte de Sôr, Sines e Santo André, são cidades que a uma escala menor reproduzem os modelos de Beja ou Portalegre. Com um percurso histórico semelhante e um desenvolvimento físico em volta de um centro mais ou menos "monumental", um sistema de valores profundamente enraizado, cujas características rurais vêm constituindo um impedimento à implantação efectiva da classe média local. São, portanto, factores da relativa homogeneidade regional, evidenciada ao longo de fases anteriores do nosso trabalho.

Ponte de Sôr e Vendas Novas, cuja população dominante é hoje de uma classe média fruto do crescimento económico e físico de ambas as localidades, devem esse crescimento à localização em eixos viários importantes. "Pagam", no entanto,

com a sua ineficácia para manter a situação de crescimento, o facto de não se terem estruturado como potenciais centros urbanos a partir de cidades "tradicionais".

Sines e Santo André, referidas as suas posições e caracterizada empiricamente a primeira como a situação mais clara de "urbanismo sem cidade", são elementos de uma diversidade que, mesmo de forma pontual, confere à região a susceptibilidade de um processo de urbanização desequilibrado.

Fenómenos isolados e assentes em localizações determinantes e exclusivas, pensamos que as quatro últimas cidades referidas não são, todavia, factor suficiente para que não possamos manter a imagem de unidade regional relativa.

Não alteram pois, do mesmo ponto de vista, o sistema de relações entre a cidade e o campo que é parte da dinâmica do Alentejo. Devemos referir ainda que, mesmo atendendo à questão das freguesias novas, a vertente "movimentos da população" no sistema de relações citado deixa crer que estes são idênticos para toda a região e também para as cidades em causa.

Independentemente das divergências no processo de urbanização, como do facto de não ter sido exhaustiva a análise que levou à não inclusão de Sines no conjunto das localidades designadas como urbanas, pensamos que é essencial acrescentar que não tivemos nunca como objectivo alargar esta análise aos novos centros "reclassificados" que pudessem surgir ao longo da leitura dos novos elementos referenciados. Antes nos moveu o facto de, deontològicamente, não podermos ignorar a exis-

tência de tais elementos, cabendo a possíveis interessados prosseguir no tempo um trabalho que pretendemos apenas como um contributo e reportámos, em consequência, a um período determinado.

Porém e em síntese, julgamo-nos em condições de concluir que a informação referida não aponta no sentido de uma mudança previsível do processo de urbanização no Alentejo; ao contrário, parece antes reforçar, nos vários âmbitos considerados, as tendências do mesmo processo.

NOTAS AO TEXTO

Posfácio

1. O concelho de Gavião encontra-se também numa fase de "contração" do seu nível demográfico porquanto entre 1950 e 1981 perdera quase 40% dos seus habitantes (11 023 em 1950, para 6850 em 1981).

O reordenamento administrativo referido "trocou" ainda Mora por Sousel no âmbito dos conjuntos de concelhos que integrava.

2. Urbanismo na acepção de Louis Wirth, seja enquanto "maneira de viver". Wirth. L., ob. cit.
3. Santiago de Cacém foi na década em estudo reclassificada como cidade do ponto de vista administrativo; a mesma divisão administrativa reclassificou Sines, Moura, Ponte de Sôr e Montemor-o-Novo.
4. Ver definição de urbano, semi-urbano e rural - I Parte Cap. I, Critérios Base Demográfica.

Santo André - 10 825 habitantes

Santiago de Cacém - 6 034 habitantes.

5. Empresa de produção de pasta de papel, a Portucel "utiliza" a Serra d'Ossa como uma vasta floresta de eucaliptos de escassa necessidade de mão d'obra, em substituição de uma agricultura anterior quase toda do tipo intensivo que absorvia, naturalmente, uma quantidade de mão d'obra significativa.
6. A região urbana corresponde à "zona de relações prioritárias directas e imediatas de uma cidade de certa importância com a sua periferia"; ... "considera-se realizada quando todos os serviços e bens necessários à população são acessíveis no interior dos seus limites"... Derek Senior, "The regional city", Ed. Derek Senior, Londres 1966.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J. Ferreira

1986 "Classes Sociais nos Campos", Lisboa: Instituto de Ciências Sociais

ALMEIRA, Rui Solano

1983 "Centro Histórico de Évora. Um caminho ambicioso", Lisboa: Cadernos Municipais

ANDRADE, Inácio Rebelo

1989 Extensão Rural: algumas considerações fundamentais, Universidade de Évora

ARROTEIA, Jorge

1983 "A emigração portuguesa: suas origens e distribuição", Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa

1985 "A evolução demográfica Portuguesa: reflexos e perspectivas", Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa

1986 "A emigração", Lisboa: Ministério da Justiça, Centro de Estudos Judiciários

BAILLY, S.

1977 "La perspective de l'espace urbain", Paris: Centre de Recherche d'urbanisme

BAPTISTA, A.Mendes et MONIZ, F

1985 "Migrações internas - Algumas observações a partir dos fluxos interregionais no período 1973-1981", Lisboa: IACEP-NEUR, Série E, nº34 (polocopiado)

BAUER, G. et ROUX, J.-M.

1976 "La rurbanisation ou la ville éparpillée", Paris: Editions du Seuil

BEAUJEU - GARNIER, Jacqueline

1983 (1980) "Geografia Urbana", Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

BENEVOLO, Leonardo et al

1987 (1966) "Projectar a cidade Moderna", Lisboa: Editorial Presença, Colecção Dimensões

BERINGUIER, Christian et al

1974 (1972) "Urbanismo y practica política", Barcelona: Los Libros de la Frontera

BLANC, Maurice

1988 (1987) "Le développement local en milieu urbain: enjeux et obstacles", Porto: Secção de Sociologia da Faculdade de Letras, Association Internationale des Sociologues de Langue Française, (symposium International "La Sociologie et les nouveaux défis de la modernisation")

BOURDIEU, Pierre

1979 "Distinction: critique sociale et jugement", Paris: Les Editions de Minuit

BRUN, Jacques et al

1985 "La ville aujourd'hui", Paris: Éditions du Seuil, (Histoire de la France Urbaine", coord. Geoges Duby, vol.5)

CALVET, Louis-Jean

1973 "Roland Barthes, un regard politique sur le signe", Paris: Payot

CASTELLS, Manuel

1976 (1975) "Problemas de Investigação em Sociologia urbana", Lisboa: Editorial Presença, Lda

1977 "La question urbaine", Paris: François Maspero

CARDOSO, Abílio Silva

1988 (1987) "A modernização e a mudança no território: tendências e contradições", Porto: Secção de Sociologia da Faculdade de Letras, Association Internationale des sociologues de langue Française, (symposium International "La sociologie et les nouveaux défis la modernisation")

- CLAVAL, Paul
1979 (1978) "Espaço e poder", Rio de Janeiro: Zahar Editores
- COMPAGNA, Francesco
1974 "La política de la ciudad", Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local (polocopiado)
- CULLEN, Gordon
1983 (1971) "Paisagem Urbana", Lisboa: Edições 70, Colecção Arquitectura e Urbanismo
- DAVIS, Kingsley et al
1977 (1965) "Cidades- A urbanização da Humanidade", Rio de Janeiro: Zahar Editores
- DUBY, Georges (Coord.)
1985 "Histoire de la France Urbaine", Paris: Editions du Seuil
- FEIO, Mariano
(sem data) "Aspectos económicos do plano de Rega do Alentejo", transcrição no nº1974 do "Jornal de Elvas", 3/1/63

1983 "Le bas Alentejo et l'Algarve", Évora: Instituto Nacional de Investigação Científica
- FERREIRA, F. et al
1977 "Politica de la vivienda", Madrid: Editorial Ayuso, Ciência y sociedad
- FRANÇA, José Augusto
1989 "Lisboa-Urbanismo e Arquitectura", Lisboa: Biblioteca Breve
- GEORGE, Pierre
1961 "Précis de Géographie Urbaine", Paris: Editions PUF
- GOITIA, Fernando C.
1982 "Breve Historia do Urbanismo", Lisboa: Editorial Presença

GONÇALVES, A. Custódio

1988 (1987) "Enracinement et mobilité: perspectives de maîtrise de l'espace social rural", Porto: Secção de Sociologia da Faculdade de Letras, Association des Sociologues de Langue Française, (symposium International "La sociologie et les nouveaux défis de la modernisation")

1990 "Os bairros urbanos como lugares de prática social", Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia/Fragmentos, A sociologia e a sociedade Portuguesa na viagem de século, vol.II

GUIMARÃES, Roberto Pereira

1982 "Qualidade da vida urbana", Rio de Janeiro: Zahar Editores, col. Debates Urbanos, 7

GUIRAND, Pierre

1973 "A semiologia", Lisboa: Editorial Presença (polocopiado)

HARVEY, David

1977 (1973) "Urbanismo y desigualdad social", Madrid: Sigloveintiuno Editores

HAUSER, Philip M.

1978 (1965) "Manual de Pesquisa social nas zonas urbanas", São Paulo: Livraria Pioneira Editora

HENRY, Jules

1974 "Caracteristiques de la ville", Paris: Colectanea de Textos

HOUGH, Richard

1990 "Out of place restoring Identity to the regional landscape", London: Yale University Press (copyright)

KAISER, B.

1973 "Le nouveau systeme des relations ville-campagne", Paris: Espaces et Sociétés, nº8

LABASSE, Jean

1973 "La Organización del Espacio", Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local (Edición Española)

LE CORBUSIER

1925 "Urbanisme", Paris: Ed. Arthand, Collections Architectures

LEDRUT, Raymond

1973 "Sociologia Urbaine", Paris: Editions PUF

1981 "La reciprocité du public et du privé", Paris: Espaces et sociétés, nº38/39

LEFÉBVRE, Henri

1978 (1968) "El derecho à la ciudad", Barcelona: Ediciones Península, Col.Historia, Ciencia, Sociedad, 44

1976 (1972) "Espacio y política", Barcelona: Ediciones Península, Col.Historia, Ciencia, Sociedad, 128

LYNCH; Kevin

1960 "The image of the city", Massachusetts: the M.I.T. Press

MADUREIRA, Nuno Luís

1992 "Cidade: Espaço e Quotidiano", Lisboa: Livros Horizonte

MARTINY, V.G.

1986 "Vers un nouvel urbanisme", Bruxelles: revue de l'Université de Bruxelles

MENDES, Maria Clara

1990 "O Planeamento Urbano na Comunidade Europeia - Evolução e Tendência", Lisboa: Publicações Dom Quixote, (Universidade Moderna)

MENDES, Maria Filomena Ferreira

1992 "Análise sociodemográfica do Declínio da Fecundidade da População Portuguesa na Década de 80: O caso particular do custo económico da criança, Tese de Doutoramento", Universidade de Évora

MERLIN, P.

1973 "Méthodes quantitatives et espace urbain", Paris: Masson et Cie. Editeurs

MICHEL, B. et al

1982 "Le voisinage: un théâtre de la vie quotidienne", Paris: Espaces et Sociétés, nº41

MILLS, Wright

1976 (9151) "A nova classe média", Rio de Janeiro: Zahar Editores

MINGIONI, E. et PUGLIESE, E.

1987 "A difícil delimitação do urbano e do rural: alguns exemplos e implicações teóricas", Lisboa: Revista Crítica de Ciências Sociais, nº22 (polocopiado)

MORENO, Jaime Martin y de MIGUEL, Armando

1978 "La estructura social de las ciudades españolas", Madrid: Centro de investigaciones sociológicas

MYRDAL, Gunnar

1976 "A objectividade nas ciências sociais", Lisboa: Assírio e Alvim Editores (Textos de Ciências Sociais, 10)

NAZARETH, J.Manuel

1976 "Analyse Regionale de Declin de la Fecondité de la population portugaise

1930-1970", Louvain: Université Catholique de Louvain

1979 "Envelhecimento da População Portuguesa", Lisboa: Editorial Presença, Lda

1988 "Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa", Lisboa: Editorial Presença, Lda

- PELLEGRINO, Pierre et al
1988 (1987) "Société rurale, société urbaine: espaces en interaction", Porto: Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto, symposium International "La Sociologie et les nouveaux défin de la modernisation"
- PINÇON, Michel et PINÇON-CHARLOT, Monique
1992 "Quartiers bourgeois, quartiers d'affaires", Paris: Documents Payot
- PINTO, António U. Fialho
1986, "Mudança em Alqueva", Tese de Doutoramento, ISCSP, Universidade Técnica, Lisboa
- RAMBAUD, Placide
1969 "Société Rurale et Urbanisation", Paris: Éditions du Senil
- RAMOS, Francisco Martins
1992 "Os Proprietários da Sombra - Vila Velha revisitada", Tese de Doutoramento, Universidade de Évora
- RAPOPORT, A.
1978 "Aspectos Humanos de la Forma Urbana", Barcelona: Editor Gustavo Gil, S.A., Colección Arquitectura/Perpectivas (1ªEdición lengua Castellana)
- REMY, Jean et VOYÉ, Liliana
1974 "La ville et l'urbanisation", Gembloux: Editions J. Duculot
- RIBEIRO, Luis Cesar et al
1982 "Solo urbano - tópicos sobre o uso da terra", Rio de Janeiro: Zahar Editores, Debates urbanos, 1
- RIBEIRO, Orlando
1963 "Portugal: O Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas". Lisboa: Livraria Sá da Costa
- 1988 "Geografia de Portugal - Ritmo Climático e a Paisagem", Lisboa: Edições João Sá da Costa

RODRIGUES, A.Jacinto

1979 (1973) "Urbanismo y Revolucion", Madrid: H.Blumel Ediciones

SALGUEIRO, Teresa Barata

1992 "A cidade em Portugal - Uma geografia urbana", Lisboa: Edições Afronta-mento

SENIOR, Derek

1966 "the Regional City", Londres: edição do próprio

STOCK, Maria José

1978 "Os Finalistas do Ensino Secundário do Sul e a Universidade de Évora", Universidade de Évora (policopiado)

TIMMS, Duncan

1976 "El Mosaico Urbano", Madrid: Instituto de Estudios de Administracion local (policopiado)

VINCIENNE, M.

1962 "Un aspect de l'exode rural: l'image de la ville chez les immigrants", Paris: Études Rurales, 18

WINGO, Lowdon

1976 "Ciudades y Espacio - el uso futuro des suelo urbano", Barcelona: Oikos-Tam, s.a. Ediciones (1ª Ediciom castellana)

* *
*

Plano Director Municipal de Évora

Plano Director Municipal de Beja

Plano Director Municipal de Portalegre

Plano Director Municipal de Elvas

- 1974 "Basic data needed for the study of urbanization", Dolhain: IUSSP, Ordina Editions
- 1983 "The measurement of Urbanization and Projection of Urban Population", Dolhain: IUSSP, Ordina Editions
- 1983 "Population Movements: their forms and functions in urbanization and development" Liège: IUSSP, Ordina Editions
- 1988 "Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano", Évora: CCRA
- 1988 "La Planificación y Gestion del Desarrollo Nacional: el rol de los Gobiernos Locales", Quito, Ecuador, IULA Ediciones (Desarrollo Local)
- 1991 "Évora (Characteristics of the city)", Évora: Projecto de SPEIER, Câmara Municipal de Évora
- 1993 "European Urban History - Prospect and retrospect", London: Ed. Richard Roger, Leicester University Press

ÍNDICE

	pgs.
INTRODUÇÃO	6
PRIMEIRA PARTE - UNIDADE E DIVERSIDADE DOS DIFERENTES CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO FENÓMENO URBANO ..	17
Introdução	18
Capítulo I - Avaliação do Fenómeno Urbano	22
1.1 - Critérios de base histórica	23
1.2 - Critérios de base sociológica	31
1.3 - Critérios de base geográfica	39
1.4 - Critérios de base demográfica	45
Conclusão	51
Capítulo II - Os Critérios de Base Demográfica como Processo de Medição do Fenómeno Urbano ...	58
Introdução	59
2.1 - O grau de Urbanização	61
2.2 - O tempo de urbanização	64
2.3 - A distribuição da população	67
2.4 - Concentração e dispersão da população	71
2.5 - Migração rural-urbanas	75
2.6 - Componentes do crescimento da população Urbana	81
Conclusão	83
Capítulo III - Análise Crítica dos Critérios de Base Demográfica	87
Introdução	88
3.1 - O processo urbano como interacção de processos	91
3.2 - O espaço social como diversidade de espaços individuais	108
3.3 - A especialização de funções	113
3.4 - A emergência do fenómeno urbano	120
a) A diferenciação social	121



	pgs.
b) A classe média	125
c) A expansão de valores	130
3.5 - Importância de um critério socio-demográfico na análise do fenómeno urbano	137
SEGUNDA PARTE - APLICAÇÃO DO CRITÉRIO SOCIO-DEMOGRÁ- GRÁFICO: O CASO PARTICULAR DO ALENTEJO ..	153
CAPÍTULO IV - Caracterização Sócio-Demográfica do Fenómeno Urbano no Alentejo	154
Introdução	155
4.1 - Breve caracterização física da região	160
4.2 - A ocupação do espaço e o povoamento	166
4.3 - A dimensão dos agregados	173
4.4 - O grau de urbanização	186
a) Percentagem urbana	188
b) Ratio urbano/rural	197
4.5 - O tempo de urbanização	204
4.6 - A evolução do povoamento	217
4.7 - O êxodo rural	228
Conclusão	241
Capítulo V - Concentração Populacional e Urbanização - Os Centros e a Acessibilidade	247
Introdução	248
5.1 - A atracção sobre as zonas rurais	252
5.2 - A importância dos centros	262
5.3 - A rede viária e os transportes: os fluxos mais significativos	271
Conclusão	284
Capítulo VI - As Cidades do Alentejo da sua Região - Evolução Recente	292
6.1 - As cidades do Alentejo	293
6.2 - Estrutura e morfologia urbanas	302
6.3 - A estrutura social	312
6.4 - Valores urbanos e valores rurais	332
6.5 - O caso de Évora	345
a) A expansão da cidade	345

	pgs.
b) Os bairros de Évora: o nascimento, a origem da população, a caracterização sumária do agregado	358
c) Caracterização dos bairros: as situações tipo no processo de expansão da cidade	383
d) A integração das novas populações ou a urbanização dos homens	412
Conclusão	418
 Capítulo VII - As Relações Entre a Cidade e o Campo no Processo de Urbanização	 429
Introdução	430
7.1 - As trocas populacionais e a mobilidade urbana	434
7.2 - O abandono das cidades: regiões de destino e contactos com a origem - o caso particular de Évora	440
7.3 - Transferência de valores: os valores de transição e as práticas simbólicas	447
Conclusão	454
 CONCLUSÃO	 459
 POSFÁCIO - A REGIÃO NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS - A EVOLUÇÃO DA EXPANSÃO URBANA	 473
Introdução	474
1 - Evolução Recente da População do Alentejo: 1981-1991	475
2 - Concentração Populacional - O Grau de Urbanização ..	478
3 - A Perspectiva Socio-Demográfica: Uma Visão de Conjunto	483
 BIBLIOGRAFIA	 492

ÍNDICE DE MAPAS

CAPÍTULO IV

	pgs.
4.1 -	Mapa 1 - Relevo 161
	Mapa 2 - Linhas de Água 163
	Mapa 3 - Vegetação 165
4.2 -	Mapa 4 - Densidade Populacional 167
	Mapa 5 - Povoamento 170
4.4 -	Mapa 6 - Percentagem Urbana 195
	a)- Mapa 7 - Ratio Urbano/Rural 202
	b)- Mapa 8 - Possibilidades de Agregação de Concelhos Contíguos..... 203
4.5 -	Mapa 9 - Tempo de Urbanização 214
	Mapa 10 - Tempo de Urbanização 216
4.6 -	Mapa 11 - Densidade Média e Povoamento (1900-1950) 225
	Mapa 12 - Densidade Média e Povoamento (1950-1981) 226
	Mapa 13 - Ocupação do Espaço-Povoamento 227
4.7 -	Mapa 14 - Evolução das Taxas de Variação da População na Região 235

ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO IV

	pgs.
4.3 -	
Quadro 1 - Número de lugares habitados por categorias de lugares no Distrito	176
Quadro 2 - Distrito de Beja (Lugares Habitados/ /Concelho)	178
Quadro 3 - Distrito de Évora (Lugares Habitados/ /Concelho)	179
Quadro 4 - Distrito de Portalegre (Lugares Habita- tados/Concelho)	180
Quadro 5 - Distrito de Setúbal (Lugares Habita- dos/Concelho)	181
4.4 -	
a)-	
Quadro 6 - Percentagem População Urbana (Distrito)	189
b)-	
Quadro 7 - Grau de Urbanização (% Urbana/ /Concelho).....	193
Quadro 8 - Grau de Urbanização (Ratio Urbano/ /Rural/Concelho)	198
4.5 -	
Quadro 9 - Tempo de Urbanização (Taxas de Variação)	206
Quadro 10- Tempo de Urbanização (Taxas de variação	207
4.6 -	
Quadro 11- Densidade Populacional/Distrito	218
Quadro 12- Densidade Populacional (Variação) Concelho - Distrito de Beja	220
Quadro 13- Densidade Populacional (Variação) Concelho - Distrito de Évora	221
Quadro 14- Densidade Populacional (Variação) Concelho - Distrito de Portalegre	222
Quadro 15- Densidade Populacional (Variação) Concelho - Distrito de Setúbal	223

	pgs.
4.7 - Quadro 16- Percentagem População nas Freguesias Urbanas - Distrito de Beja	231
Quadro 17- Percentagem População nas Freguesias Urbanas - Distrito de Évora	232
Quadro 18- Percentagem População nas Freguesias Urbanas - Distrito de Portalegre	233
Quadro 19- Percentagem População nas Freguesias Urbanas - Distrito de Setúbal	234

CAPÍTULO V

5.1 - Quadro 20- Concelhos com Percentagem de População nas Freguesias Urbanas Superior a 60%	253
Quadro 21- Início do Aumento Contínuo da População nas Freguesias "Urbanas"	255
Quadro 22- Concelhos cuja População Total Aumentou	258
5.3 - Quadro 23- Variações Percentuais Tráfego - Distrito de Beja.....	276
Quadro 24- Variações Percentuais Tráfego - Distrito de Évora	277
Quadro 25- Variações Percentuais Tráfego - Distrito Portalegre	278
Quadro 26- Variações Percentuais de Tráfego - Distrito de Setúbal	279

CAPÍTULO VI

6.1 - Quadro 27- População Residente	297
Quadro 28- Classificação Hierárquica das Cidades	299
6.3 - Quadro 29- População Activa/Actividades/Distrito	316

CAPÍTULO VII

	pgs.
7.1 - Quadro 30- Tráfego Médio Diário (1980/82)	435
Quadro 31- Composição do Tráfego na Cidade e na Área Envolvente (1980/82)	438
Quadro 33- Percentagens População a Residir nas Diferentes Áreas de Destino	442
Quadro 33- Áreas Destino População	445

ÍNDICE DE PLANTAS

CAPÍTULO VI

6.5 - Planta 1 - Década de 1910	362
b)- Planta 2 - Década de 1920	363
Planta 3 - Década de 1930	364
Planta 4 - Década de 1940	366
Planta 5 - Década de 1950	367
Planta 6 - Década de 1960	369
Planta 7 - Década de 1970	370
Planta 8 - Década de 1980	371

ÍNDICE DOS DESENHOS

CAPÍTULO VI

6.5 - Desenho 1 - Casa Agrupamentos 1, 2 e 3	389
c)- Desenho 2 - Casa Agrupamentos 5 e 7	398
Desenho 3 - Casa agrupamento 6	400
Desenho 4 - Casa Agrupamento 8	405
Desenho 5 - Casa Agrupamento 9	407
Desenho 6 - Paisagem Agrupamento 10	410